



revista  
**indisciplin**  
r

n. 14



revista  
**indi  
scip  
lina**  
**r** n. 14

V. 8 n. 1  
outubro/2022  
edição  
**14**

A revista Indisciplinar é uma publicação do grupo de pesquisa  
Indisciplinar (EA-UFMG / CNPq),  
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

EDITORES	Prof. <sup>a</sup> Ana Isabel Junho Anastasia de Sá (IFMG), Prof. <sup>a</sup> Fernanda Dusse (CEFET), Prof. <sup>a</sup> Gisela Barcellos (UFMG), Prof. <sup>a</sup> Luciana Bragança de Souza (UFMG), Prof. <sup>a</sup> Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG), Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG), Prof. <sup>a</sup> Natacha Rena (UFMG).
DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO DESTA EDIÇÃO	Prof. Marcelo Reis Maia (Orientador - UFMG), Prof. <sup>a</sup> Natacha Rena (Orientadora - UFMG), Matheus Coelho (Coordenação - EAUFGM), Marcela Marajó (Colaboração - EAUFGM), Carolina Mazzeiro (Colaboração - EAUFGM)
ILUSTRAÇÕES	Caio Augusto Gonçalves, Carolina Mazzeiro, João Paulo Souto, Laura Figueiredo, Marcelo Reis Maia, Matheus Coelho, Thais Morandi.
PLATAFORMAS DIGITAIS	Prof. Marcelo Reis Maia (Orientador - UFMG), Marcela Marajó (Bolsista de pesquisa EAUFGM).
PROJETO GRÁFICO ORIGINAL	André Victor, Nuno Neves e Octavio Mendes orientados pelos professores Alemar Rena, Marcelo Maia, Natacha Rena
CONSELHO EDITORIAL	Alemar S. A. Rena (Artes/ UFSB), Breno Silva (Arquitetura/ IFMG), Clodoveu Davis (Ciências da Computação/ DCC-UFMG), David Sperling (Arquitetura/ USP São Carlos), Eduardo Jesus (Comunicação/ UFMG), Elias Jabbour (Economia/ UERJ), Fábio Tozi (Geografia/ IGC-UFMG), Fernanda Dusse (Letras/ CEFET), Gilberto Libâneo (Economia/ CEDEPLAR-UFMG), Giselle Beiguellman (Design/ USP), Hernan Espinoza (Arquitetura/ Universidad Nacional del Ecuador), Janaina Marx (Arquitetura/ Universidad Nacional del Ecuador), Javier Vadell (Relações Internacionais/ PUC-Minas), Juliana Torres (Arquitetura/ EA-UFMG), Karina Leitão (Arquitetura/ USP), Karine Carneiro (Arquitetura e Urbanismo/ EM-UFOP), Leonardo de Oliveira Gomes (Design/ EA-UFMG), Luis Regis Coli (IPPUR/ UFRJ), Monique Sanches (Arquitetura e Urbanismo/ EM-UFOP), Myriam Ávila (Letras/ UFMG), Patricia Azevedo (Belas Artes/ UFMG), Rejane Magiag Loura (Arquitetura/ EA-UFMG), Roberta Romagnoli (Psicologia/ PUC MG), Samy Lansky (Arquitetura/ EA-UFMG), Simone Tostes (Arquitetura/ IFMG), Thais Portela (Arquitetura/ UFBA)

A revista Indisciplinar está disponível para download em [indisciplinar.com](http://indisciplinar.com)

[revista@indisciplinar.com](mailto:revista@indisciplinar.com)



Belo Horizonte, Out. de 2022  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Indisciplinar / EA-UFMG. – Belo Horizonte (MG)

V.  
Semestral.  
v.8, n.1 (2022).

ISSN: 2525-3263

CDD-B869.7

## Editorial

Este ano de 2022, a revista Indisciplinar optou por chamadas que acolhem visões diferentes sobre temas afins, afirmando e radicalizando seu caráter indisciplinar e plural. Uma chamada com temas ligados ao **desenvolvimento territorial no Sul Global**, sob a coordenação editorial do Prof. Marcelo Maia (UFMG) e da Prof.a Natacha Rena (UFMG), que compõe este número, e o próximo número com temas ligados à **natureza política**, sob a coordenação editorial da Prof.a Luciana Bragança de Souza (UFMG) e da Prof.a Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG).

A revista Indisciplinar n. 14 - **NOVOS VETORES[1] DE DESENVOLVIMENTO PARA UM MUNDO DE FUTURO COMPARTILHADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUL-SUL**, propõe um debate sobre a constituição de um novo mundo multipolar, no qual a China lidera os países do Sul Global. Na primeira década do século XXI, o projeto *Belt and Road Initiative* inaugura a possibilidade de compartilhar idéias, riquezas e projetos de desenvolvimento infraestrutural interconectado globalmente sob uma perspectiva do Sul Global. Para além da intensificação de novos arranjos geopolíticos não hegemônicos, onde parcerias de benefícios mútuos escapam da concepção Ocidental Imperial, abre-se um novo leque de alternativas econômicas e produtivas por meio de relações de ganha-ganha (win-win), trazendo um projeto de mundo multipolar onde o futuro é compartilhado dentro de uma possível e potente ecocivilização.

Abrimos a revista com o ensaio gráfico “A Multidão na Cidade” por Henrique Porto e a transcrição da palestra proferida pelo economista Márcio Pochmann durante o webnário “Geopolítica e Desenvolvimento Territorial” por Matheus Coelho. Seguimos com a apresentação dos artigos, sugerindo uma ordem de leitura que propõe um diálogo entre os variados temas e autores. Contamos com a generosa contribuição de 21 autores em 13 textos: “Nomos, polis e gravitas: o corpo em movimento como gesto e política” por Alemar Rena; “Insurgir-se contra o Estado, incidir sobre o Estado: debate sobre as insurgências multitudinárias do século XXI” por Natacha Rena, Maíra Nobre e Henrique Porto; “MAPAS-MOVIMENTOS: possibilidades de atualização das cartografias críticas e das narrativas urbanas” por David Moreno Sperling e Gabriel Teixeira Ramos; “O trazismo chinês: a arte de construir o mundo” por Calebe Guerra e Leandro Ferrari; “Utopia, distopia e imaginários urbano-rurais

na e a partir da China” por Isabella Flach Gomes; “Superar o aceleracionismo por uma ecocivilização” por Marcelo Reis Maia e Caio Augusto Gonçalves Silva; “O Sonho chinês: o papel da cultura na afirmação do rejuvenescimento nacional” por Jhonathan Edgar Matos Mariano; “Atravessar o rio seguindo as pérolas: a influência de Shenzhen no desenho dos novos projetos urbanos globais” por Danilo Caporalli Barbosa e João Paulo Souto; “Paradiplomacia de dados: conexão das smart cities do Brasil com a iniciativa digital e verde cinturão e rota da China no setor da indústria criativa” por Marcos Cordeiro Pires e Tadeu Luciano Seco Saravalli; “A produção do espaço condicionada entre a smart city e o urbanismo de plataforma” por Pedro Henrique Cícero Ferreira; “Uma fenomenologia rodoviária - por uma abordagem relacional” por Pedro Moraes; “A crise na Ucrânia e suas possíveis causas e desdobramentos para o Brasil e o mundo multipolar” por Lara Figueiredo Peres Pessl e Carlos Rafael Varnier Balarini e “Symbolic capital: Bourdieu critiqued from a marxist-lacanian perspective” por Beatriz Couto.

Por fim, encerramos este editorial com um ensaio fotográfico da EXPO CHINA[2], uma exposição realizada por nós na Escola de Arquitetura da UFMG no mês de junho de 2022.

Marcelo Maia e Natacha Rena

Belo Horizonte, Nov. de 2022.  
Editores Revista Indisciplinar

## EXPOCHINA

展览中国

Inicialmente interessados por peculiaridades chinesas envolvendo a produção de uma arquitetura contemporânea construída a uma velocidade nunca vista antes na história da construção de edifícios e cidades, embarcamos pela Rota da Seda e tecemos coletivamente – professores e alunos – caminhos entre o Ocidente e o Oriente atravessando o Império do Meio. Descobrimos que a Rota da Seda são várias – rotas da seda -, e que ela não pertence ao Oriente, assim como também não pertence ao Ocidente. Sua vocação é a conexão intercivilizatória. Nas rotas da seda, as perspectivas do mundo se alternam e, assim como Marco Polo, nos encontramos (des)localizados[3] ao visitar outras civilizações. Desde então, buscamos entender essas outras histórias, culturas, pensamentos e técnicas. E caminhando com o Prof. Elias Jabbour[4], para não negarmos o futuro, por uma visão brasileira do mundo: “por que, ao olhar a China, a humanidade não poderá viver tempos de grandes esperanças?

### Equipe curatorial da EXPO China

Prof.a Natacha Rena (UFMG)

Prof. Marcelo Maia (UFMG)

Doutoranda Gabriela Bitencourt (NPGAU-UFMG)

Mestrando Alexandre Fraga (NPGAU-UFMG)

Mestranda Sarah Dapieve (PACPS-UFMG)

Graduando Anderson Chagas (EA-UFMG)

Há mais de 2.000 anos, nossos ancestrais, caminhando por vastas estepes e desertos, abriram a passagem transcontinental que liga Ásia, Europa e África, hoje conhecida como Rota da Seda. Os nossos antepassados, navegando em mares bravios, criaram rotas marítimas que ligavam o Oriente ao Ocidente, nomeadamente, a Rota da Seda marítima.

Essas antigas rotas da seda abriram janelas de engajamento amigável entre as nações, acrescentando um esplêndido capítulo à história do progresso humano.

(...)

Abrangendo milhares de quilômetros e anos, as antigas rotas da seda incorporam o espírito de paz e cooperação, abertura e inclusão, aprendizado mútuo e benefício mútuo. O espírito da Rota da Seda tornou-se uma grande herança da civilização humana.

(...)

A história é nossa melhor professora. A glória das antigas rotas da seda mostra que a distância geográfica não é intransponível. Se dermos o primeiro passo corajoso em direção um ao outro, podemos embarcar em um caminho que leva à amizade, ao desenvolvimento compartilhado, à paz, à harmonia e a um futuro melhor.

(...)

No outono de 2013, respectivamente no Cazaquistão e na Indonésia, eu propus a construção do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI, que chamo de Iniciativa do Cinturão e Rota.

(...)

A conectividade da infraestrutura é a base do desenvolvimento por meio da cooperação. Devemos promover a conectividade terrestre, marítima, aérea e ciberespacial, concentrar nossos esforços nas principais passagens, cidades e projetos e conectar redes de rodovias, ferrovias e portos marítimos.

(...)

Precisamos aproveitar as oportunidades apresentadas pela nova rodada de mudanças na matriz energética e a revolução nas tecnologias energéticas para desenvolver a interconexão energética global e alcançar o desenvolvimento verde e de baixo carbono. Devemos melhorar a rede logística trans-regional e promover a conectividade de

políticas, regras e padrões para fornecer salvaguardas institucionais para melhorar a conectividade.

(...)

A Iniciativa do Cinturão e Rota está enraizada na antiga Rota da Seda. Concentra-se nos continentes asiático, europeu e africano, mas também está aberto a todos os outros países. Todos os países, da Ásia, Europa, África e das Américas, podem ser parceiros de cooperação internacional da Iniciativa do Cinturão e Rota. A prossecução desta iniciativa assenta numa ampla consulta e os seus benefícios serão partilhados por todos nós.”

Xi Jinping[5]

A Grandeza já não precisa da cidade, ela compete com a cidade; ela representa a cidade; ela antecipa-se à cidade; ou melhor ainda, ela é a cidade. A Grandeza gravita oportunisticamente para localizações de máxima promessa infraestrutural; é, definitivamente, a sua própria *raison d'être*. A Grandeza é o último bastião da arquitetura - uma contracção, uma hiper-arquitetura. A Grandeza prepara o terreno para um depois-da-arquitetura

Rem Koolhaas[6]

É conhecida a comparação feita por Deleuze e Guattari entre o xadrez e o go. O xadrez é um jogo de Estado: as peças são codificadas, elas têm propriedades intrínsecas e movimentos próprios. Os peões de Go, ao contrário, são grãos, pastilhas, sem propriedades próprias, tudo depende da situação, do meio de exterioridade, de suas relações com nebulosas, constelações. O xadrez é uma guerra, mas institucionalizada, regrada, codificada, com um fronte, uma retaguarda, batalhas. O Go, ao contrário, é sem afrontamento nem retaguarda, no

limite sem batalha. Enquanto no xadrez se vai de um ponto a outro, no go se preserva a possibilidade de surgir em qualquer ponto. Ou seja, o movimento se torna perpétuo, sem destino, sem partida nem chegada. Seria preciso ler a filosofia de Deleuze à luz dessas observações. Seus conceitos como peças de go espalhadas no tabuleiro contemporâneo. Aparentemente sem enfrentamento, no limite sem batalha. E no entanto, nos seus efeitos, capazes de aniquilar uma constelação conceitual ou pragmática.”

Peter Pál Pelbart[7]

#### Notas:

**1:** MAIA, M. R.; RENA, N. S. A. Dessincronizado o Ocidente: novos vetores de desenvolvimento do Sul. VIRUS n. 23, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 04 Fev. 2022.

**2:** A EXPO CHINA, foi o resultado do acúmulo investigativo envolvendo as disciplinas de graduação e de pós-graduação, webinários e artigos científicos, nos quais trabalhamos intensamente o tema do Desenvolvimento Urbano Chinês. Na EXPO CHINA, organizamos um material artístico-expositivo a partir da cartografia de 40 cidades que participam da Belt and Road Initiative. As cidades investigadas ao longo desses anos aparecem em destaque tanto no “GRANDE MAPA” da exposição quanto nos posters “CIDADES E ROTAS” que sintetizam, junto ao site criado - <http://expochina.cartografia.org> - , um banco de dados realizado em processos cartográficos. Na construção desta exposição, mais de 180 pessoas estiveram diretamente envolvidas. Foram 29 alunos de pós-graduação, 131 alunos de graduação de cursos variados: Arquitetura e Urbanismo, Economia, Geografia, Letras e Relações Internacionais. Contamos também com a participação de 33 palestrantes e ilustres convidados, dentre eles: a Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China Qu Yuhui.

**3:** MAIA, Marcelo Reis. ...deslocalizar-se para uma nova substância urbana. Indisciplinar, 7(2), 12–27. [online] Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38132>>. Acesso em 27 de maio de 2022.

**4:** JABBOUR, E. Para não negarmos o futuro: Por uma visão brasileira do mundo. Indisciplinar, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 22–33, 2020. DOI: 10.35699/2525-3263.2020.26243. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26243>>. Acesso em: 12 ago. 2021

**5:** REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Presidente (2013-2023: Xi Jinping). “Trabalhar juntos para construir o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI”- Discurso para a cerimônia de abertura do Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional. Pequim, 14 de maio de 2017. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zyjh\\_665391/201705/t20170527\\_678618.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201705/t20170527_678618.html)>. Acesso em 27 de maio de 2022.

**6:** KOOLHAAS, Rem. Grandeza ou o problema do Grande. In: Três textos sobre a cidade. Barcelona. Editorial Gustavo Gil. 2ª impressão, 2013.

**7:** PELBART, Peter Pál. Vida Capital: Ensaio de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2000. Disponível em: <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/06/13/deleuze-e-a-pos-modernidade-peter-pal-pelbart/>>. Acesso 27 de maio de 2022



□ EXPO  
■ CHINA







ALAN FERREIRA MARTINS | ALEXANDRE FRAGA |  
CRISTINA GONÇALVES DA COSTA | AMANDA LAGE CAR  
PINTO | AMANDA NUNES DE SOUZA | ANA CAROLINA D  
OLIVEIRA | ANA CAROLINA MASCARENHAS | ANA CI  
APARECIDA SOARES | ANDERSON DE SOUZA QUI  
CHAGAS | ANDRÉ TINÉ GIMENEZ | ARIANE MEDEIROS M  
| AZIZ TUFFI SALIBA | BARBARA BARROS DINIZ | B  
MALVEIRA ORFANO | BEATRIZ SULZBACHER DE  
FERNANDES | BRUNO PACHECO | CAIO AUGUSTO GON  
SILVA | CAIO EMIDIO DE MENDONÇA | CALEBE GU  
CAMILA TEIXEIRA LOPES | CARLOS MURILO OLIVEIRA  
CAROLINA BORDONI DINIZ | CAROLINA GUEDES RIE  
CAROLINA MARIA SOARES LIMA | CAROLINA MAZ  
FERREIRA | CASSIO LOPES FRANÇA LIMA | CECILIA  
RAMOS MONTEIRO CORGOSINHO | CECÍLIA MOUTINHO  
CELIANE SOUZA XAVIER | CERENA SILVA ARAÚJO |  
GUEDES ORNELAS | CLARICE FLORES FIALHO |  
CAMPOLINA DINIZ | DANIEL JOSÉ DA SILVA CARVALHO |  
CAPORALLI BARBOSA | DÉBORA ALVARENGA SILVA |  
MIHAILOVIC | DELTON MENDES FRANCELINO |  
ROUSSEFF | DIOGO GAMA POZZATO | EDUARDO AR  
MARTINS ARRUDA | ELIAS JABBOUR | EMILY NA  
BARCELO CAETANO | EULLER HENRIQUE | TEODORO CA  
| FÁBIO TOZI | FERNANDA CARVALHO LOPES | FLÁV  
NASCIMENTO SILVA | FLÁVIO MOURÃO AGOSTINI | G  
FIGUEIREDO LARA | GABRIEL SILAS COSTA PEREIRA | G  
SPAGNOL VIZIBELLI CHAVES | GABRIEL THOME DE OL  
GABRIELA ARAÚJO CANGUSSU | GABRIELA BITENC  
GABRIELA DE BARROS GROSSI | GABRIELA DE F  
CANÇADO | GILBERTO LIB NIO | GIOVANNA APARECIDA  
CAMISASSA | GUSTAVO JUN MORITANI | HENRIQUE DIAS  
| HENRIQUE RODRIGUES ROQUE | ISABELA FLACH G  
ISABELA KAROLINE MENDONÇA | ISABELLA MORAIS DE  
| ISABELLA SOARES DE MENEZES | ISABELLE SILVEIRA E  
ITALO RIBEIRO MOREIRA | JAVIER VADELL | JOANA BA  
PEREIRA DE OLIVEIRA | JOÃO GABRIEL MARTINS REGO  
MARCOS DE SOUSA TEIXEIRA | JOÃO PAULO ARAÚJO S  
JOÃO VICTOR ORTIZ | JOÃO VITOR DE LIMA ARAÚJO  
ANTONIO BARBOSA JUNIOR | JOSÉ LUIS FIORI | JOYCE S  
COSTA | JÚLIA FIGUEIRO GALINDO | JULIANA SIMIONI V  
KAMILA LOPES DE ARAÚJO | KAROLINE FERNANDA PERE  
JESUS | LARA FIGUEIREDO PERES PESSL | LARISSA  
ALMEIDA RIBEIRO | LAURA MARIA ANDRÉ FIGUEIRA  
LAURA MELO AVELAR | LAURA URRUTOLA |  
LEONARDO GOMES | LETICIA DOS SANTOS VIL

阿克苏 Aksu 雅典 Atenas 曼谷  
曼谷 Kok 巴士拉 Basra 塔什干  
塔什干 hkent 科伦坡 Colombo 埃尔  
埃尔 Erbil 广州 Guangzhou 瓜  
瓜 Gwadar 香港 Hong Kong  
香港 Horgos 雅加达 Jakarta  
雅加达 Kashan 喀什 Kashgar 肯帕  
肯帕 Khambhat 吉隆坡 Kuala  
吉隆坡 mpur 兰州市 Lanzhou 澳门  
澳门 cau 网状 Meshed 开罗 Cairo  
开罗 Pequim 撒马尔罕  
撒马尔罕 marqanda 汉城 Seul 深圳  
深圳 enzhen 新加坡 Singapura 台  
台北 Taipei 天水 Tianshui 威尼斯  
威尼斯 heza 武汉 Wuhan 武威  
武威 wei 上海 Xangai 厦门 Xiam  
厦门 尔 Busher 吉布提 Djibouti  
吉布提 Dunhuang 河内 Hanói 金  
金 linchang 库尔勒 Korla 拉姆  
拉姆 nu 马尼拉 Manila 苏伊士  
苏伊士 z 张掖 Zhangye

LETICIA SAYURI  
AN FERNANDES VIANA | LUANA OLIVEIRA  
IANA PARIS BASTOS | LUANA THOMAINO DELL  
| LUCAS AUGUSTO ROCHA RESENDE | LUCAS  
AUJO | LUISA COTA PERDIGÃO PAIVA | LUISA  
NTO | LUIZ OTAVIO DE OLIVEIRA ALVES | LUIZA  
O GUINHO | LUIZA LESSA GONTIJO | LUNA  
RES | MAIRA RAMIREZ NOBRE | MANUELA  
DE CARVALHO | MANUELA EDMUNDO MOSS  
GONÇALVES SILVA | MARCELO MAIA | MARCIO  
ARCO ANTONIO PETRUCCELLI BENINI | MARCO  
S DE ASSIS JUNIOR | MARIA CLARA FREITAS DE  
GUARDA LEBISCH ARRUDA | MARIA FERNANDA  
NTOS | MARIA JULIA MARQUES ROCHA | MARIA  
RODRIGUES | MARIA ROSA AZEVEDO | MARIANA  
| MARILIA PIMENTA CHAVES | MARINA CORREIA  
INA FERNANDES CASSIMIRO | MARINA GOMES  
| MARINA KAORI USSAMI | MARINA MARIAS DIAS  
RIZZO TOMA | MARINA VILELA BARREIRA  
IEL DE SOUZA DIAS | MATHEUS GUIMARAES  
| MATHEUS SILVA COELHO | MAURICIO  
MAURILIO CRUZ BALTHAZAR | MIGUEL VICTOR  
D | MONICA BRÜCKMANN | MONIQUE SANCHES  
AL | NATACHA RENA | NATHALIA MATOZO DA  
REBECCA AVELAR | PASQUALINO MAGNAVITA |  
IA SILVA | PEDRO ARTUR FERNANDES LINO  
RO BORGES GUSMAO FERNANDES | PEDRO  
ANO LOPES | PEDRO HENRIQUE DA SILVA  
JE PEREIRA SILVA | PEDRO PAULO DRUMOND  
RO SCHULTZ FONSECA BAPTISTA | PEPE  
LIP EDUARDO VALADARES WEIMANN | QU  
A ALMEIDA DA SILVA | RAFAELA DOS REIS  
DE SOUZA JESUS | RAQUEL DE PARDE MOTTA  
IL | ROGERIO LUCAS GONÇALVES PASSOS |  
VEIRA FABIANO | SAMANTHA CAMPOS PAIVA  
UEL LORENZATO VASCONCELOS | SANDRA  
RT ALMEIDA | SIRLEI DE SA SOUZA | TALITA  
QUES SARAIVA | THADEU  
OUVEIA VASCONCELOS DE SOUZA | THIAGO  
NEVES | THALIA MARQUES GOMES | TIAGO  
COUTINHO CHAVES | WALLACE MOREIRA |  
D PEREIRA | VINICIUS  
NEZES DE BARROS  
VIAN POLYANA  
LUNIA  
WAGUISKI RO

[illegible]

u 雅典 Atenas 曼谷  
巴士拉 Basra 塔什干  
科伦坡 Colombo 维尔  
广州 Guangzhou 厦  
ar 香港 Hong Kong  
orgos 雅加达 Jacarta  
n 喀什 Kashgar 肯帕  
ahat 吉隆坡 Kuala  
兰州市 Lanzhou 澳门  
状 Meshed 开罗 Cairo  
juim 塞马尔罕  
da 汉城 Seoul 深圳  
新加坡 Singapore 台  
天水 Tianshui 威尼斯  
武汉 Wuhan 武威  
海 台北 Taipei 厦门 Xiamen

1. *Chlorophyll a*  
 2. *Chlorophyll b*  
 3. *Chlorophyll c*  
 4. *Chlorophyll d*  
 5. *Chlorophyll e*  
 6. *Chlorophyll f*  
 7. *Chlorophyll g*  
 8. *Chlorophyll h*  
 9. *Chlorophyll i*  
 10. *Chlorophyll j*  
 11. *Chlorophyll k*  
 12. *Chlorophyll l*  
 13. *Chlorophyll m*  
 14. *Chlorophyll n*  
 15. *Chlorophyll o*  
 16. *Chlorophyll p*  
 17. *Chlorophyll q*  
 18. *Chlorophyll r*  
 19. *Chlorophyll s*  
 20. *Chlorophyll t*  
 21. *Chlorophyll u*  
 22. *Chlorophyll v*  
 23. *Chlorophyll w*  
 24. *Chlorophyll x*  
 25. *Chlorophyll y*  
 26. *Chlorophyll z*  
 27. *Chlorophyll aa*  
 28. *Chlorophyll ab*  
 29. *Chlorophyll ac*  
 30. *Chlorophyll ad*  
 31. *Chlorophyll ae*  
 32. *Chlorophyll af*  
 33. *Chlorophyll ag*  
 34. *Chlorophyll ah*  
 35. *Chlorophyll ai*  
 36. *Chlorophyll aj*  
 37. *Chlorophyll ak*  
 38. *Chlorophyll al*  
 39. *Chlorophyll am*  
 40. *Chlorophyll an*  
 41. *Chlorophyll ao*  
 42. *Chlorophyll ap*  
 43. *Chlorophyll aq*  
 44. *Chlorophyll ar*  
 45. *Chlorophyll as*  
 46. *Chlorophyll at*  
 47. *Chlorophyll au*  
 48. *Chlorophyll av*  
 49. *Chlorophyll aw*  
 50. *Chlorophyll ax*  
 51. *Chlorophyll ay*  
 52. *Chlorophyll az*  
 53. *Chlorophyll ba*  
 54. *Chlorophyll bb*  
 55. *Chlorophyll bc*  
 56. *Chlorophyll bd*  
 57. *Chlorophyll be*  
 58. *Chlorophyll bf*  
 59. *Chlorophyll bg*  
 60. *Chlorophyll bh*  
 61. *Chlorophyll bi*  
 62. *Chlorophyll bj*  
 63. *Chlorophyll bk*  
 64. *Chlorophyll bl*  
 65. *Chlorophyll bm*  
 66. *Chlorophyll bn*  
 67. *Chlorophyll bo*  
 68. *Chlorophyll bp*  
 69. *Chlorophyll bq*  
 70. *Chlorophyll br*  
 71. *Chlorophyll bs*  
 72. *Chlorophyll bt*  
 73. *Chlorophyll bu*  
 74. *Chlorophyll bv*  
 75. *Chlorophyll bw*  
 76. *Chlorophyll bx*  
 77. *Chlorophyll by*  
 78. *Chlorophyll bz*  
 79. *Chlorophyll ca*  
 80. *Chlorophyll cb*  
 81. *Chlorophyll cc*  
 82. *Chlorophyll cd*  
 83. *Chlorophyll ce*  
 84. *Chlorophyll cf*  
 85. *Chlorophyll cg*  
 86. *Chlorophyll ch*  
 87. *Chlorophyll ci*  
 88. *Chlorophyll cj*  
 89. *Chlorophyll ck*  
 90. *Chlorophyll cl*  
 91. *Chlorophyll cm*  
 92. *Chlorophyll cn*  
 93. *Chlorophyll co*  
 94. *Chlorophyll cp*  
 95. *Chlorophyll cq*  
 96. *Chlorophyll cr*  
 97. *Chlorophyll cs*  
 98. *Chlorophyll ct*  
 99. *Chlorophyll cu*  
 100. *Chlorophyll cv*  
 101. *Chlorophyll cw*  
 102. *Chlorophyll cx*  
 103. *Chlorophyll cy*  
 104. *Chlorophyll cz*  
 105. *Chlorophyll da*  
 106. *Chlorophyll db*  
 107. *Chlorophyll dc*  
 108. *Chlorophyll dd*  
 109. *Chlorophyll de*  
 110. *Chlorophyll df*  
 111. *Chlorophyll dg*  
 112. *Chlorophyll dh*  
 113. *Chlorophyll di*  
 114. *Chlorophyll dj*  
 115. *Chlorophyll dk*  
 116. *Chlorophyll dl*  
 117. *Chlorophyll dm*  
 118. *Chlorophyll dn*  
 119. *Chlorophyll do*  
 120. *Chlorophyll dp*  
 121. *Chlorophyll dq*  
 122. *Chlorophyll dr*  
 123. *Chlorophyll ds*  
 124. *Chlorophyll dt*  
 125. *Chlorophyll du*  
 126. *Chlorophyll dv*  
 127. *Chlorophyll dw*  
 128. *Chlorophyll dx*  
 129. *Chlorophyll dy*  
 130. *Chlorophyll dz*  
 131. *Chlorophyll ea*  
 132. *Chlorophyll eb*  
 133. *Chlorophyll ec*  
 134. *Chlorophyll ed*  
 135. *Chlorophyll ee*  
 136. *Chlorophyll ef*  
 137. *Chlorophyll eg*  
 138. *Chlorophyll eh*  
 139. *Chlorophyll ei*  
 140. *Chlorophyll ej*  
 141. *Chlorophyll ek*  
 142. *Chlorophyll el*  
 143. *Chlorophyll em*  
 144. *Chlorophyll en*  
 145. *Chlorophyll eo*  
 146. *Chlorophyll ep*  
 147. *Chlorophyll eq*  
 148. *Chlorophyll er*  
 149. *Chlorophyll es*  
 150. *Chlorophyll et*  
 151. *Chlorophyll eu*  
 152. *Chlorophyll ev*  
 153. *Chlorophyll ew*  
 154. *Chlorophyll ex*  
 155. *Chlorophyll ey*  
 156. *Chlorophyll ez*  
 157. *Chlorophyll fa*  
 158. *Chlorophyll fb*  
 159. *Chlorophyll fc*  
 160. *Chlorophyll fd*  
 161. *Chlorophyll fe*  
 162. *Chlorophyll ff*  
 163. *Chlorophyll fg*  
 164. *Chlorophyll fh*  
 165. *Chlorophyll fi*  
 166. *Chlorophyll fj*  
 167. *Chlorophyll fk*  
 168. *Chlorophyll fl*  
 169. *Chlorophyll fm*  
 170. *Chlorophyll fn*  
 171. *Chlorophyll fo*  
 172. *Chlorophyll fp*  
 173. *Chlorophyll fq*  
 174. *Chlorophyll fr*  
 175. *Chlorophyll fs*  
 176. *Chlorophyll ft*  
 177. *Chlorophyll fu*  
 178. *Chlorophyll fv*  
 179. *Chlorophyll fw*  
 180. *Chlorophyll fx*  
 181. *Chlorophyll fy*  
 182. *Chlorophyll fz*  
 183. *Chlorophyll ga*  
 184. *Chlorophyll gb*  
 185. *Chlorophyll gc*  
 186. *Chlorophyll gd*  
 187. *Chlorophyll ge*  
 188. *Chlorophyll gf*  
 189. *Chlorophyll gg*  
 190. *Chlorophyll gh*  
 191. *Chlorophyll gi*  
 192. *Chlorophyll gj*  
 193. *Chlorophyll gk*  
 194. *Chlorophyll gl*  
 195. *Chlorophyll gm*  
 196. *Chlorophyll gn*  
 197. *Chlorophyll go*  
 198. *Chlorophyll gp*  
 199. *Chlorophyll gq*  
 200. *Chlorophyll gr*  
 201. *Chlorophyll gs*  
 202. *Chlorophyll gt*  
 203. *Chlorophyll gu*  
 204. *Chlorophyll gv*  
 205. *Chlorophyll gw*  
 206. *Chlorophyll gx*  
 207. *Chlorophyll gy*  
 208. *Chlorophyll gz*  
 209. *Chlorophyll ha*  
 210. *Chlorophyll hb*



EDIFICA O PAIS  
COM DILIGENCIA  
E ECONOMIA

SENAS  
PROPRIAS  
E LUTAR  
MENTE



Jianzhou

bong kien

Expo CHINA

QR code

A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...  
A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...  
A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...

Expo CHINA

A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...  
A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...  
A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...

Expo CHINA

A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...  
A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...  
A história da nossa melhor profissão. A gente dos antigos reis da terra incógnita que...



EXPO  
CHINA



Abrangendo milhares de quilômetros e anos, as antigas rotas da seda incorporaram o espírito de paz e cooperação, abertura e inclusão, aprendizado mútuo e benefício mútuo. O espírito da Rota da Seda tornou-se uma grande herança da civilização humana.

A história é nossa melhor professora. A glória das antigas rotas da seda mostra que a distância geográfica não é intransponível. Se damos o primeiro passo corajoso em direção um ao outro, podemos embarcar em um caminho que leva à amizade, ao desenvolvimento compartilhado, à paz, à harmonia e a um futuro melhor.

(Xi Jinping, 2017)

A Grandeza já não precisa da cidade, ela compete com a cidade; ela representa a cidade; ela antecipa-se à cidade; ou melhor ainda, ela é a cidade. A Grandeza gravita oportunisticamente para localizações de máxima promessa infraestrutural, é definitivamente, a sua própria razão d'être. A Grandeza é o último bastião da arquitetura - uma contração, uma hiper-arquitetura. A Grandeza prepara o terreno para um depois-da-arquitetura.

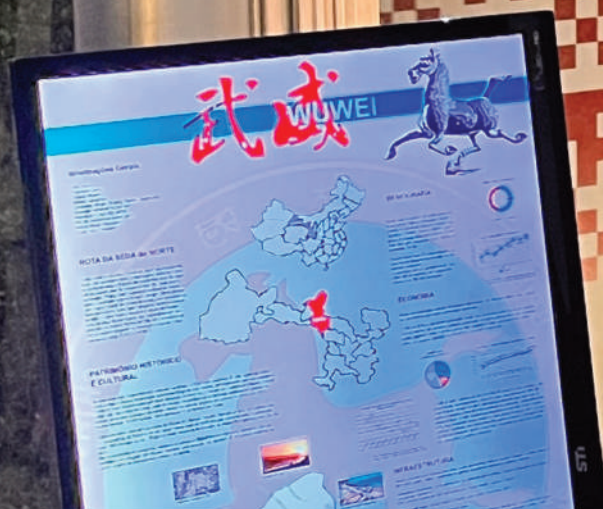
(Rena Koolhaas, 1994)

Inicialmente interessados por peculiaridades chinesas envolvendo a produção de uma arquitetura contemporânea construída a uma velocidade nunca vista antes na história da construção de edifícios e cidades, embarcamos pela Rota da Seda e tecemos coletivamente - professores e alunos - caminhos entre o Ocidente e o Oriente atravessando o Império do Meio. Descobrimos que a Rota da Seda são várias - rotas da seda -, e que ela não pertence ao Oriente, assim como também não pertence ao Ocidente. Sua vocação é a conexão intercivilizatória. Nas rotas da seda, as perspectivas do mundo se alternam e, assim como Marco Polo, nos encontramos (des)localizados ao visitar outras civilizações. Desde então, buscamos entender essas outras histórias, culturas, pensamentos e técnicas. Na primeira década do século XXI, o projeto Belt and Road Initiative inaugura a possibilidade de compartilhar idéias, riquezas e projetos de desenvolvimento infraestrutural interconectado globalmente sob uma perspectiva do Sul Global. Para além da intensificação de novos arranjos geopolíticos não hegemônicos, onde parcerias de benefícios mútuos escapam da concepção Ocidental Imperial, abre-se um novo leque de alternativas econômicas e produtivas por meio de relações de ganha-ganha (win-win), trazendo um projeto de mundo multipolar onde o futuro é compartilhado dentro de uma possível e potente ecocivilização.

A EXPO CHINA resulta do acúmulo investigativo envolvendo disciplinas de graduação e pós-graduação, webinários e artigos científicos, nos quais trabalhamos intensamente o tema do Desenvolvimento Urbano Chinês. Organizamos um material artístico-expositivo a partir da cartografia de 40 cidades que participam da Belt and Road Initiative. As cidades investigadas ao longo desses anos aparecem em destaque tanto no "GRANDE MAPA" da exposição quanto nos posters "CIDADES E ROTAS" (em televisor) que sintetizam, junto ao site criado, um banco de dados realizado em processos cartográficos durante o ensino remoto. Na construção desta exposição, mais de 180 pessoas estiveram diretamente envolvidas. Foram 29 alunos de pós-graduação, 131 alunos de graduação de cursos variados: Arquitetura e Urbanismo, Economia, Geografia, Letras e Relações Internacionais. Contamos também com a participação de 33 palestrantes e ilustres convidados, dentre eles: a Presidente Dilma Rousseff e o Ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China Qu Yuhui.

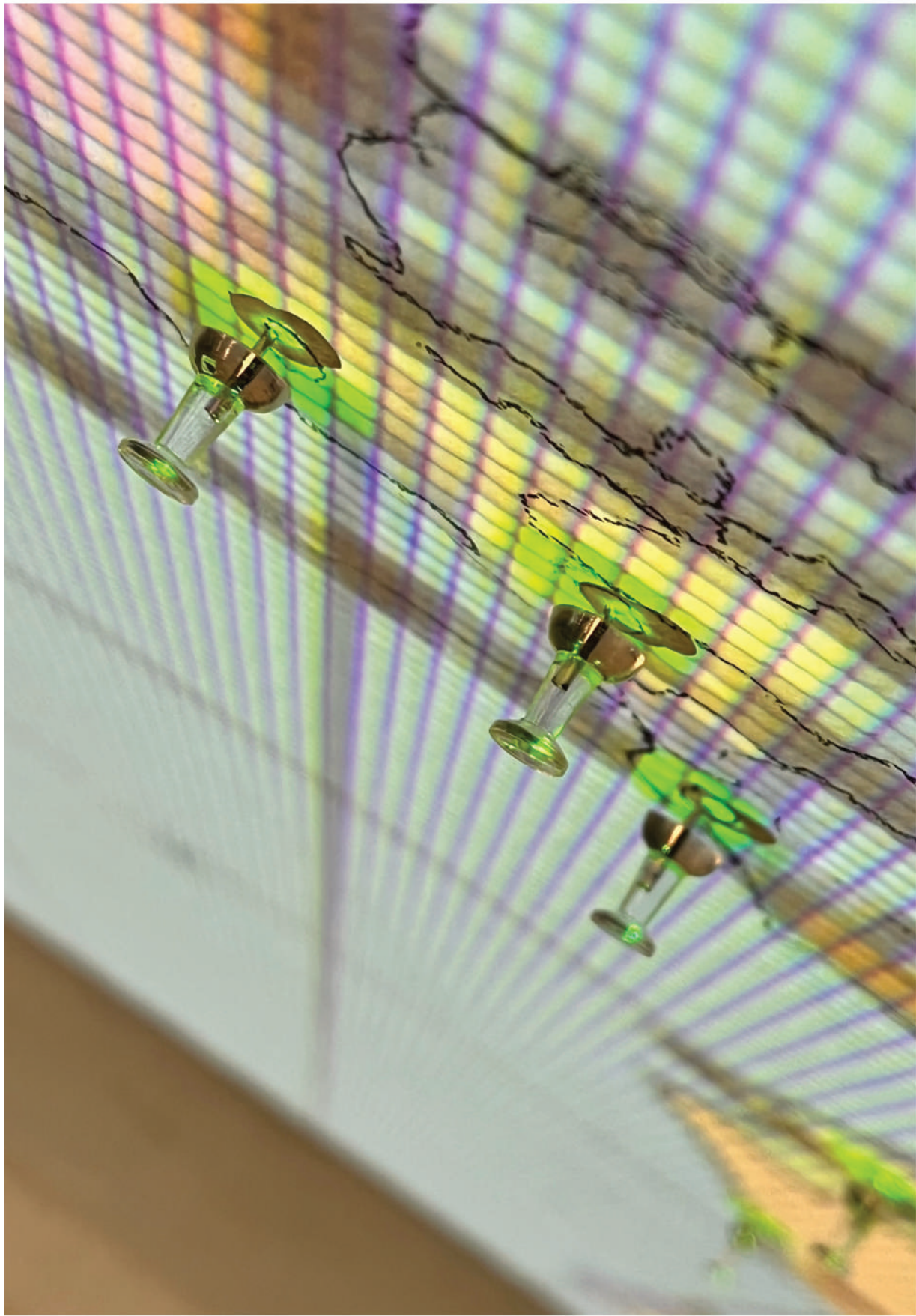
**equipe curatorial:**  
Natacha Rena (EA PACPS NPGAU UFMG)  
Marcelo Maia (EA UFMG)  
Gabriela Bitencourt (NPGAU UFMG)  
Alexandre Fraga (NPGAU UFMG)  
Sarah Dapieve (PACPS UFMG)  
Anderson Chagas (EA UFMG)

**graduandos:**  
Camila Lopes (EA-UFMG)  
Carolina Mazziero (EA-UFMG)  
Gabriela Cangussu (EA-UFMG)  
João Paulo Souto (EA-UFMG)  
João Vitor Lima (EA-UFMG)  
Laura Figueiredo (EA-UFMG)  
Marina Rizzo (EA-UFMG)  
Marina Vilela (EA-UFMG)  
Pedro Lopes (EA-UFMG)  
Rafaela Nonato (EA-UFMG)  
Raquel Motta (EA-UFMG)  
Rafaela Motta (EA-UFMG)







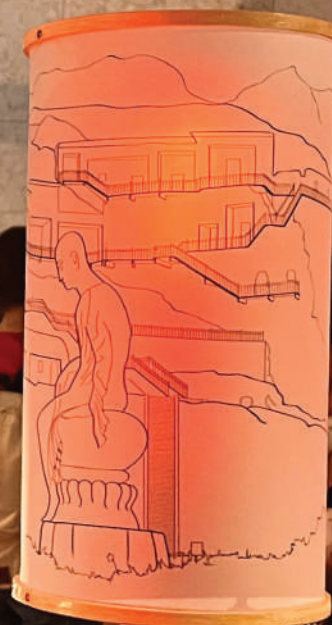






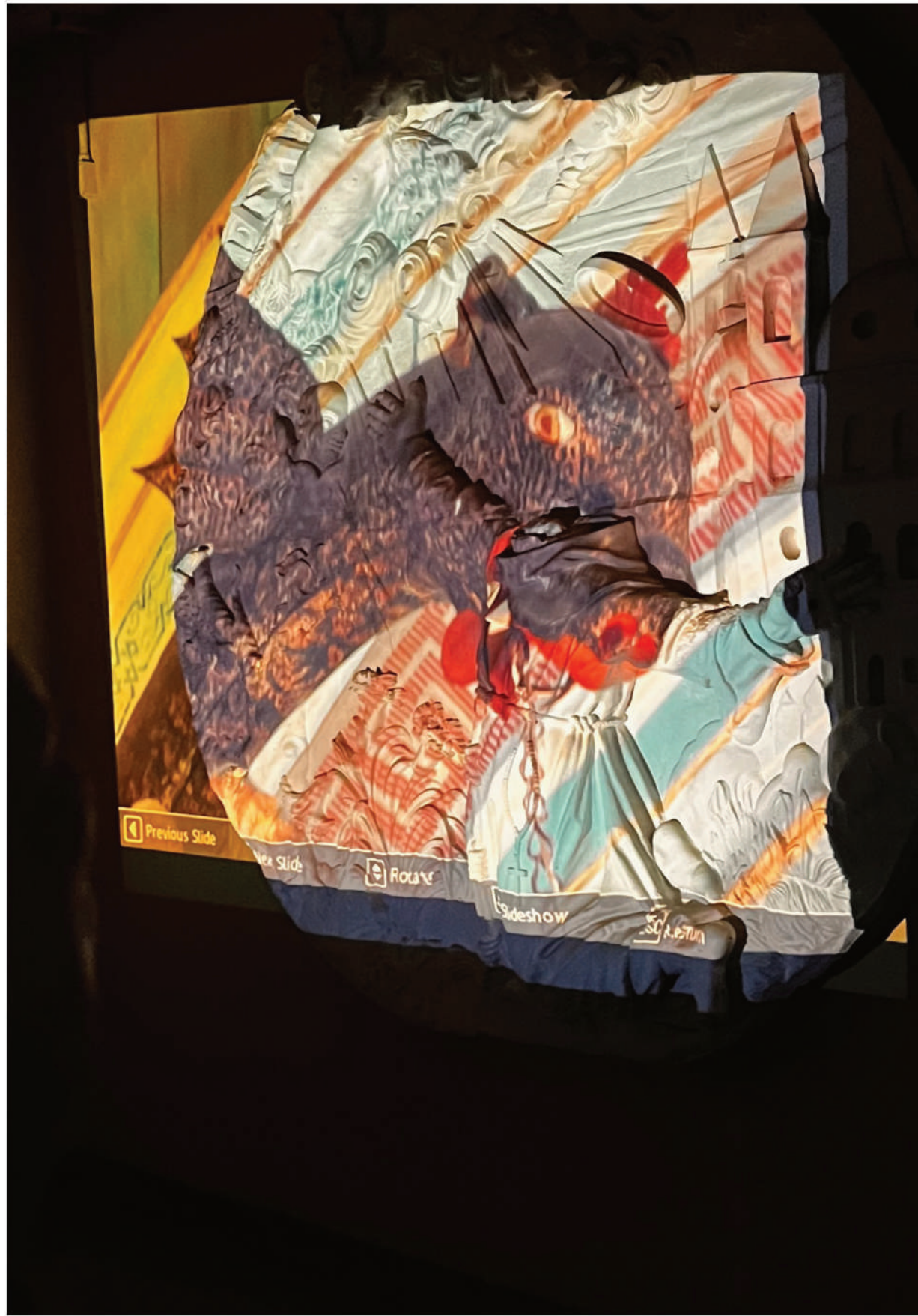


瓜达尔自由区  
GWADAR FREE ZONE



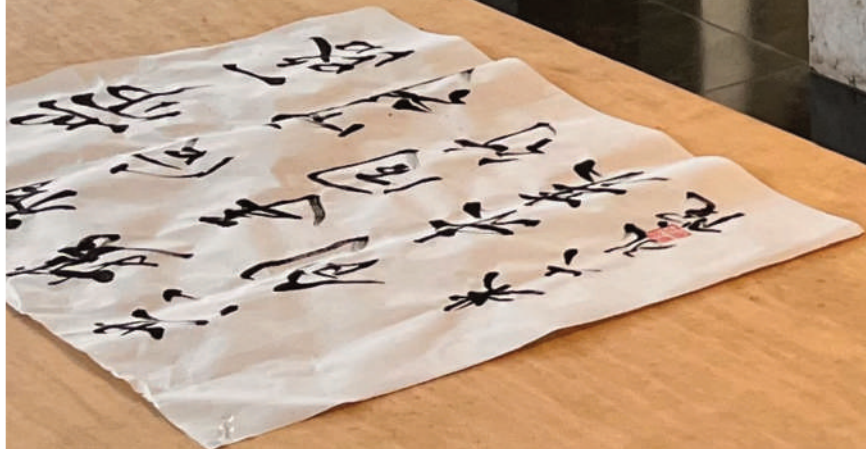
温州路步行街







O uso de  
máscara é  
obrigatório



中国印

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# Sumário

---

## ensaio gráfico

**58** **A Multidão na Cidade**  
por Henrique Porto

## ensaios

**92** **Palestra proferida pelo economista Márcio Pochmann durante o webnário “Geopolítica e Desenvolvimento Territorial”**  
transcrição por Matheus Coelho

## artigos

**110** **Nomos, polis e gravitas: o corpo em movimento como gesto e política**  
por Alemar Rena

**134** **Insurgir-se contra o Estado, incidir sobre o Estado: debate sobre as insurgências multitudinárias do século XXI**  
por Natacha Rena, Maíra Nobre e Henrique Porto

**164** **MAPAS-MOVIMENTOS: possibilidades de atualização das cartografias críticas e das narrativas urbanas**  
por David Moreno Sperling e Gabriel Teixeira Ramos

**190** **O trazismo chinês: a arte de construir o mundo**  
por Calebe Guerra e Leandro Ferrari

**228** **Utopia, distopia e imaginários urbano-rurais na e a partir da China**  
por Isabella Flach Gomes

**248** **Superar o aceleracionismo por uma ecocivilização**  
por Marcelo Reis Maia e Caio Augusto Gonçalves Silva

**300** **O Sonho Chinês: O papel da cultura na afirmação do Rejuvenescimento Nacional**  
por Jhonathan Edgar Matos Mariano

**324** **Atravessar o rio seguindo as pérolas: a influência de Shenzhen no desenho dos novos projetos urbanos globais**  
por Danilo Caporalli Barbosa e João Paulo Souto

**358** **Paradiplomacia de dados: conexão das smart cities do Brasil com a Iniciativa Digital e Verde Cinturão e Rota da China no setor da indústria criativa**  
por Marcos Cordeiro Pires e Tadeu Luciano Seco Saravalli

**388** **A produção do espaço condicionada entre a smart city e o urbanismo de plataforma**  
por Pedro Henrique Cícero Ferreira

**412** **Fenomenologia rodoviária: por uma abordagem relacional**  
por Pedro Moraes

**448** **A crise na Ucrânia e suas possíveis causas e desdobramentos para o Brasil e o mundo multipolar**  
por Lara Figueiredo Peres Pessl e Carlos Rafael Varnier Balarini

**472** **Symbolic Capital: Bourdieu critiqued from a marxist-lacanian perspective**  
por Beatriz Couto

e

n

s

a

i

o



# a multidão



# na cidade




# insurgências, participação e soberania popular



## A multidão na cidade: insurgências, participação e soberania popular

por Henrique Porto\*

**\*Henrique Porto** é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Durante a graduação, atuou enquanto bolsista de pesquisa e extensão nos projetos Urbanismo Biopolítico, Geopolítica e Cidades, Geopolítica e Territórios e Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, todos eles vinculados ao grupo de pesquisa Indisciplinar. Atualmente, segue vinculado ao grupo e ao recém iniciado grupo de pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial (GeoPT).



“a máquina do mundo se entreabriu  
para quem de a romper já se esquivava  
e só de o ter pensado se carpia.”

Carlos Drummond de Andrade em *A Máquina do Mundo*,  
publicado originalmente em *Claro Enigma* (1951)

Gráfico - páginas por capítulo



Gráfico - número de “figurações” de cada tema da investigação estética



Gráfico - número de “figurações” de cada tema da investigação estética por capítulo

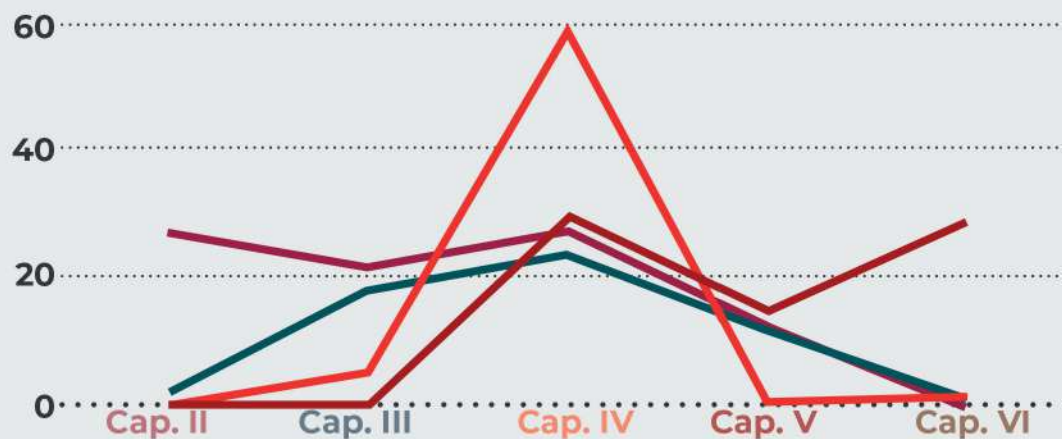


Diagrama - trânsito entre escalas ao longo do texto

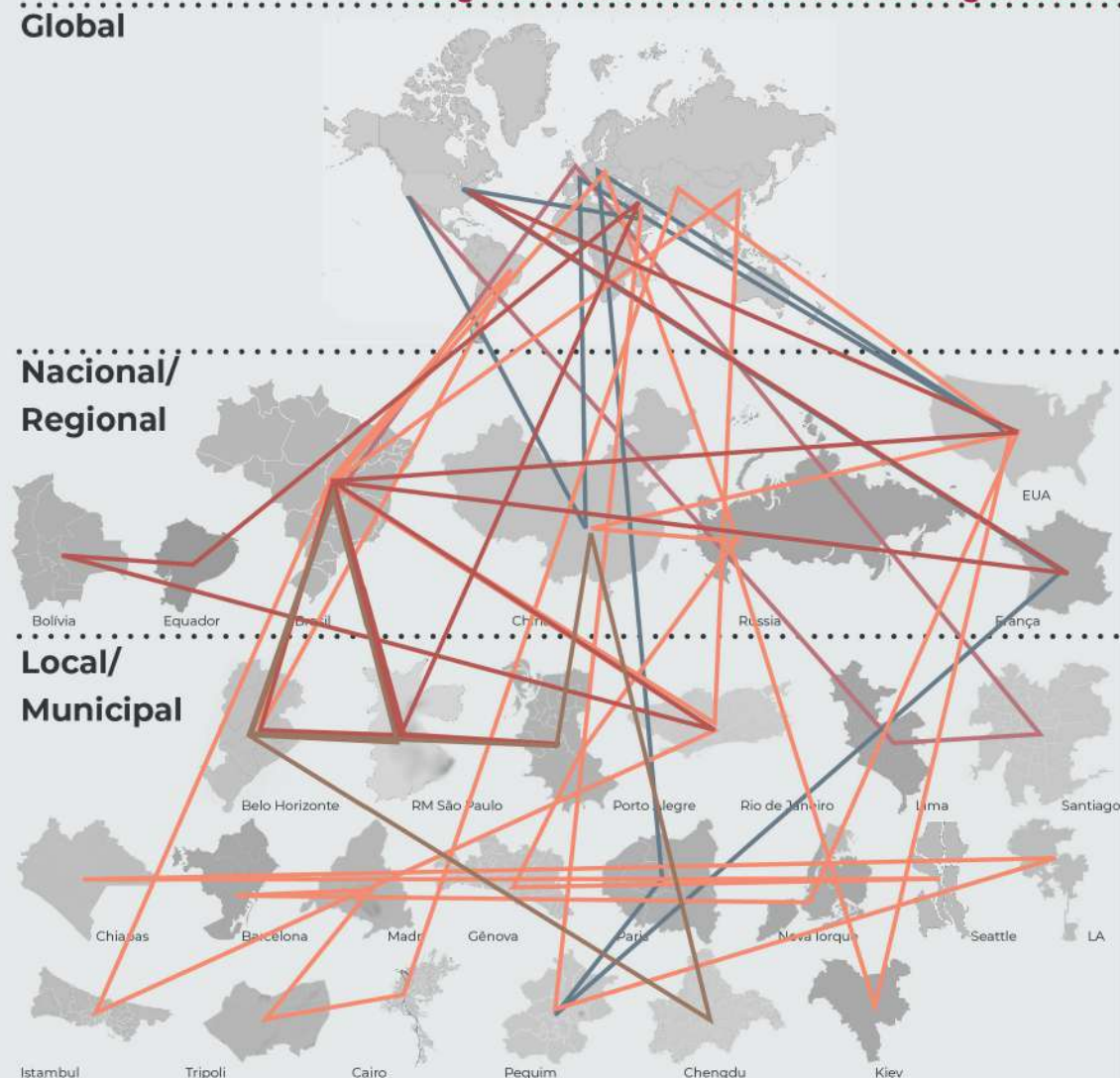
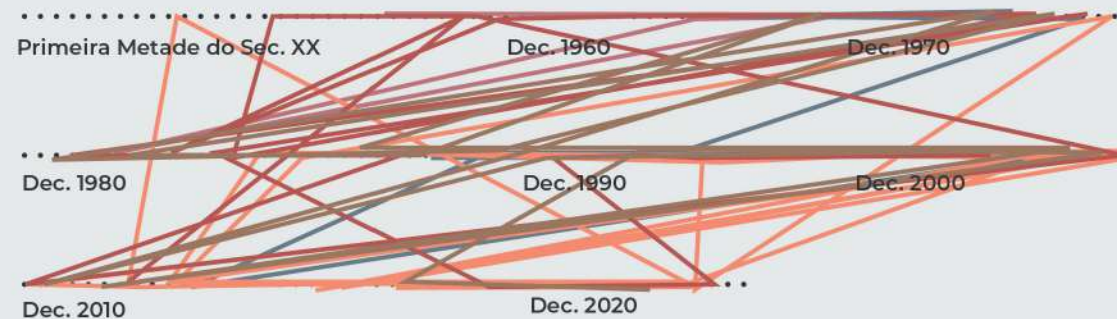


Diagrama - trânsito entre temporalidades ao longo do texto



Este ensaio gráfico é fruto de recortes da monografia de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada “*A multidão na cidade: insurgências, participação e soberania popular*”<sup>1</sup>, de Henrique Dias Porto, apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, sob orientação da professora Natacha Rena e co-orientação da professora Gisela Barcelos. O trabalho desenvolvido para a monografia tem como tema as diferentes formas assumidas pela busca pela incidência da vontade popular sobre os assuntos do Estado e da política urbana, sobretudo a partir do conceito de *multidão*, proposto por Michael Hardt e Antonio Negri (2012, 2014).

Identifica-se que, em Belo Horizonte, têm destaque dois ciclos de esforços nesse sentido, sendo um caracterizado pela participação popular institucionalizada, e outro, de movimentos autônomos, culturais e criativos. Assim, a partir destas experiências, buscou-se neste trabalho levantar questões de ordem urbanística, filosófica e estética a respeito da mediação entre planejamento e autonomia, entre desenvolvimento e diferença; entre uma perspectiva de um “incidir sobre o Estado” e outra de um “insurgir-se contra o Estado” no âmbito da política urbana, mas também da geopolítica, da economia e da cultura. Conforme ilustrado nos gráficos e diagramas das páginas anteriores, esta investigação não se restringe às duas recentes experiências de Belo Horizonte, exetendendo-se por diversas localidades e temporalidades que se buscou conectar em uma perspectiva cartográfica<sup>2</sup>. Além disso, buscou-se, para esta investigação, mobilizar uma dimensão gráfica e estética da cartografia, entendida enquanto uma ampliação dos sentidos da representação territorial<sup>3</sup>.

Sendo assim,<sup>0:</sup>conforme exemplificado abaixo, as páginas deste trabalho foram divididas ao meio para que esta elaboração estética ocorra ao longo/em paralelo ao texto. Para tanto, elencou-se quatro temas mobilizados em uma bricolagem de elementos estéticos. São eles: “**O pensamento pós-estruturalista e as cidades**”, “**A máquina biopolítica globalizada**”, “**As insurgências multitudinárias**” e “**A busca por soberania popular**”. Assim, ao longo do texto, serão marcados com <sup>1:</sup>tarjas coloridas (com a cor correspondente ao tema relacionado) e numerados os trechos que se relacionam com cada um destes <sup>2:</sup>quatro temas. A numeração (posicionada antes do texto, a fim de se diferenciar das notas de fim) corresponderá a algum elemento estético localizado na parte de baixo da página. Sendo assim, o texto se conecta à bricolagem estética, na qual se relacionam colagens, diagramas, anotações, gráficos, mapas, dentre outros elementos, visando mobilizar a dimensão estética das reflexões e questionamentos que se pretende criar com este trabalho.

Este ensaio busca retratar justamente esta dimensão da monografia: a investigação estética. Assim, a seguir, serão apresentadas algumas páginas do trabalho, contudo, com a supressão do texto propriamente dito, justamente para que se possa destacar a parte de baixo das páginas, onde ocorre esta investigação de ordem gráfica, estética e semiótica mobilizada ao longo do trabalho.

0: Bricolagem Estética // linha de Acontecimentos  
// linha do tempo em movimento (não linear, não circular) // paisagem linear

Imagem/colagem/  
gráfico/diagrama/etc.

Exemplo

Numero de  
referência no  
texto:

1: Exemplo

Tarja na cor do tema  
relacionado

Legenda

Linha de referência  
ligando à linha  
da cor o tema  
relacionado

O Pensamento Pós-estruturalista e as cidades

2:

A máquina biopolítica globalizada

2:

As insurgências Multitudinárias

2:

A busca por soberania popular

2:

desafio político não de resistir aos processos da globalização neoliberal, ao Império, etc., mas de “reorganiza-los e canalizá-los para novos objetivos” (HARDT; NEGRI, 2014, p.15). As forças da multidão seriam, portanto, capazes de formar um *Contra-Império* agindo de forma autônoma frente aos fluxos globais no sentido da criação de novas formas democráticas e poderes constituintes capazes de superar a totalidade imperial. Destaca-se que, nos primeiros anos do século XXI, os autores acreditavam que esta luta já havia começado.

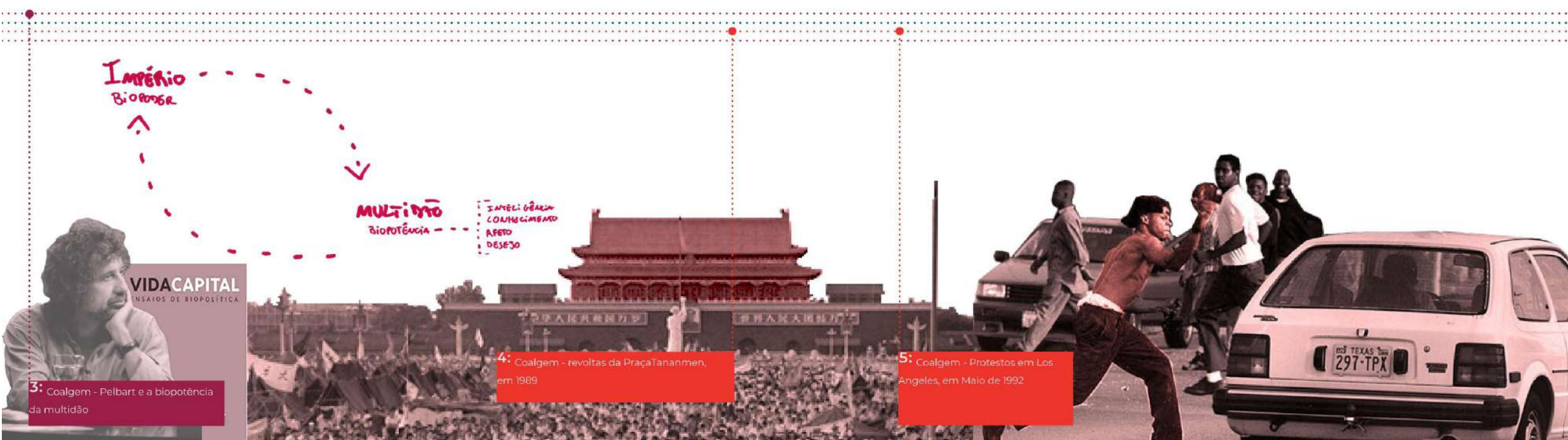
Pelbart (2011) ressalta que o conceito de multidão é elaborado a partir de uma inversão do sentido pejorativo do biopoder e da biopolítica, considerando que no “corpo biopolítico coletivo” estariam localizadas a produção e reprodução da vida em um “misto de inteligência, conhecimento, afeto, [e] desejo”. (PELBART, 2011, p. 83-4). O autor identifica que o próprio Foucault teria intuído a respeito desta possível inversão. Entretanto, foi apenas em Deleuze que tal proposição ganhou maior robustez. Foi ele o responsável por elucidar que o poder sobre a vida acabaria contraposto ao poder da vida. Esta potência da vida equivaleria, segundo Pelbart (2011) à **3: biopotência da multidão**.

Resta o fato incontestável que a potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção, que é cada vez mais a fonte primordial de riqueza do próprio capitalismo, debora (sic) a axiomática capitalística. Pois é também o lugar onde se gestam novas modalidades de insubmissão, de rede, de contágio, de inteligência coletiva, a exemplo dos engenheiros

de informática que desenvolvem programas socializados gratuitamente, burlando as regras do copyright, ou de cientistas se rebelando contra o patenteamento de invenções por parte das multinacionais. Portanto, mesmo que o poder abrace a vida como um todo, intensiva e extensivamente, no avesso dessa integralização exaustiva aparece a potência biopolítica, a biopotência da multidão na sua desmesura. (PELBART, 2011, p. 84)

Pelbart (2011) ressalta que a emergência multitudinária biopotente é marcada por uma modificação na forma de construção das lutas sociais contaminada pela realidade rizomática imperial. Nesse sentido, essas lutas, contrárias a uma nova forma de dominação, deveriam ser intrinsecamente fluidas e desestruturadas, favorecendo uma lógica da imanência, da livre associação, dos fluxos criativos e desejantes em oposição à estrutura rígida e verticalizada das organizações militantes tradicionais.

Frente à aposta multitudinária, Hardt e Negri (2012; 2014) vislumbraram um caráter biopotente nas lutas que emergiam no contexto da formação do Império. Para os autores, tratava-se do surgimento de uma nova qualidade de movimentos sociais que ao cruzar pautas de cunho econômico, político e cultural, incidiria sobre elementos da própria vida sendo, por consequência, biopolíticos. Atenta-se para o fato de que não se trata de um ciclo de lutas, mas da semente de um porvir, no qual novos espaços públicos e experiências de comunidades poderiam ser criados. Os movimentos, apesar de localizados, com pautas relacionadas a questões específicas apresentaram, invariavelmente, elementos que tangencia



vam problemáticas globais, atacando a constituição imperial em sua generalidade. <sup>4</sup>:A Praça Tiananmen na China (1989). <sup>5</sup>:Revolta de maio de Los Angeles (1992), o movimento dos <sup>6</sup>:Zapatistas em Chiapas, no México (1994), as greves francesas (1995) e sul-coreanas (1996) teriam sido expoentes, citados pelos autores, por meio dos quais é possível realizar essa associação local-global. Em Los Angeles, por exemplo, apesar do foco em questões raciais e territoriais, seria possível observar um repúdio ao movimento pós-fordiano. Em Chiapas, no México, por sua vez, às questões específicas relacionadas à representatividade frente ao Estado mexicano, eram somadas a uma crítica iminente ao regime social imposto pelo NAFTA. Por fim, as greves de Paris, de cunho trabalhista, reivindicavam uma nova concepção do que é público, criticando, também, o projeto de globalização capitalista.

Os autores ressaltam que por serem circunscritas a suas realidades e enfrentamentos locais, essas lutas seriam impedidas de “viajar horizontalmente” de modo a formar um ciclo global de contestações à autoridade imperial. Em vez disso, as lutas seriam forçadas a uma “expansão vertical”, capaz de tocar questões críticas na escala do Império e, por isso, seriam embriões de uma luta biopotente em busca de uma alternativa real. Nesse sentido, Hardt e Negri (2014, p.75) destacaram a necessidade de fortalecer a comunicação e reconhecimento mútuo entre estes movimentos, produzindo uma linguagem cosmopolita e, principalmente, o reconhecimento de seu inimigo comum: a autoridade imperial. Talvez o levante ocorrido em Seattle, nos EUA, em 1999, tenha sido um dos primeiros passos na direção de lutas inerentemente globais. As manifestações, conhecidas como <sup>7</sup>:“Batalha de Seattle”

foram realizadas como forma de oposição à realização da cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo como objetivo paralisar as negociações, buscando desmantelar a agenda neoliberal. As passeatas eram identificadas com o movimento *anti-globalização* e defendiam a pauta de uma *revolução global*. Além disso, aprofundando uma tendência inaugurada pelos Zapatistas em Chiapas, o levante norte americano passaria a utilizar a internet como forte elemento de luta, fundando, naquele momento, uma articulação entre redes e ruas, muito cara aos movimentos vindouros.

#### 4.1 A aposta Multitudinária e os movimentos insurgentes do século XXI

A Batalha de Seattle teve grande repercussão e os movimentos antiglobalização se espalharam mundialmente. Os manifestantes se posicionaram contrários a realização de cúpulas do FMI, Banco Mundial, da União Europeia, do G-8, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fórum Econômico Mundial (FEM) - organizações identificadas como centros de poder imperial. O auge deste processo se deu em <sup>8</sup>:Gênova (2001) quando cerca de 300 mil pessoas ocuparam as ruas para protestar contra a reunião do G-8 sendo duramente reprimidas pelo governo Berlusconi.



por exemplo, o grupo *Otpor!*, um dos atores centrais do levante “colorido”, foi financiado e treinado pela NED, USAID e International Republican Institute (IRI) - vinculado ao Partido Republicano dos EUA. Após o sucesso de suas ações, *Otpor!* foi responsável por treinar oposições de outros países membros da antiga URSS.

Nesse sentido, o caso da **9ª Revolução Laranja (2005)** na Ucrânia, se destaca. O processo se deu em um contexto de eleições presidenciais entre o candidato representante de ONGs e grupos econômicos de Kiev, Viktor Yushchenko, favorável à adesão do país à União Europeia e à OTAN, e o então governador da província de Donetsk (onde há maioria étnica russa), Viktor Yanukovich, cujo projeto político era baseado na reintegração ucraniana nas cadeias produtivas russas, com acordos no ramo de petróleo e gás, exportação de armamentos, instalação de bases militares russas no Mar Negro e adesão à Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEC). A integração cultural e econômica entre Ucrânia e Rússia parecia a saída natural aos problemas econômicos envolvendo grande endividamento acumulado pelo país em seus menos de 30 anos de independência da URSS. Em oposição, a adesão às instituições da comunidade europeia, proposta por Yushchenko, representava uma necessidade de enormes e onerosas adequações institucionais e uma dificuldade ainda maior de vislumbrar um fim da submissão do país à bilionária dívida contraída com o FMI.

Assim, os protestos da Revolução Laranja foram iniciados entre 2004 e 2005 em prol da anulação da eleição de Viktor Yanukovich sob a alegação de fraude eleitoral. A Revolução

contou com forte apoio internacional - foram gastos US\$65 milhões por parte dos EUA ao longo de dois anos com organizações que fomentavam pautas de interesses imperiais - resultando na anulação das eleições e na convocação de um segundo pleito, no qual Yushchenko foi vitorioso.

#### 4.1.2 Crise de 2008

Esse momento de lutas no início da década de 2000 foi fortemente impactado por um dos acontecimentos mais relevantes do século até os dias de hoje: <sup>18</sup> a crise financeira de 2008. Iniciada nos Estados Unidos, a crise teve como principal componente o “estouro” da bolha dos ativos financeiros chamados de subprime, ou seja, a negociação de títulos imobiliários baseados nas hipotecas, que haviam se tornado uma maneira muito popularizada de obtenção de créditos. Desta forma, o mercado imobiliário, cada vez mais atraente, transformou-se em uma fonte aparentemente inesgotável de financeirização. Contudo, com o passar do tempo, a inadimplência com as hipotecas fez com que esses títulos imobiliários se tornassem créditos podres que serviam como securitização para um imenso mercado especulativo. Esse movimento poderia ser bastante ilustrativo do modelo de acumulação flexível que vinha se desenvolvendo, sobretudo nos EUA, desde os anos 1970. A crise gerou uma enorme reação em cadeia no sistema financeiro internacional, ocasionando a quebra de grandes bancos, como o Lehman Brothers. Os efeitos da crise foram sentidos em todo



nos anos 1990, como resultado dos processos políticos e econômicos em escala global que descrevemos no capítulo anterior. Assim, a queda da União Soviética, a conformação de um unilateralismo militar e econômico centrado nos EUA/OTAN e a expansão do capital financeiro como amálgama da produção da vida são condições para a pertinência dos conceitos como Império, CMI e mesmo as Sociedades de Controle. Guattari e Rolnik (1977) colocam inclusive, que o capitalismo seria mundial e integrado pois teria superado barreiras geográficas antes impostas a ele, como o bloco soviético e a China maoísta.

O capitalismo se engajou no caminho de um controle planetário, visando cada indivíduo. Sem dúvida ele chega hoje – com a integração atual da China – ao ápice de sua potência, mas talvez, também, ao ponto extremo de sua fragilidade! Ele desenvolveu um tal sistema de dependência generalizada que o menor grilo em seu funcionamento acabará tendo, talvez, consequências incontornáveis.(...)

O capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle. (GUATTARI; ROLNIK, 1977, p.207-211)

Essa integração, ou **10: “simbiose” com o sistema chinês**, descrita pelos autores parece ser, sobretudo, representada pelas reformas empreendidas por Deng Xiaoping no

final dos anos 1970. De fato, como descrito anteriormente, a possibilidade assinalada pelo regime chinês de realocação das estruturas produtivas capitalistas, antes localizadas nos EUA, Europa e Japão, para as novas ZEEs chinesas, conformou a evolução do capitalismo mundial de maneira fundamental a partir daquele momento. A “abertura” chinesa a investimentos estrangeiros parecia ser a peça que faltava ao capitalismo ocidental para a conformação de uma mobilidade e velocidade absolutas. Harvey (2008b), por exemplo, chega a apontar **11: Deng Xiaoping** como um dos grandes nomes do neoliberalismo, ao lado de Thatcher e Reagan, e seu projeto como um desvio em relação ao caminho maoísta. Esse “desvio” seria, inclusive, o berço das insatisfações que levariam ao - conforme o classificaram Hardt e Negri (2014) - multitudinário levante na Praça Tiananmen, em 1989.

Contudo, em face das transformações geopolíticas observadas ao longo das duas últimas décadas, muitos autores começam a questionar a pertinência desta ordem “unilateral”, justamente a partir da experiência chinesa. Elias Jabbour (2019), por exemplo, avalia que a proclamação do socialismo de mercado como horizonte do sistema chinês representa não um desvio do projeto maoísta, mas sim uma reorientação a partir das mesmas bases ideológicas aos desafios do momento presente. O autor argumenta que, ao invés de seguir o modelo soviético, que degingolava com o abandono do fordismo em escala mundial, Deng Xiaoping optou por orientar o Estado chinês para um papel de planejador, tendo em vista a coordenação e a socialização dos investimentos.



**10:** Coalgem - Guattari e Rolnik e a simbiose chinesa com o CMI

**11:** Coalgem - Deng Xiaoping e a modernização da China. Ao fundo, o encontro de Mao Zedong e Nixon

teve uma independência política e subjetiva - absolutamente subestimada pelos ocidentais. Essa diferença fundamental se expressa de maneira muito clara no fato de que, enquanto a política ocidental está imersa em crises de representatividade - baseadas, sobretudo, na percepção da identificação das classes políticas com o poder financeiro - a confiança dos chineses no PCCh alcançou os 98% em 2020, conforme levantamento do Washington Post.

Além disso, as transformações geopolíticas empreendidas pelo <sup>12:</sup>desenvolvimento do modelo chinês não se restringem apenas à China e ao seu entorno. Os pesquisadores Javier Vadell, Leonardo Ramos e Pedro Neves (2014) argumentam que o desenvolvimento chinês no século XXI estaria conformando uma alternativa (em termos geoeconômicos e enquanto rede de poder global) ao Consenso de Washington, a qual nomeiam como "Consenso Asiático". (VADELL; RAMOS; NEVES, 2014, p.92 - traduzido pelo autor). Segundo os autores, as reformas empreendidas pela China ao longo das décadas de 1980 e 1990 diferiram bastante daquelas aplicadas nos países africanos e latino-americanos no escopo do Consenso de Washington, figurando uma abertura gradual e controlada pelo Estado ao mercado global, em oposição à "terapia de choque", recomendada pelo FMI e Banco Mundial. Nesse sentido, a China teria sido capaz, a partir do início do novo milênio, de inserir-se no cenário internacional como uma influência positiva que, além de impulsionar o desenvolvimento de países pobres ou em desenvolvimento a partir da demanda por commodities e produtos primários, estaria criando "novas oportunidades de comércio, investimento em energia e recursos naturais, e de auxílio financeiro e infraestrutural" para estes países. (VA-

DELL; RAMOS; NEVES, 2014, p.98 - traduzido pelo autor).

Ao contrário do "auxílio" prestado pelo FMI e pelo Banco Mundial ao longo das décadas de 1980 e 1990, os investimentos chineses em países latino-americanos e africanos não são acompanhados de condicionalidades políticas por ajustes estruturais, mas sim prezam pelo princípio de autodeterminação em uma visão Confuciana de um mundo harmonioso. Assim, em face da decadência ideológica do Consenso de Washington - enquanto rede de poder Norte-Sul - e do neoliberalismo como razão de mundo associada a este modelo, a crescente inserção internacional chinesa e o crescimento associado de nações emergentes estariam aparecendo enquanto um movimento em direção a uma configuração alternativa na rede de poder Norte-Norte, Norte-Sul e, sobretudo, Sul-Sul. (VADELL; RAMOS; NEVES, 2014).

Esse movimento é fortemente evidenciado a partir do início do mandato do presidente Xi Jinping, em 2013. O governo de <sup>13:</sup>Xi Jinping tem sido responsável pela formação e/ou fortalecimento de acordos comerciais, instituições financeiras e blocos geopolíticos entre nações em desenvolvimento e orientadas em uma perspectiva mutuamente benéfica (ou "ganha-ganha"). Destacam-se a chamada <sup>14:</sup>Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* - BRI, também conhecida como "Novas Rotas da Seda") e o fortalecimento da <sup>53:</sup>Organização de Cooperação de Shanghai (*Shanghai Cooperation Organization* - SCO). A primeira se trata de uma série de acordos comerciais, de infraestrutura e logística, envol-

DIAGRAMA - Evolução das linhas de trem bala na China em dez anos

2008

2018

Linhas com velocidade maior que 300 km/h  
Linhas com velocidade entre 200 e 300 km/h  
Linhas com velocidade até 200 km/h

<sup>12:</sup> Coalgem e Diagrama - "Skyline" do Pudong, em Shanghai, e diagrama da evolução das linhas de trem bala na China em dez anos.

<sup>13:</sup> Coalgem - o presidente Xi Jinping em visita a um empreendimento portuário da BRI na Grécia



figura do novo sindicalismo). Assim, após a vitória no pleito de 2002, o Governo Lula foi responsável por elevar o Brasil, de uma situação <sup>61</sup> de endividamento severo com o FMI, a credor desta mesma instituição.

Além disso, neste período, o país acumulou reservas cambiais de US\$ 370 bilhões, elemento fundamental para reduzir a vulnerabilidade do país no cenário internacional, inclusive frente à crise financeira de 2008. Os economistas Aloizio Mercadante e Marcelo Zero (2018) argumentam que o acúmulo de reservas cambiais representou uma importante inflexão macroeconômica em relação ao período anterior, marcado pela crise da dívida externa. Os autores sustentam que as reservas representaram a superação da estratégia de “âncora cambial”, adotada após o Plano Real, que teria levado o país à subordinação às condicionalidades de ajuste estrutural impostas pelo FMI. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.67).

Este período também foi marcado por uma reorientação nas relações internacionais em busca da formação de arranjos contra-hegemônicos, baseados na cooperação Sul-Sul. O fortalecimento de <sup>17</sup> Mercosul e a criação da CELAC e da Unasul foram iniciativas centrais nesse sentido, que possibilitaram o fortalecimento das relações regionais e a elevação das exportações de manufaturas brasileiras. Ressalta-se que é neste mesmo período em que estabelecem-se uma série de governos populares na América do Sul (Hugo Chávez, na Venezuela [2002]; Evo Morales, na Bolívia [2006]; Nestor Kirchner, na Argentina [2003];

Rafael Correa, no Equador [2007]; Fernando Lugo, no Paraguai [2008], e seus sucessores, em alguns dos casos) igualmente orientados à integração regional. Enquanto elemento mais importante dessa reorientação, tem destaque a formação dos <sup>18</sup> BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) - sob iniciativa preponderantemente brasileira -, bloco que reúne cinco das nações mais populosas, com maior extensão territorial e, naquele momento, com taxas mais expressivas de crescimento econômico em todo o mundo. Tozi (2018) argumenta que a formação do bloco é orientada por uma coerência geopolítica dos países-membros, uma vez que todos eles seriam “países-monstros”, ou seja: territórios continentais com populações gigantescas, marcados pela heterogeneidade e complexidade. (TOZI, 2018, p.91). Nesse sentido, o autor defende que a formação dos BRICS seria também um ponto fundamental na dinâmica geopolítica do século XXI e na disputa por hegemonia, tornando o Brasil um ator absolutamente central na articulação de arranjos contra-hegemônicos em oposição ao Império.

A iniciativa da formação do bloco veio acompanhada da criação de um banco de desenvolvimento - o chamado New Development Bank (NDB), ou Banco dos BRICS - e da formação de reservas cambiais conjuntas - no Acordo Contingente de Reservas. Essas medidas apontavam no sentido da busca por novos mecanismos de financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento para estes países (bem como outros países do Sul Global) e de blindagem em relação às arbitrariedades do sistema financeiro internacional, preponderantemente controlado pelas instituições sediadas em Washington (BM e FMI). Além



um "Brasil Maior", e de outro o "lulismo selvagem" - conforme abordado anteriormente -, que emergia da radicalização democrática "desde baixo", "a partir das minorias e seus devires". (COCCO; CAVA, 2013, p.72). Para Cocco e Cava, as Jornadas de Junho representariam uma recomposição autônoma deste lulismo selvagem, "por fora do governo".

Esta carga selvagem determinou não só a imprevisibilidade dos protestos, mas também manifestou a insatisfação ante o modelo neodesenvolvimentista que, segundo os indicadores oficiais, é um sucesso. Nesse sentido, as manifestações exprimem uma indignação generalizada contra o sucesso de um modelo, abrindo o horizonte a outra realidade política e antropológica: o BRASIL menor - mundobraz. (COCCO; CAVA, 2013, p.72-73)

Os autores consideram que essa **19: "recomposição autônoma"** ou "por fora" do lulismo selvagem seria consequência de um "fechamento" do Governo Dilma - em relação ao que era praticado no período Lula - no âmbito da cultura e de um desinteresse "diante das questões dos direitos das minorias, das mulheres, dos sem terra, dos negros, dos LGBT, dos pobres, das favelas e dos indígenas". (COCCO; CAVA, 2013, p.77). Esse processo teria ocorrido mediante uma burocratização do PT - "visceralmente afetado pelo funcionamento do estado" - e suas bases sociais organizadas, bem como pela diferença de perfil político entre Lula e Dilma. Em face destas condições, do suposto abandono da dimensão democratizante e minoritária do lulismo em nome do Brasil Maior de Dilma, Cocco e Cava

consideram que a multidão autônoma do lulismo selvagem estaria afirmando "- de maneira constituinte - outros valores". "O movimento de junho assinala que a nova composição social do Brasil é um terreno de luta aberto como alternativa radical, entre a sua homologação dentro dos valores exauridos do capital global, e a formação selvagem da nova composição do trabalho metropolitano". (COCCO; CAVA, 2013, p.80).

Neste processo teria ocorrido a "constituição selvagem da classe sem nome", buscando destituir e combater as instituições do projeto nacional desenvolvimentista em nome da criação de um comum metropolitano. Assim, os autores mobilizam a imagem dos "jovens do black bloc", enquanto sujeito mascarado, indeterminado, como a "expressão mais potente deste movimento". "Se, nos anos 2000, dizíamos que 'Lula é muitos', hoje, cada um desses jovens é uma multidão". (COCCO; CAVA, 2013, p.84). Por fim, os autores argumentam que os protestos de Junho seriam o "melhor resultado dos governos Lula e Dilma", no sentido de serem não uma revolta motivada por condições precárias de vida - apesar de firmemente condenarem o suposto "descaso" dos governos petistas com populações periféricas e minorias - mas sim uma revolta dos jovens moldados nas boas condições dos anos petistas, do excesso, da abundância, de um "querer mais".

Hoje, no governo e no PT, se perguntam: por que tanta insatisfação em um cenário de relativa inclusão social de milhões de brasileiros? Por que tantas manifestações num momento em que a crise do capitalismo não só passou ao largo da economia brasileira, mas também configurou uma oportunidade para a sua



Em um contexto de preparação para a Copa do Mundo de 2014, Lacerda parecia representar a **20: face mineira do “lulismo de Estado”** tal como colocado por Cocco e Cava (2013), no sentido de sintetizar uma conciliação da esquerda empoderada com as oligarquias locais, e da adoção de um modelo de gestão mercadológico voltado para o angariamento de investimentos para a produção de grandes infra-estruturas urbanas. Talvez em função do apoio do PSB (e, por consequência, do PSDB) mineiro, talvez em função da viabilização dos megaeventos esportivos, ou talvez por um simples erro de cálculo político, o PT parecia abdicar da disputa pelo executivo municipal de Belo Horizonte a partir de 2008. Assim, a efervescência participativa e democrática dos anos 1990 e 2000 - já bastante transformada pelo governo Pimentel, com a escalada de investimentos, Programa Vila Viva, Orçamento Participativo Digital, etc - parecia arrefecer cada vez mais, enquanto a gestão municipal mostrava-se progressivamente avessa ao diálogo com a sociedade civil e cada vez mais empenhada em consagrar uma cidade segundo um modelo higienista e repleta de grandes infra-estruturas.

Assim, o pontapé inicial para as mobilizações que compuseram o ciclo das Jornadas, segundo Rena e Bruzzi (2014) e Foureaux (2014), teria sido um decreto do prefeito (n.º 13.863/2010) que proibia a realização de eventos cívicos na Praça da Estação, uma das principais praças da região central da cidade “que apresenta explícitas qualidades cívicas para receber eventos de grande porte” (RENA; BRUZZI, 2014, p.317) e que, posteriormente, seria delimitada como “área FIFA” para a exibição de jogos das copas das Confede-

rações e do Mundo. Ou seja, o decreto visava limitar a realização de mobilizações políticas e culturais da população em nome da realização de eventos “privados” inscritos em uma lógica de controle da FIFA (bem como outras entidades privadas) sobre os espaços da cidade. O decreto, então, desencadeou o surgimento da **21: “Praia da Estação”** um movimento cívico, artístico, político e cultural de enfrentamento à conduta do prefeito que, de certa forma, inaugurava uma nova prática política na cidade que se estenderia por anos.

Em resposta ao decreto que proibiu o uso da praça para eventos, surgiu uma Multidão belorizontina a “Praia da Estação”. Questionando de forma inusitada as restrições para uso deste suposto espaço público, a praia vem reunindo milhares de manifestantes banhistas carregando toalhas, cadeiras de praia, barracas, isopor, bicicletas, cachorros, crianças, tudo isto sob as águas frescas do camirihão pipa contratado após uma rodada de chapêu. Acontecimento espontâneo, a Praia tornou-se o principal foco de resistência à prefeitura e também uma fonte inesgotável de ataque contra as suas políticas higienistas. (RENA, 2013, não paginado).

Assim - conforme expresso em Rena e Bruzzi (2014, Foureaux (2014) e Rena, Mayer, Neves e Alves (2016) -, inicia-se ali um ciclo de acontecimentos e a constituição de uma rede de atores dedicados à mobilização política horizontal e descentralizada, baseada na ocupação de espaços públicos, na produção cultural, estética e afetiva e, sobretudo, na reivindicação do comum como tática política. A Praia de Estação desencadeou o surgimento do movimento **22: “Fora Lacerda”** que, ao invés de contar com a participação e organiza



**20:** Colagem - Mário Lacerda ao lado de Aécio Neves e Antônio Anastasia analisando a maquete do novo Mineirão. Ao fundo, Lacerda junto de Dilma e Pimentel

**21:** Colagem - A Praia da Estação

ção dos movimentos políticos tradicionais da esquerda da cidade, dedicava-se a “gerar um verdadeiro ambiente estético de resistência na cidade, em torno do que se criou uma nova multidão”, por meio da ocupação das “redes sociais, presenciais e virtuais, impregnando as camisetas e as fotos de crítica e indignação no Facebook. Os procedimentos simbólicos fazem surgir na cidade uma nova potência que, por ser afetiva, escapa à mídia e às agências de publicidade, tornando-se a forma comunicativa multitudinária”. (RENA; BRUZZI, 2014, p.318). “A Praia” também desencadeou, em grande medida, o ressurgimento do <sup>23:</sup> **carnaval de rua de Belo Horizonte**, no qual diversos blocos organizados por atores envolvidos no movimento da Praia - Pula Catraca, BloComum, Tico Tico Serra Copo, Filhos de Tchatcha, dentre outros - “sem a permissão da prefeitura (...) estabelecem seu próprio calendário, cuidam de suas baterias, dos concursos, arranjam repertórios e fabricam marchinhas que tornam-se hinos políticos”. (FOUREAUX, 2014, p.31).

Alguns anos mais tarde - e, com a continuação e intensificação dos três processos descritos acima (Praia da Estação, Fora Lacerda e Carnaval de rua) -, o recém constituído grupo de pesquisa Indisciplinar começa a figurar enquanto ator importante na rede dos movimentos multitudinários emergentes da cidade. Em fevereiro de 2013, logo após o fim do carnaval, o grupo participa da organização do movimento <sup>24:</sup> **Fica Ficus**, que consistiu em uma série de mobilizações populares em defesa da permanência dos Ficus (árvore de grande porte) das avenidas Barbacena, Bernardo Monteiro e Pasteur, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, que poderiam ser removidos pela prefeitura - especula-se - para a implantação de

estacionamentos subterrâneos na vizinhança. As mobilizações, então, valeram-se de todo o *fazer* multitudinário, por assim dizer, acumulado ao longo dos últimos anos na cidade, entre redes e ruas - organizavam-se ocupações festivas e culturais das avenidas onde se localizavam as árvores, com intervenções artísticas, mapeamentos coletivos, além da ocupação das redes sociais, com a produção de uma identidade visual para o movimento, divulgação de fan pages, etc. O movimento, contou inclusive, com uma interface direta com as mobilizações turcas em defesa do Parque Gezi, com a realização de videoconferências entre os ativistas dos dois países e divulgação mútua de suas reivindicações a nível global, sacramentando uma afetação e solidariedade global entre as reivindicações pelos comuns urbanos.

Em seguida, outra ação do Indisciplinar no contexto imediatamente anterior às Jornadas (ainda no primeiro semestre de 2013) foi a realização da disciplina extensionista *Cartografias Críticas*, ministrada pela professora Natacha Rena, na Escola de Arquitetura da UFMG. Conforme relatou Berquó (2015), a disciplina incorporava o fazer cartográfico do Indisciplinar, imbricando alunos de graduação e pesquisadores com as lutas multitudinárias emergentes, e tinha como objetivo o mapeamento das ações culturais inscritas neste novo ciclo de mobilizações da cidade, sobretudo na região central. Concomitantemente, havia sido apresentado um projeto da prefeitura para a requalificação da área que envolve a Praça da Estação e o Viaduto Santa Tereza enquanto um *Corredor cultural*, em um projeto baseado nas mesmas premissas higienistas e gentrificadoras da gestão Lacerda. Em oposi-



<sup>22:</sup> Colagem - o movimento estético/político Fora Lacerda

<sup>23:</sup> Colagem - A novidade performática e subversiva do carnaval de rua

<sup>24:</sup> Colagem - O Fica Ficus - solidariedade internacional com o OccupyGezi turco, questões ambientais, culturais e urbanísticas

exemplo, quando questionam Guattari a respeito da “carece de Lula” ou da influência da Igreja Católica no partido. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.197-198). Contudo, Guattari parece estar empenhado em apontar no PT uma <sup>22:</sup>qualidade *escalar* destas lutas subjetivas (que não deixam de ser econômicas, trabalhistas e por direitos sociais), constituindo-se como uma *máquina de guerra*, pela forma como se organiza internamente, na incorporação não-dogmática de lutas e pautas abrangentes, pela protagonização dos pobres e trabalhadores ou, por exemplo, pela forma como a figura de Lula performa enquanto um contra-poder nos debates televisivos das eleições daquele ano, ou como a <sup>23:</sup>“singularização de um movimento”, como apontou o sociólogo Laymert Garcia dos Santos em um dos debates do livro. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.70-71).

Guattari parecia ver com muito bons olhos a conjunção entre estrutura e organização partidárias não-dogmáticas e a inventividade dos devires minoritários (dos trabalhadores, dos negros, das mulheres, dos homossexuais) que estariam todos experimentando um <sup>25:</sup>*devir-cidadão* (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.199), naquele momento, e no processo de constituição do PT. O autor identifica na organização partidária, nas grandes escalas e mesmo na “máquina estatal” a condição para que essas lutas tivessem continuidade e incidências verdadeiramente transformadoras, identificando, inclusive, na falta de organização um dos motivos do fracasso do movimento de Maio de 1968. Reproduziremos a seguir uma longa citação de uma fala de Guattari - e depois, mais uma longa fala de Rolnik - que acreditamos expressar com precisão todas estas questões relativas ao PT, ao Estado e às “grandes escalas”.

Penso que tratar essas questões [a convivência dos partidos com movimentos autônomos] requer muita prudência, pois a história nos mostra que esse tipo de visão pode ter consequências nefastas. Para começo de conversa, peço que vocês compreendam que não estou dizendo que o PT é a última das maravilhas, uma solução milagrosa ou que Lula seria uma reencarnação de Jesus ou Buda. Eu sei que existem problemas justamente no que diz respeito à articulação dessas minorias, com uma certa concepção relativamente tradicional de organização. (...) No entanto, no final das contas, acredito que, assim mesmo, esteja havendo uma grande novidade, uma grande experimentação no que se está fazendo aqui no PT. Não sou eu que irá dar aulas sobre revolução, pela boa razão que, a meu ver, nesse campo não há lição possível. Acho, no entanto, que há pelo menos uma coisa que um europeu pode tentar transmitir: é a experiência de nossos fracassos.

Na França, depois de 1968, houve um intenso movimento de ondas de revolução molecular em todos os níveis - no nível social, no nível da criação artística, no nível das novas formas de sensibilidade. (...) Os resultados dessas experiências não foram tão negligenciáveis. Isso ocorria paralelamente à manutenção dos comitês de bairro, ao desenvolvimento de lutas nos setores dos trabalhadores imigrados e nos movimentos feministas, de homossexuais, etc. Mas o problema é que nenhum desses modos de ação estava podendo passar para um outro nível de luta. O único elo com esse outro nível de luta, luta de outros setores da população, continuava a ser os velhos sistemas de grupelho, os velhos sistemas partidários e sindicais. (...) O problema desse tipo de experiência não está no fato de se estabelecer um contato intensivo entre intelectuais e um determinado



<sup>25:</sup> Coalgem - O devir-cidadão dos devires minoritários no PT - Nas imagens o ex-metalúrgico e sindicalista Paulo Palm, eleito como deputado constituinte pelo PT; o ex-guerrilheiro Herbert Daniel, então candidato a deputado federal pelo PT, sendo o primeiro candidato abertamente gay da história do país; e, à direita, militantes do PT mobilizados no processo da constituinte, dentre eles, Benedita da Silva, importante liderança do movimento dos trabalhadores favelados do Rio de Janeiro e eleita como primeira mulher negra deputada federal da história do país, pelo PT. Ao fundo, cartazes de campanhas do partido na década de 1980.

ção de vilas e favelas (e pela transposição dos ideais da Reforma Urbana para a BH como um todo), de forma que a prefeitura passa a incorporar como elemento central de seu programa político as demandas dos movimentos populares.

Assim, **26: a formação do OP de BH** se dá em um contexto de forte incidência popular sobre a institucionalidade, a partir de uma intensa articulação entre movimentos populares, partido político e poder público. Além disso, a operacionalização do OP e das demais iniciativas da prefeitura no âmbito da urbanização de assentamentos informais a partir de então desencadeia a formação de um corpo técnico, não só favorável às demandas levantadas pela população, mas atuante enquanto parte das mobilizações. Configura-se, portanto, uma indissociabilidade entre poder público e movimento popular, uma colaboração que renderia importantíssimas inovações urbanísticas, como o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), os Planos Globais Específicos (PGEs), o Orçamento Participativo da Habitação (OPH), as Comissões de Fiscalização do Orçamento Participativo (COMFORÇA), as Caravanas de Prioridades, dentre outras que serão abordadas adiante neste trabalho.

Após essa breve introdução à temática do OP no Brasil e em BH, devemos ressaltar, contudo, que não se pretende elaborar neste trabalho uma descrição completa e científica dos processos do OP na cidade - tanto por considerarmos que já existem diversos trabalhos publicados nesse sentido, quanto pelo fato de que esta seção dedicada ao OP representa apenas um curto esforço final de um trabalho que já mobilizou uma série de outros temas.

Nos interessa, sobretudo, identificar nesta experiência as nuances da articulação entre multidão e Estado, a partir de um projeto político popular que propicia a afirmação da diferença em diferentes sentidos - cultural, urbanístico, social, etc - e a soberania popular. Para tanto, tendo como base as reflexões que pudemos suscitar até o momento - seja a partir da revisão bibliográfica, seja em uma perspectiva cartográfica/estética - reproduziremos, a partir do próximo subcapítulo, algumas narrativas de atores ligados ao OP da cidade em diferentes perspectivas - técnicos da prefeitura, militantes, lideranças comunitárias, acadêmicos e políticos - intercaladas por breves reflexões nossas, dedicadas a extrair dos relatos as potencialidades deste processo político bem como as suas limitações no sentido da organização da multidão para o tempo presente.

Propõe-se, portanto, um *percurso cartográfico* pela história do OP na cidade, desinteressado em cobrir todas as nuances e etapas desta história, e mais dedicado a desvelar pistas que se conectem com as demais reflexões aqui propostas. Nesse sentido, a escolha por priorizar os relatos em detrimento de referências bibliográficas nesta etapa do trabalho está relacionada ao fato de que, mais do que elaborar uma análise rigorosamente científica do OP, pretende-se nesta etapa ilustrar algumas narrativas colhidas no decorrer de nossa pesquisa sobre o OP que provocaram boa parte das inquietações que motivam este trabalho, e a própria iniciativa de se interrogar o OP em função da aposta multitudinária e vice versa. De certa forma, após percorrer questões relativas ao pensamento pós-estruturalista, ao Império, à multidão e à busca pela soberania popular, retornamos ao ponto de origem de todas



**26:** Coalgem - "Orçamento Participativo veio para ficar" - Imagens de materiais informativos do OP de BH (e dos PGEs) em diferentes edições e, à direita, imagem da abertura municipal do OP de 1997

## Notas de fim

- 1**Disponível em: <<https://opbh.cartografia.org/wp-content/uploads/2022/03/TCC-Henrique-Porto.pdf>>. Acesso em: 03/03/2022.
- 2**Refirimo-nos à ideia de cartografia tal como colocada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), que considera o pensamento enquanto criação em detrimento de uma ideia tradicionl de ciência
- 3**Esta dimensão da cortografia enquanto uma ampliação dos sentdidos da representação territorial é melhor abordada em Lopes, Rena e Sá (2019) e s Santos (2011)

## Referências das imagens:

- 12:** Diagrama realizado a aprtir de mapa disponibilizado no portal do podcast Geopizza. Disponível em: <<https://twitter.com/Geopizza/status/1200066163759353857/photo/1>>. Acesso em: 26/01/2022.
- 14:** Mapa adaptado de uma imagem do artigo *Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização*, de Fábio Tozi (2018, p.88). Originalmente publicado na página francesa do jornal Le Monde Diplomatique. Disponível em: < <https://www.mondediplomatique.fr/cartes/routes-de-la-soie>>. Acesso em: 26/01/2022.
- 15:** O ícone utilizado no item “incidência de insurgências multitudinárias de 2000 a 2013” foi adaptado de um pictograma de autoria do coletivo Iconoclasistas. Disponível em: < <https://iconoclasistas.net/recursos/>>. Acesso em: 27/01/2022.
- 24:** A colagem foi realizada com imagens disponíveis na página do facebook do moviemtno Fica Ficus(< <https://www.facebook.com/MovFicaFicus>>. Acesso em: 02/02/2022.), e na apresentação da professora Natacha Rena, no webinar “Urbanismo biopolítico”, organizado pelo Indisicplinar em 10/12/2021. (Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=9k-lwellANw&t=1s&ab\\_channel=indisciplinar](https://www.youtube.com/watch?v=9k-lwellANw&t=1s&ab_channel=indisciplinar)>. Acesso em: 10/01/2022)
- 25:** os cartazes foram adaptados a partir de imagens do acervo da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbh/o-pt-no-processo-constituente/>>. Acesso em: 11/02/2022.

## Referências bibliográficas:

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011a
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **V!RUS**, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 09 Dez. 2021.

SANTOS, R. E. N. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-17, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

e

s

a

i

n

o

s

# Palestra proferida pelo economista Márcio Pochmann durante o webnário “Geopolítica e Desenvolvimento Territorial”

transcrição por Matheus Silva Coelho[i]



1. **Matheus Silva Coelho** é graduando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), integrante do Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial (GeoPT/EA/UFMG)

“ ... as narrativas do passado estão com grandes dificuldades de continuar oferecendo certezas... ” (Pochmann, 2021)

Dia 20 de outubro de 2021, o economista, político, pesquisador e professora da UNICAMP, Márcio Pochmann, proferiu a palestra-live[2] da disciplina em formato de webinar denominada “Geopolítica e Desenvolvimento Territorial”. Essa disciplina foi ofertada para os cursos de graduação em Arquitetura da Escola de Arquitetura da UFMG e, também, para os dois programas de pós-graduação da EA UFMG – PACPS e NPGAU -. Tendo sido coordenado pelos professores doutores da Escola de Arquitetura da UFMG Natacha Rena e Marcelo Maia, o webinar aconteceu durante 6 lives[3] transmitidas por aplicativo e contou com diversos temas e participantes convidados, mediados pelos professores da EA UFMG Natacha Rena e Marcelo Maia.

O tema da palestra-livre foi “Desenvolvimento territorial e Infraestrutura” e, de modo geral, a principal hipótese abordada foi que a China vem constituindo um novo ciclo sistêmico de acumulação dentro do deslocamento do centro dinâmico do ocidente para o oriente. Para enfrentar de forma mais simplificada essa abordagem o palestrante utilizou-se de 3 autores principais: Fernand Braudel[4], historiador francês que desenvolve a concepção de economia-mundo para se diferenciar da economia mundial. Immanuel Wallerstein[5], economista que desenvolveu a teoria do sistema centro-periferia que seria o sistema pelo qual organiza-se o mundo sob o capitalismo. E, por fim, a contribuição de Giovanni Arrighi[6] que trata, basicamente, dos ciclos de acumulação.

Agradeço à Natacha e ao Marcelo por poder fazer parte dessa jornada de reflexão tendo como centro a preocupação com a China, talvez a reconstrução da Eurásia. Algo que pensei em abordar acerca do que tenho refletido, especulado de certa maneira, é se a China se constituiria como um novo ciclo sistêmico de acumulação dentro desse movimento mais amplo de deslocamento do centro dinâmico do ocidente para o oriente.

Penso que estamos começando, de certa maneira, a compreender que essa experiência em que o ocidente foi

referência da modernidade - que vem lá do Renascimento, do Iluminismo - será um ponto fora da curva do que foi a história cuja centralidade esteve basicamente vinculada à Ásia.

Há um ponto de inflexão na trajetória de modernidade. Isso porque Napoleão, Adam Smith, Max Weber, são autores que, quando se dedicaram ao estudo no século XVIII, perceberam que a China e o império hindu eram o que havia de mais moderno para a época de uma sociedade agrária. Avançado em relação à produção de indumentárias, tecidos (sobretudo no império hindu), mas também, cerâmica, pólvora, outras séries de descobertas científicas que destacavam o quanto essa parte do território mundial se diferenciava em relação ao restante das nações globais conhecidas pela civilização material. Essa importância se revela através de várias rotas de comércio que vinculavam a Ásia à Europa.

A Europa era muito atrasada e dependente da comercialização que fazia com a Índia e com a China, ou seja, a ideia de uma Eurásia que era o que havia de mais dinâmico no mundo até, pelo menos, o século XVIII. Essas relações comerciais eram feitas, basicamente, através do mediterrâneo. Fernando Braudel destaca que o centro do dinamismo passava pelo mediterrâneo, no Estreito de Bósforo, que se localizava Constantinopla - uma das principais cidades comerciais do mundo, entrada para a Europa e Ásia - local estratégico que sofre o primeiro ponto de inflexão dado pela interrupção para abrir um novo cenário do qual o Ocidente se apresenta com um dinamismo superior ao da Ásia. Isso ocorreu mais ou menos em 1453, quando houve a queda de Constantinopla - invadida pelos turcos - que interrompeu o que havia ainda de representação do Império Romano. Essa interrupção dá início a uma nova cidade: Istambul.

Sob o islamismo, há o fechamento do Estreito de Bósforo e o deslocamento da via comercial do que havia de mais moderno na Ásia em relação as necessidades europeias. A partir daí, tendo em vista o comércio no modelo mercantilista, no modo de produção pré-capitalista, a comercialização havia permitido acumular recursos especialmente na região da Itália, em Gênova. Utilizando o conceito de Arrighi sobre ciclo sistêmico de acumulação, que seria o modo pelo qual se estabelece a

dinâmica da acumulação capitalista, ou seja, a ideia de acumular ao invés do antigo modo mercantilista fortemente dependente do Estado.

Na verdade, o acúmulo era de moeda ao contrário do ciclo genovês-luso-ibérico (somando as cidades estado italianas com os reinos espanhol e português) que vai viabilizar as primeiras grandes navegações cujo objetivo era chegar às Índias e China, não mais pelo mediterrâneo, mas sim pelo Oceano Atlântico, portanto, avançando pelo Ocidente para chegar no Oriente.

Os descobrimentos do renascimento/iluminismo vão propiciar o desenvolvimento das técnicas de navegação e o acúmulo de recursos para financiar essas navegações. O fato concreto é que essas navegações produzem um êxito inegável, pois é possível chegar às Índias e à China através do Oceano Atlântico. Dessa forma, se mantêm a conexão com o Oriente através da Europa, porém sustentado por um ciclo de acumulação em que as navegações passam a ser um movimento importante.

Tem-se dois ciclos de acumulação: o primeiro comentado sobre as cidades estados da Itália e os governos português e espanhol; e o segundo assentado mais na acumulação a partir da Holanda - isso vai basicamente do séc. XV ao XVII.

Fato interessante é que a partir desse investimento/processo de acumulação - que vai transitando do antigo modo de acumulação mercantilista para algo que vai permitir o “descobrimento” do novo mundo, os processos marinhos que levaram as navegações chegarem ao continente americano, ocasionaram o processo de ocidentalização do continente.

A exploração do continente americano, pelas nações europeias, marca esse processo de transição da economia mercantilista para a exploração colonial. A partir dessa fase, por 300 anos, a exploração colonial vai servir de base para constituir a acumulação primitiva do capitalismo. Daí surge o capitalismo: a partir da interrupção das antigas rotas de comércio com a Índia e China levando à exploração de novas rotas pelo Oceano Atlântico que leva a outra fonte de riqueza através do sistema colonial.

Essa acumulação primitiva propiciada pela exploração colonial é a base pela qual o capitalismo se transforma no modo de produção dominante. Dando início, assim, a partir da metade do século XVIII, ao terceiro ciclo sistêmico de acumulação a partir do Reino Unido.

Até 1800, o mundo não tinha 1 bilhão de habitantes, era uma sociedade agrária, de maneira geral. A Ásia respondia por cerca de 35% da população mundial da época. Segundo os pesquisadores que precificaram, os dois impérios, chinês e hindu, respondiam por cerca de 55% do que era identificável como PIB mundial. Mas a partir de 1800, a Inglaterra, com cerca de 20 milhões de habitantes, se transforma na grande oficina do mundo, no principal centro produtor de manufatura, a base pelo qual se dará a exportação de mercadorias, inicialmente, pelo tear mecânico em substituição às antigas rocas (de tecelagem) que predominavam no império hindu, mas também pela inovação tecnológica e mecanização.

Tem-se, então, saltos de produção e escalas crescentes de produtos que não encontram suficiente consumo no Reino Unido, não por que não tivessem consumidores, havia pessoas, mas não havia renda, então os que tinham renda, absorviam uma parte dessa produção local e, portanto, passa-se a partir desses ganhos crescentes de escala - naquilo que Rosa de Luxemburgo denominou a pressão de novos mercados externos - a busca de levar esses produtos a outros países. Nesse sentido, a Inglaterra se apresenta como a primeira iniciativa de buscar novos mercados para alocar seus novos produtos.

Mas o fato de produzir em maior escala esses novos produtos, e até mesmo com preços menores, não é suficiente para ganhar esses novos mercados. Vai ser necessário, portanto, juntar, além desse ganho tecnológico oriundo da primeira revolução industrial-tecnológica, adicionar a moeda de custo internacional que até então não existia - predominava o escambo entre os países, de modo geral.

A Inglaterra constitui o primeiro padrão monetário mundial: padrão ouro-libra. O ouro era mais importante, mas a libra tinha conversibilidade a ouro. Nesse sentido, há uma segunda novidade, além da produção em grande escala, dada pela

produção de moeda que permite iniciar/facilitar as trocas: a moeda tem também a função de definir a pobreza e a riqueza - unidade de conta. Para além da unidade troca e unidade de conta, a moeda assume a função de reserva de valor/especulação. Essa moeda pode ser estocada em algum lugar sem a desvalorização.

No entanto, o fato de ter moeda e mercadoria em grande escala, com preços menores, ainda não é garantia de mercados novos, daí entra o terceiro fator que é o poder militar: o monopólio da violência.

A partir de 1815, o monopólio da força militar inglesa com a derrota das tropas napoleônicas, iniciando a paz britânica que dura 100 anos aproximadamente, a Inglaterra começa a se tornar um império mundial, o centro do mundo. Isso é perceptível pelo desmanche do império hindu, inicialmente feito pela Companhia das Índias Britânicas que é o poder privado, com moedas, que entra na Índia para dizimar a produção que até então era feita de têxtil.

Entre 1850 e 1947, a Índia é constituída como colônia do mercado inglês. A guerra foi importante também para desmontar o Império do Meio (China), através da intervenção que a Inglaterra vai fazer duas vezes pela Guerra do Ópio, que insere parte do enquadramento da China no domínio inglês. Nesse período, a Inglaterra domina a Ásia e a América de modo geral. Apesar da independência, o comércio se dava com a Inglaterra. Daí tem-se um capitalismo organizado através de uma economia-mundo, como dito por Fernando Braudel. Economia-mundo não é economia mundial. O primeiro diz respeito àqueles que estão conectados com a economia capitalista e outro de países, como colônia que não estão necessariamente inseridos nesses enquadramentos, com outros modos de produção.

Ao mesmo tempo, tem-se o sistema-mundo, como dito por Manuel Wallenstein, que é a relação do centro desse capitalismo com os países satélites, periféricos porque nenhum desses países ou regiões teriam os três fundamentos que estabelecem o que é o centro dinâmico do capitalismo, ou seja, precisa-se ter a capacidade de: produção, difusão tecnológica, moeda de custo internacional e poder militar praticamente imbatível para

impor o que a diplomacia não consegue pelo diálogo. Observa-se a guerra como componente importante dessa dominação e a configuração do sistema capitalista. Portanto, é o centro dinâmico que organiza a periferia. A Inglaterra era produtora e exportadora de bens industriais, mas por outro lado, era deficitária da produção de matérias primas e da produção extrativistas. Até a primeira guerra mundial, 1914, o mundo se organiza em torno do centro-periferia, sendo o centro a Inglaterra e a periferia a produtora de bens primários. Nesse comércio, os recursos eram utilizados para comprar bens manufaturados.

Arrighi, que desenvolve a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, pelo menos a partir da Inglaterra, deixa claro que cada ciclo tem início, meio e fim. A primeira etapa é o ciclo sistêmico de prosperidade material, que é quando a produção material é o motor de dinamismo do capitalismo. No entanto, há um momento que essa produção material vai se esgotando porque todos já possuem o produto, ou, os que já têm dinheiro já compraram, portanto, ocorre a desaceleração na produção material e o capitalismo vai perdendo dinamismo. Daí surge uma segunda etapa mais sofisticada, dada pela expansão financeira, especulativa, que de certa maneira garante a continuidade do ciclo sistêmico, porém, já anuncia seu fim. A financeirização, ou expansão financeira, o rentismo, é muito mais sofisticado do que fôra a acumulação anterior feita em bases materiais, mas ao mesmo tempo, apesar de ser mais sofisticada, ela estaria anunciando o fim desse ciclo.

Então nós podemos identificar que até a grande depressão do séc. XIX, entre 1873 e 1896, que a depressão que atinge a Inglaterra, e de certa maneira converte sua hegemonia, como centro dinâmico, cada vez mais ao dinheiro, ao rentismo - fase de financeirização - e é justamente quando se tem a segunda revolução tecnológica assentada basicamente nos Estados Unidos e na Alemanha (e com mais alguma coisa no Japão).

No final do séc. XIX, já começam a emergir possíveis novos potenciais almejando ocupar o espaço que até então era da Inglaterra. Os Estados Unidos no final do séc. XIX já se apresenta como país cujo produto interno é maior que o da Inglaterra. Mas essa definição da sucessão da Inglaterra vai se dar no período

entre as duas guerras mundiais de 1914 e 1945. São duas guerras, do ponto de vista mais econômico, são disputas que envolvem Japão e Alemanha em relação aos Estados Unidos. Uma disputa para saber quem desses 3 países sobrevive e ocupa o espaço da Inglaterra que está se deteriorando e está vivendo uma fase decadente, sustentada pelos critérios de valorização financeira (bancos, moedas).

São duas fases desse ciclo: a primeira grande guerra mundial deixa claro que a Inglaterra não tem mais as características de dominação que tinha no passado e, ao final da segunda guerra mundial, em 1945, pelo menos naquilo que resta ao capitalismo, tendo em vista que desde 1917 tem-se uma alternativa ao capitalismo que decorre da Revolução Russa, que é uma proposta de modo de produção que se propõe a ser diferente do capitalismo e, portanto, não há comércio, integração, troca de estudantes compartilhamento tecnológico, entre a União Soviética e os Estados Unidos ou com o bloco capitalista.

Isso vai nortear a Guerra Fria entre 1947 e 1991, quando praticamente desaparece o modo de produção soviético e a experiência do socialismo no mundo. Mas o fato importante é que a partir de 1945 fica claro que os Estados Unidos assumiram, portanto, o novo ciclo sistêmico de acumulação. Esse ciclo apresenta 30 anos chamados gloriosos, especialmente aos países do bloco capitalista. Um êxito inegável do ponto de vista da expansão material do ciclo sistêmico dos Estados Unidos combinado, inclusive, por várias razões, garantindo pleno emprego, redução das desigualdades, avanço da democracia, experiência inédita e inimaginável no capitalismo. De maneira geral, o capitalismo não combina com democracia. Isso não é verdade principalmente no período do segundo pós guerra. Então tem-se na década de 70, uma fase de expansão material do centro dinâmico que é os Estados Unidos, onde houve o deslocamento do antigo centro dinâmico inglês para o Estados Unidos, mas a partir da década de 70, começa a ficar claro os sinais do esgotamento dessa fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação sustentada pelos EUA. E, portanto, tem-se a partir dos anos 80, essa fase mais avançada, sofisticada da acumulação capitalista no ciclo sistêmico dos Estados Unidos que é a fase da financeirização.

Essa financeirização vem associada ao chamado receituário neoliberal, consenso de Washington, entre outros. O fato concreto é que estamos vivendo essa fase sofisticada do capitalismo que é a financeirização, mas anunciando que as teorias referentes à sustentação para além do passado no presente e no futuro, existem os sinais decadentes dos Estados Unidos. Há vários autores que tratam sobre esse tema chamando atenção para o fato que estamos vivendo no início do século XXI, diante do quadro apresentado, uma formulação que aponta, na verdade, para o deslocamento do centro dinâmico para Ásia. A China seria essa representação do ponto de vista da reconstrução da Eurásia. A nova Rota da Seda (BRI - Belt and Road Initiative) representa uma articulação intensa com quase 100 países, que é um projeto de grandes investimentos em infraestrutura e transportes. Esse esforço que está sendo feito em torno da reconstrução da (nova) Rota da Seda, guardada a devida proporção, é óbvio que é várias vezes superior ao Plano Marshall, que aconteceu entre 1947 e 1953, pois diferencia da forma com que os EUA encontraram para internacionalizar as empresas americanas a partir da reconstrução europeia em função da segunda grande guerra mundial.

No Plano Marshall a soma de recursos foi muito menor do que a que foi comprometida no grandioso projeto da Rota da Seda. Mas foi ali no final da segunda grande guerra mundial, utilizando como base a negação do Acordo de Ialta[7], em 1944, que redividia o mundo entre a União soviética, a Inglaterra e os Estados Unidos, dado o horror dos ingleses aos alemães, a proposta dos ingleses era transformar a Alemanha em uma economia agrícola, ou seja, destruir a elite industrial. Assim como os EUA queriam destruir a economia industrial japonesa.

No entanto, em função da Guerra Fria, o descobrimento da bomba atômica na União Soviética, esse clima da Guerra Fria faz com que os EUA e a Inglaterra mudam sua posição para evitar o alastramento do comunismo, fazendo um desenvolvimento a convite para Europa, especialmente para Alemanha e Japão, com recursos e apoio tecnológico que vai permitir que esses dois países, que estavam praticamente destruídos, renasçam das cinzas. Só que esse renascimento, ao ter o apoio dos Estados Unidos com o Plano Marshall, precisa contemplar dois

requisitos fundamentais: o primeiro é que o país que têm acesso aos recursos financeiros do plano Marshall não podem ter na coalizão política a presença do partido comunista. Então, por exemplo, a Itália que teve uma frente de reconstrução teve que se desfazer do partido comunista italiano para poder ter acesso aos recursos. Os ingleses obtiveram acesso com dificuldade porque em 1945, o partido trabalhista havia ganhado as eleições derrotando Winston Churchill, fazendo um programa de estatização de bancos, ferrovias, construção do estado de bem estar social, sistema de saúde, sistema previdenciário, etc. Havia uma tensão grande com os ingleses. Mas de toda maneira, o Plano Marshall foi a transferência de recursos, não em grande escala, mas importante para reconstrução europeia e fundamentalmente para a necessidade do segundo requisito que tratava da reconstrução europeia se com a presença de empresas americanas.

A internacionalização da grande empresa americana foi a escolha dos parceiros para o exercício desse centro dinâmico do mundo. Como paralelo, parece que a Rota da Seda também é uma espécie de escolha dos parceiros da China. A questão é se será que isso que está ocorrendo na China constituirá em um novo ciclo sistêmico de acumulação. Há grande dúvida sobre isso porque a experiência chinesa é diferente da experiência soviética. Como foi falado, a experiência soviética era, de certa maneira, de polarização com o capitalismo, não havia interação, havia conflito. O projeto chinês, que já começa nos anos 70 com a aproximação chinesa com Estados Unidos que desde Nixon pretendia afastar os chineses da União Soviética e, depois, com o programa de reformas em 1978, a China se torna uma oposição ao capitalismo e, na verdade, utiliza-se o próprio capitalismo, as suas veias, o seu funcionamento, para através da competição ganhar espaço no ponto de vista econômico e ocupar de certa maneira grande parte da acumulação que está em curso hoje no mundo.

A China controla cerca de 1/3 da dívida dos Estados Unidos. Há uma interação difícil de saber, a priori, e, portanto, resta esta dúvida se a China constitui um novo ciclo de acumulação capitalista. O mundo vai se mover em torno da Eurásia novamente

ou isso se dará em torno de um novo modo de produção que os chineses denominam como socialismo de mercado?

Para terminar, apontamos uma questão para os latino americanos, que somos produtos da transição do Oriente para o Ocidente. De fato, há esse novo dinamismo, que passa pelo pacífico, que é a Eurásia. Como vamos lidar com essa nova situação? Não há dúvida que a presença chinesa é crescente na América Latina, no Caribe, no México, mesmo nos EUA. E até que ponto aceitaremos esse movimento passivo do qual estamos participando? Durante o poder da Inglaterra, o espaço que tinha a periferia, era basicamente produzir bens primários porque não havia acesso à tecnologia para produzir aqui a base industrial. Isso só foi possível por haver uma difusão da industrialização para alguns poucos países através do investimento direto do exterior, através da internacionalização das grandes empresas.

O Brasil, por exemplo, aproveitou três momentos de fluxos internacionais favoráveis para constituir um país com uma ampla base industrial. Construiu-se, na era Getúlio Vargas, através da conexão que Vargas tinha com Roosevelt dos EUA, um ponto marcante em 1941 quando os EUA precisavam de um local na América Latina para estacionar e reabastecer os aviões que iam atacar a África e, portanto, na negociação política feita com o Brasil, que apoiou os EUA na Segunda Grande Guerra Mundial, oferecendo um espaço para base americana, mas, em troca, o Brasil aceitou fazer esse papel desde que tivesse acesso à tecnologia e aos recursos para financiar a indústria de base no Brasil.

O que tínhamos até então era uma indústria de bens de consumo não duráveis, alimentos, vestimentas - algo muito rudimentar, feito inclusive pela presença de imigrantes que implementaram essas pequenas indústrias no Brasil. A indústria de base foi a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O Brasil passou a produzir aço em grande escala, que é a base da industrialização, mas também a Companhia Álcalis, que é a base para a indústria química. Construiu também a indústria de motores, a Companhia Vale do Rio Doce de mineração. Esse é um espaço temporal importante, o segundo se deu na segunda metade da década

de 50 com Juscelino Kubitschek, que vence as eleições e fica quase 3 meses na Europa negociando com os presidentes das grandes empresas europeias para vir para o Brasil, constituindo, com isso, o Plano de Metas. Daí vem a Volkswagen, as empresas montadoras, dentre outras, e se instalam no Brasil. Primeiro chegam as europeias e, depois, as americanas, porque, apesar dos acenos feitos pelo Getúlio para vir para explorar o petróleo, eles não acreditavam no Brasil. Mas no Plano de Metas, vêm as empresas europeias porque precisavam de mais mercado para competir com as americanas que já estavam instaladas na Europa depois da reconstrução.

Na busca de mais mercado, mais escala de produção, vamos recepcionar essas empresas que vêm pro Brasil com investimento direto para instalação aqui. No entanto, vêm disciplinadas por um programa, uma política econômica, social e de planejamento para montar veículos, mas não trariam suas autopeças que seriam de produção nacional e utilizariam a base material, já que os insumos seriam gerados pelas empresas estatais.

Daí se cria a ideia da Trilateral: capital privado, nacional e estrangeiro, e o capital estatal. E, para concluir, a experiência do governo Geisel, o terceiro passo dado do ponto de vista de atração de investimentos e tecnologia, especialmente para completar a industrialização, através da eletroeletrônica, feito com os japoneses, além da tecnologia com a energia, especialmente a energia nuclear, que foi o acordo feito com a Alemanha. Isso marca uma experiência inédita. Na década de 70, só havia dois países industrializados no mundo com o passado colonial: Brasil e Coreia do Sul. Enquanto a Coreia do Sul, país asiático, conseguiria manter sua industrialização, o Brasil, a partir do ingresso na globalização nos anos 90, vem jogando fora a indústria e, na verdade, vem mudando o centro dinâmico de sua política de produção e exportação para o exterior, exportando mais produtos primários. Isso ocorre depois de quase 50 anos para mudar a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. Até a década de 30, o Brasil era um grande produtor e exportador de produtos primários (café, algodão, cana de açúcar, erva mate, borracha). O projeto dos tenentistas, conduzido por Getúlio Vargas, e seu projeto nacional desenvolvimentista, em

50 anos mudou a cara do Brasil. E nós tivemos, inegavelmente, a construção de uma sociedade urbana-industrial em que produção e a exportação de manufaturas foi ganhando mais importância e chegamos a ter no final dos anos 80, começo dos 90, cerca de 2/3 dos nossos produtos manufaturados. Hoje, a composição das exportações brasileiras, praticamente mais de 2/3, são de produtos primários.

Então essa é uma questão importante a ser considerada porque, do jeito que estamos indo, estamos, na verdade, nos reconstituindo como periferia, agora, da China, mas no modelo inglês. Porque a China é um grande produtor e exportador de manufaturas e demandante de produtos primários e é nesse sentido que a América Latina está se concentrando ultimamente apenas como ofertante de produtos primários.

Não sei se os chineses desejam isso da América Latina e do Brasil. Possivelmente, teria espaço para construir com os chineses e com a Eurásia uma outra forma de comércio que não fosse, basicamente assentado nesse modelo. Para que não seja o que está sendo, é necessário que as elites nacionais, que as maiorias políticas, tenham capacidade de dizer para a China que não queremos só isso. Mas se as elites nacionais e as maiorias políticas não dizem isso, vamos indo de forma espontânea, nos configurando em uma grande fazenda que é o que aparentemente o Brasil está se consolidando.

#### Notas:

**2:** Palestra-live no canal do grupo de pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial (GeoPT). Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_oEnXha7PVk](https://www.youtube.com/watch?v=_oEnXha7PVk)>. Acesso em 08 de março de 2022.

**3:** Webinar realizado em 2021: Primeiro dia com a fala de abertura de boas vindas do diretor brasileiro do Instituto Confúcio UFMG, Leandro Diniz (Instituto) e com a palestra - Arquitetura Imperial e o (Des)agenciamento Maquínico Chinês □ do arquiteto - ministrada pelo arquiteto Tiago Schultz da UFBA; Segundo dia - Desenvolvimento territorial e Infraestrutura. Estado, mercado e trabalho na nova sociedade. Deslocamento

do centro dinâmico geopolítica para a Ásia. Soberania Nacional e desenvolvimento. China como país integrador das dinâmicas econômicas mundiais. Sul Global. A Nova Rota da Seda, a rota da esperança - com o economista e professor da UNICAMP, Márcio Pochmann; Terceiro dia - Revolução tecnológica, FinTechs, StartUps de Inteligência Artificial. Indústria 4.0, economia complexa. Importância do Estado e no desenvolvimento econômico e social asiático. Complexidade Econômica e o Indicador de Complexidade Econômica (ECI) e altos níveis de educação e capital humano dos países ricos - com as lives de Uallace Moreira (UFBA) e Maria Rosa Azevedo (Pagode Chinês); Quarto dia - China: Desenvolvimento Territorial e Urbanismo - com os pesquisadores do GeoPT, Marcelo Maia (UFMG), Danilo Caporalli (UFMG), Gabriela Bitencourt (UFMG) e Matheus Coelho (UFMG); Quinta dia - A expansão econômica e geopolítica da China. A Nova Economia do Projeto. Desenvolvimento via Grandes Projetos de Infraestruturas. Investimentos da China no Brasil - com Elias Jabbour (UERJ) e Javier Vadell (PUC MG); Sexto dia, encerramento - Cooperação Sul-sul, Multilateralismo, Win-win, Mundo de Futuro Compartilhado. BRICS. Nova Rota da Seda - com o Ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China Qu Yuhui. A palestra proferida pelo Ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China Qu Yuhui está disponível no canal do youtube do grupo de pesquisa “Geopolítica e Planejamento Territorial (GeoPT)”: [https://www.youtube.com/watch?v=IEbh\\_Jxvhgw](https://www.youtube.com/watch?v=IEbh_Jxvhgw). Acesso em 20 de fevereiro de 2022. A palestra também foi transcrita e publicada na Revista Indisciplinar 13. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38136>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

**4:** Fernand Braudel “foi um historiador francês e um dos mais importantes representantes da chamada “escola dos Annales”” e “tem sido considerado um dos maiores historiadores modernos que têm enfatizado o papel dos fatores socioeconômicos em grande escala na pesquisa e escrita da História. Ele também pode ser considerado como um dos precursores da teoria dos sistemas-mundo.” Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernand\\_Braudel](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernand_Braudel). Acesso em 02 de março de 2022.

**5:** Immanuel Maurice Wallerstein “foi um sociólogo estadunidense, mais conhecido pela sua contribuição fundadora para a teoria do sistema-mundo”. Disponível em: <https://>

[pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel\\_Wallerstein](https://pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Wallerstein). Acesso em 02 de março de 2022.

**6:** Giovanni Arrighi se formou “como economista neoclássico em Milão, Itália. Foi doutor em Economia e catedrático de Sociologia na Universidade estadual de Nova York (campus de Binghamton) e professor de Sociologia e gerente do Instituto para Estudos Globais em Cultura, Poder e História da Universidade Johns Hopkins, ambas instituições localizadas nos Estados Unidos da América. Atuou principalmente no campo da sociologia comparativa e história, na análise do sistema mundial e em sociologia econômica”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Giovanni\\_Arrighi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Giovanni_Arrighi). Acesso em 02 de março de 2022.

**7:** Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia\\_de\\_lalta](https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_de_lalta). Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

a

r

i

o

t

o

s

## Nomos, polis e gravitas: o corpo em movimento como gesto e política

Nomos, Polis E Gravitas: the moving body as gesture and politics

Alemar Rena\*

### Resumo

Este artigo faz uma reflexão a respeito da aceleração financeira, produtiva e comercial, mas também técnica, cotidiana e urbana, desde os primeiros passos da modernidade industrial até os dias atuais, pontuando as velocidades decorrentes dessa transformação sociotécnica numa relação com a multidão e com as classes trabalhadoras. No processo, investigamos alguns discursos e reflexões da ordem da economia política, mas também no campo das artes e tecnologia.

**Palavras-chave:** multidão; aceleração; aceleração financeira; urbanismo e cidade; industrialização

### Abstract

*This article reflects on the financial, productive and commercial, but also technical, daily and urban acceleration, from the first steps of industrial modernity to the present day, punctuating the speeds resulting from this socio-technical transformation in a relationship with the crowd and with the working classes. In the process, we investigated some discourses and reflections on political economy, but also in the field of arts and technology.*

**Keywords:** *multitude; acceleration; financial acceleration; urbanism and the city; industrialization*



I sing my own song; so that I, We, and us, are the all and all of the matter.

– WILLIAM THOM

## Corpo, comércio e aceleração

A mobilidade, até o fim da sociedade feudal na Europa, era vista como um acessório de luxo. Aqueles que se colocavam em movimento eram ou rejeitados por uma sociedade acostumada à territorialização, ou detentores de direitos sobre o deslocamento, i. e., nobres e exércitos. As pessoas e coisas tinham seu lugar na grande cadeia de eventos e este lugar era tanto literal quanto figurativo. Os reis, como verdadeiros portadores do poder divino, ofereciam terras aos vassalos, os quais em troca demandavam obediência e fixação dos trabalhadores que em seus campos cultivavam e de quem podiam cobrar os tributos. Se a multidão de camponeses devia obediência aos senhores feudais, de forma similar os senhores feudais se submetiam ao controle dos reis (CRESSWELL, 2006, p. 10, trad. nossa). Ser móvel significava existir nas margens; menestrelis, trovadores, andarilhos, peregrinos não possuíam um lugar definido na sociedade; não eram nem camponeses nem nobres, e portanto eram vistos como nômades, multidão vagante. A liberação dos servos por toda a Europa ao fim do período medieval produziu uma malta de ambulantes malandros e guerrilhas avançadas que invadiam cidades e ameaçavam a ordem. Na Inglaterra, à medida que a agricultura se tornava mais eficiente, camponeses eram desconectados da estrutura que mantinha a vida estável por séculos. Estes novos corpos desterritorializados, vagabundos sem mestres, suscitavam nos centros urbanos novas formas de vigilância e controle: “errantes eram marcados como ovelhas para deixá-los visíveis. Hospícios e prisões apareceram para lidar com os infortúnios da lei sobre vagantes desenvolvida na Inglaterra e na França e posteriormente exportada para as colônias americanas” (idem, p. 12). A disciplina, que até então encontrava-se atrelada à

vigilância mútua entre os membros das comunidades, passa a convergir para a figura de um governo central.

Mas se a vagabundagem é mal vista quando praticada por uma multidão nômade, improdutiva e perigosa, para a elite o deslocamento “civilizado” representa o suprasumo do progresso, elevação espiritual e status. É por essa razão que alguém como Goethe pode não somente viajar da Alemanha à Itália em fins do séc. XVIII, mas escrever na entrada de 17 de março de 1787 em seu Diário italiano: “é uma experiência peculiar e saudável andar em meio a uma multidão tão imensa e ativa. Que mar caótico de pessoas, e ainda assim cada um encontra seu caminho individual e objetivo” (1994, p. 173, trad. nossa). Como observa Richard Sennett, a viagem de Goethe ao sul na década de 1780 encena a promessa burguesa de liberdade adquirida pelo corpo em relação ao espaço (2010, p. 279-280). A mobilidade e o encontro com a heterogeneidade das multidões, que Goethe chega a interpretar como uma espécie de retorno à vida, provoca no andarilho uma experiência “saudável” e “peculiar”. Muito antes, no entanto, a contestação por Galileu da concepção aristotélica de que os corpos se moviam com fins de atingir um tólos já havia contribuído para deslocar a relação do ser humano com o tempo-espaço. De acordo com o novo axioma, os corpos naturalmente encontram-se em movimento a menos que sejam parados por uma fonte exterior. O estado natural das coisas passa a ser veloz, sendo o descanso um mero desvio de percurso (CRESSWELL, 2006, p. 13-14).

Sennett observa ainda que, mais ou menos à mesma época, as descobertas de William Harvey sobre a circulação do sangue em *De motu cordis* (1628) — o sangue é bombeado pelo coração por artérias e retorna ao coração por veias — abalou a certeza milenar de que o calor inato de cada corpo (sua alma) explicava as diferenças entre homens e mulheres e entre seres humanos e animais. Ao propor o funcionamento do organismo como um conjunto complexo de canais pelos quais o sangue circula — afetando seu estado de saúde e sua relação com a alma — Harvey acabou, juntamente de Galileu, por dar origem a uma nova imagem modelo, que coincide com o advento do fluxo comercial e contribui para a transformação social e o acirramento do individualismo, já que agora “o homem moderno é, acima de

tudo, um ser humano móvel” (SENNETT, 2010, p. 261). Não é sem razão que Maxime Du Camp’s — que na década de 1840 fez várias viagens pela Europa, pelo oriente e pela África, uma delas acompanhada por Flaubert — nomeou seu livro sobre a vida cotidiana de Paris de *Paris, ses organes, ses fonctions, sa vie* (Paris, seus órgãos, suas funções, sua vida).

A descoberta de Harvey não estaria analogamente distante daquela feita por Adam Smith em *A riqueza das nações*, quando indica que a circulação de bens e dinheiro era mais lucrativa que a propriedade privada fixa e estável. Para que seus bens circulassem, os atores econômicos móveis teriam que “aprender tarefas especializadas, individualizadas, de modo a terem algo diferente a oferecer. Logo, o *homo economicus* especializado poderia movimentar-se por toda a sociedade” e “explorar posses e habilidades oferecidas pelo mercado” (idem, 261-262). De modo progressivo, a saúde do corpo, assim como da cidade e da economia, passou a ser associada à circulação. A fórmula era simples: o que fazia parte da circulação era tido como “saúdável, progressivo, construtivo”; tudo o que estava desconectado da circulação parecia ser por demais “degenerado, medieval, subversivo e amedrontador” (SCHIVELBUSCH, 1986, p. 196, trad. nossa).

No romance *Au Bonheur des Dames* (O paraíso das damas) de Zola sobre as lojas de departamento da segunda metade do séc. XIX, a ideia de que Paris se encontrava dividida, de um lado, na circulação, luz, ar e vida, e, de outro lado, no isolamento, estagnação e morte é vista por um ângulo liberal. O que fica isolado da circulação são pequenas lojas em que predominam o mofo, a humidade, o escuro e dão indícios do que significa não estar inserido no fluxo de vendas (SCHIVELBUSCH, 1986, p. 196). Esta caracterização implica ainda outras diferenças: nas grandes lojas, as entradas dão para os novos e largos bulevares; nas pequenas, as portas se espalham por antigas ruas menores. Nos tradicionais armazéns o freguês era guiado pela aparência dos produtos, pelo toque, pela escolha cuidadosa das melhores peças; na grande loja, contudo, ele se deixa levar pelo preço das etiquetas de produtos enfileirados, repetidos e padronizados. Nas pequenas portas ele estabelece contato pessoal com o dono, mas nas lojas de departamento a relação que vem à tona

com mais evidência é aquela com o produto. Se no armazém ele entra com objetivos pré-definidos, nas grandes lojas ele se porta como uma versão decadente do flâneur, que perpassa a tudo como perpassa a cidade. O comércio do magnata de Zola permaneceria como puro diletantismo enquanto a entrada principal desse para a Rue Nueve-Saint-Augustin, uma rua escura da Paris antiga. Ele queria ostentar seu negócio à face de uma nova capital, em que as multidões desfilassem na ampla luz do sol; de fato, Zola nota que, se possível, o magnata teria feito com que a avenida passasse por dentro de sua loja (idem, p. 191).

É precisamente desta complexa articulação de novas práticas e doutrinas, em que de repente o mundo descobre-se móvel e põe-se a andar, que Dickens se apropria ao personificar as locomotivas e estradas de ferro numa linda passagem de *Dombey and son* (1848):

To and from the heart of this great change, all day and night, throbbing currents rushed and returned incessantly like its life's blood. Crowds of people and mountains of goods, departing and arriving scores upon scores of times in every four-and-twenty hours, produced a fermentation in the place that was always in action. The very houses seemed disposed to pack up and take trips. Wonderful Members of Parliament, who, little more than twenty years before, had made themselves merry with the wild railroad theories of engineers, and given them the liveliest rubs in cross-examination, went down into the north with their watches in their hands, and sent on messages before by the electric telegraph, to say that they were coming. Night and day the conquering engines rumbled at their distant work, or, advancing smoothly to their journey's end, and gliding like tame dragons into the allotted corners grooved out to the inch for their reception, stood bubbling and trembling there, making the walls quake, as if they were dilating with the secret knowledge of great powers yet unsuspected in them, and strong purposes not yet achieved. (DICKENS, 1848, p. 155)

A multidão, os produtos e a informação são o “sangue” da “grande mudança”, de poderes ainda não revelados por inteiro. A velocidade do surgimento de novidades técnicas era tal que os parlamentares, que 20 anos antes riam dos engenheiros que efabulavam as estradas de ferro em imaginários sem limites, agora viajavam

de um lado para o outro, respeitando os estritos horários das timetables. Mesmo antes da locomotiva, Balzac escrevia em *A menina dos olhos de ouro*, por volta de 1830: a burguesia parisiense “armazena os produtos fabricados pelos proletários, empilha as frutas do sul, os peixes do oceano, os vinhos de todas as encostas amadas pelo sol; que estende as mãos para o Oriente tomando os xales desenhados por turcos e russos; indo buscar a colheita até mesmo nas Índias...” (2008, p. 27). A multidão parisiense de pequenos comerciantes é retratada como o “proteu da civilização”, o “movimento em forma de homem”, o homem que a tudo resume a um só tempo: “história, literatura, política, governo, religião, arte militar”, isto é, “uma enciclopédia viva, um atlas grotesco em marcha incessante, como Paris”, que nunca repousa. Nele, “tudo são pernas” (idem). Curiosa imagem, que parece complementar aquela proposta por Dickens alguns anos mais tarde, quando escreve em *Hard times* que o trabalhador de sua imaginária Coketown era genericamente tido pelo capitalista como “as mãos”: “[the workers] would have found more flavour with some people, if providence had seen fit to make them only hands, or, like the lower creatures of the seashore, only hands and stomachs” (2003, p. 66). Também na poesia revolucionária do Cartismo as mãos já ganhavam frequentemente uma maior relevância em relação ao resto do corpo: “Aneath [beneath] his cauld brow, siccan [such] dreams tremble there,/ O’ hands that wont [were accustomed] kindly to kame [comb] his dark hair!/ But mornin’ brings clutches, a’ reckless an’ stern” [1] (SCHECKNER, 1989, p. 312).

A diferença entre a exploração e o sucesso, entre o operário de Dickens ou a criança de Thom e o pequeno comerciante de Balzac está, já desde os oitocentos, na intensidade do esforço investido nas mãos ou nas pernas. A contradição entre a força braçal do operário e a mobilidade do *homo economicus* ou ainda entre a fixação ao chão da fábrica e a flexibilidade para conhecer novos horizontes, estabelecer encontros e mercados pode representar também a diferença entre poder e não poder. No capitalismo, a riqueza, não só das nações, mas também dos indivíduos esteve — e, hoje, mais do que antes, está — para a mobilidade e a capacidade de expansão como a exploração está para a fixação ao solo ou à tradição. Mas esta imagem não

conta toda a história. Por um lado, a plebe é, como a mercadoria, parte inelutável do “sangue” que circula pela metrópole; deixam de ser “braços” para se tornar pernas na medida em que exercem também o papel de consumidores. A aceleração da produção ou da relação do viajante de trem com a paisagem, transformando-a num borrão de impressões superficiais, é a mesma que movimenta o consumidor pelas novas lojas de departamento.

### A aceleração financeira

Franco Bifo Berardi observa que no Manifesto comunista Marx já compreendia a inédita condição de flexibilidade do tempo como sendo intrínseca à produção de mais-valia. Aumentar a produtividade, e portanto a mais-valia, correspondia à própria aceleração do trabalho (BIFO, 2012, p. 96). Essa flexibilidade toma o centro do palco da vida política, econômica e até estética moderna. Mais tarde, a percepção de que o tempo podia ser redimensionado vai contaminar também a história da arte, quando Cézanne e o Impressionismo se apropriam de uma redução da velocidade da visão e da experiência, e os Futuristas, de sua aceleração. Pela mesma razão, Henri Bergson poderá falar do tempo não mais como uma unidade estável de extensão, mas como um conceito de duração diretamente relativo à percepção. Ainda mais tarde, Paul Virilio se valeria desta mesma mudança paradigmática na estrutura do *chronos* para explicar que, na modernidade avançada, a velocidade e a aceleração ganham o estatuto de ferramentas no maquinário industrial, político e militar (idem, p. 90).

Uma guerra, não só pelo controle do movimento, do consumo e do gesto produtivo, mas contra a fixação no espaço esteve longe de se esgotar no séc. XIX; de fato, a batalha mais radical estava para ser travada, como concluiu Bauman em *Globalização*, no último quarto do séc. XX, quando agora também as companhias — e as fábricas — assumem definitivamente a imagem descrita por Dickens cem anos antes: estão, a qualquer momento, prontas para fazerem as malas e viajarem, para onde for preciso, desde de que apeteça os investidores insaciáveis. Estiveram à espera de uma conjuntura em que, finalmente, as fábricas poderiam

se deslocar sempre quando demandassem. Em princípio, a dispersão dos acionistas em nada é determinada pelo espaço. Eles são o único fator “autenticamente livre da determinação espacial”. É a “eles e apenas a eles que ‘pertence’ a companhia”. Cabe a eles portanto “mover a companhia para onde quer que percebam ou prevejam uma chance de dividendos mais elevados, deixando a todos os demais — presos como são à localidade — a tarefa de lamber as feridas, de consertar o dano e se livrar do lixo” (BAUMAN, 1999, p. 15). Os espólios dessa guerra espacial são demonstrados pela inelutável fórmula que Zola já havia cantado: aqueles que são livres para se por em movimento, estão livres para escapar dos efeitos tóxicos produzidos; a todos os demais, cabe apenas o consolo de reconstruir a cada crise o espaço que já não determina dividendos. Se a burguesia anterior à Segunda Guerra em alguma medida fora marcada por sua anexação ao território, aos bens materiais e às comunidades, a classe financeira que domina a cena contemporânea, passada a emancipação da produção em relação ao lugar, acha-se agora ainda numa nova etapa em que não mais possui nem laços com o local, nem com a produção material, porque o poder e a riqueza estão fundados na total abstração de finanças digitalmente multiplicadas (BIFO, 2012, p. 111).

Em *Cosmopolis* (1990), romance de Don DeLillo que usa as ruas de Nova Iorque e o colapso das empresas dot-com em 2003 como cenário espaço-temporal, a flânerie se dá de dentro de numa limusine; a multidão nova-iorquina, embora visualmente comparável à do séc. XIX, é retratada sem doçura pela janela fumê e pelo olhar de um protagonista que de nenhuma forma se assemelha ao romântico:

Buses rumbled up the avenue in pairs, hacking and panting, buses abreast or single file, sending people to the sidewalk in sprints, live prey, nothing new, and that's where construction workers were eating lunch, seated against bank walls, legs stretched, rusty boots, appraising eyes, all trained on the streaming people, the march-past, checking looks and pace and style, women in brisk skirts, half running, sandaled women wearing headsets, women in floppy shorts, tourists, others high and slick with fingernails from vampire movies, long, fanged and frescoed,

and the workers were alert for freakishness of any kind, people whose hair or clothing or manner of stride mock what the workers do, forty stories up, or schmucks with cell phones, who rankled them in general.

These were scenes that normally roused him, the great rapacious flow, where the physical will of the city, the ego fevers, fevers, the assertions of industry, commerce and crowds shape every anecdotal moment. He heard himself speak from some middle distance.

“I didn’t sleep last night,” he said. (DELILLO, 2011, p. 41)

Esse observador, embora descreva uma realidade similar do ponto de vista comercial (“great rapacious flow, (...) the ego fevers, fevers, the assertions of industry, commerce and crowds”), ao contrário do narrador realista de Balzac identifica-se e excita-se com a degenerescência do capital, ele glorifica o fluxo reificado e, talvez, mesmo o fato de que não dorme. [2] Não há aqui, por parte do observador-protagonista Eric Parker, nenhum sentido de oposição ou denúncia. Este flâneur, que radicaliza a corrupção comercial já indicada pelo flâneur de Baudelaire ao fazer da galeria o espaço de sua liberdade, também realiza, como as fábricas, aquilo que havia intuído Dickens quando escreveu que, se as casas pudessem se mover, se moveriam. De fato, o investidor, de sua limusine em que recebe consultas médicas, faz reuniões, tem relações sexuais e acompanha movimentos da bolsa em telas de cristal líquido, pode observar a multidão localizada ou “semi-emancipada”, porque seu lar já integrou-se ao fluxo. Mas a ironia não deixa de alcançar o investidor, que, na tentativa de chegar a uma barbearia no extremo da cidade, é detido pelo tráfego monstruoso — causado entre outras coisas pelo funeral de um “Sufi rapper” que canta contra personalidades como Parker — que também o impede de se mover. Ainda de forma irônica, esse flâneur corrompido é um leitor de poesia e um colecionador de artes, investindo de seu escritório ambulante volumes estratosféricos de dinheiro. Nesse sentido, talvez Eric Parker seja não tanto o flâneur, mas o Dândi... A frase que o resume, e igualmente poderia resumir o Dândi de Baudelaire, encontra-se nas primeiras páginas do

romance: “when he died he would not end. The world would end” (DELLILO, 2011, p. 7).

### Potência cinética, povoamento sem gravidade

Desde sempre o controle do movimento possui para o Estado e a burguesia pelo menos três sentidos bastante evidentes e correlacionados: acúmulo do poder, acúmulo de capital e condução métrica do corpo. Mas se a mobilidade e a aceleração, quando associadas à produção, ao consumo ou ao deslocamento produtivo e “civilizado” — isto é, hegemônico — são bem-vindas, há também na cidade rastros de velocidades indesejáveis com as quais as velocidades burguesas prefeririam não precisar lidar, e com as quais jamais podem se deixar confundir. Trata-se de um vetor de deslocamento imprevisível que atravessa o comportamento da multidão e nega um espelhamento do fluxo utilitário; diz respeito à capacidade de se agrupar e separar, de se encontrar e comunicar na forma de uma “mobocracy” (democracia da multidão) (ACROYD, 2001). Esse poder móvel e cada vez mais articulado, capaz de causar pavor nos magistrados, de obrigar o poder público a criar e continuamente aperfeiçoar um dispositivo policialesco a fim de docilizar a malta e resguardar as elites e o Estado contra constantes revoltas, ataques, saques, invasões, etc., constitui, podemos dizer, uma espécie de potência cinética ou nomos, que se contrapõe ao fluxo comercial e à metrificação do Estado. Com efeito, as largas avenidas de Paris, com suas belas árvores pontuando os pavimentos, não constituíram no séc. XIX apenas uma melhora na circulação burguesa e limpeza. Tratou-se de dar maior agilidade à força de combate e controle do governo. Haussmann, arquiteto-projetista da nova cidade-mundo, admitiu que teria sido sua intenção assegurar a tranquilidade pública com a criação de bulevares que “permitissem a circulação não somente de ar e luz, mas também de unidades militares e, por meio de uma combinação astuta, deixar as pessoas simultaneamente mais saudáveis e menos dispostas à revolta” (apud SCHIVELBUSCH, 1986, p. 196, trad. nossa). À velocidade do devir revolucionário das multidões — esse, ao contrário do fluxo comercial, visto pelas elites como

expressamente degenerescente —, era preciso conquistar uma velocidade militar, abrir caminho em meio ao tumulto para a vigilância do aparelho de Estado.

Até os dias atuais, apenas à polícia estão garantidos vetores de super-velocidade no tráfego; lançam sirenes aos céus e podem entrecortar as artérias fora de qualquer diretriz imposta a todos os outros viajantes. A viatura possui “carta branca” para disparar seus carros na contramão, subir em passeios, suspender a sinalização e adquirir uma mobilidade negada aos demais. Para que a polícia adquira a mesma agilidade da multidão, é preciso livrá-la da gravidade do Estado, liberando-a das constrições das próprias leis. Trata-se, assim, de uma espécie de “exceção” da mobilidade. Por outro lado, Deleuze e Guattari notam em sua nomadologia que uma das tarefas fundamentais do Estado é estriar o espaço, ou utilizar “os espaços lisos como um meio de comunicação a serviço de um espaço estriado. Para qualquer Estado, não só é vital vencer o nomadismo, mas (...) fazer valer uma zona de direitos sobre todo um ‘exterior’, sobre o conjunto dos fluxos que atravessam o ecúmeno” (DELEUZE e GUATTARI, 1997b, p. 59). O Estado fará o possível para empreender a captura sobre fluxos de populações, de mercadorias, de capitais, etc. Os trajetos são fixados, as direções bem determinadas e o movimento relativizado. Onde a importância da tese de Paul Virilio, quando mostra que o poder político do Estado é polis, polícia, e que “as portas da cidade, seus pedágios e suas alfândegas são barreiras, filtros para a fluidez das massas, para a potência de penetração das maltas migratórias”, pessoas, animais e bens (apud DELEUZE e GUATTARI, 1997b, p. 60). Gravidade, gravitas, é, assim, a essência do Estado, que tem necessidade de que o movimento, mesmo o mais rápido, “deixe de ser o estado absoluto de um móbil que ocupa um espaço liso, para tornar-se o caráter relativo de um ‘movido’ que vai de um ponto a um outro num espaço estriado” (DELEUZE e GUATTARI, 1997b, p. 59-60). Nesse sentido, o Estado não para de compor o movimento ou regular a velocidade, e funciona então como o inspetor, conversor ou permutador viário. Na malta, todavia, a velocidade ou o movimento absolutos não são sem lei, mas essas leis são as do nomos, do espaço liso que explora, da máquina de guerra que sobre ele se espalha. E, “cada vez que

há operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nomádico aparece” (idem). É esse povoamento sem gravidade, e não o fluxo comercial, que a lei régia e o capitalista insistem em estriar, contra tudo o que ameaça transbordá-los.

### Corpos sem face: a legião em movimento

Hoje, em países em que o transporte coletivo ainda é deficiente, a separação entre a multidão e a elite se concentra, como na Inglaterra dos setecentos, na diferença de velocidade permitida. Ao forçar a multidão a movimentos precários, sem impor restrições aos veículos privados, o Estado restringe o poder dos pobres e sabota a possibilidade de distribuição da potência cinética. A função principal do transporte coletivo, do ponto de vista da polis, é conduzir a massa trabalhadora, permitir a produção de forma mais eficiente. Nesse sentido, a multidão resiste também desacelerando, negando a condução estritamente produtiva e utilitária (o movimento slow-food, o carnaval de rua, as hortas comunitárias, as bicicletas, etc.). Mas não somente; quase toda aparelhagem técnica possui dimensões flexíveis, e a possibilidade de se integrar ao fluxo também realiza um devir-nômade refratário ao movimento relativo (métrico).

Na década de 1980, José Miguel Wisnik ponderava, na ocasião da visita de Guattari ao Brasil, que, por um lado, o país era atravessado por uma “produção coletiva, elaborada e reelaborada nas manifestações da arte e da música popular, antes de ser propriamente discutida no campo dos pensadores, da universidade, do político”. Por outro, todavia, era um país tomado por movimentos moleculares em microescalas, cujas manifestações mais radicais talvez fossem os assaltos a mão armada (GUATTARI e ROLNIK, 2010, p. 76). Se São Paulo, a complexa capital do estado mais rico do país, é recordista no uso de helicópteros para o transporte de passageiros particulares [3], o Brasil é líder no mercado de blindagem de carros [4] com fins à melhor separação entre os ricos e a multidão que não mais carrega lama, mas balas de grossos calibres montadas

em motocicletas, mais ágeis do que os carros. À violência da elite brasileira de se retirar do espaço comum e se eximir de responsabilidades vis-à-vis àqueles que se encontram sequestrados por exclusão à riqueza, corresponde a violência e a velocidade do tiro e do contra-sequestro.

Nesse exemplo extremo, uma espécie de devir-nômade também se realiza no gesto da mão, que renuncia à domesticação da produção. No séc. XVIII, enquanto uns arremessavam lama na nobreza, que se protegia em veículos articulados, crianças de rua tinham por hábito praticar arremesso de pedras na estátua da rainha Jane no entorno da St. Paul’s Cathedral. Estes gestos — muito diferente do manuseio repetitivo e estável do tear — transformam a mão da exclusão em arma, velocidade e astúcia. Benjamin faz uma constatação curiosa em Teses sobre a história quando diz que “a consciência de que estão prestes a fazer o contínuo da história explodir é característica das classes revolucionárias no momento de sua ação”. Na Revolução de Julho, ele nota que “na primeira noite de luta os relógios nas torres são apedrejados simultaneamente de diferentes pontos de Paris”. Uma testemunha, que talvez deva seu insight à rima, captura em versos o momento dessa consciência: “Incrível! Irritados com a hora dir-se-ia/ Os novos Josués, aos pés de cada torre,/ Alvejam os relógios, para suspender o dia” (BENJAMIN, 2008, p. 18). O gesto tenso do arremesso de pedra, lama ou bala emerge, desde sempre nas metrópoles modernas, como ruído de fundo contra os movimentos adestrados do manuseio da máquina, contra a redução do homem a tarefas entediadas e mal recompensadas, contra a disciplina degradante, contra a exclusão (jurídica, social, econômica, cultural, etc.), ou ainda contra a violência e o fogo da polícia.

### Velocidade, industrialização e enxame de corpos nas terceira e quarta revolução

Nos dias de hoje, em tempos em que a Revolução Cibernética dá lugar a uma versão ainda mais aprofundada da revolução digital com a chamada Revolução 4.0 (ou quarta revolução industrial), cabe perguntar qual o efeito essa última terá sobre o trabalho e como as classes trabalhadoras mundo afora poderão

vir a ser beneficiadas. A Revolução 4.0, assim como as duas primeiras Revoluções Industriais e a Revolução Cibernética, se marca pelo incremento da velocidade das transformações e da produção. A Revolução 4.0 refere-se a “uma revolução tecnológica que transformará fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. Em sua escala, escopo e complexidade, a quarta revolução industrial é algo que considero diferente de tudo aquilo que já foi experimentado pela humanidade”, diz Klaus Schwab, na Introdução de seu livro *A Quarta Revolução Industrial*. (2019, livro eletrônico não paginado). E Schwab continua:

Ainda precisamos compreender de forma mais abrangente a velocidade e amplitude dessa nova revolução. Imagine as possibilidades ilimitadas a bilhões de pessoas conectadas por dispositivos móveis, dando origem a um poder de processamento sem precedentes. Ou imagine a assombrosa profusão de novidades tecnológicas que abrangem numerosas áreas: inteligência artificial (IA), robótica, a internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, armazenamento de energia e computação quântica, para citar apenas algumas. Muitas dessas inovações estão apenas no início, mas já estão chegando a um ponto de inflexão de seu desenvolvimento, pois elas constroem e amplificam umas às outras, fundindo as tecnologias dos mundos físico, digital e biológico” (2019).

Muito antes da atual Revolução 4.0, ainda naquela que chamávamos de Revolução Cibernética, parte expressiva da intelectualidade vislumbrou, a partir de 1990, uma emancipação da força de trabalho, aprofundamento da partilha das riquezas comuns e um protagonismo das multidões em um processo cada vez intenso de descentralização da produção industrial. A aceleração que ali se via, com o advento da linguagem de código, das produções imateriais (virtuais) e sua transmissão em tempo real pela rede telemática, seria central para o processo de elevação das multidões trabalhadoras a protagonistas das novas formas de produção. Ainda segundo uma boa parte das previsões, os grandes conglomerados das telecomunicações

entrariam em decadência, os filtros às falas e a proteção excessiva à cópia de bens imateriais seriam suspensos, as grandes produções cinematográficas seriam paulatinamente substituídas pelas pequenas produções da multidão conectada — como havia desejado Benjamin em seu clássico texto “A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica” (2012) —, e uma nova era de uma cultura da partilha comum entraria em vigor. Nós falávamos, em nosso livro de 2009 (mas cujo texto foi finalizado em meados de 2006) sobre a nova autoria na era das redes, sobre movimentos ativistas abertos e amplos como o Copyleft, o Creative Commons, e o lema geracional “information wants to be free”, sobre o movimento Código Livre, sobre o Tecnobrega e sua revolução da produção e distribuição musical em microescalas urbanas na cidade de Manaus, apoiada por aparatos de comunicação como o computador e o CD facilmente replicável, falávamos de filmes como *Bruxas de Blair*, produzido com orçamento mínimo por um grupo de jovens americanos e distribuído gratuitamente pela Internet para milhares de jovens. Falávamos da poesia digital e seus formatos híbridos e livres, distribuída diretamente para nossa tela de computador sem a “intervenção” da voz de comando das editoras. Mas nesse mesmo texto já identificávamos com clareza os potenciais problemas por vir:

Ou seja, a World Wide Web, tendo como grupo líder a juventude metropolitana, ao mesmo tempo em que é explorada pela indústria capitalista, paradoxalmente realiza, com o apoio dessa mesma indústria (visto que ela é responsável por grande parte do investimento nas próprias tecnologias de comunicação sobre as quais a Web se desenvolve) a potência de vida na multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção de novos desejos e novas crenças, de novas associações e novas formas de cooperação [...] (RENA, 2009, p. 67).

O que vemos nos 30 anos seguintes, até os dias atuais, em alguma medida reflete esses vislumbres, mas a um só tempo traz marcas muito distintas do cenário entrevisto no que concerne ao poder de captura da grande indústria das infotelecomunicações. De fato, a profusão das produções da multidão, seja na música e

sua “cauda longa”, seja na cultura dos Youtubers e o estrelato que daí advém, seja na profusão do design e comercialização de produtos locais, é real. Há com efeito uma economia de redes mais ou menos locais, mais ou menos globais, ou ainda “glocais” (locais e globais a uma só tempo), há uma maior autonomia para a produção, principalmente no campo imaterial (filmes, música, artes visuais, design, moda, etc.), das multidões hoje. A flexibilidade e instantaneidade das redes propicia as condições para a emergência de produções menores, do pequeno criador. Contudo, a aceleração da comunicação nos tornou também mais escravos do trabalho, agora não somente no local de trabalho, mas de casa, do restaurante, do trânsito (inclusive quando dirigimos o automóvel), da praia e da casa dos familiares. De qualquer lugar, a qualquer hora, estamos online, e preparados para responder a qualquer demanda que o patrão (ainda que nós sejamos o padrão de nós mesmos) nos exige. Se nos tornamos donos de nossa própria produção, na maior parte do tempo a marca mais contundente desse novo trabalho não é a autonomia ou a colaboração, mas a precarização, ausência de direitos e renda insuficiente para conquistas tidas como importantes para as gerações que cresceram na segunda metade do séc. XX, como a compra da casa própria. A imagem de jovens novos empreendedores que moram com amigos ou colegas compartilhando um quarto, ou mesmo que nunca saíram da casa dos pais, se torna cada vez mais comum nas grandes cidades. Ou senão, o jovem que não se tornou empregado, é empregado de si mesmo, é livre das amarras do emprego formal, mas na condição de motorista de serviços de aplicativos e outros serviços dessa natureza, uma forma precarizada de trabalho que mais uma vez vulnerabiliza multidões.

As redes foram capturadas em caixinhas digitais para “extorsão” de informações pessoais, que por sua vez retornam em forma de propagandas personalizadas cada vez mais eficientes e que nos mantêm, ainda mais do que antes, como consumidores bem disciplinados. A revolução, hoje podemos dizer com certa clareza, em boa medida fez água. O mundo certamente mudou por completo do ponto de vista da técnica, mas os grandes donos do capital permanecem sendo os grandes donos do capital, e os consumidores e trabalhadores, no mais das

vezes, permanecem empobrecidos e capturados na teia do consumo passivo e superficial. Os problemas acarretados pela aceleração semiótica posta em curso são intensificados com o aparecimento de grupos políticos de extrema direita por todo o mundo, que espalham em suas redes as tão faladas “fake news”, ou seja, informações falsas que visam tão somente o incremento da máquina de enganação de massas e o benefício de lideranças de extrema direita, que se elegem com base na divulgação de mentiras sobre seus adversários políticos. No rastro, vemos nascer tendências neofascistas e negacionistas (anti-ciência) entre parte da população, que, alimentadas pelas fake news, passam a defender noções estapafúrdias como o “terraplanismo”.

Com efeito, a Internet tem sido com frequência uma ferramenta central na obliteração da democracia, seja por meio de guerras híbridas habilidosamente arquitetadas para a derrubada de governos democraticamente eleitos [5], seja por meio do uso ilegal de informações sigilosas de grandes massas de eleitores para a propaganda e promoção de candidaturas políticas com fortes conotações anti-democráticas.

Com a chamada Revolução 4.0, aparentemente não teremos as mesmas ilusões que tivemos quando da Revolução Digital. Mas ela se tornará, do ponto de vista da geopolítica internacional, um processo chave na definição do mundo do séc. XXI. Se a internet reafirmou a liderança tecnológica americana nas duas primeiras décadas do início do séc. XXI, a Revolução 4.0 poderá ser um ponto de inflexão crucial para a consolidação das potências que liderarão o desenvolvimento tecnológico nas décadas por vir. Obviamente, entre elas estará a China e seus parceiros asiáticos. Quais as implicações desses desdobramentos para nós, meros trabalhadores e consumidores e nosso cotidiano? Se no início do século o código livre, a livre informação, e o poder de produção e comunicação disseminado eram as marcas de um discurso que entrevia nas tecnologias digitais o início de um processo longo de virada de poder, deslocando as forças de controle e produção do topo para a base (da lógica top-down da modernidade industrial para a visão bottom-up da pós-modernidade digital), o que podemos entrever ou mesmo desejar, isto é, ter como horizonte de disputa e luta para as multidões trabalhadoras do século XXI?

Nos encontraremos ainda mais enredados e presos nessa teia de consumo e venda indiscriminadas de nossas informações pessoais e privadas com fins de nos tornar consumidores e trabalhadores mais eficientes e bem domesticados, ou há nesse incremento da velocidade de processamento e distribuição da informação, lideradas por tecnologias como a Internet 5G, saídas para alguma forma de empoderamento da multidão? O que poderá vir a significar, por exemplo, a possibilidade de aperfeiçoamento do DNA humano para consumo em massa, quando parte significativa da população não terá acesso a esse comércio? Que tipo de abismo, maior do que os já produzidos pelas diferenças no acesso à educação, à riqueza e aos meios de produção, decorrerão dessa nova condição? Que tipo de apartheid social (pior do que o já gerado pelas diferentes formas de acesso aos conteúdos digitais) poderá surgir de um mundo em que parte da população é assistida por inteligência artificial robótica avançada e de alta velocidade de distribuição e processamento, e a outra se vê às voltas com os velhos aparatos de aprendizagem e acesso à informação? Por ora, temos muitas perguntas e poucas respostas. Mas evidentemente trata-se de uma reflexão inescapável e urgente, uma tarefa central para a classe intelectual hoje, porque as mudanças estão aí e virão como uma avalanche nas próximas décadas.

#### Notas:

**1:** Fragmento do poema “The Mitherless Bairn” (“A criança sem mãe”) do livro *Rhymes and recollection of a handloom weaver* (Rimas e lembranças de um tecelão de tear manual) de William Thom.

**2:** O romance abre com essa bela descrição: “Sleep failed him more often now, not once or twice a week but four times, five. What did he do when this happened? He did not take a long walk into the scrolling dawn. There was no friend he loved enough to harrow with a call. What was there to say? It was a matter of silences, not words” (2011, p. 5).

**3:** Cf. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-08-19/sao-paulo-passa-a-ter-a-maior-frota-de-helicopteros-do-mundo-e-adota-restricoes.html>. Acessado em 12/03/2014.

**4:** Cf. <http://carros.ig.com.br/especiais/blindagem+chega+a+classe+media+mas+vale+a+pena/6408.html>. Acessado em 12/03/2014.

**5:** Cf. *Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach To Regime Change* (2015), de Andrew Korybko.

## Referências

ACKROYD, Peter. London: the biography. London: Vintage Books, 2001.

BALZAC, Honoré de. A menina dos olhos de ouro. Porto Alegre: L&PM, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. O Anjo da história. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIFO, Franco. The uprising: on poetry and finance. Los Angeles: Semiotext(e) Intervention Series, 2012.

CASANOVA, Jacques. The Memoirs Of Jacques Casanova De Seingalt 1725-1798. London: A Public Domain Book. Kindle Version.

CRESSWELL, Tim. On the move: mobility in the modern Western world. London: Routledge, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997b.

DELILLO, Don. Cosmopolis. London: Picador, 2011.

DICKENS, Charles. Dombey and son. Londres: Bradbury and Evans, 1848.

DICKENS, Charles. Hard times. London: Penguin Books, 2003.

FIELDING, Henry. Works of Henry Fielding, Complete in one volume. London: Henry G. Bohn, 1852.

GOETHE, Johann Wolfgang von. The collected works: essays on art and literature, v. 3. Princeton: Princeton University Press, 1994.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolíticas: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2010.

LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

PERASSO, Valeria. “O que é a 4ª revolução industrial — e como ela deve afetar nossas vidas”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-37658309>>. Acesso em 20/04/2022.

RENA, Alemar. Do autor tradicional ao agenciador cibernético: do biopoder à biopotência. São Paulo: Annablume, 2009.

SCHECKNER, Peter. An anthology of chartist poetry: poetry of the British working class, 1830s-1850s. London: Associated University Presses: 1989.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. The railway journey: the industrialization of time and space in the 19th century. New York: Berg, 1986.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial [livro eletrônico]. São Paulo: Edipro, 2019.

SENNETT, Richard. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

**Aleamar Rena** é professor adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em Porto Seguro, BA, Brasil. É mestre e doutor em Estudos Literários pela UFMG. No doutorado, fez Estágio Sanduíche de um ano na Inglaterra, onde foi pesquisador visitante da Universidade de Kingston (Londres). Recebeu o prêmio UFMG de teses (2015). É músico e produtor, com interesse em experimentações com sampleagem, remixagem, software music. Na UFSB foi Diretor do Centro de Formação em Artes e Comunicação durante o quadriênio de 2017 a 2021, foi líder da equipe do PPC do curso Som, Imagem e Movimento, coordenador da Licenciatura Interdisciplinar em Artes e suas Tecnologias e coordenador do NDE Licenciatura Interdisciplinar em Artes e suas Tecnologias. Atualmente pesquisa Arte, Arte Sonora e Produção Musical, Literatura, Arte e Produção Linguística no contexto de Comunidades, Periferias e Redes de Comunicação e Produção, Filosofia e o conceito de Comum e Comunidade.

# Insurgir-se contra o Estado, incidir sobre o Estado: debate sobre as insurgências multitudinárias do século XXI

Natacha Rena, Maíra Ramirez Nobre, Henrique Dias Porto\*

## Resumo

Este trabalho busca debater os conceitos de Império e multidão, tal como formulados por Michael Hardt e Antonio Negri (2014, 2012, 2016), aplicados ao imaginário de insurgências urbanas que emergiram após a crise do capitalismo de 2008, com destaque à experiência brasileira das Jornadas de Junho de 2013. Considera-se que a transposição desta abordagem conceitual para a leitura das cidades levou a uma prática de lutas baseada em um “insurgir-se contra o Estado”. Questiona-se, à luz dos desdobramentos políticos e geopolíticos das duas últimas décadas, a pertinência e a atualidade destes conceitos para realidades periféricas ou do Sul Global. Para tanto, buscou-se analisar os fundamentos filosóficos e geopolíticos destes conceitos, bem como as suas aplicações nos levantes abordados, por meio de uma sobreposição de leituras estruturalistas e pós-estruturalistas. Com isso, pretendeu-se identificar experiências virtuosas de interface entre sociedade e Estado que possam dar novo fôlego aos conceitos abordados.

**Palavras-chave:** Império; Multidão; Insurgências Multitudinárias; Geopolítica; Disputa pelo Estado.

## Abstract

*This paper aims to discuss the concepts of Empire and multitude, such as formulated by Michael Hardt and Antonio Negri (2014, 2012, 2016), applied to the imaginary of the urban insurgencies that emerged after the 2008 crisis of capitalism, with emphasis on the Brazilian experience of the Jornadas de Junho of 2013. We consider that the transposition of this conceptual approach to the analysis of the cities lead to a practice of struggles based on a “rising against the State”. We question, on sight of the political and geopolitical unrolling of the last two decades, the adequacy and the actuality of these concepts to analyze peripheral realities or to the global South. In this regard, the philosophical and geopolitical foundations of these concepts, such as its applications in the mentioned uprisings, were analyzed.*

**Keywords:** Empire; Multitude; Multitudinous Insurgencies; Geopolitics; Dispute over the State.

## Introdução

A transposição do pensamento pós-estruturalista para as cidades influenciou diversas abordagens do urbano, de maneira especial em realidades periféricas, como na América Latina. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, autores como Henri Lefebvre (2001) e Jane Jacobs (2000) criticavam as cidades modernas como espaços de massificação e alienação, ou como ambientes que priorizam um progresso ilusório em detrimento da vida das pessoas, na América Latina as realidades urbanas marcadas por processos tardios ou inconclusos de desenvolvimento passaram a ser enxergadas como “laboratórios” de teoria urbana, por autores como John Turner (1977) e Manuel Castells (1973). É nesse sentido que se enxerga no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX, o surgimento de uma série de instrumentos de política urbana baseados na participação social e na contribuição dos movimentos sociais como protagonistas da produção do espaço.

Contudo, os desdobramentos políticos e urbanísticos de muitos desses instrumentos - sobretudo aqueles que ganharam maior escala com a chegada da esquerda ao Governo Federal em 2003 - provocaram uma frustração em relação a estas iniciativas. Considerava-se que estas políticas teriam se tornado ineficientes em relação à real participação popular estando demasiado atravessadas pela ação estatal que, muitas vezes, acabava privilegiando as articulações com o capital imobiliário em detrimento da inclusão de populações socialmente vulneráveis. Diante disso, são propostas, muitas vezes, alternativas de cunho autonomista, com ênfase em experiências auto-geridas de produção de moradia, ocupações urbanas e culturais, como forma de rejeitar a intermediação do Estado neo-desenvolvimentista.

Estas apostas são, em muitos casos, influenciadas pelo conceito de *multidão* adotado por Michael Hardt e Antonio Negri (2012; 2014). Entendida como o sujeito político emergente na nova e imanente configuração do capitalismo - nomeada por estes autores como *Império* - a multidão seria a força criativa deste sistema, ao mesmo tempo que o elemento capaz levá-lo ao colapso, num movimento de articulação entre questões de ordem local e global. Como exemplo de ações multitudinárias,

é reivindicado pelos autores o ciclo de lutas que emergiu após a crise do capitalismo de 2008, a exemplo da Primavera Árabe (2010 - 2011); do 15M espanhol (2011); do Occupy Wall Street (2011); e das Jornadas de Junho de 2013. Movimentos que, para Harvey (2014) trazem a cidade não só como palco das lutas, mas como um espaço por elas reivindicado e apropriado num intuito de ressignificação.

Pretende-se, neste artigo, realizar uma revisão crítica do pensamento pós-estruturalista aplicado às cidades, que levou a uma via de ação resistente baseada em um “Insurgir-se contra o Estado”, em face dos desdobramentos políticos da década de 2010. Isso porque, entende-se que as análises a respeito de um urbanismo neoliberal que originaram movimentos de cunho autonomista - pautados, em grande parte, pelos ideais multitudinários - têm alicerces semelhantes àquelas que, em momento anterior (décadas de 1980 e 1990) deram origem a projetos participativos por meio de uma associação entre Estado e sociedade civil que foi enfraquecida em favor do protagonismo daquilo que Castells (2013) entende como *movimentos sociais em rede*. Questiona-se, desta forma se, mediante análise dos diversos desdobramentos que acometeram os países nos quais se locaram os levantes multitudinários, seria necessária uma revisão tanto dos pressupostos que embasam os conceitos de Império e multidão quanto da relação estabelecida entre resistência e Estado. Isso porque, é preciso observar uma transposição entre movimentos de luta que incidiam sobre o Estado (apostando em cobranças de ações institucionais como possibilidades de melhorias sociais), para outros que se contrapõem a ele. Compreende-se então, que o Estado se coloca como elemento em disputa, da mesma forma que as narrativas a ele designadas.

Para desenvolver esta investigação, lança-se mão de uma revisão bibliográfica embebida em preceitos do método cartográfico. Entende-se por cartografia a construção de mapas abertos, de base rizomática, que relaciona e conecta elementos de ordens distintas, tal qual apontam Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011). O método cartográfico pressupõe uma imbricação entre pesquisador e objeto, em um processo no qual, por meio da formulação de inúmeros questionamentos, os pesquisadores

se dispõem a sobreposições, rupturas e desvios, não buscando a origem ou o fim de algo, mas, locados no meio, observando desdobramentos e fluxos. A cartografia é a construção do “e” ao invés do “ou” que permite sempre somar.

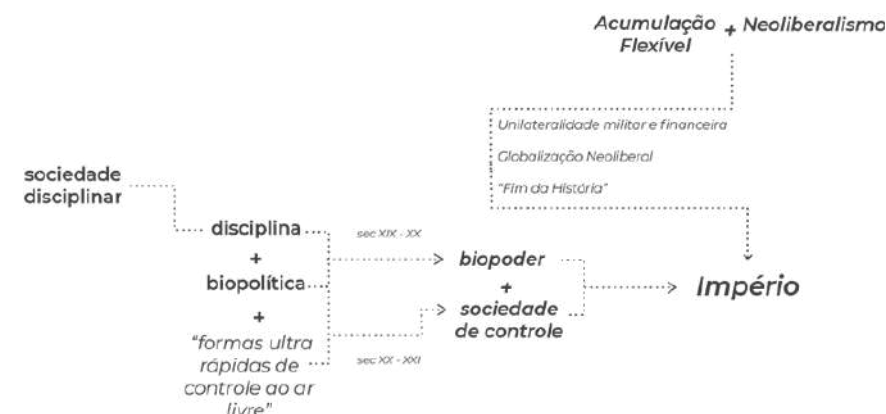
Sendo assim, a cartografia se faz presente neste artigo principalmente por meio de três elementos: (i) os pesquisadores, suas trajetórias e seu texto; (ii) a busca por um entendimento transescalar; (iii) e a sobreposição de narrativas. O primeiro item parte da supracitada implicação entre pesquisador e “pesquisado”, na ideia deleuziana de uma indistinguibilidade entre sujeito e objeto. A transescalaridade, por sua vez, está relacionada ao entendimento de que há uma indissociabilidade entre aquilo que ocorre na escala global e as realidades que emergem com o cotidiano da localidade. Já o terceiro ponto, que aborda os caminhos múltiplos e as narrativas diversas, objetiva uma compreensão complexa do mundo a partir da sobreposição de pensamentos estruturalistas e pós-estruturalistas.

Para compor esse híbrido de ideias, o texto busca intercalar questões de ordem econômica com bases estruturalistas, com o pensamento fluido que emerge, principalmente, a partir de Foucault, Deleuze e Guattari. Assim, serão mobilizados autores como Hardt e Negri (2014), Peter Pál Pelbart (2011) e Manuel Castells (2013), atravessados por Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016), David Harvey (2008), Elias Jabbour (2019), dentre outros.

Assim, este artigo se divide em cinco seções além desta introdução. A primeira delas *Império: biopoder e sociedade de controle* apresenta o conceito de *Império*, para Hardt e Negri (2014). A segunda, *A aposta biopotente da multidão*, debate o conceito de multidão para estes mesmos autores, enquanto a terceira, *Movimentos multitudinários do século XXI*, apresenta os principais levantes enquadrados neste conceito que ocorreram no mundo, com destaque para o ciclo de lutas que se inicia após a crise do capitalismo de 2008. A quarta parte, *Jornadas de Junho de 2013*, analisa este movimento como transposição do vocabulário da multidão para o cenário brasileiro. Por fim, a quinta seção, *Questionamentos a respeito da aposta multitudinária*, traz as considerações finais na forma de perguntas sobre a pertinência dos conceitos analisados para um contexto periférico

dando ênfase à realidade brasileira e buscando caminhos para desdobrar e atualizar esta abordagem conceitual.

## 1 - Império: biopoder e sociedade de controle



**Figura 01:** Diagrama de formação do Império.  
Fonte: produzido pelos autores.

A segunda metade do século XX é marcada por intensas transformações nas dinâmicas globais. Observa-se, sobretudo a partir do final da década de 1960, uma relação “poder-resistência” absolutamente descodificada. A exemplo, Pelbart (2011) argumenta como os movimentos de Maio de 1968, na França, caracterizados pelo protagonismo de reivindicações de ordem subjetiva - como a liberdade sexual, críticas a sistemas hierárquicos e demandas por liberdade, autonomia e criatividade - teriam sido sucedidos pela incorporação deste mesmo vocabulário a manuais corporativos e, portanto, ao próprio funcionamento do capitalismo a partir de então. (PELBART, 2011, p. 96).

Ao mesmo tempo, observam-se movimentos de flexibilização e financeirização das estruturas produtivas em escala global. O abandono do padrão monetário *Dólar-Ouro* em direção ao *Petro-Dólar* representou um importante movimento para a formação do que Harvey (2008) chamou de *acumulação flexível*. Além disso, como argumenta Bandeira (2016, p.521), a transição no padrão monetário possibilitou que os EUA, como único país capaz de

emitir dólares, pudessem financiar seus próprios déficits e sua supremacia militar a partir do endividamento em dólares das demais nações do globo - sobretudo, as do Sul Global. A escalada em velocidade e flexibilidade, delegando ao capital cada vez mais poder sobre o trabalho, produziu ao final da década de 1980, uma virtual unilateralidade em favor do bloco de poder hegemônico (com o colapso de seu elemento antagônico, o bloco soviético) e a consagração de um modelo político-econômico-social, propagado enquanto receituário em todo o mundo.

A ideia de um *fim da história* é colocada, naquele contexto por Francis Fukuyama (1992) como uma celebração destes movimentos geopolíticos e econômicos que levaram a uma estabilidade após os anos de Guerra Fria. Este entendimento é um dos componentes que embasa a proposição de Hardt e Negri (2014) do conceito de Império, entendido como um novo modelo político e econômico supranacional, resultante de uma gradual e inevitável consolidação do paradigma dominante, e não mais de transformações históricas. Os autores identificam que o Império seria caracterizado pelo exercício de um poder sem limites geográficos, marcado pela dissolução das fronteiras e o consequente governo de todo o mundo “civilizado”. Entende-se aqui que as fronteiras e a soberania dos Estado-nação estariam enfraquecidas pelos processos de globalização dos mercados e da produção, o que criaria espaço para uma governança supranacional pautada na aceleração das conexões, na descentralização, na velocidade e na produção de afetos.

Hardt e Negri (2014) argumentam que a formação do Império é fruto das brechas no processo de aplicação da ideia de *Ordem Internacional* contida no projeto da Organização das Nações Unidas (ONU). Em outras palavras: a ONU - da sua criação, no pós-guerra, até os anos da guerra fria - deixa de funcionar como um espaço de mediação entre Estados-Nação independentes para se tornar a configuração jurídica de um poder *supranacional* enviesado (HARDT; NEGRI, 2014, p.23). Os autores argumentam que a Guerra do Golfo - primeiro grande conflito militar após o fim da URSS - seria um marco para a atuação tendenciosa das Nações Unidas enquanto mecanismo de legitimação das “guerras justas” movidas pelo Império. Este conflito, referendado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, inaugura a série

de intervenções militares dos EUA (e aliados) em territórios de grande relevância geopolítica, geralmente, atrelados ao petróleo.

Essa tendência a uma unilateralidade do poderio militar, associada à legitimação destas incursões militares por um órgão pretensamente neutro, aponta à constituição de um *direito de polícia* como prerrogativa do Império. Não é por acaso que os autores recorrem a este termo para caracterizar esta forma de ação imperial. Foucault (2008) vincula o surgimento da *polícia* à enunciação da *biopolítica* e do *biopoder*. Hardt e Negri (2014), a partir de Foucault, abordam o biopoder como uma forma de regulação inerente à vida social. Contudo, os autores identificam no conceito deleuziano das *sociedades de controle*, a condição para uma extensão totalizante do biopoder na sociedade, como base para a formação do Império. Segundo Deleuze, em substituição a uma disciplina que se pode gerir apenas na “duração de um sistema fechado”, as sociedades de controle estariam sendo constituídas pelas “formas ultra rápidas de controle ao ar livre” (DELEUZE, 1992, p.220).

Segundo Hardt e Negri (2014), na sociedade de controle, a extensão do biopoder para além das instituições disciplinares ocorre mediante a “democratização” dos mecanismos de controle. Isso porque, o exercício e manutenção deste poder totalizante só é possível mediante um controle integral da vida abraçado pelos indivíduos. A sociedade é, então, por iniciativa própria, imersa nas estruturas de poder, sendo regida e reagindo “como um corpo só” (HARDT; NEGRI, 2014, p.43-44). O poder passa a ser exercido através de máquinas atuantes sobre os cérebros por meio da composição de redes de comunicação e informação, ou seja, na formação de “uma máquina biopolítica globalizada” (HARDT; NEGRI, 2014, p.59). Nesse sentido, as instituições multilaterais (ONU, Banco Mundial, FMI, etc) assumem um papel apenas como garantia jurídica da simbologia da “ordem imperial”. Enquanto isso, as corporações transnacionais encarregam-se da constituição de um “tecido conectivo fundamental do mundo biopolítico”. (HARDT; NEGRI, 2014, p.50).

Analisando o conceito de Império como a conjunção de biopoder e sociedade de controle, Pelbart (2011) coloca que, nesse contexto, o poder deixa de ser apenas restritivo para encarregar-

se positivamente da produção e da reprodução da vida. O autor afirma que o pensamento de Foucault e Deleuze observado por Hardt e Negri aponta para uma submissão da economia, cultura e bios social, não unificadas, mas que direcionam para a criação de pluralidades indomesticáveis. Ou seja, não se trata mais de uma massificação a ser disciplinada, mas de multiplicidades individuais (auto)controladas.

Entre tensões e estímulos, capitalismo e resistências se encontram na propulsão da ordem Imperial emergente a partir dos anos de 1960. A conjunção do biopoder e da sociedade de controle produziu um cruzamento sem precedentes entre forças hegemônicas e resistentes. Dessa forma, a configuração do Império, como regime de apropriação da produção desejante, é acompanhada também por transformações evidentes na forma de organização da sociedade e de compreensão das lutas. Conforme indica Pelbart (2011), a configuração imperial não pode ser observada por um viés verticalizado unilateral, tendo em vista que, ainda que *vampirizadas*, as subjetividades não formam massas amorfas e passivas, mas uma conjunção de forças de vida. Forças essas que, em sua potência criativa e afetiva podem ser compreendidas tanto como uma reserva inesgotável a ser explorada pelo capital, quanto como aquilo capaz de atravessá-lo.

## 2 - A aposta biopotente da multidão

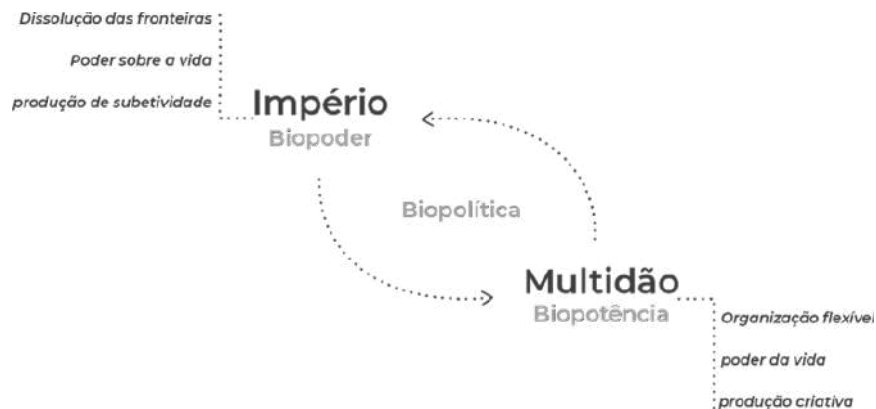


Figura 02: : Diagrama de formação da Multidão.  
Fonte: produzido pelos autores.

As transformações da segunda metade do século XX motivaram não só a formulação de leituras a respeito do capitalismo, mas também de possíveis respostas “por baixo” a esta nova configuração de poder. Frente a totalidade dos fenômenos identificados como globalização, emergiu, entre as forças resistentes, a necessidade de repensar a luta a partir deste contexto, utilizando-se dele em favor de suas pautas. Castells (2013), por exemplo, busca na organização em rede alternativas à estrutura clássica dos movimentos sociais que, muitas vezes, não eram suficientes para que se alcançasse os resultados esperados frente à nova forma da sociedade, fragmentada e rizomática.

No mesmo sentido, Hardt e Negri (2014) vêem, no seio do Império, forças que seriam capazes de levá-lo à ruptura. De maneira análoga à concepção de Deleuze e Guattari (2011) de uma esquizofrenia como limite do capitalismo, a multidão é proposta como uma forma de organização social que compõe e tensiona o Império. Conforme aponta Pelbart, “a multidão, na sua configuração acentrada e acéfala, no seu agenciamento esquizo, também pode ser vista como oposto da massa.” (PELBART, 2011, p. 26). A multidão partiria de uma aposta na *multiplicidade* como formação de um corpo social que se apoia na composição de um caldo biopolítico no qual sobressai a diferença.

A multidão é composta de um conjunto de singularidades - e com singularidades queremos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente. (...) A multidão, contudo, embora se mantenha múltipla, não é fragmentada, anárquica ou incoerente. (...) A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 139, 140).

Contudo, segundo os autores, a multidão não seria uma forma de resistência a ser criada, mas sim a forma de organização social

que acompanha o surgimento do Império ou mesmo que exige o seu surgimento. Pelbart (2011) apresenta o conceito de multidão como elaborado a partir de uma inversão do sentido pejorativo do biopoder e da biopolítica, considerando que no “corpo biopolítico coletivo” estariam localizadas a produção e reprodução da vida em um “misto de inteligência, conhecimento, afeto, [e] desejo”. (PELBART, 2011, p. 83-4). O autor identifica que Foucault já teria intuído a respeito desta possível inversão. Entretanto, foi apenas em Deleuze que tal proposição ganhou maior robustez. Foi ele o responsável por elucidar que o poder sobre a vida acabaria contraposto *ao poder da vida*. Esta potência da vida equivale, em Pelbart (2011) à biopotência da multidão.

Hardt e Negri (2012; 2014) vislumbam nas lutas que emergiam no contexto da formação do Império um caráter multitudinário. A Praça Tiananmen na China (1989), a Revolta de maio de Los Angeles (1992), o movimento dos Zapatistas em Chiapas, no México (1994), as greves francesas (1995) e sul-coreanas (1996) são expoentes citados pelos autores de uma nova qualidade de movimentos sociais que, ao cruzar pautas de cunho econômico, político e cultural, incidiriam sobre elementos da própria vida sendo, por consequência, biopolíticos. Os movimentos, apesar de localizados, com pautas relacionadas à questões específicas apresentaram, invariavelmente, elementos que tangenciavam problemáticas globais, atacando a constituição imperial em sua generalidade. Em Los Angeles, por exemplo, apesar do foco em questões raciais e territoriais, é possível observar um repúdio ao movimento pós-fordiano. Em Chiapas, por sua vez, às questões específicas relacionadas à representatividade frente ao Estado mexicano, eram somadas a uma crítica iminente ao regime social imposto pelo Nafta. Por fim, as greves de Paris, de cunho trabalhista, reivindicavam uma nova concepção do que é público, criticando, também, o projeto de globalização capitalista.

Os autores ressaltam que por serem circunscritas a suas realidades e enfrentamentos locais, essas lutas seriam impedidas de “viajar horizontalmente” de modo a formar um ciclo global de contestações à autoridade imperial. Em vez disso, as lutas seriam forçadas a uma “expansão vertical”, capaz de tocar questões críticas na escala do Império e, por isso, seriam embriões de uma luta multitudinária em busca de uma

alternativa real. Nesse sentido, Hardt e Negri (2014, p.75) apontam a necessidade de fortalecer a comunicação e reconhecimento mútuo entre estes movimentos, produzindo uma linguagem cosmopolita e, principalmente, o reconhecimento de seu inimigo comum: a autoridade imperial. Talvez o levante ocorrido em Seattle, nos EUA, em 1999, tenha sido um dos primeiros passos na direção de lutas inerentemente globais. As manifestações, conhecidas como “batalha de Seattle” foram realizadas como forma de oposição à realização da cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC) na cidade, tendo como objetivo paralisar as negociações, buscando dismantlar a agenda neoliberal. As passeatas eram identificadas com o movimento *anti-globalização* e aprofundavam uma tendência inaugurada pelos Zapatistas, utilizando a internet como forte elemento de luta, fundando, naquele momento, uma articulação entre redes e ruas, muito cara aos movimentos vindouros.

### 3 - Insurgências multitudinárias do século XXI

A partir dos anos 2000, os movimentos anti-globalização dão espaço a uma outra natureza de movimentos identificados com o método “multitudinário”: as chamadas Revoluções Coloridas. Os adversários dessas novas lutas eram, não mais grandes bancos e corporações transnacionais, Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), etc., mas chefes-de-Estado de países situados na periferia do capitalismo ou, ao menos, um pouco mais distantes dos centros de comando do Império. Naturalmente há de se levantar o fato de que a estrutura do poder imperial seria intrinsecamente dispersa e descentralizada por todo mundo, não sendo possível identificar um centro e uma periferia. Entretanto, o que se observa nesses casos é um ataque não mais às dinâmicas globais de dominação inerentes aos processos locais, como defenderam Hardt e Negri (2014) em relação aos Zapatistas, mas às questões de representação política, quase sempre sob os lemas de “democracia e liberdade”.

As Revoluções Coloridas foram situadas na Sérvia (2000), Geórgia (2003), Azerbaijão (2005), Ucrânia (2005), Quirguistão (2005) e Bielorrússia (2006), coincidentemente, países geograficamente estratégicos que, além de formarem um cinturão em volta da

Rússia, são produtores ou áreas de trânsito de gás e petróleo. Quando “bem-sucedidos”, estes levantes derrubavam chefes-de-Estado ditos autoritários ou semi-autoritários. Os levantes traziam características comuns aos ideais de movimento multitudinários descritos em Hardt e Negri (2014), como a fluidez na organização, a articulação em rede, o uso da internet, a conjugação de diferentes sujeitos políticos, etc., contudo, há de se questionar a real identificação dessas insurgências com o conceito de multidão. Conforme colocado anteriormente, desloca-se o foco das manifestações de temáticas centrais ao neoliberalismo e à globalização em direção a questões de representação política local. Além disso, a confluência de atores próximos a grandes corporações transnacionais nestes movimentos também levanta suspeitas a respeito de seu caráter anti-imperial.

Sucedendo-se a estes levantes, a crise do capitalismo de 2008 é um marco para a emergência de um ciclo de lutas de caráter global caracterizado por uma grande articulação entre manifestações baseadas na ocupação de espaços urbanos de relevância política e articulação nas redes digitais. A ascensão do uso das redes como ferramenta de organização foi fundamental não só para a gestão dos espaços dos levantes, mas também para promover uma comunicação entre as diferentes manifestações dos diversos países conforme reivindicado por Hardt e Negri (2014). Como lembra Castells (2013), os protestos vinculados à Primavera Árabe foram os primeiros experimentos deste modelo que reverberou, posteriormente, na Espanha, nos EUA e no Brasil.

Conhecidos como *movimentos sociais em rede* (CASTELLS, 2013), estes levantes possuíam diversas características comuns que os aproximam do conceito de multidão - não é por acaso que, Hardt e Negri (2016) reivindicam o adjetivo *multitudinários* para caracterizá-los. Com pautas híbridas, e em sua maioria abertas, este ciclo de lutas é formado por ações ativistas (horizontais) e não mais militantes (verticais). Ou seja, ações descentralizadas, rizomáticas, aparentemente espontâneas e que, em sua maioria, não se apoiavam na figura de um líder, mas de agenciamentos diversos que se associam e desassociam mediante a existência de interesses comuns. Destaca-se que estes levantes primeiro se fortalecem em ambiente digital, para depois ocuparem as

ruas e praças.

Os movimentos que compuseram a Primavera Árabe tiveram início com as manifestações na Tunísia, entre 2010 e 2011, quando milhares de pessoas se reuniram para derrubar o presidente Ben Ali, no poder desde 1987. O movimento desencadeou protestos em uma série de países do Oriente Médio e do Norte da África, onde, da mesma forma, grandes massas populares manifestavam pela destituição de governantes. O Egito foi um dos casos subsequentes mais emblemáticos. Os protestos foram centrados na ocupação da Praça Tahir, onde, segundo Castells (2013), os manifestantes gritavam “A Solução é a Tunísia”, fazendo uma alusão à inspiração, conexão e solidariedade entre os movimentos.

Castells aponta que as insurgências tornaram-se possíveis pela “superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano” (CASTELLS, 2013, p.23). Assim como Castells, Hardt e Negri (2016) corroboram o caráter multitudinário da Primavera Árabe, ao citar a descentralização, dinamicidade e capacidade de conjugação de sujeitos políticos diversos possibilitada por essa forma de organização (HARDT; NEGRI, 2016, p.14). Contudo, os mesmos questionamentos colocados anteriormente em relação às Revoluções Coloridas se aplicam para este caso. Apesar do argumento de Castells (2013) de que os movimentos árabes seriam a síntese de um “empoderamento popular” contra a cumplicidade entre elites financeiras e políticas, os resultados e reivindicações dos protestos parecem distantes das questões de dominação global descritas como estruturantes ao Império e à globalização neoliberal. Questiona-se se, da mesma forma que as Revoluções Coloridas, os protestos não podem ter sido utilizados como pretexto para intervenções geopolíticas de grandes atores hegemônicos.

Ainda no ano de 2011, as tendências formuladas no Oriente Médio e Norte da África, inicialmente regionalizadas, se expandiram atingindo outros levantes pelo mundo, desta vez, mais próximos às concentrações de poder do Império. Com fortes influências da Primavera Árabe, o 15M, ocorrido na Espanha, é tido como o laboratório tecnopolítico deste ciclo de lutas, tendo intensificado

o uso das redes sociais e a ocupação das praças para produção de afetos insurgentes. O 15M foi composto por manifestações que duraram quase oito semanas e se espalharam por mais de cento e setenta cidades espanholas, tendo como principais territórios de ocupação praças importantes como as de Madrid (Puerta del Sol) e de Barcelona (Praça Catalunha). Dentre as pautas levantadas pelos jovens estava a demanda por empregos, críticas à corrupção e a reivindicação por uma nova democracia, experimentada através da experiência das *acampadas*, como eram chamadas as ocupações das praças.

Compreende-se que um dos principais resultados políticos do 15M foi a formação do *municipalismo espanhol*, sendo as plataformas *Ahora Madrid* e *Barcelona en Comú* os casos mais significativos. As plataformas foram baseadas em um fazer político muito identificado com os ideais multitudinários, com grande usufruto das redes digitais, estruturas de mandatos inovadoras e incorporação de pautas da juventude. Ressalta-se que o movimento trouxe um rechaço às organizações tradicionais da esquerda espanhola, partindo do entendimento de que elas - sobretudo o PSOE - estariam associadas às estruturas de poder e ao distanciamento da democracia representativa em relação à realidade da população.

Ao que tudo indica, apesar de uma coincidência entre as reivindicações por mais democracia, os contextos e resultados entre a Primavera Árabe e o 15M eram bastante distintos. Enquanto, no primeiro caso, combatiam-se chefes-de-estado empoderados há décadas em países com independências recentes, no segundo, os manifestantes opunham-se a um sistema político capturado e à deterioração das condições de vida ocasionada pelo declínio do Estado de bem-estar-social. Quanto aos desdobramentos, no caso árabe, observaram-se verdadeiras catástrofes humanitárias, enquanto na Espanha obteve-se o surgimento de uma grande fragmentação na política partidária, marcada pelo acúmulo de experiências próximas aos ideais defendidos nos protestos, acompanhados pelo fortalecimento de grupos conservadores. Contudo, apesar da distância entre as realidades dos eventos, o modelo surgido na Primavera Árabe parecia consolidar-se com a experiência do 15M como a forma de luta da multidão: manifestações descentralizadas, sem

lideranças aparentes, organizadas e registradas pelas redes sociais e a ocupação de grandes marcos urbanos como espaços de experimentação de uma nova possibilidade democrática.

Em seguida, emerge em Nova Iorque um dos levantes mais significativos do século XXI. O *Occupy Wall Street* (OWS) “é de natureza global e local ao mesmo tempo” (HARVEY, 2014, p. 284), configurando um ataque direto ao Império - talvez por estar localizado em seu maior expoente. Castells (2013) lembra que o OWS teve início quando, em junho de 2011, a Revista *Adbusters* convocou a população estadunidense a ocupar Wall Street. O autor os cita: “Você está pronto para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street”. (ADBUSTERS, apud CASTELLS, 2013, p. 120). Assim, no dia 17 de setembro, cerca de mil manifestantes se reuniram no *Zuccotti Park*, uma praça privada na baixa Manhattan, em meio a diversas sedes de instituições do mercado financeiro global, onde, à maneira dos protestos espanhóis, estabeleceram um acampamento. Os manifestantes protestavam contra a desigualdade e o poder concentrado no capital financeiro, fazendo ecoar o slogan “Nós somos os 99%”.

Destaca-se que o OWS é, dentre os levantes aqui tratados, o que mais se aproxima dos ideais multitudinários. Entretanto, conforme pontuado por Castells (2013) é justamente essa abstração das reivindicações que dificulta a análise do levante. Talvez, ela seja responsável também, por dificultar as possibilidades de soluções reais aos impasses indicados. Ressalta-se ainda, que tanto o OWS quanto o 15M possuíam pautas sociais urgentes a serem solucionadas, vinculadas, principalmente, à questões de cunho trabalhista. Questiona-se, então, a estratégia de preconizar o âmbito global em detrimento ao local, tendo em vista a possibilidade de expansão vertical da luta - conforme defendem Hardt e Negri (2014) -, considerando que as questões locais inerentes aos protestos estariam imediatamente ligadas à ordem imperial. Dessa forma, os resultados dos dois levantes parecem sempre difusos e ineficazes, tanto em resolver os problemas locais, quanto em tocar significativamente o Império. Enquanto isso, no caso da Primavera Árabe, o aparente desinteresse com questões de

ordem global e o enfoque na representação política nacional se converteu muito rapidamente em uma imposição violenta do poder imperial e uma implicação geopolítica enorme dos protestos. Isso levaria a duas outras questões: a primeira delas se relaciona à possibilidade de, tendo sido cunhado por autores europeus e norte-americanos, o conceito de multidão se aplique com maior facilidade à países próximos ao centro imperial; a outra diz respeito a um desdobramento fundamental que se repete nos diferentes levantes aqui analisados - o fortalecimento de grupos conservadores e a fragmentação do campo político da esquerda.

A intensidade dos levantes construídos ao longo de 2011 acaba reverberando, posteriormente, em mais um movimento, novamente localizado em um país periférico: as Jornadas de Junho que ocorreram no Brasil em 2013.

#### 4 -Jornadas de Junho de 2013

Os vinte primeiros anos do século XXI no Brasil são marcados por dois momentos muito distintos: (i) a ascensão do país ao leque das principais potências mundiais; (ii) e sua derrocada vinculada ao Golpe de Estado de 2016, que seria sucedido pela formação de bancadas extremamente conservadoras no Congresso e pela eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Entre estes dois momentos encontram-se as Jornadas de Junho de 2013.

A chegada dos governos petistas ao poder a partir de 2003 configura um novo papel do país frente à política internacional por meio da construção de arranjos contra-hegemônicos apoiados na cooperação Sul-Sul. Dentre estes arranjos pode-se ressaltar: (i) a ampliação das relações estabelecidas com países do continente africano; (ii) a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC) e da União de Nações Sul-americanas (UNASUL); (iii) o fortalecimento do MERCOSUL; (iv) e, sobretudo, a criação dos BRICS, reunindo os cinco dos países com maior população e território do mundo - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, cujo crescimento econômico era destaque mundial. A criação de tais arranjos têm em comum a aposta em modelos de desenvolvimento alternativos ao

receituário hegemônico do ajuste fiscal pautado pelas IFIs a partir de 2008. Foram adotadas, para a economia, estratégias como: (i) incentivo ao consumo; (ii) programas de distribuição de renda; (iii) realização de grandes obras de infraestrutura (vinculadas, por exemplo, aos megaeventos esportivos); (iv) disponibilização de créditos; (v) e medidas de blindagem contra flutuações da economia internacional realizadas por grandes bancos de investimento como o BNDES e o New Development Bank (NDB) ou Banco dos BRICS. O quadro abaixo apresenta um comparativo entre a situação econômica nacional nos anos de 2002 e 2013.

Entretanto, a aplicação do modelo contra-hegemônico de desenvolvimento no Brasil levou a significativos impactos territoriais e, conseqüentemente, à instabilidade política. As cidades que, durante os primeiros anos da década, foram centrais no debate governamental por meio do fortalecimento da Reforma Urbana - com a criação do Estatuto da Cidade, do Ministério das Cidades, das Conferências Nacionais da Cidade, do Programa Nacional de Regularização Fundiária, do Conselho Nacional das Cidades, da Lei de Consórcios Públicos, do Plano Diretor Participativo, da Lei de Saneamento, da Lei da Mobilidade Urbana e da Lei sobre Resíduos Sólidos (MARICATO, 2015) -, aos poucos se tornaram válvulas de escape para as tensões econômicas internacionais. Nesse processo, a paisagem urbana brasileira foi marcada por uma gama de conjuntos habitacionais ocupando, preponderantemente, as franjas metropolitanas, além de um massivo número de automóveis e de empreendimentos vinculados às grandes empreiteiras. As intervenções urbanas estavam focadas, preponderantemente, na produção de espaços voltados aos interesses imobiliários, como parte da estratégia de políticas anticíclicas adotada pelo governo como combate à crise econômica.

Assim, o crescimento inédito da economia - que contava com baixíssimas taxas de desemprego - não foi suficiente para manter a estabilidade governamental e a cidade se tornou um ponto de inflexão no debate político. Diante desta contradição, Raquel Rolnik (2013) coloca que o aumento no poder aquisitivo da população não garantiu o direito à urbanidade. Segundo Rolnik (2013), a questão da mobilidade e do acesso a equipamentos

urbanos configura um dos pontos centrais para a indignação de parte significativa da população brasileira, levando às primeiras manifestações de 2013. Ademais, a frustração daqueles envolvidos no sonho da Reforma Urbana com a realidade na qual as cidades estavam imersas, foi um importante elemento para o fortalecimento das contestações.

	2002	2013
PIB	R\$ 1,48 trilhões	R\$ 4,84 trilhões
PIB per capita	R\$ 7,6 mil	R\$ 24,1 mil
Dívida líquida do setor público	60% do PIB	34% do PIB
Lucro do BNDES	R\$ 550 milhões	R\$ 8,15 bilhões
Lucro do Banco do Brasil	R\$ 2 bilhões	R\$ 15,8 bilhões
Lucro da Caixa Econômica Federal	R\$ 1,1 bilhões	R\$ 6,7 bilhões
Produção de Veículos	1,8 milhões	3,7 milhões
Safra agrícola	97 milhões de toneladas	188 milhões de toneladas
Investimento estrangeiro direto	16,6 bilhões de dólares	64 bilhões de dólares
Reservas Internacionais	37 bilhões de dólares	375,8 bilhões de dólares
Índice Bovespa	11.268 pontos	51.507 pontos
Taxa de desemprego	12,20%	5,40%
Salário Mínimo	R\$ 200 (1,42 cestas básicas)	R\$ 724 (2,24 cestas básicas)
Exportações	60,3 bilhões de dólares	242 bilhões de dólares
Investimento público em saúde	R\$ 28 bilhões	R\$ 106 bilhões
Investimento público em educação	R\$ 17 bilhões	R\$ 94 bilhões
Risco Brasil	1.446	224

Vale ressaltar que o debate a respeito da mobilidade urbana vinha sendo gestado no Brasil há vários anos. O próprio Movimento Passe Livre (MPL), entendido como o responsável pelo pontapé inicial das Jornadas, vinha organizando, desde 2003, manifestações de ordem local que, em 2012, expandiram-se para diversas cidades brasileiras. Em resposta aos levantes,

no dia 31 de maio de 2013, o Governo Federal, buscando conter o aumento das tarifas e o avanço da inflação, desonerou tributos dos serviços de transporte coletivo, mas não obteve o resultado esperado. Em 3 de junho, manifestantes ligados ao MPL queimaram uma catraca em frente a uma subprefeitura de São Paulo. Assim, com caráter supostamente espontâneo, foi iniciada uma manifestação com aproximadamente 30 mil participantes. No dia 06 de junho, eclodiram as Jornadas. O que inicialmente era motivado pelo transporte, antes da metade do mês recebeu o slogan: *não é por vinte centavos*.

Estas manifestações foram formadas sem a presença de partidos tradicionais, sindicatos ou grupos que anteriormente compunham o cenário de lutas sociais brasileiras, mas com a presença de uma massa de indignados que, na maioria das vezes, nunca havia participado de semelhantes atos, tendo as Jornadas como seu “batismo na política” conforme lembra Maria da Glória Gohn (2014). O vasto crescimento das manifestações foi um dos principais fatores que deram corpo a seu caráter multitudinário, bem como à diversidade dos integrantes, que iam de “coxinhas” a “intelectuais”. Dentre os “intelectuais” - principalmente aqueles vinculados ao debate sobre as cidades -, o pensamento pós-estruturalista encontrava-se latente e endossado pela aposta de Hardt e Negri (2014;2012) no sujeito político da multidão. Multiplicam-se, neste momento, as leituras subscritas a práticas como as ocupações culturais e as insurgências multitudinárias - como verifica-se em Bárbara Szaniecki (2012), Bruno Cava (2013) e Bruno Cava e Giuseppe Cocco (2014).

Contudo, o ciclo que sucedeu os protestos de Junho, ao invés de representar uma inflexão na política urbana do país de forma a incorporar as demandas dos movimentos insurgentes, desdobrou-se em uma série de acontecimentos no sentido de uma destruição das conquistas acumuladas até então. Dentre os autores supracitados existem diferentes abordagens a respeito do controverso cenário que emerge após as Jornadas: algumas apontam para um saldo positivo da reorientação dos movimentos urbanos em escala local, apesar dos retrocessos políticos em escala nacional, outras tendem a questionar os métodos empregados em face dos desdobramentos. De todo modo, os eventos de 2013 parecem ter sido, de maneira paradoxal, um

Quadro 01: : Situação econômica brasileira em 2002 e 2013.  
Fonte: Produzido pelos autores.

grande aglutinador das discussões urbanísticas empreendidas desde as décadas de 1980 e 90, no sentido de uma intensificação das demandas por autonomia e justiça social e, por outro lado, um gatilho para o desmonte dos avanços institucionais obtidos.

## 5 - Questionamentos a respeito da aposta multitudinária

A série de controvérsias geopolíticas encontradas nos levantes multitudinários não é gratuita. Conforme apontado, a própria proposição do conceito de Império - e a consequente aposta na multidão - tem bases inevitavelmente geopolíticas. Contudo, em face aos desdobramentos produzidos por estas lutas, é importante pontuar que o referencial utilizado para estas conceituações está associado a uma organização mundial consolidada nos anos 1990, como resultado dos processos políticos e econômicos globais supramencionados. A totalidade pretendida para os processos descritos por Hardt e Negri (2014) como constitutivos do Império tem como pressuposto a derrubada de barreiras à amálgama do capital e da globalização neoliberal potencializada pela dissolução da URSS. Além disso, a integração da China às cadeias produtivas globais parecia elevar radicalmente o nível de integração produtiva mundial e a capacidade de mobilidade do capital.

Contudo, em face às transformações geopolíticas observadas ao longo das duas últimas décadas, alguns autores começam a questionar a atualidade desta ordem “unilateral”, justamente a partir da experiência chinesa. Elias Jabbour (2019), por exemplo, avalia que a proclamação do *socialismo de mercado* como horizonte do sistema chinês representa não um desvio neoliberal, mas sim uma inserção *soberana* nas cadeias globais de valor, garantida por um Estado dedicado a “novas e superiores formas de planejamento”. (JABBOUR, 2019, p.82). Este movimento levou, como demonstra o autor, a uma elevação dos padrões de vida no país, de maneira diametralmente oposta ao que ocorria no ocidente. Além disso, a partir dos anos 2000, os chineses buscam inaugurar, como demonstram Vadell, Ramos e Neves (2014), novas formas de cooperação internacional, independentes dos circuitos globais de poder, dominados pelas IFIs, como por exemplo, a partir da Organização de Cooperação

de Shanghai (SCO) e da Iniciativa do Cinturão e Rota (Nova Rota da Seda).

Além disso, para Bandeira (2016, p.151-153), os anos 2000 são marcados pela reestruturação da Rússia, sob o mando de Vladimir Putin, após o período de deterioração econômica e social sob Boris Yeltsin. Segundo o autor, Putin foi capaz de, não apenas de reindustrializar o país, recuperar a economia e reduzir drasticamente a pobreza, mas também de garantir a reinserção da Rússia no cenário internacional como potência militar - destituindo o unilateralismo dos EUA/OTAN - e como parceiro econômico e diplomático, a partir de organizações como a União Econômica Eurasiática (UEE) e a SCO. Durante os governos petistas, o Brasil se insere neste contexto com a criação dos BRICS, que representam, além de um espaço de soluções diplomáticas, uma alternativa para o financiamento de projetos de infra-estrutura e transações econômicas fora do padrão Petro-Dólar.

Naturalmente, estas características não exigem estas experiências de uma submissão ao domínio sobre a produção da vida, ou a um poder global centrado na unilateralidade do capitalismo ocidental. Contudo, a formação destes arranjos contra-hegemônicos parece contar com uma série de desvios em relação ao que foi descrito como a dominação imperial. Seriam a SCO, os BRICS e a UEE contra-Impérios? “Outros” Impérios? Seria ainda pertinente falar em Império, considerando que a prerrogativa da totalidade estaria sendo quebrada por estes atores? Nesse sentido, questiona-se também a pertinência do léxico multitudinário em regiões do globo envolvidas nestes arranjos contra-hegemônicos. A exemplo, considerando a relevância geopolítica dos países do Oriente Médio e Norte da África, seria a Primavera Árabe uma luta contra o Império ou uma retaliação do bloco de poder hegemônico às movimentações de seus emergentes rivais?

Autores como Bandeira (2016), Andrew Korybko (2018), Piero Leirner (2020) e Yazmin Ortiz (2021) argumentam que movimentos como as Revoluções Coloridas, a Primavera Árabe e as Jornadas de Junho seriam motivadas por uma disputa por hegemonia, funcionando como estratégias de “Guerra Híbrida”, “Guerra

por Procuração” ou “Guerras Não-convencionais”, em favor da desestabilização de territórios chave para o poder dominante. Frente a esta possibilidade, questiona-se o caráter espontâneo destes movimentos em direção a uma possível manipulação dos manifestantes. Sendo a emergência espontânea um dos principais pontos que caracterizam as multidões, tais levantes poderiam de fato se enquadrar neste conceito? Ou seria possível compreendê-los dentro de uma ideia de massa?

Sendo a multidão uma coletividade que atuaria no tensionamento do Império, insurgências contra o Estado não seriam, ao contrário, ações pertinentes à ordem imperial? Nos EUA e na Espanha, por exemplo, os manifestantes atacavam Estados (ou sistemas políticos) altamente identificados com a constituição do Império. Ainda assim, os resultados obtidos apontaram para a fragmentação política da sociedade, não em uma lógica da preponderância da *diferença*, como conceituado por Hardt e Negri (2012), na qual sobressairiam os interesses comuns da multidão, mas em uma subordinação das diferenças a determinadas identidades. Já nos países árabes, o foco dos ataques esteve centrado nos chefes-de-Estado. A derrubada destes líderes levou, não ao estabelecimento de uma democracia liberal, mas sim, a uma sucessão de “intervenções humanitárias” por parte de centros de poder imperial, que atuaram na manutenção de um caos sistêmico.

Enquanto isso, no Brasil, quando os *vinete centavos* vêm acompanhados por dizeres apartidários e apolíticos, a prevalência da diferença se transforma na fragmentação e no caos, em direção a um golpe de Estado. De certa forma, o vocabulário insurgente multitudinário aplicado no país levava em conta a ideia de um Estado-Capital - tal como proposto por Dardot e Laval (2016) - identificando no Estado nacional e no capital local os inimigos a serem combatidos. Insurgindo-se não contra a ordem imperial, como o faria a multidão, mas atuando de forma cada vez mais localizada e fragmentada em oposição a um governo cujos dados econômicos e sociais atingiam patamares inéditos.

Dados os emergentes “arranjos contra-hegemônicos” no plano geopolítico, não seria pertinente atribuir um outro papel ao

Estado nacional, aos poderes estatais locais, ou mesmo à política partidária no imaginário das lutas? Os próprios Hardt e Negri (2014) já abordavam a centralidade da questão nacional nas lutas do terceiro mundo, e sua destituição no paradigma imperial:

Alguns podem protestar, com certa razão, que as vozes dominantes da ordem global estão proclamando a morte dos Estados-nação justamente quando ‘a nação’ emergiu como arma revolucionária para os subordinados, para os miseráveis da terra. Depois da vitória das lutas de libertação nacional e depois da emergência de alianças internacionais potencialmente desestabilizadoras, que amadureceram por décadas após a Conferência de Bandung, que melhor maneira existe de minar o poder do nacionalismo e internacionalismo do Terceiro Mundo do que privá-lo do seu apoio central e condutor, o Estado-nação! (HARDT; NEGRI, 2014, p.357)

Nesse sentido, questiona-se se, a partir do Sul-Global, não seria contra-producente privilegiar uma concepção de multidão baseada em um “insurgir-se contra o Estado”. Seria possível incorporar ao léxico multitudinário - desdobrando o conceito frente ao contexto geopolítico atual e à situação dos países periféricos - interfaces entre sociedade e Estado, ao invés de contrapô-los? Não se trataria de um movimento de retorno às experiências anteriores de Estados-nação, nem mesmo uma busca ao modelo vivenciado por países centrais, mas um exercício imaginativo para a construção de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade. Acredita-se que, apesar dos “contratempos”, tal construção já começou a ser feita, no caso brasileiro, desde o processo de redemocratização.

Considerando-se que, no Brasil e em toda a América Latina, não se parte de experiências consolidadas de Estados de bem-estar-social, mas sim de ditaduras e processos interrompidos de

desenvolvimento, a construção da democracia e das interfaces Estado-sociedade a partir dos anos 1980 carrega muito do que é pontuado neste texto. Experiências como a constituinte, os conselhos federais, os Orçamentos Participativos, as prefeituras democráticas e populares - em interface com a construção dos arranjos contra-hegemônicos globais - aparecem como aquilo que Boaventura de Souza Santos (2016) chamou de “Estado experimental”, ou seja, um “incidir sobre o Estado”, por parte da sociedade, de forma a inventar novas e potentes maneiras de buscar a soberania popular. Nesse sentido, questiona-se se não seria pertinente pensar, para o caso brasileiro, uma multidão que parte deste acúmulo, ao invés de rejeitá-lo.

## Referências

BANDEIRA, Luiz A. M. A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. - 1. ed. - Rio de Janeiro: EDITORA JOSÉ OLYMPIO LTDA, 2016.

CASTELLS, Manuel. Movimientos de pobladores y lucha de clases en Chile. In: Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales, Vol. 3, n.7. 1973.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da Internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVA, Bruno. A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011.

FOUCAULT, M. Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUKUYAMA, Francis. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Declaração: isso não é um manifesto. São Paulo: N-1, 2016.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola, São Paulo, 17ª edição, 2008.

JABBOUR, Elias. China: Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois. Anita Garibaldi ; Fundação Maurício Grabois, São Paulo, SP, 2019.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KORYBKO, Andrew. Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEIRNER, Piero C. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. Alameda casa editorial, São Paulo, 2020.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. Cadernau - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

ORTIZ, Yazmín B. V. Geopolítica y territorio en la disputa de Estados Unidos por América Latina en el siglo XXI. In: III Seminário de urbanismo biopolítico. 1 ed. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidades, 2021.

PELBART, Peter P. Vida capital. Ensaios de biopolítica. Ed. Iluminuras: São Paulo, 2011.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas; as revoltas de junho e suas interpretações. In MARICATO, Ermínia et al.(org.) Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 7 - 12.

SANTOS, Boaventura. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SZANIECKI, Barbara. Municipalismos: a cidade e o comum. 2012. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/1463584296LCMunicipalismos;%20a%20cidade%20e%20o%20comum%20-%20Barbara%20Szaniecki.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/1463584296LCMunicipalismos;%20a%20cidade%20e%20o%20comum%20-%20Barbara%20Szaniecki.pdf)>. Acesso em: 01/09/2021.

TURNER, John F. C. Housing by People: towards autonomy in building environments. New York: Pantheon Books, 1977.

VADEL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. In: Revista Brasileira de Política Internacional . n.57. p. 91-107, 2014.

**\*Natacha Rena** é graduada em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre pela Escola de Arquitetura da UFMG, Doutora pela PUC SP, Pós-doutora pela Universidad de Sevilla. Líder do Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial. Professora associada da Escola de Arquitetura da UFMG, Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo (ACR) e professora dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS da Escola de Arquitetura da UFMG. E-mail: natacharena@gmail.com.

**\*Maíra Ramirez Nobre** é Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de São João del Rei (2010-2016), Mestre e Doutoranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pelo Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial. E-mail: smairaramirez@gmail.com

**\*Henrique Dias Porto** é Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016-2022). Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial. E-mail: henporto@gmail.com

# MAPAS-MOVIMENTOS: possibilidades de atualização das cartografias críticas e das narrativas urbanas

## MAPS-MOVEMENTS: possibilities of updating critical cartographies and urban narratives

Gabriel Teixeira Ramos, David Moreno Sperling\*

### Resumo

Este artigo tem como objetivo recortar o caráter metodológico empírico da pesquisa de doutorado “Mapas-movimentos: narrativas de deslocamentos urbanos por meio de [outros] funcionamentos de sistemas cartográficos”. São configuradas narrativas de deslocamentos em espaços urbanos contemporâneos, explorando-se outros funcionamentos de sistemas cartográficos predominantes. Nesse sentido, apresentam-se, em primeiro momento, algumas considerações sobre relações de poder inerentes aos mapas, aprofundadas no contexto dos dispositivos digitais de mapeamento. Em seguida, são recuperadas as noções de “funcionamento” e de “aparelho” em Flusser, e de “abertura da imagem”, em Didi-Huberman, como bases para as experimentações cartográficas relatadas neste artigo. Por fim, apresentam-se algumas peças fílmicas realizadas ao longo da pesquisa e reflexões delas decorrentes, indicando possibilidades de atualização das cartografias críticas e das narrativas urbanas.

**Palavras-chave:** mapas; movimentos; cartografias críticas; audiovisual; narrativas urbanas.

### Abstract

This article aims to cut out the empirical methodological character of the doctoral research “Maps-movements: narratives of urban displacements through [other] functionings of cartographic systems”. Displacements’ narratives in urban spaces are configured through investigations about other functionings of predominant cartographic systems. In this sense, we first present some considerations about power relations inherent to maps, deepened in the context of digital mapping devices. Then, the notions of “functioning” and “apparatus” from Flusser, and of “to open images” from Didi-Huberman are recovered as basis for the cartographic experimentations described in this paper. Finally, some film pieces made during the research and reflections resulting from them are presented, indicating possibilities for updating critical cartographies and urban narratives.

**Keywords:** maps; movements; critical cartographies; audio-visual; urban narratives.

## Os mapas e as relações de poder

Até os anos 1990, as técnicas de representação urbana estavam em domínio de um rol muito específico de campos disciplinares e profissionais, provenientes, na maioria das vezes, de estudos urbanos. Desde então, a partir de inflexões tecnológicas, territoriais e de comunicação significativas, outras abordagens se fazem presentes. Com a profusão de técnicas de espacialização das informações, como o georreferenciamento e a geolocalização e a pervasividade das tecnologias de posicionamento, localização e navegação à vida contemporânea, a incorporação do *controle* (FOUCAULT, 2005) nos modos de visualização do território, e o objeto “mapa” – principal instrumento do pensamento urbanístico – têm assumido um expressivo protagonismo concomitante ao aguçamento de uma crise representacional.

Os mapas são, historicamente, instrumentos de manutenção e consolidação de poderes. Wood (1992) analisa essa operacionalidade dos mapas por meio de postulados, lembrando-nos que eles: estão imersos na história que ajudam a construir, mostrando algumas coisas e deixam outras de lado, e tendo camuflados, e às vezes escondidos, interesses aos quais servem, em sinais e mitos neles incorporados.

Como indica Pickles (PICKLES, 2004, p. 12 apud CRAMPTON; KRYGIER, s/p), “(...) em vez de procurar como podemos mapear o objeto... [poderíamos] nos preocupar com os meios pelos quais o mapeamento e o olhar cartográfico codificaram objetos e produziram identidades (tradução nossa)”. No caso de nossa pesquisa, essa asserção – dentre outras – nos convidou a reorientar o olhar, desnaturalizar os meios vigentes, para que outras narrativas urbanas sejam possíveis. Desvelar e questionar os processos que constituem as próprias cartografias são parte inegável de um conjunto de procedimentos para a realização de cartografias críticas e contra-hegemônicas. Em oposição às pretensas representações neutras de condições dadas, qualquer projeto contracartográfico deve assumir os mapas como dispositivos de enunciação. Dessa forma, os mapas podem converter-se em importantes mecanismos de transformação

social, já que “o objeto-mapa” não diz de uma totalidade, mas de realidades – a partir de “sujeitos-vivenciadores” situados – a serem desveladas e disputadas.

A recusa aos binarismos relacionados aos mapas também é necessária, como nos orienta Harley (1990a) – arte/ciência, objetividade/subjetividade e científico/ideológico –, de modo a atuar segundo sua efetiva contextualização: enquanto documentos e arquivos de uma sociedade, em um determinado tempo histórico, político e social. Mais além, ao assumi-los como objetos estético-políticos, a cartografia deixa de ser monopólio de uma disciplina, para situar-se em um campo indisciplinar (CRAMPTON, 2010), aberto a transversalidades, instaurado pelas práticas cartográficas imaginativas, pela reflexão crítica sobre a política dos mapas e pela maior disponibilidade de ferramentas de mapeamento, abertas ou de domínio de plataformas

Portanto, os problemas dos modos de fazer estão na ordem do dia para a cartografia na contemporaneidade, no que diz respeito aos regimes de visibilidade e às formas de representação. Interessa-nos, assim, escavar as cartografias, de maneira efetiva e consciente, tensionando-as em relação ao que se mostra consolidado. É desestabilizando as exterioridades advindas de uma visão dos extratos dominantes – normativos, coloniais, patriarcais, ricos, ocidentais, brancos etc. –, em que se enxerga o outro estritamente como objeto, que podemos reivindicar outros modos de fazer cartográficos. É necessário, para tanto, reinventar *outra atuação*, em que “a consistência corporal do conhecimento” (KASTRUP, 1998, p. 121) seja “indissociável da invenção de um mundo” (Idem). Assim, “se queremos criar novas formas de conhecer e viver, não podemos nos furtar de inventar um mundo. Aprender a viver num mundo sem fundamentos é inventá-lo ao viver” (Ibidem).

Para a realização de outros procedimentos cartográficos, antes de mais nada, devemos ter de modo consciente o que desejamos cartografar, por que e como o faremos. Esta reflexão é imprescindível, tendo em vista a profusão das mais variadas formas de mapeamento e da disponibilização de dados contínuos sobre quem e o que está sendo mapeado. Ao passo que mapas predominantes de sistemas cartográficos

têm se tornado cada vez mais disponíveis, de fácil manipulação e acessíveis, as formas pelas quais têm sido disseminados raramente são acompanhadas por um olhar detido sobre seus modos de funcionamento. Há, portanto, no cerne de uma outra atuação cartográfica a necessidade de uma conscientização acerca desses funcionamentos e do conteúdo que está sendo cartografado. Assim, julgamos importante recuperar uma questão posta pela *cartografia da ação social*. Dentre outras valiosas contribuições, Ana Clara Torres Ribeiro propõe, a desobjetificação dos mapas, em direção a uma cartografia que se “faz fazendo”, praticada, “que não seja apenas dos usos do espaço, mas também utilizável” (RIBEIRO et al., 2002, p. 4.). Apostamos, assim, que há um campo potente a ser explorado por gestos de apropriação dos modos cartográficos e de ocupação de seus dispositivos hegemônicos, questionando sua planaridade, desvendando e reposicionando seus códigos e domínios.

## Os mapas e as relações de poder

Mapas são feitos de códigos. E um código é uma interface que se dispõe entre atores humanos e não-humanos, ele também situado nesta última condição, é engendrado por processos de codificação do mundo, nem sempre totalmente conscientes (FLUSSER, 2007, p. 90). O ato de aprender um código, requer, precisamente, reconhecer seu caráter de artifício, e como tal, de – simultaneamente – elaboração técnica e técnica de elaboração sobre o mundo. Códigos e símbolos são, portanto:

(...) uma espécie de segunda natureza, e o mundo codificado e cheio de significados em que vivemos (o mundo dos fenômenos significativos, tais como o anuir com a cabeça, a sinalização de trânsito e os móveis) nos faz esquecer o mundo da ‘primeira natureza’ (Idem).

O objetivo dessa codificação pode ser assumido tanto para nos fazer “esquecer” (Ibidem) desse mundo anterior, sem aquilo que nos torna animais; quanto, diferentemente, possibilitar-nos imaginar outros mundos, em que poderíamos inventar outros regimes de visibilidade. Em ambas as hipóteses, realizamos

aquilo que, para Flusser, é a principal característica do campo do design: a de simular algo, sendo o designer um “conspirador malicioso que se dedica a engendrar armadilhas”. (FLUSSER, 2007, p. 182). Ao utilizar a palavra “malicioso”, Flusser trabalha com sua ambivalência, pois, poderia servir tanto para um “mal”, quanto conter, também, certa astúcia. O arquiteto, o designer e o cartógrafo, que constroem a partir de planos, projetos e desenhos, seriam, assim, simuladores.

Por isso, o que está fora dos códigos, por não ser racionalizado, é preterido, enquanto as técnicas em que isso se desenvolve são cada vez mais sofisticadas. Isto ocorre pois, ao longo do tempo; as formas de captura da atenção – cada vez mais especializadas e monetizadas –, tornaram-se mais corpusculares, absortas em uma infinidade de códigos e signos, que intensificam programas a serem seguidos. Não é novidade que tal processo de codificação, abstração e controle, vem se intensificando no curso das chamadas Terceira e Quarta Revoluções Industriais. De modo contínuo, processos de criação de artefatos e dispositivos vão se aprimorando e se complexificando, atualizando a afirmação de Flusser de que os aparelhos “consistem nos mais adequados métodos para transformar coisas para o uso” (Idem, p. 38).

Nesse sentido, ainda seguindo Flusser, podemos inferir que a humanidade, em seu infinito, amplo e disperso movimento de produção de códigos, vem alterando a si mesma e seu mundo, o que somos, e o que nos liga à natureza. De tal modo, o *mundo codificado* se torna uma experiência predominantemente simulada, e a relação “homem-aparelho” tem se tornado mais indissociável, porque “o aparelho só faz aquilo que o homem quiser, mas o homem só pode querer aquilo de que o aparelho é capaz” (Ibidem, p. 40). Esse “novo homem” que surge seria tal qual um “funcionário”, pois já (se) faz conectado a todo tempo, em meio à trama de fios e cabos, e redes *wireless* e *bluetooth*; ou seja, “onde quer que esteja, leva consigo os aparelhos (ou é levado por eles), e tudo o que faz ou sofre pode ser interpretado como uma função de um aparelho” (Ibidem, p. 41).

O “funcionário”, portanto, vive para *funcionar* e fazer funcionar adequadamente, com suas funções devidamente preestabelecidas, sabendo operar o *funcionamento* das

máquinas e aparelhos da melhor maneira possível: é, sobretudo, um “funcionário plenamente perfeito”, pois além de operar as máquinas, está sempre disponível. Num mundo cada vez mais digitalizado, os novos funcionários somos todos nós que operamos os aparelhos a todo tempo em postagens, curtidas, capturas de tela, produções audiovisuais, fotografias, buscas pela internet, utilização de mapas e posições georreferenciadas, cliques, *uploads* e *downloads*... Enfim, somos nós quem mantemos o funcionamento perfeito do sistema digital, atualizando-(n)os e aperfeiçoando-os.

É na busca de fazerem *funcionar de outra forma os aparelhos cartográficos* que surgem os *mapas-movimentos*, noção pensada nesta pesquisa enquanto experimentação metodológica coletiva e colaborativa, originada em nossa pesquisa de doutorado. *Mapas-movimentos* foi desenvolvido sob uma perspectiva crítica, tanto das formas cartográficas hegemônicas, quanto das estratégias de formação e ocupação dos territórios urbanos, a partir dos deslocamentos de sujeitos. São procedimentos que visam propor outros *funcionamentos* (FLUSSER, 2007) e que se operacionalizam a partir de sistemas cartográficos presentes em plataformas hegemônicas, como as da Google (Maps, Earth e Street View, Fig. 1); de sistemas informacionais que utilizam a geolocalização e de informações amplamente disponibilizadas em sites e plataformas (como jornais, portais de notícias, sites de órgãos públicos como arquivos etc.), de um modo em que se incorporem características que lhes são próprias.

Estes *funcionamentos* acontecem a partir de movimentos na própria forma de visualização; mais além, são outras formas de *fazer-mundo*. Em meio a uma infinidade de dados, assumimos esta experimentação como outros *funcionamentos* – que *funcionam*, pois estão dentro dos mesmos códigos e funções, mas *funcionam* de uma maneira diferente. Associando o situacional e o sistêmico, entende-se como uma abordagem que dialoga com a proposição feita por Jameson da investigação de uma cultura pedagógica que o autor denominou “estética do mapeamento cognitivo” (JAMESON, 1991).

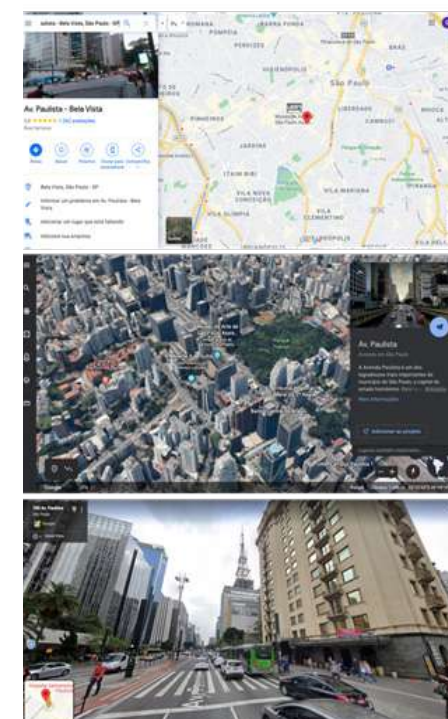


Figura 01: Sistema cartográfico da Google tendo como exemplo a Av. Paulista, em São Paulo – SP. (de cima para baixo: Maps, Earth e Street View). Fonte: Google, 2021. Capturas de tela da Google realizada pelos autores.

## Cartografias críticas em meio ao contexto de espacialização das informações

Para posicionar-mos hoje qualquer investigação por uma “estética do mapeamento cognitivo” devemos pensá-la em meio ao contexto de espacialização das informações, requerendo-nos traçar uma constelação de problemas, em especial, os que tangenciam os regimes de visibilidade. Concentramos essa miríade, precisamente: na saturação da forma expressa pelo “objeto-mapa”, que diz muito pouco sobre distintas realidades; na crise da noção de “sujeito-observador”, unívoco e distante; na predominância de uma mediação totalizante por trás do “objeto-mapa”, nomeadamente, no que diz respeito às plataformas geolocalizadas (em especial, as da Google); na volumosa proliferação de dados produzidos pelas mídias locativas; e no esvaziamento de conteúdos críticos nesta produção e em seu consumo ininterrupto.

Nos casos dos autores desse texto, os espaços da práxis cartográfica é o que abrange a sala de aula, os *workshops* interdisciplinares e as explorações urbanas. Nos últimos anos, um dado recorrente nos chamou atenção nessas situações: a realização, por parte de discentes, de cartografias descompromissadas e desencarnadas em relação aos contextos para os quais seriam utilizadas. Ao serem solicitados a realizar análises para uma cidade, muitos tendiam a fazer dois movimentos, geralmente, associados: utilizavam-se dos sistemas de geolocalização e geovisualização da Google (Earth, Maps e Street View) para realizar uma leitura do lugar, “deambulando” pelo mapa; e, quando iam fisicamente ao território, realizavam-na de forma mediada, muitas vezes de dentro do carro, mas também com o uso dos mesmos sistemas.

Tanto pelo relato quanto pelas imagens apresentadas, há a recorrência da visão a partir da perspectiva do para-brisa, centrada na calha viária dos movimentos funcionais que passam, ágeis, pela cidade. À naturalização cada vez maior da utilização dos sistemas da Google, como se existissem desde sempre, passou a ser necessário contrapor questionamentos sobre como e porque aquelas imagens eram produzidas, e o que elas significavam. Afinal, em alguma medida, tratava-se de representações de espaços; ou seja, no limite, um sistema fornece espaços prontos para serem usufruídos, sem que suas procedências fossem questionadas.

O cenário imagético que se forma à medida que o usuário se desloca na plataforma é resultado de um caleidoscópio de fotografias fundidas algoritmicamente, após serem acessadas em tempo real em bancos de dados, as quais foram capturadas *top-down* por satélites de corporações privadas, e *side by side* pelos vários dispositivos móveis que deslocam as câmeras da empresa em áreas urbanas e ou de interesse turístico-cultural. Oriundo de um complexo militar orientado à vigilância dos territórios, esse sistema de hipermapeamento foi tornado acessível, a partir de 2005, aos computadores pessoais e smartphones, ao mesmo tempo em que se expandiu e se especializou, disponibilizando informações georeferenciadas ao alcance da mão, enquanto com a outra escrutina, coleta,

processa, correlaciona, modula realidades, retroalimentando seu sistema de *big data*.

Mas dentro do mapa da Google, “nunca é noite”[1]. Informações definidas pela empresa como sensíveis – rostos, placas e identificações – são anonimizadas, ângulos pretendem-se neutros, e todo lugar singular recebe sobre si uma camada genérica. As viaturas motorizadas ou os aparatos pedestres da Google entram somente em locais supostamente mais seguros; e, dentre vários outros aspectos, reforçam o mais relevante: o mapa é uma reprodução social. E dada a histórica fidedignidade confiada à forma-mapa, nada mais avassalador do que a pervasividade tecnológica para fortalecer sua condição de realidade inquestionável.

Diante dessa realidade, passamos a investigar outra gramática para esses mapas, com as quais pudéssemos fissurar, de alguma forma, seus sistemas; ou, minimamente, fazermos perguntas diretamente a eles. Daí, portanto, poderiam resultar as primeiras experiências com outros *funcionamentos* (FLUSSER, 2007) para os sistemas cartográficos, utilizando-se, de saída, Google Earth, Maps e Street View como primeiro estudo de caso, já que os sistemas são, também, os mais emblemáticos e conhecidos

Ao longo da pesquisa, foi se tornando cada vez mais evidente a necessidade de um viés inventivo que pudesse dar conta de disputar esse campo, utilizando dos mesmos códigos e signos: telas, buscas, *pins*, trajetos, distâncias, rotas programadas, linhas, fotografias, capturas de tela, cliques, rolagens, acelerações e desacelerações, tipos de leitura temporal (fotografias dos locais na passagem de anos).

Dada a problemática surgida no contexto de ensino, essa investigação foi pensada, em primeiro momento, como ateliê de curso de arquitetura e urbanismo. Logo em seguida, a proposta foi construir uma articulação entre pesquisa-ensino-intervenção, criando-se um projeto de pesquisa-extensão[2], com objetivo mais geral de realizar outras narrativas de deslocamentos urbanos, em que o processo coletivo se configurasse como principal estratégia. Com os efeitos dos decretos estaduais e das normativas universitárias para isolamento social, por conta da pandemia de Covid-19, algumas importantes decisões

precisaram ser tomadas, apontando outras direções para a pesquisa.

A primeira delas foi a adaptação da pesquisa para o contexto *online* e remoto de abordagem, entendendo que este espaço também poderia fornecer novos caminhos, seguida de uma chamada aberta, em meados de agosto de 2020, a participantes de todo Brasil. Nela explicamos particularidades da pesquisa, intentamos entender o perfil dos interessados e questionamos, sucintamente, as intenções dos possíveis participantes na contribuição coletiva, bem como apresentamos os procedimentos de trabalho.

A pesquisa inseriu-se, então, no universo das narrativas de deslocamentos urbanos, recuperando e atualizando um campo que arquitetos e urbanistas, artistas, geógrafos e cartógrafos já exploraram, com práticas deambulatórias e de registro das formas, dos significados e das percepções do urbano.[3] Por meio dela, vimos produzindo uma cartografia de deslocamentos do território brasileiro, tendo como ponto de partida trechos de rodovias, em que os participantes montam planos de trabalho baseados em problemas observados em territórios por eles conhecidos.

Visando à estrutura comum aos mapas-movimentos, elaboraram-se roteiros para a produção audiovisual de narrativas, articulando-se conhecimento das realidades locais, visitas ao mapa, e pesquisas documentais. A partir da entrada de um narrador e de deslocamentos no mapa, histórias são construídas por meio de uma linguagem em linha do tempo, em três importantes camadas: imagem, áudio e movimento.

Em cada vídeo são colocados em tensão o dispositivo-mapa da Google com sua planaridade, e os modos históricos de produção do território, conformados por decisões políticas e processos de dominação. De ambos, dispositivo-mapa e produção do território, depreendem-se os regimes de (in)visibilidade que lhes sustentam.

Ao longo dos cinco meses de pesquisa, foram realizados 27 *mapas-movimentos*, por 25 colaboradores, em narrativas de 27 rodovias e avenidas, provenientes de 19 cidades, em 11

estados brasileiros e no Distrito Federal. Embora os trabalhos tenham igual relevância, serão apresentadas aqui três das narrativas mais emblemáticas, tanto pelos objetos específicos e formas de realização adotadas, quanto, por seus contextos e particularidades.

[MM12][4] *Mapas-movimentos 12: Av. Anhanguera, Goiânia – GO*

O vídeo “*Mapas-movimentos 12 (MM12): Avenida Anhanguera, Goiânia – GO*” (2020, 3”07’, Fig. 2) tem como objeto de estudo a Avenida Anhanguera, na cidade de Goiânia, em Goiás. Utiliza-se da visualização de topo do Google Earth, Maps e Street View, a fim de mostrar parte da via que cortar o centro da capital goiana. Em áudio, há narrações dos realizadores e ambientações de estradas.

O vídeo mostra uma perspectiva feminina e feminista de leitura da cidade, a partir da contestação à objetificação da figura da mulher, em meio a símbolos e códigos de publicidade e propaganda. A região é conhecida por ser um dos maiores polos de moda do Brasil, tendo mulheres como público-alvo majoritário. Sob a *perspectiva dos deslocamentos de formas de olhar as coisas* e os lugares, a narradora indaga sobre “Anhanguera”, personagem histórico que dá nome à principal via do centro de Goiânia, na qual está instalado o monumento que representa a figura de Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740). [5]

A partir desse mote, questiona “onde estão as mulheres na avenida com nome de homem?” E responde apresentando outdoors, cartazes e empenas publicitárias que objetificam a mulher, e os monumentos que, quando representam figuras femininas, são menos visíveis, dispostos nas vias menores e sempre desnudos. Em contraponto, quando representam figuras masculinas, estas são imponentes, como a própria estátua de Anhanguera, a marcar o centro da capital goiana. A síntese do vídeo, em boa medida, passa pela afirmação de que, como tantas outras cidades, a história de Goiânia – sobretudo, no que diz respeito ao que se vê na cidade –, é contada por homens e, ao ser realizada por uma mulher, também é escovada a contrapelo.



Figura 02: Sistema cartográfico da Google tendo como exemplo a Av. Paulista, em São Paulo – SP. (de cima para baixo: Maps, Earth e Street View). Fonte: Google, 2021. Capturas de tela da Google realizada pelos autores.

[MM17][6] Mapas-movimentos 17: BR-494, São João Del-Rei – MG

O vídeo “Mapas-movimentos 17: BR-494, São João Del-Rei – MG” (2020, 6”48’, Fig. 3) tem como objeto de estudo a BR-494, na cidade de São João Del-Rei, em Minas Gerais. Utiliza-se da visualização de topo do Google Maps e do Street View, a fim de mostrar como a via corta a via central da cidade. Em áudio, há narrações da realizadora; ambientações de estradas e de burburinhos urbanos; de documentário sobre os sinos;[7] e reportagens de jornais sobre a via.

A narrativa apresenta a ideia de *deslocamentos de formas de lembrar os lugares* e as coisas que representam a via estudada.

Para isso, o vídeo utiliza artifícios de retornos e avanços no tempo, para alguns anos em que a viatura do Google realizou a varredura, a fim de mostrar alterações em áreas comerciais. Demonstra-se o surgimento de grandes comércios na via central, enquanto edifícios coloniais permanecem pouco modificados. Em meio a essa dualidade é apresentada a permanência de vendedores locais, que se mantêm no contexto de transformação e compõem a paisagem.

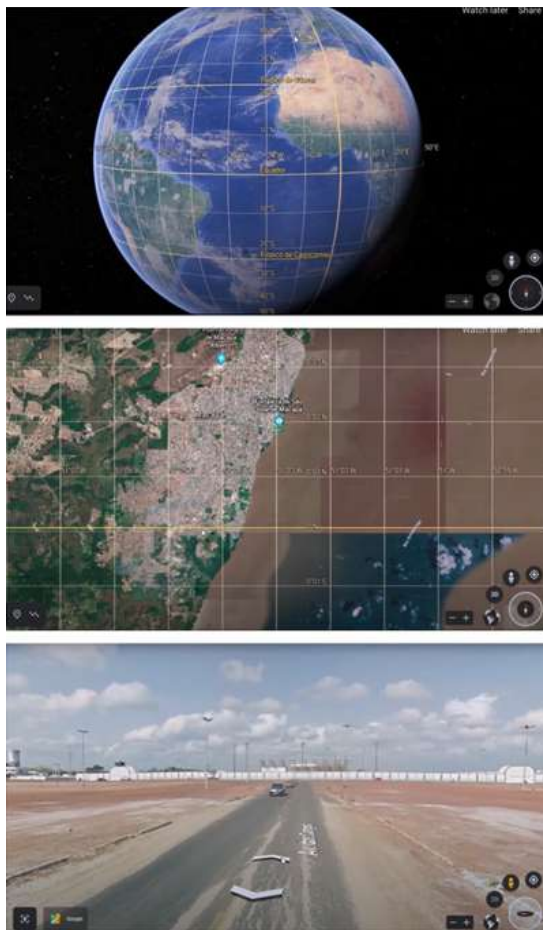


Figura 03: Sistema cartográfico da Google tendo como exemplo a Av. Paulista, em São Paulo – SP. (de cima para baixo: Maps, Earth e Street View). Fonte: Google, 2021. Capturas de tela da Google realizada pelos autores.

A visão desencarnada do mapa, que padroniza indivíduos e coisas, é tensionada pela narradora que conta histórias, como a do vendedor tanzaniano e do moço do sorvete. Essa situação é enfatizada pela aderência de outra camada, muito efetiva: o áudio, a partir da incorporação de outras narrações e sons, como da Maria Fumaça e dos sinos que tornam a cidade conhecida.

[MM23][8] Mapas-movimentos 23: Av. Equatorial, Macapá – AP

O vídeo “*Mapas-movimentos 23: Av. Equatorial, Macapá – AP* (2020, 3”43’, Fig. 4) tem como objeto de estudo a Avenida Equatorial, na cidade de Macapá, no Amapá. Utiliza-se da visualização de topo do Google Earth, Maps e do Street View, a fim de mostrar como a via liga o eixo latitudinal da cidade. Em áudio, há narrações do realizador.



**Figura 04:** Sequências de imagens na Av. Equatorial, Macapá – AP / Captura de frame do vídeo Mapas-Movimentos 23 (MM23). Fonte: MM23, 2020 / Capturas de tela da Google realizadas pelos autores.

O vídeo apresenta uma narrativa que questiona as convenções cartográficas, partindo do território concreto da cidade de Macapá e seus imaginários: a cidade é a única capital onde a latitude é zero. A partir dessa condição, colocam-se em xeque as criações advindas da cartografia: fusos horários, fronteiras, limites, latitudes e longitudes, paralelos e meridianos. Torna-se, assim, uma metalinguagem – um *deslocamento de formas de reinventar* – já que, a todo tempo, de dentro do mapa da Google mostra-se que o território da cidade é inventado por meio dessa gramática dos mapas. O estádio “Zerão”, que possui o nome por estar situado, teoricamente, na latitude zero, com cada metade do campo em um hemisfério, fortalece a ideia por trás da forma do mapa, atualizando-se a todo tempo.

Em seguida, apresenta que as estruturas físicas atualizam o mapa a todo tempo, em especial, quando articuladas às forças do capital; o exemplo recai à reforma do estádio, com denúncias de superfaturamento. Por fim, explicita-se ainda mais a ideia delirante por trás da imaginação dos mapas, imaginando-se como seria se avançássemos também à latitude zero, ao chegarmos à Ilha Nula: uma boia no meio do oceano, que referência o sistema GPS global[9].

### Mapas-movimentos: uma atualização crítica das narrativas na arquitetura e urbanismo

Os *mapas-movimentos* surgiram em nossa pesquisa de doutorado como experimentações de outras formas de narrar a cidade, especificamente, sob o filtro de deslocamentos, compreendidos a partir de contornos cada vez mais difusos e heterogêneos, em meio ao desafio de se realizar pesquisa no contexto de isolamento social.

Ao observarmos os produtos audiovisuais dos *mapas-movimentos*, uma característica comum aos vídeos é que perguntas ficam no ar. Propusemos deliberadamente não as fechar, mas abri-las; ou, como aposta Didi-Huberman (2013), procuramos permanecer no dilema da imagem. Porque só há imagem quando é possível imaginar; e, se o dilema é resolvido,

não há o que imaginar. Não há o porquê de persistirmos no fechamento, mas nas aberturas.

(...) se quisermos abrir a “caixa da representação”, devemos então praticar nela uma dupla rachadura ao meio: rachar ao meio a simples noção de imagem e rachar ao meio a noção simples de lógica (...) Rachar ao meio a noção de imagem seria, em primeiro lugar, voltar a uma inflexão da palavra que não implique nem a imagística, nem a reprodução, nem a iconografia, nem mesmo o aspecto “figurativo”. (...) a questão ainda aberta de saber o que poderia, em tal superfície pintada ou em tal reentrância da pedra vir a ser visível. Seria preciso, ao abrir a caixa, abrir os olhos à dimensão de um olhar expectante: esperar que o visível “pegue” e, nessa espera, tocar com o dedo o valor virtual daquilo que tentamos apreender sob o termo visual (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 187, grifos originais do autor).

O valor virtual presente em uma imagem-mapa também existe na imagem-filme. Conley (2007, p. 3) aponta que “o mapa não é o filme”, mas que o primeiro fornece uma série de motivos para os efeitos cinematográficos do segundo. Com um mapa, construímos um território. Com um filme, também. Com um mapa, há narrativas. Com o filme, também. Um mapa em um filme diz respeito a uma história dentro de outra, e pode salientar o que não é visível somente pelo mapa.

Ao observar um mapa como imagem, seja ele em qualquer sistema cartográfico, quais perguntas ainda podemos fazer diante dele? De um modo geral, a grande dificuldade em desvelarmos o mapa deve-se a seu conteúdo retórico. Diz-se que, supostamente, não há o que perguntar. Quando iniciamos o trabalho de campo da pesquisa, e fizemos precisamente essa provocação aos participantes – “o que há no mapa?” – muitos

não a entendiam. Ora, o que haveria de peculiar num mapa ou numa fotografia de uma rua? No mapa há *pins*, trajetos, símbolos, vias etc. Na fotografia, há ruas, semáforos, faixas de pedestres, pessoas caminhando, carros passando, edificações etc. O que haveria além nessa imagem?

Assim, ao longo do processo levantamos a seguinte questão: “estaríamos fazendo a pergunta que, de fato, *funciona*?” Logo, colocamos outra pergunta, que apostávamos funcionar de maneira diferente: “por que há o que há no mapa?” Tal pergunta requeria uma antevisão ao mapa: aberturas a novas narrativas. Ou, como nas palavras anteriores de Didi-Huberman, “tocar com o dedo o valor *virtual*” do visível. É a própria dimensão do virtual – no que “poderia vir a ser” – que podemos passar a imaginar novos mundos. Esquecer-nos, deliberadamente, de esquemas presentes no mapa visto e *perguntar* o modo de fazer e o que estava feito: por exemplo, como estava traçada uma via, e que via era aquela (nome, forma, posição etc.). Ou seja, os elementos eram os mesmos: o mapa era o mesmo, mas, antes, ele não era imagem, porque não havia como imaginarmos. Estávamos emperrados e cegos perante o mapa. Assim, podemos fazer *funcionar* o olhar do cartógrafo: perguntar para o que é dado, mas perguntar de *outra forma*. Essa é uma forma de fazer *funcionar diferente* um sistema cartográfico. Em vez de nos posicionarmos perante o que é dado, podemos começar a engendrar a própria noção de posição. Ao *abrirmos* a imagem-mapa, portanto, engendramos outro *funcionamento* nela.

No caso de nossa pesquisa, é a linguagem audiovisual que permite a densidade na leitura cartográfica. Se, diante de um mapa, há maior tendência à banalização, mudar a forma de olhá-lo pode ser uma pista que faz ver *diferente*. Quando assistimos a um vídeo, necessariamente, *entramos* em sua geografia (CONLEY, 2007), um *topos* específico surge. O mapa em um filme é, portanto, um espaço dentro de outro; e é essa característica que também ressalta o olhar do espectador. Outra característica dessa abertura realizada pelo cartógrafo é a capacidade de estar atento às demandas mais urgentes de seu contexto. Por isso, em alguns momentos, indicamos que este trabalho tem um tempo próprio: são questões contingenciais. Até mesmo as perguntas podem funcionar de outros modos. Nos vídeos muitas perguntas e afirmações se repetem, de modos distintos, como, por exemplo, “o mapa não

mostra”. Apontamos para a imagem-mapa e dizemos que ele não mostra, porque ele não foi, também, questionado para mostrar aquilo.

Ao assistirmos ao vídeo e ouvirmos repetir o vocativo “o mapa”, como se fosse um sujeito, lembramos a todo tempo que estamos observando uma imagem, porque engendramos aquilo que não é visível nela, mas que emerge quando interpelado. É uma ativação possível por conta das perguntas sobre ausências e presenças no mapa. Somos projetados para fora dele: para a vida, sua dimensão social e política, os encontros etc. Não há nada disso no mapa, em primeiro plano. Para escová-lo a contrapelo e mostrar essas relações, uma estratégia pode ser dizermos o que nele não existe; assim, lembrarmos o que ele é, e, então, imaginar o que mais ele poderia ser. Assim, podemos *abrir* o mapa, ao mostrar o que ele não mostra, fazendo-o mostrar de algum modo. Essa é uma das características fundamentais das narrativas: falar sobre o invisível é, em alguma medida, tornar algo visível. É assim que é possível *rasgar* uma imagem, como aponta Didi-Huberman.

Outra característica que também faz perguntar diferente é a escuta, a camada de áudio incorporada. Ao a utilizarmos em nossas narrativas, por meio de sons de rodovias, carros, vento, rios, por exemplo, aproximamo-nos, mais ainda, de algo que simula uma deambulação *offline*. E aí acontece uma modulação, um espaço entre o que se observa *online* e *offline*. Estaríamos tornando esses ambientes mais semelhantes ao realizar essas operações? Possivelmente, embora os códigos do sistema da Google ainda continuem existindo (setas, navegadores, bússola etc.), lembrando-nos, a todo tempo, que estamos numa plataforma digital. Por outro lado, nem tudo é mimetismo. Quando incorporamos os sinos e o som do trem, em meio a processos de rememorações da cidade, evidenciamos, que justamente essa presença incorporada ressalta a ausência existente.

A camada de som é, sobretudo, uma modulação na passagem de cenas, na cadência dos movimentos da câmera, e na própria compreensão do deslocamento. Ela aponta para uma categoria pouco explorada no campo da arquitetura e urbanismo que, mesmo lidando com espaço, deixa de lado o som. E, não seriam propriamente os ecos dos espaços a relembrarmos que neles

estamos? Os sussurros e gritos, com timbres diferentes, a ouvirmos pelas ruas? A própria orientação e equilíbrio no espaço, que são moduladas pelos receptores auriculares no labirinto? Por que esquecemos tanto do som? O som, nesse sentido, trata-se também de uma exploração sensorial. É essa dimensão que nos auxilia ainda mais a entrar na geografia de um filme; sobretudo, na geografia de um mapa num filme.

É por isso que a discussão acerca de ser ou não uma simulação não é, precisamente, o que buscamos com estas experimentações. *Simulacros* e *real* são modulados a todo instante, em atualizações constantes, a todo tempo. Produzir *simulacros*, logo, é produzir, também, o *real*. Se não apostássemos nisso, sequer consideraríamos que essas narrativas da cidade podem ser outros modos de *fazer-mundo*, na vastidão possível desta afirmação. Experimentamos um momento, especialmente no campo das representações da arquitetura e urbanismo, que simulacros e realidade se confundem a todo momento. E, se confundem, de fato, porque são camadas que se amalgamam. Nesse sentido, sem sombra de dúvidas, é questão de tempo e maturação para a Google e outros sistemas fornecerem experiências *online* cada vez mais próximas ao que acontece *offline* (fato que já se acentuou com a pandemia da Covid-19). Logo, é um caminho sem volta. O que nos resta, é atuar por cartografias, minimamente, mais conscientes. Na realidade, essas experiências virtuais e seus incentivos tendem a se normalizar. É precisamente, por isso, que devemos mobilizar o que mais podemos ser além do que está dado pelo mapa.

A atualização no campo das narrativas dos deslocamentos que propomos realizar com a pesquisa passa ao largo de querer compreender o que está no mapa. Também não diz sobre mimetizar o que acontece nos territórios offline para um ambiente *online*. Muito menos qualificar qual experiência apreende mais ou menos de um território. É, antes de mais nada, a possibilidade de se imaginar mundos: de abrir imaginações outras. Se queremos incorporar outras vozes; narrar outras gestualidades; produzir outras visibilidades, precisamos imaginar um outro mundo, de outras formas, a todo tempo.

## Notas:

**1:** Fazemos menção ao curta-metragem “Nunca é noite no mapa” (2016), do realizador recifense Ernesto de Carvalho.

**2:** A pesquisa é vinculada à Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP) e o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC IAU USP). Também é extensão da UFG, por meio do projeto “Cartografias dos deslocamentos dos territórios urbanos: uma leitura coletiva e colaborativa sobre as relações de poder em rodovias brasileiras”. As narrativas estão disponíveis no site: <http://www.mapasmovimentos.com>.

**3:** Narrativas da cidade a partir de uma perspectiva incorporada no território já aparecem nas obras de Camillo Sitte (SITTE, 1992 [1889]) e Hermann Maertens (MAERTENS, 1877 apud MORAVÁNSZKY, 2012), em fins do século XIX, mas não tratando especificamente sobre deslocamentos. No caso específico de Sitte, vale a pena recordarmos sua metodologia de caminhante – numa espécie de flâneur (JACQUES, 2012, p. 74) – que incorporava o território em sua leitura. Do campo da arte, resgatamos, em artigo próprio, práticas cartográficas presentes no século XX, que tornam visíveis “aspectos não considerados na lógica comum e da experimentação de linguagens, em articulações não usuais entre forma e conteúdo, produzindo ‘outras’ espacializações de também ‘outras’ informações” (SPERLING, 2016, p. 86). Somado a isso, indicamos ainda quatro obras do campo da arquitetura e urbanismo que evidenciam narrativas urbanas por meio dos deslocamentos, a partir da perspectiva do pedestre – Townscape (CULLEN, 1983 [1961]) e The Manhattan Transcripts (TSCHUMI, 1994 [1984]) –; e a partir do olhar do motorista: The view from the road (APPLEYARD; LYNCH; MYER, 1965) e Learning from Las Vegas (VENTURI; SCOTT BROWN; IZENOUR, 1988 [1972/1977]). As quatro obras são resgatadas em nossa pesquisa como objetos de estudo e análise, em vistas de reflexão e atualização crítica (XXX, 2021).

**4:** Para acessar diretamente o vídeo: <https://youtu.be/k8RiB5W9vf8>

**5:** Anhanguera” – nome designado pelos indígenas da etnia Goyá como “Diabo Velho” – foi um genocida e bandeirante, filho do também bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera. Foi responsável por matar, esquartejar e escravizar os indígenas Goyá, nativos da região que hoje circunda os estados de Mato Grosso e Goiás, onde fundou a Vila Boa de Goiás (atual Goiás), em 1729.

**6:** Para acessar diretamente o vídeo: <https://youtu.be/FBW7U9D4xQs>.

**7:** Documentário “Voz dos sinos”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=JWkARHxYY\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=JWkARHxYY_k) (Acesso em 12/01/2021), sendo parte da dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo pela UFSJ, de Thiago Morandi (2019).

**8:** Para acessar diretamente o vídeo: <https://youtu.be/0H4Deczwr1c>.

**9:** A Ilha Nula é uma estação de boia meteorológica do National Data Buoy Center 13010 – Soul, a 0 grau de latitude e 0 grau de longitude. Ela é mantida pelo projeto PIRATA (Prediction and Research Moored Array in the Atlantic).

## Referências

APPLEYARD, Donald; LYNCH, Kevin; MYER, John. The view from the road. Cambridge: MIT Press, 1965.

CRAMPTON, Jeremy W. Mapping: A Critical Introduction to Cartography and GIS. West Sussex, Wiley-Blackwell Publication, 2010.

CONLEY, Tom. Cartographic cinema. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo, Editora 34, 2013.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005. Cf.: FLUSSER, 2007, p. 90.

HARLEY, Brian. Cartes, savoir et pouvoir. In: GOULD, Peter; BAILY, Antoine. Le pouvoir des cartes et la cartographie (Trad.: Mônica Balestrin Nunes). Paris: Antropos, 1995, p. 19-51.

JACQUES, Paola B. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012.

JAMESON, F. Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KASTRUP, Viviane; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: Fractal, Rev. Psicol., v. 25 – n. 2, pp. 263-280, maio/agosto, 2013.

MORAVÁNSZKY, Ákos. The optical construction of urban space: Hermann Maertens, Camillo Sitte and the theories of ‘aesthetic perception’. In: The Journal of Architecture, 17:5, 2012.

RAMOS, Gabriel T. Mapas-movimentos: narrativas de deslocamentos por meio de [outros] funcionamentos de sistemas cartográficos. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da

Arquitetura e do Urbanismo (Orientador: David M. Sperling). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021, 234 p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, Ano XV, N.2 e Ano XVI, N.1, 2001 e 2002.

SITTE, Camilo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo, Ática, 1992.

SPERLING, David M. Você (não) está aqui: convergências no campo ampliado das práticas cartográficas. In: Indisciplinar / EA-UFG. Belo Horizonte (MG), V. Semestral, n.2, v.2 (2016), pp. 77-92.

TSCHUMI, Bernard. The Manhattan Transcripts. London: Academy Editions, 1994.

VENTURI, Robert; SCOTT BROWN, Denise; IZENOUR, Steven. Learning from Las Vegas: the forgotten symbolism of architectural form. Cambridge: MIT Press, 1988.

WOOD, Denis. The power of maps. New York: Guilford Press, 1992.

**\*Gabriel Teixeira Ramos** é professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG (Campus Goiás), pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC-IAU/USP) e coordenador do grupo de estudos Caravanas Urbanas (UFG). É realizador audiovisual e escritor, além de organizador do site Mapas-movimentos, em que desenvolve narrativas e experimentações metodológicas coletivas que relacionam cartografias, imagens, sons e movimentos. E-mail: ramosgabriel@ufg.br

**\*David Moreno Sperling** é professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP e coordenador do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC-IAU/USP). É o atual Presidente da Sociedade Iberoamericana de Gráfica Digital - SIGraDi. Pesquisador com bolsa produtividade PQ-2 do CNPq, desenvolvendo o projeto “Contracartografias: tecnopolíticas de espacialização da informação”. E-mail: sperling@sc.usp.br

# O trazismo[i] chinês: a arte de construir o mundo

## Chinese Grabbism: the art of building the world

Calebe Guerra e Leandro Ferrari\*

### Resumo

Atualmente, a China busca inspirar a constituição diplomática de uma nova configuração de mundo, na qual os países do Sul Global possam estabelecer relações diretas entre si por meio de trocas socioeconômicas baseadas em um “ganha-ganha” para todos. Essa nova ordem proposta pela China é fundamentada no uso do multilateralismo pragmático contra a política internacional da desconexão. Para isso, os líderes da Nova China usam o princípio chinês milenar do “trazismo”. Esse lema incorpora o modus operandi que líderes chineses usam para se relacionarem diplomaticamente com povos estrangeiros que viviam ao redor de seu território – sistema esse que ficou especialmente marcado pelo Imperador Shun 舜帝 (aproximadamente 2.200 a.C.), que baseou a atuação diplomática de seu império no princípio do intercâmbio cultural pragmático, respaldado no respeito, no aprendizado e no desenvolvimento mútuos dos povos envolvidos, ao invés da assimilação passiva forçada por nações mais poderosas. Essa temática acabou reascendida quando o autor Lu Xun 鲁迅 publicou, em 1934, o artigo “Trazismo”. O material fazia um apelo para que os chineses da época retomassem as raízes diplomáticas dos ancestrais que viveram na época do Imperador Shun. Hoje, os maiores líderes da China lançam mão da mesma forma de diplomacia, para construir não só uma Nova China, mas também um mundo mais próspero e desenvolvido.

**Palavras-chave:** afetos, política, neoliberalismo, práticas sociais coletivas, experiências urbanas.

### Abstract

Currently, China seeks to inspire a diplomatic constitution of a new world configuration, in which the countries of the Global South can establish direct relations with each other through socioeconomic exchanges based on a “win-win” for all. This new order proposed by China is based on the use of pragmatic multilateralism against an international policy of disconnection. For this, the leaders of the New China use the millenar principle of “grabbism”. This motto embodies the modus operandi that chinese leaders use to diplomatically relate to foreigners who lived around their territory - a system that was especially recognized by Emperor Shun 舜帝 (approximately 2200 b.C), who based his empire's diplomatic activities on the principle of pragmatic cultural exchange, based on mutual respect, learning and development of the ones involved, rather than passive assimilation forced by more powerful nations. This theme was rekindled when the author Lu Xun 鲁迅 published, in 1934, the article “Grabbism”. The text appealed to the Chinese at the time to return to the diplomatic roots of their ancestors who lived in the time of Emperor Shun. Today, China's greatest leaders use the same form of diplomacy to build not just a New China but a more prosperous and developed world.

*Keywords: affections, politics, neoliberalism, collective social practices, urban experiences.*





## Introdução

O começo do século 20 foi um período politicamente caótico para a China, marcado por profundas transformações – como o fim da dinastia Qing (1644-1912), que já vinha paulatinamente declinando no decorrer de suas décadas finais. O território do país estava sendo invadido por impérios estrangeiros, cujas estadias, que se arrastavam por quase um século, eram indesejadas pela população local. Foi nesse contexto que diversos escritores chineses construíram suas carreiras por meio da publicação de obras em que eles davam pareceres sobre a situação interna da China. Um desses autores foi Lu Xun 鲁迅, considerado o pai da literatura moderna chinesa e uma das principais vozes do Movimento de Quatro de Maio (1919), no qual intelectuais chineses da época se reuniram para protestar contra as invasões estrangeiras e analisar a crise política que a China enfrentava, buscando encontrar soluções realistas para consolidar um pensamento chinês anti-imperialista que pudesse beneficiar o povo. Nesse período, houve intensa produção literária por parte dos integrantes do Movimento e, em 7 de junho de 1934, Lu Xun publicou, no Zhonghua Notícias Diárias (中华日报), um artigo intitulado “Trazismo” (拿来主义).

Estava claro para Lu Xun que, durante os anos que antecederam a publicação desse artigo, o povo chinês havia se fechado culturalmente em relação ao Ocidente, como uma reação defensiva à crescente agressão de potências mundiais ao país. Em seu texto, ele argumenta que a regra era a China ser vista como “um país fechado desde sempre”. Tanto por questões geográficas quanto culturais, o Império do Meio sempre esteve isolado do Ocidente. Para Lu Xun, no entanto, esse fechamento cultural havia se aprofundado mais intensamente na mente dos chineses no começo do século XX e, segundo ele, isso os levou a nutrir um medo nocivo não só dos estrangeiros, mas “de tudo o que vinha de lá”. Lu Xun explicava que, diante da proposta de repensar a forma como a China lidava com os países ocidentais, os chineses passaram a cogitar o completo bloqueio de influências estrangeiras nos âmbitos cultural e social do país. Em boa parte, isso pode ser explicado pelas decisões em relação

à China determinadas pelo Tratado de Versalhes, de 1919. Essas determinações, inclusive, foram um dos fatores que acabaram motivando o mencionado Movimento de 4 de Maio. As potências participantes do Tratado, à revelia das reivindicações chinesas, decidiram conceder o território de Shandong, até então sob domínio da Alemanha, para o Japão, em vez de retorná-lo para a China:

Traição era o sentimento do dia; A China “entrou com a mais alta das expectativas e saiu muito desapontada”. As percepções chinesas eram de que “a vitória completa sobre a China em Versalhes [...] despedaçou todas as esperanças e aspirações da China. Isso a fez perceber a necessidade e conveniência de não contar com a amizade ou confiar nas promessas de qualquer nação branca”. [2]

Ainda assim, em “Trazismo”, Lu Xun encorajou os chineses a não se fecharem tanto ao Ocidente a ponto de não saberem utilizar, em seu próprio benefício, o que os invasores traziam de lá. Ele defendia que, para o bem do próprio povo chinês, o foco deveria ser “tomar posse” de objetos e modelos de pensamento trazidos do Ocidente, apesar da tensão política entre os dois mundos. Com base nisso, ele mesmo definiu o que, afinal, seria o “trazismo”:

Eu só quero defender que nós sejamos um pouco mais mesquinhos e, além de “enviar”, devemos também “trazer”, implementando, assim, o “trazismo”. Mas nós nos assustamos com as coisas que nos foram “enviadas”. Primeiro foi o ópio da Inglaterra e as armas de baixa qualidade da Alemanha, depois foi o talco da França, os filmes dos Estados Unidos e todas as coisas “produzidas cem por cento domesticamente” que vinham do Japão. Dessa forma, até os jovens mais lúcidos começaram a temer os produtos importados. Na verdade, o motivo é exatamente porque essas coisas foram “enviadas” e não “trazidas”. Então, precisamos usar nossos cérebros, ampliar nossa visão e trazer nós mesmos! [3]

Para Lu Xun, a intensidade do descontentamento em relação aos valores ocidentais se dava porque os chineses, durante muito tempo, foram obrigados a aceitar, sem reservas ou o devido direito de escolha, o que lhes era dado pelas potências mundiais.

Assim, na visão do autor, se o povo chinês conseguisse, de forma autônoma, selecionar quais aspectos ocidentais eles desejavam assimilar à sua cultura, o medo em relação a tais aspectos se transformaria em senso crítico, beneficiando a China no cenário global de disputa por poder. Na verdade, o “trazismo” que Lu Xun propôs não era uma forma de pensar e agir completamente nova para os chineses e nem totalmente alheia à cultura tradicional deles. A intenção do autor era retomar a memória do povo chinês em relação ao *modus operandi* usado pelo Império do Meio durante milhares de anos, em diferentes dinastias, para se relacionar com povos estrangeiros: a seleção pragmática daquilo que servia para os chineses e o aperfeiçoamento desses aspectos, levando em consideração a probabilidade de assimilação do que fosse bom para o povo e o completo rechaço daquilo que não cabia na singular cultura chinesa.

Considerando esse panorama, duas tarefas muito importantes se fazem presentes: a primeira é elucidar as principais evidências histórico-literárias que atestam a tradição milenar chinesa nesse processo de filtragem cultural ativa, em detrimento da passividade subversiva em relação a povos estrangeiros e suas culturas. A segunda, por sua vez, trata-se de, por meio da análise do fundamento tradicional dessa forma de pensar e agir, refletir sobre suas implicações contemporâneas acerca das relações da China com outras potências do mundo moderno.

### O Imperador Shun e os primórdios do pragmatismo político

O “espírito do trazismo”, tema principal do ensaio de Lu Xun, é o princípio cultural que conecta os fundamentos da diplomacia chinesa no decorrer de diferentes dinastias e épocas. É evidente que, apesar de a expressão “trazismo” ter sido inventada pelo escritor no início do século XX, a ideia por detrás do conceito tem origem em um período muito mais antigo, que data da era do Imperador Shun 舜帝, líder que viveu nos anos de 2.200 a.C. Suas atividades diplomáticas foram registradas no Clássico dos Documentos (尚书), o livro de documentos históricos mais antigo da China, compilado por Confúcio 孔子 (552-489 a.C.) e reeditado durante o avivamento dos clássicos chineses, feito pela Dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.). Na cultura tradicional

chinesa, o imperador Shun é considerado um modelo supremo de virtude pessoal e de governança bem-sucedida. Assim como seus antecessores, ele acabou adquirindo um caráter santificado na visão dos chineses. Entretanto, um detalhe importante sobre a vida particular de Shun, registrado nos livros históricos da época, é o retrato de sua família como disfuncional e problemática: seu pai era “teimoso”, sua mãe, “arrogante”, e seu irmão, “invejoso” – traços de personalidade mal vistos pela sociedade da época.

Ainda assim, por ser um árduo trabalhador, Shun conseguiu amenizar a reputação depravada de sua família, a ponto de chamaraatenção do Imperador Yao (2.365-2.255 a.C.), governante que o precedeu. Apesar de ter filhos que poderiam sucedê-lo ao trono, Yao reconheceu os grandes méritos de Shun e o escolheu como seu sucessor. Ele não era da família real, não tinha direito de primogenitura nobre e nem era influente politicamente – somando, dessa forma, muitas incompatibilidades com o título de imperador. Mesmo assim, Shun subiu ao trono por conta de seu trabalho duro e de sua capacidade de governar sua própria família. Esse aspecto é importante porque, além de contrariar a tradição dos clãs antigos de passar o poder dentro da própria família, a escolha de tornar Shun o líder do império por conta de suas virtudes pessoais e de sua capacidade de liderança dão o tom pragmático da tradição política chinesa desenvolvida após tal episódio. A aposta pragmática de Yao de buscar um líder que estivesse “fora” ou “além” dos lugares óbvios de poder ou intelectualidade fez com que Shun fosse sido “trazido” ao poder, sendo sua capacidade de exercer liderança vista como uma grande virtude. Foi em decorrência desse processo que ele teve a inspiração necessária para construir os fundamentos do que viriam a ser a base da política do “trazismo” chinês e dos princípios básicos de sua política externa.

### O “trazismo” seletivo contra a assimilação passiva

Assim que subiu ao trono, o Imperador Shun convocou uma reunião com ministros e conselheiros para tratar de assuntos referentes aos povos estrangeiros e suas culturas. O registro

dessa reunião está no Cânon de Shun (舜典), que é um capítulo do Clássico dos Documentos:

No primeiro dia do primeiro mês, Shun foi ao templo dos ancestrais de seus antepassados. Ele foi consultar os quatro Yue sobre como abrir os quatro portões para iluminar as quatro perspectivas e alcançar inteligência completa. Ele (também) consultou os doze pastores e deliberou: “o alimento depende da observação das estações. Sejam gentis com os de longe para cultivar os de perto. Dêem honra aos virtuosos e confiem nos bondosos enquanto desprezam os astutos. Assim os povos estrangeiros liderarão a si mesmos em seu reconhecimento (ao nosso império).”[4]

As ordens dadas por Shun foram claras: “abrir as quatro portas, iluminar as quatro perspectivas e alcançar inteligência completa”, e elas refletem sua própria experiência com a governança do Império. O governo precisaria estar aberto à seleção utilitária de pessoas e métodos alternativos, mesmo quando não estivessem ligados à tradição da cultura chinesa. Assim, a partir de sua vivência pessoal, Shun começa a escrever as novas regras do jogo da política externa chinesa, juntamente de seus ministros e conselheiros, convocando a mencionada reunião com os ministros e conselheiros, chamados de “quatro Yue” (四岳)[5]. A palavra “yue”, na escrita antiga, significa “montanha alta”. O território da China, nos primórdios de sua civilização, era todo envolto por montanhas, que protegiam a região onde vivia o povo. “Príncipes” (que eram, na verdade, ministros) que estivessem aptos para resguardar o território chinês da invasão de estrangeiros eram nomeados “Yue” ao se mudarem com suas famílias para essas regiões montanhosas e fronteiriças. O numeral quatro é também recorrente na cultura chinesa antiga: o povo se enxergava como estando “no centro” das terras, e “quatro” correspondia tanto aos quatro pontos cardeais, quanto à totalidade territorial que existia fora do Império.

Portanto, pode-se aferir que o papel ministerial desses “quatro Yue” era equivalente ao de ministros de relações exteriores: eles eram encarregados de informar o imperador sobre movimentações de povos estrangeiros nas fronteiras e também

de resguardar militarmente esses lugares. Ao dar continuidade ao planejamento fronteiriço que antecedia seu governo e, além disso, ampliá-lo, Shun traçou pela primeira vez uma estratégia baseada em abrir os “quatro portões” – ou seja, dar lugar à abertura de atividades de intercâmbio cultural que fossem benéficas ao Império do Meio, com o objetivo de ter mais controle sobre as próprias fronteiras do império ao mantê-las acessíveis aos povos que viviam além dela.

Não foi essa abertura dos “quatro portões”, contudo, que estabeleceu a era do “trazismo” como a forma de diplomacia do governo de Shun. O que tal abertura fez foi permitir que os chineses tivessem contato direto com os povos estrangeiros, e que estes também tivessem acesso ao império em comunicação aberta, estratégia que visava amenizar eventuais conflitos. É a ordem que vem em seguida da abertura dos “quatro portões” que realmente marcou o início do “trazismo”: “iluminar as quatro perspectivas e alcançar inteligência completa”. Esse ordenamento sugere a possibilidade de o povo chinês tirar, a partir das diferenças ou de embates entre eles e os estrangeiros, modelos que os ajudassem a entender melhor tanto com quem eles estavam lidando, quanto eles mesmos – ou seja, usando o conhecimento que vinha de fora em benefício próprio, que é a base do “trazismo”. É importante ressaltar que, no texto original do Cânon de Shun, a palavra “quatro” aparece três vezes: “abrir os quatro portões, iluminar as quatro perspectivas e alcançar as quatro inteligências”. Como já mencionado acima, nesse contexto, esse numeral corresponde tanto aos pontos cardeais quanto “à totalidade de tudo” o que estava fora do território que os chineses compreendiam como seu. Então, as “quatro inteligências” se referem ao escopo de um conhecimento real e mais completo, que só seria alcançado se aquilo a que os chineses não tinham acesso fosse levado em conta e assimilado.

A palavra “alcançar” (达) também significa “obter” ou “tornar”. “Alcançar inteligência completa”, no contexto linguístico chinês da época, diz respeito à ideia de “tornar meu o conhecimento obtido (de fora)”, com a finalidade de usá-lo em benefício pessoal. Tendo os olhos do império mirando a expansão de suas perspectivas para fora da própria tradição política e cultural

chinesa, Shun planejava “trazer” de fora tudo que ele pudesse “tornar dele mesmo”, adaptar ao império e usar a favor do povo:

Iluminar significa expandir o conhecimento; alcançar significa adaptar-se ao que chegou de longe. As duas coisas se completam mutuamente. Por isso seu significado é “ver e ouvir abertamente os quatro cantos para fazer com que não haja barreiras entre o que existe debaixo do céu”. [5]

Ou seja, o plano para a “iluminação das quatro perspectivas” envolvia a adaptação do império ao conhecimento trazido de fora. Assim, a forma de governo que Shun deixou como herança para gerações vindouras previa a destruição de “barreiras entre o que existe debaixo do céu”, sendo que o primeiro passo para isso era a China trazer de fora tudo o que pudesse ser adaptado para a construção e a manutenção de seu próprio modelo político de império. Posteriormente, o Império do Meio, entretanto, ficou marcado pela constante rejeição da ideia da assimilação passiva de outras culturas e de outros modelos de fazer política – até porque as tensões territoriais com povos estrangeiros sempre foram recorrentes durante toda a história da China. Mesmo assim, em virtude do legado de Shun, o histórico de fazer escolhas seletivas e conscientes de absorver aquilo que só existia fora das fronteiras chinesas e que pudesse ser utilizado para benefício interno ficou milenarmente consagrado. Assim, é possível afirmar que o mesmo pragmatismo que levou Shun ao trono o fez também arquitetar os fundamentos que a China historicamente usa para filtrar e incorporar culturas estrangeiras.

Considerando todo esse panorama, pode-se dizer que o “trazismo” que Lu Xun propõe no começo do século XX nada mais é do que a adaptação moderna do discurso que o Imperador Shun já havia consolidado milhares de anos antes e do modelo de política que a China adotou, em maior ou menor grau, durante toda a sua história. O autor, no entanto, recomendava cautela em relação a determinadas coisas que eram “enviadas” de fora: os chineses compreenderam que a filtragem dos aspectos estrangeiros a serem assimilados deveria ser mais criteriosa, uma vez que, durante o século XIX, principalmente nas duas Guerras do Ópio, potências ocidentais se utilizaram

do “trazismo” pregado pela própria China para “enviarem” coisas supostamente boas ao país, quando, na verdade, isso foi um pretexto para a realização de empreitadas violentas e imperialistas, nas quais tais potências acabaram saindo bem-sucedidas.

Na realidade, o próprio Imperador Shun nunca pregou a abertura completa e sem nenhum critério a aspectos estrangeiros: ele criou princípios de filtragem efetiva e de uso benéfico para os chineses do conhecimento recebido de fora e, durante boa parte da história da China, o país implementou mecanismos para que esses princípios fossem sempre respeitados. No entanto, a não totalidade da aplicação de tais conceitos durante os mencionados conflitos – que ocorreram durante o que os chineses chamam de “século da humilhação” (百年国耻) (1839-1949) – demonstrou que, naquele período, os preceitos originais do “trazismo” de Shun tinham, de certa forma, se perdido e sido distorcidos. Dentro de toda essa temática, surge um questionamento: qual era, afinal, o objetivo real almejado por Shun ao aplicar esses princípios em seu governo? Nenhum outro senão que a China fosse grandiosamente reconhecida e, assim, ganhasse o mundo.

### O objetivo: ganhar o reconhecimento do mundo

Comentários do Clássico dos Documentos feitos durante a Dinastia Han (汉朝) sustentam que o objetivo dessa abertura e intercâmbio cultural com base no “trazismo” seletivo era para que a “grandeza (do império) brilhasse em todo lugar”[6]. Ou seja, o objetivo do Imperador Shun ia além de agregar conhecimento ao império: ele desejava que a China servisse de exemplo de grandeza cultural a todos os povos – e, se os chineses fossem “fechados”, isso jamais aconteceria. Nesse sentido, é importante destacar o final da reunião de Shun com os quatro Yue, quando ele diz que, abrindo os quatro portões e implementando o “trazismo”, “os povos estrangeiros liderarão a si mesmos em seu reconhecimento (ao nosso império)”. Ou seja, Shun argumentava que se manter aberto ao mundo e trabalhar ativamente no intercâmbio cultural trariam como consequência natural a submissão voluntária dos estrangeiros

ao império, que liderariam uns aos outros no reconhecimento do importante lugar que a China deveria ocupar no mundo. Porém, esse objetivo tinha como obstáculo a histórica desconfiança dos chineses em relação aos povos estrangeiros de uma forma geral: nos comentários de Zuo Qiuming (556-451 a.C.), um discípulo intelectual de Confúcio, sobre Os Anais de Primavera e Outono (春秋左传), livro editado pelo próprio Confúcio, há uma frase que ficou postumamente muito famosa na China e denota a milenar suspeição mencionada: “aqueles que não são do meu povo têm necessariamente um coração diferente do meu”[7].

Assim, é possível afirmar que sempre existiu, no pensamento do povo chinês, a consciência de suas singularidades e especificidades, por serem parte de uma sociedade confucionista, com uma cultura baseada nos mesmos princípios. Além disso, havia a tendência de acreditar que nenhum estrangeiro seria capaz de entender completamente o Império do Meio, com todas as suas tradições. Essa tendência é expressada, por exemplo, por leis criadas no ano de 758 voltadas especialmente para os estrangeiros árabes que chegavam na região de Cantão. Percebendo a evidente dificuldade desses povos de assimilarem a cultura chinesa e se adaptarem a ela, o governo criou o Quarteirão Fan (蕃坊), local destinado especificamente a esses povos, para que eles pudessem viver sem precisarem se adaptar completamente às leis imperiais – o regramento de segurança pública, por exemplo, era implementado de forma diferente (ou nem implementado) para as pessoas que lá residiam, em comparação à aplicação de tal legislação nos demais territórios do império. Isolar esses estrangeiros no Quarteirão Fan foi uma forma que o império encontrou para evitar eventuais conflitos entre eles e os chineses[8].

Outro exemplo é o que está disposto no art. 48 do Código Tang, do ano 653:

Art. 48. Crimes cometidos uns contra os outros por estrangeiros

Todos os casos que envolvam estrangeiros da mesma nacionalidade que tenham cometido crimes entre si serão julgados segundo o seu próprio direito consuetudinário. Os

casos envolvendo pessoas de diferentes nacionalidades que cometeram crimes entre si serão sentenciados de acordo com a lei chinesa.

Estrangeiro refere-se a pessoas desses países bárbaros que têm seus próprios governantes e líderes. Cada um deles tem seus próprios hábitos e costumes e seus regulamentos, e as leis não são iguais. Nos casos envolvendo pessoas da mesma nacionalidade que cometeram crimes entre si, o tribunal deve perguntar sobre os regulamentos em seu país de origem e condenar o delito de acordo com seus costumes e leis. Em todos os casos envolvendo pessoas de diferentes nacionalidades que cometeram crimes entre si, como uma pessoa de Koryo e outra de Paekche [países da península coreana], a lei chinesa será usada para sentenciar e decidir a punição[9].

Em 1584, o administrador geral do Quarteirão Fan foi elevado ao posto de oficial do segundo escalão do governo, um título que ficou conhecido como “os olhos dos estrangeiros” (夷目). Seu trabalho consistia em administrar, de forma flexível, as leis dentro da comunidade de portugueses que havia se instalado em Shanghai. Essa separação física e cultural de chineses e estrangeiros dentro do próprio território da China persistiu até a dinastia Qing (1644-1912).

Pode-se perceber, portanto, que sucessões de imperadores trataram os povos vindos de fora como exceções entre os cidadãos chineses, com base na ideia de que estrangeiros nunca conseguiriam entender completamente a cultura chinesa e, portanto, teriam extremas dificuldades de assimilar as tradições e as leis locais. Apesar de essas atitudes poderem parecer excludentes, a intenção dos governos era demonstrar flexibilidade no tratamento dado a essas pessoas dentro de seus territórios. A crença confucionista mencionada anteriormente, de que “aqueles que não são do meu povo têm necessariamente um coração diferente do meu”, denota, de fato, a desconfiança dos chineses em relação a outros povos – mas também é muito importante para demonstrar que a sociedade confucionista chinesa não tentaria, em nenhum momento de sua história, forçar sua cultura e leis a povos estrangeiros. A etiqueta

tradicional chinesa, por exemplo, não prevê que um anfitrião imponha as regras de sua casa a uma visita, e sim que dê espaço o suficiente para que essa visita possa ser ela mesma, dentro de um contexto de liberdade relativa, criado especialmente para ela. Essa situação ilustra de forma exata a maneira pela qual os imperadores da China lidaram com os povos estrangeiros em seu território.

No entanto, essa política gerou alguns ruídos e, nesse sentido, cabe citar o exemplo da polêmica missão diplomática de George Macartney na China, em nome da Inglaterra, ocorrida em 1793. Ele propôs que as reverências cerimoniais tradicionais de “kowtow”[10] fossem executadas pelos ingleses perante o imperador chinês Qianlong somente se os oficiais chineses também as executassem diante do rei da Inglaterra ou em direção a um quadro do rei, que Macartney carregava consigo. Caso os chineses recusassem essa proposta, Macartney pediu que fosse permitida, então, uma cerimônia que distinguisse o Reino Unido em relação ao modo como essas reverências eram feitas por representantes dos estados tributários da China, como a Coreia. Essa segunda proposição foi aceita: a China permitiu que Macartney fizesse, diante de Qianlong, o mesmo gesto que faria perante o rei da Inglaterra – isto é, dobrar um joelho diante dele e inclinar a cabeça uma vez[11]. Esse acontecimento repercutiu fortemente na corte inglesa, que passou a considerar que o governo Qing dava uma importância exagerada à cerimônia do “kowtow” e discutiu o assunto durante décadas, consolidando uma visão, bastante apregoadada, de uma suposta rigidez por parte chineses em relação aos seus costumes. Porém, a historiadora Henrietta Harrison explica que, na verdade, o movimento foi o contrário: a ênfase quanto à observância rígida dos rituais chineses decorreu muito mais do ponto de vista inglês sobre essas formalidades:

O imperador Qianlong foi completamente claro sobre o protocolo esperado para os enviados estrangeiros e suficientemente flexível para não exigir que seus oficiais aplicassem todos os rituais da reverência para uma reunião um tanto informal com Macartney, realizada em sua residência de verão além da Grande Muralha e longe da corte chinesa em Pequim. Macartney, ao

contrário, vinha de um contexto europeu onde as relações entre os governantes estavam passando por grandes mudanças, e as alterações no protocolo diplomático eram centrais para a forma como essas mudanças eram negociadas[12].

Assim, diferentemente do que muitas culturas ocidentais acreditam, adaptar costumes e leis do império para servir aos interesses de estrangeiros nunca foi um princípio impensável por parte dos chineses, e há inúmeros exemplos que ilustram essa tendência. Além disso, não se deve subestimar a curiosidade chinesa por novos aprendizados. No âmago dessa flexibilidade e liberdade concedidas, permanecia o milenar interesse dos chineses em aprender com os povos estrangeiros, “trazendo”, das interações com eles, tudo aquilo que servisse como benefício para a China, levando em conta o contexto social e a vida política do país.

Um dos diversos exemplos que representam a curiosidade dos chineses mencionada acima são os relatos do jesuíta Matteo Ricci, realizados no início do século XVII. Neles, há a afirmação de que era mais fácil difundir as lições do cristianismo na China por meio da escrita do que por meio da oralidade, “porque os chineses são curiosos em ler livros contendo qualquer coisa nova”[13]. Em termos de música, Ricci relatou que os chineses não possuíam instrumentos de teclados, como órgãos e clavicórdios e que, apesar de eles considerarem ter primazia quanto à harmonia em concerto, também apreciavam as músicas feitas com esses instrumentos que lhes eram desconhecidos. O jesuíta acreditava que o mesmo processo ocorreria em relação à harmonia vocal das orquestras europeias assim que os chineses pudessem conhecê-las, afirmando: “o que acredito será porque os nobres da China, quando conhecem a verdade, costumam colocar assuntos estrangeiros antes dos do Reino.”[14]

Nesse mesmo sentido, é notável a troca cultural que ocorreu entre a China e os países de cultura árabe, registrada, dentre outros autores, pelo sinólogo, antropólogo e historiador Berthold Laufer (1874-1934). Em 1919, durante a época em que trabalhava como curador de antropologia do Museu Field de História Natural de Chicago, Laufer publicou uma obra sobre as contribuições

chinesas à civilização do Irã, com especial referência à história de plantas cultivadas e outros produtos. No material, ele afirma que os iranianos, por sua vez, foram os grandes mediadores entre o Ocidente e o Oriente, não só transmitindo a herança das ideias helenísticas para a Ásia Central e Oriental, como também levando plantas e bens valiosos da China para a região do Mediterrâneo[15]. De acordo com Laufer, “os chineses eram pessoas pensantes, sensatas e de mente aberta, e nunca se recusaram a aceitar com gratidão quaisquer coisas boas que os estrangeiros tinham a oferecer.”[16]

Considerando tudo o que foi relatado até aqui, nota-se que, de fato, apesar da desconfiança dos chineses em relação a povos estrangeiros, eles demonstram também genuínas curiosidade, abertura e flexibilidade quando se trata de coisas que vêm de fora. Todavia, o que realmente transcende períodos históricos específicos e resulta no objetivo final da política do “trazismo” é a necessidade que a China e os chineses têm de terem seu lugar no mundo reconhecido e respeitado. Isso já era difundido pelo próprio Imperador Shun: quando ele disse que a implementação do “trazismo” iria resultar nos povos estrangeiros liderando “a si mesmos em seu reconhecimento (ao nosso império)”, deu o tom que seria adotado durante toda a tradição política chinesa no que diz respeito a esses anseios de a China ser reconhecida no mundo. Em outras palavras, o desejo da China não é de controlar os povos (haja vista sua forma de lidar com estrangeiros dentro de seu próprio território), e nem de os colonizar – mas sim de que esses povos aceitem e reconheçam a grandeza do Império do Meio.

A busca por reconhecimento como inspiração para o “trazismo” consta na parte do Cânon de Shun que narra o que aconteceu logo após a morte de seu antecessor, o Imperador Yao:

Após vinte e oito anos, o imperador (Yao) faleceu. O povo (chinês) ficou em luto por três anos, o mesmo período em que se lamenta a morte de uma mãe. E por três anos toda música que era tocada pelos quatro mares cessou.[17]

Os ministros Yue que administravam as fronteiras relatam que povos estrangeiros que viviam nas regiões próximas ao império

mantiveram o luto de três anos pela morte de Yao, juntamente com o povo chinês. Foi relatado, nos livros históricos, que tais povos, em respeito ao pesar do império, também cessaram suas músicas pelo mesmo período de tempo. A título de informação, “quatro mares” é uma expressão tradicional chinesa que significa “tudo o que está além do Império do Meio”. Apesar de não termos provas de que povos estrangeiros ficaram efetivamente sem tocar nenhum instrumento ou entoar canções por tanto tempo, o que podemos entender sobre o contexto desse registro é que, de alguma forma, eles adaptaram seus encontros com os chineses nas fronteiras de forma a honrar a perda de Yao, que, na visão desses povos, havia lhes deixado um bom legado. Em um comentário adicionado ao texto por estudiosos que compilaram esses registros históricos, a conclusão é exatamente essa: “se hoje os povos estrangeiros dos quatro cantos (do império) cessam suas canções por três anos, é pela virtude próspera de Yao (que o fazem), cujo favor alcançou (as terras) à distância” [18]. O “trazismo” de Shun surgiu nesse contexto – ele acreditava que, assim como aconteceu na ocasião da morte de Yao, quando povos estrangeiros reconheceram voluntariamente a grandeza do imperador, era possível concretizar o objetivo de que outros estrangeiros também reconhecessem, sozinhos e de forma voluntária, a grandeza do Império do Meio de forma geral. Assim, o conceito foi utilizado como regra por imperadores e ministros de governo nas dinastias seguintes.

Para os líderes chineses antigos, essa tradição diplomática é oposta à crença popular chinesa de que estrangeiros são povos inacessíveis e alheios à oportunidade de reconhecer o lugar da China e seu papel no desenvolvimento do mundo. Pelo contrário: o “trazismo” oferece a oportunidade de existir um esforço cultural de mão-dupla, de modo que haja reconhecimento mútuo de grandezas. Ao reconhecer que povos estrangeiros podem assimilar as tradições e os costumes chineses, o imperador Shun abre o precedente para que o inverso aconteça também. Se havia aspectos dos chineses que os estrangeiros entendiam – por exemplo, um governante ter sido escolhido com base em suas virtudes, como foi o caso de Shun – então valeria a pena lançar mão de esforços para que os chineses também pudessem

usar coisas boas que esses povos tivessem a oferecer e, assim, potencializarem seu crescimento.

Nesse sentido, a ideia de “ganhar o mundo”, na tradição chinesa, significa “ganhar o reconhecimento do mundo” e é, portanto, a completa antítese de uma colonização violenta e destrutiva, que supostamente almejaria subjugar outros povos. Outra interpretação de “ganhar o reconhecimento do mundo”, relatada na já mencionada reunião de Shun com os Yues, é, na prática, a arte política de os chineses serem “gentis com os de longe para cultivar os de perto”. Ou seja, se o império conseguisse ter paz com os estrangeiros, seu próprio território estaria protegido; se até povos não nativos fossem capazes de respeitar o império e reconhecer seu papel no desenvolvimento da região, isso seria a prova de que os chineses estariam também satisfeitos com o governo – e essa via aberta de comunicação e intercâmbio cultural beneficiaria tanto os de dentro, quanto os de fora.

### Princípio antigo na criação da Nova China

À luz de toda a história da diplomacia chinesa que antecede o período caótico da queda da Dinastia Qing (1644-1912), e sob a sombra de um novo mundo que estava sendo construído na virada do século passado, Lu Xun termina o texto Trazismo dizendo:

Por fim, devemos trazer. Ou nós usamos, ou guardamos, ou destruimos. Assim, o dono é um novo dono, a casa também se tornará uma nova casa. Todavia, antes de tudo, precisamos ser calmos, ousados, ter capacidade de discernimento e não sermos egoístas. Se não houver ‘trazidos’, o povo não se tornará um novo povo. Se não houver ‘trazidos’, o movimento literário não se tornará um novo movimento literário.[19]

Segundo ele, a renovação do povo chinês rumo a uma nova China – que conseguisse lutar a guerra contra o Ocidente em seu próprio território e vencer – só seria possível se todo o país relembresse o princípio mais antigo de sua interação com povos estrangeiros. Assim, sua teoria reciclada do “trazismo” o

colocou no centro das discussões dos movimentos políticos da época. O olhar crítico sobre a capacidade chinesa de selecionar, de forma pragmática, os aspectos de outras culturas de que eles precisavam – e assimilá-los, ou não – não passou despercebido pelos estrangeiros. Em 1922, Bertrand Russell publicou *The problem of China*, livro em que consta a seguinte passagem: “na China uma grande ânsia de adquirir o aprendizado ocidental, não apenas para adquirir força nacional e ser capaz de resistir à agressão ocidental, mas porque um grande número de pessoas considera o aprendizado uma coisa boa em si.”[20]. Para Russell, havia, inclusive, um espírito renascentista nos chineses da época:

Não tenho dúvidas de que, se os chineses conseguissem um governo estável e fundos suficientes, eles começariam, nos próximos trinta anos, a produzir um trabalho notável em ciência. É bem provável que nos ultrapassem, porque vêm com frescor e com todo o ardor de um renascimento. De fato, o entusiasmo pelo aprendizado na Jovem China lembra constantemente o espírito renascentista na Itália do século XV. [21]

O filósofo galês era da opinião de que, de fato, os chineses tinham uma postura bastante crítica em relação à civilização ocidental, o que intensificou no começo da Primeira Guerra Mundial, em 1914. O conflito os fez pensar que, muito provavelmente, havia imperfeições no modo de vida ocidental:

O hábito de buscar sabedoria no Ocidente era, no entanto, muito forte, e alguns dos mais jovens achavam que o bolchevismo poderia dar o que procuravam. Essa esperança também deve estar sofrendo decepções, e, em pouco tempo, eles perceberão que devem realizar sua própria salvação por meio de uma nova síntese. Os japoneses adotaram nossos defeitos e mantiveram os seus, mas é possível esperar que os chineses façam a escolha oposta, mantendo seus próprios méritos e adotando os nossos.[22]

Foi sob a luz da história do desenvolvimento da política do “trazismo” que os chineses encontraram na teoria marxista – vinda do próprio Ocidente, que os atacava – o sistema ideológico que seria usado para liberar culturalmente o povo

chinês e movê-lo em direção à guerra anti-imperialista que se seguiu nos anos posteriores. A revista *Em Busca da Verdade* (求是), principal jornal teórico oficial do Partido Comunista Chinês (PCCh), publicado bimestralmente pela Escola Central do Partido e pelo Comitê Central, descreve com precisão o caráter altamente seletivo adotado pela China para tomar a decisão de trazer o marxismo para o campo da política interna do país:

Após um longo período de árdua exploração, os progressistas da classe trabalhadora da China descobriram que escolher o marxismo e seguir o caminho certo sob sua orientação era a escolha correta e a única escolha. [...] Houve muitas tentativas de salvar a nação e o povo, como a Revolta Camponesa sob o Governo Celestial de Taiping, o Movimento de Ocidentalização, o Movimento de Reforma de 1898, o Movimento de Yihetuan e a revolução de 1911, mas mesmo que tenham impulsionado o progresso na China sob condições históricas particulares, eles finalmente falharam um após o outro. A causa raiz dessas falhas foi a falta de orientação teórica correta. [23]

Além disso, o jornal descreve também a influência que o “trazismo” chinês causou na própria formação do Partido nos anos que se seguiram à publicação do artigo de Lu Xun:

A ampla disseminação do Marxismo na China catalisou o surgimento do Partido Comunista Chinês. O Marxismo equipou o Partido com uma visão de mundo e metodologia científica, bem como poderosas ferramentas teóricas para entender e moldar o mundo. O PCCh foi produto da integração do Marxismo como movimento operário chinês. Após os julgamentos do Movimento de 4 de Maio de 1919, figuras proeminentes da classe trabalhadora chinesa encontraram o Marxismo, fizeram dele seu pensamento orientador e criaram o PCCh. Então, equipado com o Marxismo, o Partido liderou o povo em um caminho promissor para o rejuvenescimento nacional. O Marxismo permitiu ao PCCh transcender as limitações de todas as outras forças políticas que vieram antes dele, que invariavelmente buscavam seus próprios interesses especiais.[24]

Não fosse a capacidade de seleção pragmática – um dos aspectos mais importantes do “trazismo” – dos chineses e do próprio PCCh nas primeiras décadas do século XX, a China provavelmente não teria passado pelas transformações sociais necessárias que a colocaram de volta no jogo político internacional – dessa vez, não mais como peça do tabuleiro, e sim como jogadora proeminente.

Deng Xiaoping (1904-1997), sucessor de Mao Zedong (1893-1976) à secretaria geral do Partido, deu sequência à implementação dessa mesma mentalidade do “trazismo” chinês durante a grande década de abertura econômica da China após a Revolução Cultural, que terminou ao fim de seu governo. Em suas próprias palavras: “não importa se o gato é preto ou branco, contanto que ele pegue o rato”[25]. Essa é a forma mais emblemática do “trazismo”: herdado do antigo Imperador Shun e redesenhado por Lu Xun no começo do século, ele é o princípio estratégico chinês com referências históricas mais antigas e sempre foi implementado por diferentes líderes do país – remontando ao período de sucessão de dinastias, se estendendo para a atuação líderes do PCCh (na construção do partido e nas guerras de liberação) e chegando até a abertura econômica de Xiaoping. Ele, inclusive, deixa claros, em suas diretrizes, os aspectos culturais que a China aceitaria trazer do Ocidente para ajudar na construção de um novo país:

Devemos ter um padrão para absorver, analisar e aprender coisas culturais do Ocidente que trouxeram a eles resultados positivos. Esse padrão é: se essa coisa é benéfica para o desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade socialista, se é benéfica para aumentar a força nacional abrangente de um país socialista e se é benéfica para melhorar o padrão de vida do povo.[26]

Assim, “como abrir os quatro portões para iluminar as quatro perspectivas e alcançar inteligência completa” não foi somente uma questão levantada pelo Imperador Shun ou defendida por Lu Xun, mas sim o *modus operandi* pelo qual a política externa chinesa foi pautada no século XX, quando começou a criação da Nova China. Atingir essa versão rejuvenescida só foi possível porque os chineses souberam, com maestria, utilizar

seu “trazismo” para lhes trazer sucesso. Aprenderam com seus próprios inimigos o que foi necessário para que eles tenham vencido guerras e conseguido resguardar a soberania de seus territórios. Garantiram, assim, o lugar de legitimidade da China no mundo, visando sempre o enriquecimento da nação e o reconhecimento que, naturalmente, se sucederia a isso.

A implementação bem-sucedida do antigo princípio de “trazer”, portanto, construiu a China como ela se apresenta hoje, no início do século XXI – e, mais do que isso, o “trazismo” chinês atual visa contribuir para a construção de um novo mundo.

### Uma Nova China na construção de um novo mundo

Como já mencionado anteriormente, a finalidade do “trazismo” chinês em relação às nações estrangeiras tem como objetivo final “ganhar o reconhecimento mundo”: ou seja, ver povos estrangeiros liderando a si mesmos em direção ao reconhecimento da nação chinesa. O sucesso da construção e da edificação de um país novo e forte após o “século da humilhação” se deu, em grande parte, devido à arte chinesa de “trazer”. Conforme explicado, foi o que o Imperador Shun implementou, o que Lu Xun defendeu e o que fizeram os líderes chineses que protagonizaram as maiores mudanças do país no século XX.

Alicerçada em sua história milenar, a China continua usando o princípio do “trazismo” para construir e justificar seu papel político em meio à atuação das potências mundiais no século XXI. Nos discursos de Xi Jinping, atual secretário-geral do PCCh, pode-se verificar essa característica sendo ressaltada:

Para desenvolver o espírito da Rota da Seda, devemos promover o aprendizado mútuo entre as civilizações. As civilizações da humanidade não se diferenciam por ser melhor ou pior, mas se enriquecem pelos intercâmbios, da mesma forma que “as cinco cores se complementam na beleza e os oito instrumentos musicais produzem a harmonia na combinação.” A China e os países árabes sempre olham um para o outro com um espírito aberto e inclusivo e se relacionam por

meio do diálogo e do intercâmbio, em vez do conflito e confrontação, criando um exemplo de coexistência harmoniosa entre países com diferentes sistemas sociais, crenças e tradições culturais. [27]

Assim, é possível atestar que o “trazismo” de Shun ainda é parte fundamental da China – mas não é somente com base em sua prática que o país pretende se construir diante dos desafios impostos no presente. Os atuais líderes chineses trabalham também com um modelo centrífugo do princípio escrito por Lu Xun: assim como a China “abre os quatro portões para iluminar as quatro perspectivas e alcançar inteligência completa”, ela também encoraja que as nações aprendam a fazer o mesmo, mantendo “um espírito aberto e inclusivo” e se relacionando por meio do “diálogo e intercâmbio” (tal como consta no discurso do Xi Jinping). A “coexistência harmoniosa entre países”, mencionada pelo secretário-geral, completaria o ciclo desejado – mas atingi-la só será possível se o mundo reconhecer o lugar da China nele. E, para que isso aconteça, o país tem o papel fundamental de liderar um mundo que precisa aprender a implementar o “trazismo” seletivo chinês ao invés de aceitar uma assimilação passiva das coisas que são “enviadas” de fora, em um processo que, atualmente, se baseia em interesses puramente externos, desconsiderando os aspectos singulares de cada nação.

Xi Jinping ainda diz que o povo chinês deve “não se esquecer do que um dia já foi, absorver aquilo que vem de fora, e manter o olhar em direção ao futuro”, e tudo isso para “melhor construir um espírito chinês, valores chineses e uma força chinesa que sirva para fornecer uma fonte de orientação cultural e moral para o povo.”[28]. O conceito dessa força chinesa, por exemplo, foi sustentado não só pelo legado do imperador Shun, como também pelo movimento revolucionário do qual Lu Xun fez parte. Logo, uma das forças impulsionadoras e inspiradoras da China no século XXI é, de fato, o legado do “trazismo”, conforme foi demonstrado.

É possível chegar à evidente conclusão, então, de que a China de hoje se coloca no palco da política internacional respaldada nos princípios tradicionais de sua cultura milenar, mas também

trazendo de onde quer que seja aquilo que ela consiga adaptar à sua própria realidade, visando ter seu papel reconhecido pelas nações enquanto as convida a fazerem o mesmo. O sucesso conquistado pelos chineses na adaptação de diferentes objetos, padrões de pensamentos e até ideologias serve também de modelo para uma nova configuração de mundo, na qual poderes antagônicos, para coexistirem em harmonia, precisam reconhecer suas grandezas mutuamente, mantendo espaço aberto para diálogo e interações – espaço esse que deve ser reconhecido e respeitado por todos, tal como afirmou Russell:

A partir do espírito renascentista existente agora na China, é possível, se nações estrangeiras puderem ser impedidas de causar estragos, desenvolver uma nova civilização melhor do que qualquer outra que o mundo já conheceu. Este é o objetivo que a Jovem China deve estabelecer diante de si: a preservação da urbanidade e cortesia, a franqueza e o temperamento pacífico, que são característicos da nação chinesa, juntamente com um conhecimento da ciência e a aplicação dela aos problemas práticos da China.[29]

A força da “Jovem China” é tão antiga quanto seus primórdios e têm suas raízes no Império de Shun e nas dinastias que se seguiram até a fundação do PCCh – e é essa força, orientada e guiada pelo princípio do “trazismo”, que a China de hoje deseja exportar para se colocar no mundo com sua devida influência, tendo seu lugar reconhecido pelos demais.

### Considerações finais

A arte de construir o mundo, segundo os chineses, acontece quando a China se envolve no trabalho de fazer com que seu lugar seja reconhecido pelas nações que o compõem. Para que isso aconteça, os líderes do país buscam referências não somente em sua cultura tradicional, mas também fora dela, pelos mais variados locais.

Não foi à toa que Xi Jinping, na sede da Unesco em 2014, afirmou que “as civilizações têm se tornado mais ricas e coloridas

devido ao intercâmbio e aprendizado mútuo”[30]. Além disso, fez questão de ilustrar, em seu discurso, a longa tradição chinesa em relação a essas práticas, inclusive diversas figuras históricas, do confucionista Mêncio 孟子 (século IV a.C.) ao navegador Zheng He 郑和 (século XIV d.C.), do alto ministro Yan Ying 晏婴 (século VI a.C.) ao monge Xuan Zang 玄奘 (século VII d.C.). Nesse sentido, ele disse ainda:

Experimentando vicissitudes históricas durante mais de 5.000 anos, a civilização chinesa tem mantido sempre a sua raiz original. Representando um espírito único, ela carrega algumas das buscas mais profundas da nação chinesa, fornecendo nutrientes abundantes para a existência, crescimento e fortalecimento da nação chinesa. Ela é uma civilização que nasceu em terras chinesas e também se formou através de constantes intercâmbios e aprendizados mútuos com outras civilizações.[31]

É evidente que o intercâmbio promovido pelo espírito do “trazismo” é o fundamento da confiança que a China tem na busca por relações diretas entre os países do Sul Global, passando por fora do eixo Europa/Estados Unidos da América. Essa confiança é gerada e alimentada pela convicção no fato de que todos os países que “trazem” alguma coisa de fora também têm algo que pode servir de “trazido” sob a perspectiva de outra nação. Pode-se, assim, considerar o espírito do “trazismo” chinês como a força propulsora de uma nova ordem global baseada no ganha-ganha (win-win), que aposta na conexão pragmática entre nações do Sul Global por meio de um processo intercivilizatório, visando a construção de um futuro compartilhado, e não dividido. Nesse novo mundo, o paradigma de grandeza nacional deve ser o reconhecimento mútuo entre grandes nações, e não a subjugação colonialista entre elas.

Assim sendo, esse trabalho de ganhar o reconhecimento dos povos do mundo passa pelo princípio tradicional do “trazismo”, que foi instituído como modelo de política externa pelo Imperador Shun, redesenhado por Lu Xun e implementado tanto pelos fundadores da Nova China, no século XX, quanto pelos líderes do país no século XXI. No decorrer da história, os líderes chineses seguidamente encorajaram o povo a se reconhecer

como parte do mundo e a lutar pelo seu lugar nele e, conforme explicitado acima, essa luta se dá por meio do uso das próprias armas culturais chinesas e também pela assimilação do que for possível trazer de fora e usar em benefício próprio. Manter os portões e os olhos da China abertos, nutrindo suas raízes milenares e trazendo de fora o que couber na realidade chinesa, é o legado dos políticos chineses antigos para a China moderna – e dela para o mundo.



## Notas

1. Em chinês: 拿来主义. A expressão soa estranha tanto no idioma original quanto em português. Lu Xun usa a palavra “拿来”, que significa “trazer” ou “tomar”, e adiciona “主义”, que corresponde a “doutrina” e, além disso, tem a função de sufixo nominal “ismo”, expressão de origem grega que serve para designar conceitos de uma forma geral.

2. SCOTT, 2008, p. 206.

3. LU, 2005, p. 39. Texto em chinês: “我只想鼓吹我们再吝啬一点, “送去”之外, 还得“拿来”, 是为“拿来主义”。但我们被“送来”的东西吓怕了。先有英国的鸦片, 德国的废枪炮, 后有法国的香粉, 美国的电影, 日本的印着“完全国货”的各种小东西。于是连清醒的青年们, 也对于洋货发生了恐怖。其实, 这正是因为那是“送来”的, 而不是“拿来”的缘故。所以我们要运用脑髓, 放出眼光, 自己来拿!”

4. LI, 1999, p. 40. Texto em chinês: “月正元日, 舜格于文祖, 询于四岳, 辟四门, 明四目, 达四聪。‘咨, 十有二牧!’曰: ‘食哉惟时! 柔远能迩, 敦德允元, 而难任人, 蛮夷率服’。”

5. Ibid., p. 72. Texto em chinês: “‘明’谓所见博, ‘达’谓听至远, 二这互以相见。故传总申其意’广视听于四方, 使天下无壅塞。”

7. ZHANG, 2002, p. 65. Texto em chinês: “非我族类, 其心必异。”

8. DONG, 2013.

9. Cf. JOHNSON, 1979-1997, p. 252, v. 1. Texto em chinês: “48. 化外人相犯. 諸化外人同類自相犯者各依本俗法異類相犯者以法律論疏議曰化外人謂蕃夷之國別立君長者各有風俗制法不同其有同類自相犯者須問本國之制依其俗法斷之異類相犯者若高麗之與百濟相犯之類皆以國家法律論定刑名。”

10. Kowtow (叩头 em chinês simplificado) é uma prostração de reverência milenar na cultura chinesa, em que a pessoa se curva tocando o chão com a cabeça.

11. PLATT, 2018.

12. HARRISON, 2017, p. 687.

13. RICCI, 1953, p.158.

14. RICCI, [1622?], p. 17. No original: “Il che credo, che sarà, perche la nobilta de Chini, quando conoscela verita, suole anteporre le cose forastiere a quelle del Regno.”

15. LAUFER, 1919, p. 185.

16. Ibid., p. 189.

17. LI, 1999, p. 71. Texto em chinês: “二十有八年, 帝乃殂落。百姓如丧考妣。三载, 四海遏密八音。”

18. Ibid. Texto em chinês: “今能使四夷三载绝音, 言尧有盛德, 恩化所及远也。”

19. LU, 2005, p. 41. Texto em chinês: “总之, 我们要拿来。我们要或使用, 或存放, 或毁灭。那么, 主人是新主人, 宅子也就会成为新宅子。然而首先要这人沉着, 勇猛, 有辨别, 不自私。没有拿来的, 人不能自成为新人, 没有拿来的, 文艺不能自成为新文艺。”

20. RUSSELL, 1922, p. 203.

21. Ibid., p. 204.

22. RUSSELL, p. 204.

23. WANG, 2021. Texto em inglês: “After a long period of arduous exploration, progressives among China’s working class found that choosing Marxism and setting out on the right path under its guidance was the correct choice and the only choice. [...] There were many attempts to save the nation and the people, such as the peasant revolt under the Taiping Heavenly Kingdom, the Westernization Movement, the Reform Movement of 1898, the Yihetuan Movement, and the Revolution of 1911, but even though they drove progress in China under particular historical conditions, they ultimately failed one after the other. The root cause of these failures was that they lacked correct theoretical guidance.”

24. Ibid. Texto em inglês: “The widespread dissemination of Marxism within China catalyzed the emergence of the CPC. Marxism equipped the Party with a scientific worldview and methodology as well as powerful theoretical tools with which

to understand and shape the world. The CPC was the product of integrating Marxism with the Chinese workers' movement. After the trials of the May 4th Movement of 1919, outstanding figures of the Chinese working class found Marxism, made it their guiding thought, and created the CPC. Then, equipped with Marxism, the Party led the people in blazing a promising path toward national rejuvenation. Marxism has enabled the CPC to transcend the limitations of all other political forces that came before it, which invariably pursued their own special interests."

25. VOGEL, 2011, p. 164.

26. SUN, 2021, p. 19. Texto em chinês: “吸收、分析和借鉴外国文化的有益成果应当有一个标准，这个标准就是“是否有利于发展社会主义社会的生产力，是否有利于增强社会主义国家的综合国力，是否有利于提高人民的生活水平。”

27. XI, 2014. p.377

28. Cf. XI, 2020, p. 24. Texto em chinês: “不忘本来，吸收外来，面向未来，更好构筑中国精神、中国价值、中国力量、为人民提供精神指引。”

[29] RUSSELL, 1922, p. 264. No original: “Out of the renaissance spirit now existing in China, it is possible, if foreign nations can be prevented from working havoc, to develop a new civilization better than any that the world has yet known. This is the aim which Young China should set before itself: the preservation of the urbanity and courtesy, the candor and the pacific temper, which are characteristic of the Chinese nation, together with a knowledge of Western science and an application of it to the practical problems of China.”

[30] XI, 2014, p. 311.

[31] Ibid., p. 313.

## Referências

HARRISON, H. The Qianlong emperor's letter to George III and the early twentieth century origins of ideas about traditional China's foreign relations. *The American Historical Review*, Vol. 122, Issue 3, Jun 2017, p. 680–701. Disponível em <<https://doi.org/10.1093/ahr/122.3.680>>. Acesso em: 9 mar, 2022.

JOHNSON, W. *The T'ang code*. New Jersey, Princeton: Princeton University, 1979-1997. 2 v.

LAUFER, B. *Anthropological series volume XV, n 3. Sino-Iranica: Chinese Contributions to the History of civilization in Ancient Iran, with special reference to the History of cultivated plants and products*. Chicago : Field Museum of Natural History, 1919. Disponível em: < <https://openlibrary.org/books/OL7045402M/Sino-Iranica>>. Acesso em: 9 mar, 2022.

PLATT, S. R. *Imperial twilight : the opium war and the end of China's last golden age*. New York: Alfred A. Knopf, 2018.

RICCI, M.; TRIGAUT, N. *Entrata nella China de' Padri dela Compagnia del Gesv. Tolta da i Commentarj del P. Matteo Ricci di detta Compagnia*. Napoli: In Napoli: per Lazzaro Storiggio, [1622?]. Disponível em: <<https://purl.pt/32528/1/html/index.html#/1>>. Acesso em: 9 mar, 2022.

\_\_\_\_\_. *China in the sixteenth century: the journals of Matthew Ricci 1583-1610*. Tradução de Louis J. Gallagher. New York: Random House, 1953.

RUSSELL, B. *The problem of China*. London: George Allen & Unwin, 1922. Disponível em: <[https://archive.org/details/problemofchina00russ\\_0](https://archive.org/details/problemofchina00russ_0)>. Acesso em: 9 mar, 2022.

SCOTT, D. *China and the international system: 1840-1949. Power, presence and perceptions in a century of humiliation*. Albany: State University of New York, 2008.

VOGEL, E. F. Deng Xiaoping and the transformation of China. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

WANG, Weiguang. Adapting Marxism to the Chinese Context: A Glorious Chapter in CPC's Hundred-Year History. English Edition of Qiushi Journal, 2021. Disponível em: <[http://en.qstheory.cn/2021-09/08/c\\_657826.htm](http://en.qstheory.cn/2021-09/08/c_657826.htm)>. Acesso em: 9 mar, 2022.

XI, Jinping. A Governança da China. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras Co. Ltd, 2014.

\_\_\_\_\_, The governance of China III. Beijing: Foreign Languages Press Co. Ltda, 2020.

## Referências em Chinês

DONG, Chunpu [ 董纯朴 ], Pesquisa Sobre a Administração de Segurança Pública para Estrangeiros na China Antiga [ 中国古代外国人治安研究 ], Jornal da faculdade de polícia de Sichuan [ 四川警察学院学报 ], (2013:93-100).

LI, Xueqin [ 李学勤 ], Clássicos Comentados, vol. 2: O Clássico dos Documentos Revisado, [十三经注疏.二,尚书正义], Editora da Universidade de Pequim [ 北京大学出版社 ] (1999).

LU, Xun [ 鲁迅 ], Obras Completas de Lu Xun vol. 6 [ 鲁迅全集·第六卷 ], Editora do Povo [ 人民文学出版社 ] (2005).

SUN, Xiguo [ 孙熙国 ], O Desenvolvimento da Filosofia e das Ciências Sociais na China Contemporânea sob a orientação do Pensamento de Xi Jinping sobre Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era. [ 如何用习近平新时代中国特色社会主义思想指导当代中国哲学社会科学 ], (2021).

ZHANG, Shen [ 章深 ], Uma Análise do Direito à Residência de Comerciantes Estrangeiros da Dinastia Song [ 宋代外商城市居住权探析 ], Tempos livres [ 开放时代 ], (2002 (6):7).

**\*Calebe Guerra** é graduado em Letras-Mandarim e Literatura Chinesa pela Universidade JiaoTong de Xi'an. Mestre em Literatura Clássica Chinesa pela Universidade de Wuhan. Doutorando bolsista pelo Ministério da Educação Chinês na Universidade de Wuhan na área de Literatura Clássica Chinesa, na linha de pesquisa em Literatura Clássica Confucionista.

**\*Leandro Ferrari** possui formação em Engenharia Elétrica e Direito e desenvolve estudos autônomos em diversos campos da cultura chinesa.

# Utopia, distopia e imaginários urbano-rurais na e a partir da China

## Utopia, dystopia and urban-rural imaginaries in and from China

Isabella Flach Gomes\*

### Resumo

Este ensaio discute os conceitos utopia e distopia na perspectiva dos imaginários urbanos, pensando a relação entre Ocidente-Oriente e o caso específico da China. O intuito é esboçar um caminho proveitoso para o Brasil em uma possível cooperação filosófica. O intercâmbio filosófico teria como objetivo o reenquadramento da ordem global a partir de conceitos e diretrizes que levariam à constituição de um caminho do urbano natural, baseado nas reflexões dos gêneros da utopia e distopia entendidos pelo território, seja ele do campo ou da cidade. Inicialmente, são recuperadas as origens históricas dessas ideias e desenvolvidas reflexões sobre o uso desregrado de características do Leste Asiático para a conformação do imaginário distópico, muitas vezes ancorado na xenofobia. Em seguida, analisa-se a conexão atual e utópica da China com o campo: traçado histórico, atuais instrumentos governamentais de estímulo ao desenvolvimento rural e práticas artísticas e sociais que apontam para um novo olhar para o natural. Cinco pontos prioritários formam a importância das terras agrícolas para aquele país: 1) a garantia da segurança alimentar; 2) uma possível solução para lidar com excesso infraestrutural de algumas áreas; 3) a erradicação da pobreza com o enriquecimento das comunidades rurais; 4) a proteção de bens materiais e culturais; e 5) a promoção de uma civilização ecológica de reconhecimento mundial. Esses tópicos dizem de um desenvolvimento sustentável que congrega justiça social, alta tecnologia e difusão de saberes tradicionais locais. Por fim, discute-se o conceito de urbano natural, fundamentado no imaginário urbano, e como as informações coletadas sobre as experiências chinesas podem ajudar o Brasil a desenvolver uma relação urbano-rural mais igualitária, afastando-se de ideias distópicas e aproximando-se de um futuro compartilhado mais justo e ecológico.

### Abstract

*This essay discusses the concepts of utopia and dystopia from the perspective of urban imaginaries, thinking about the relationship between West and East and also the specific case of China, in order to outline a profitable path for Brazil, in a possible philosophical cooperation. The goal of this philosophical exchange would be to reframe the global order, thinking of concepts and guidelines that would lead to the constitution of a natural-urban path anchored in the reflections of the genres such as utopia and dystopia understood by the study of the territory, whether in the country or the city. Initially, the historical origins of these ideas are recovered and reflections on the unruly use of East Asian characteristics for the conformation of the dystopian imaginary are developed - often consolidated in xenophobia. Then, the current and utopian connection between China and the countryside is analyzed: the historical outline, government instruments to stimulate rural development, and artistic and social practices that point to a new glance at the country. Five priority points structure the importance of agricultural land for China: 1) guaranteeing food security; 2) a possible solution to deal with an excess of infrastructure in some areas; 3) eradicating poverty by enriching rural communities; 4) protecting material and cultural goods; and 5) promotion of an ecological civilization. These main topics speak of sustainable development that brings together social justice, high technology, and the dissemination of traditional local knowledge. Finally, we discuss the concept of natural-urban, anchored to utopia and urban imaginaries, and how the information collected about the Chinese experiences can help Brazil to develop a more egalitarian urban-rural relationship. Thus, moving away from dystopian ideas and approaching a more just shared future anchored in ecology.*

**Keywords:** utopia; dystopia; natural urban; China-Brazil; South-South relations

**Palavras-chave:** utopia; distopia; urbano natural; China-Brasil; relação Sul-Sul



## Introdução

O estreitamento do horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) tensiona a urgência de se pensar outros possíveis futuros. Duas palavras que se conectam a esse contexto conduzem este trabalho: utopia e distopia. A primeira, criada por Thomas More, evoca uma sociedade ideal, habitante da ilha de Utopia, cujo sistema jurídico é justo e que apresenta uma nova organização política, social e econômica. Analisada morfologicamente, a junção de ou- (prefixo grego de negação) com o radical -tópos (lugar, em grego) forma o não-lugar, ou seja, uma sociedade que não existe na realidade (MATOS, 2018). Ainda que a crítica marxista entenda a utopia como algo irrealizável, o conceito apresenta dois caminhos de análises: 1) como prospecção e ideologia revolucionária; e 2) como o espelhamento dos ideais de um grupo social na história. William Morris, inclusive, escreve que “as utopias dizem mais sobre o temperamento de quem as escreve do que sobre as sociedades que projetam” (KAPP, 2019, p.23).

A segunda palavra, distopia, é formada pela junção do prefixo grego dys- (doente, anormal) e -tópos, lugar. Utilizada pela primeira vez em meados do século XIX, ela diz do lugar oposto ao da utopia (uma má utopia), espaços que seriam piores que a própria realidade, marcados pelo totalitarismo, controle social, privação, ao mesmo tempo que mostra um avanço tecnológico que serve ao Estado ou às corporações dominantes. Esse conceito também apresenta ambos os caminhos, um como uma prospecção negativa de sociedades autoritárias e outro como um reflexo do grupo que a imagina e, assim, está intimamente ligado à realidade e ao presente. Para Matos (2018, p. 45), “a distância entre a utopia e a distopia é pequena e pode ser apenas uma questão de opinião e de juízos de valor”.

Ainda que figurativas, utopia e distopia possuem o território como um elemento central, tanto pelo espaço de localização - uma ilha ou um povoado -, quanto por ser um local transformado pelo trabalho humano. Em Canteiros da Utopia, Silke Kapp (2019, p. 26-27) traz uma reflexão sobre como seriam as novas ou renovadas construções e os canteiros em sociedades utópicas à luz da justificativa de que “formas e usos dos espaços utópicos

são aludidos para tornar palpável a nova sociedade e impedir que habitantes fictícios e leitores reais persistam no modo de vida inscrito em seus corpos e hábitos”. A partir dessas reflexões seria interessante também pensar como seriam os canteiros das distopias, uma vez que o exercício de pensamento sobre as utopias ou distopias pode gerar novos entendimentos sobre a própria realidade vivida.

Fora do eixo europeu, as utopias e distopias do Sul Global podem abrir caminhos sobre um desenvolvimento compartilhado, uma vez que tais gêneros literários demarcam aspectos importantes sobre os territórios e podem mostrar formas de transformação por meio de análises socioculturais intercambiáveis. O desvelamento e divulgação de práticas, saberes tradicionais e escritas antigas podem gerar um novo entendimento de diferentes culturas, diminuindo a distância entre as pessoas. Nessa possível nova ordem global, o Brasil e China, em conexão, dois países continentais com natureza específica e pesquisa avançada, poderiam desenvolver tecnologias que visam à ecologia, refletindo a imbricação de cultura e natureza a partir das ponderações promovidas pelas distopias e utopias.

A partir desse contexto, de que maneira a China interpreta utopia e distopia e como essas reflexões ajudam a moldar os imaginários urbano-rurais (ou urbano naturais) contemporâneos naquele país? O argumento de Lorenzo Andolfatto (2021) é de que, para a China, a utopia é também é um marcador da modernidade, como a representação de imaginários deslocados pelo encontro com a alteridade. Enquanto More pensa a Utopia frente à descoberta do “Mundo Novo” e ao Renascimento, o termo wu tuo bang 乌托邦, cunhado por volta de 1895, reflete o processo de remodelação “vestfaliana” da China moderna (ANDOLFATTO, 2021). O intelectual Yan Fu utilizou o termo wu tuo bang pela primeira vez para a tradução de *Evolution and Ethics*, de Thomas Huxley, apesar da palavra utopia não aparecer no texto original: “ecoando a etimologia lúdica da utopia, o calque wu tuo bang 乌托邦 [em caracteres simplificados: 乌托邦] entrou no léxico chinês como um significante vazio: apontava para algo que não estava lá” (ANDOLFATTO, 2021, p. 122 – tradução minha).

Alguns trabalhos utópicos chineses foram compilados por Eunice Seng (2020), como *On the Future of New China* (1902), de Liang Qichao, inspirado por *Looking Backward* (1889), de Edward Bellamy; *Alice's Journey [ou Travel] to China* (1929), de Shen Congwen, um experimento distópico a partir de Alice no País das Maravilhas (1865), de Lewis Carroll; e o livro *The Book of Great Unity* (1935) de Kang Youwei. Aparece também a coletânea do estilo wu xia 武侠 (gênero de ficção sobre as aventuras de artistas marciais na China antiga), *The Legend of the Condor Heroes*[1], de Louis Cha, cuja utopia se distingue de Morris, Bellamy e More, pois retrata a vida idílica e conturbada da Ilha da Flor de Pessegueiros, em contraste com a vida urbana. Ainda que o reconhecimento da produção utópica e de ficção científica da China tenha ganhado força nos últimos anos, parte das caracterizações distópicas produzidas pelo Ocidente ainda utiliza de imagens que lembram o Leste Asiático. É a partir de tal reconhecimento que poderemos ultrapassar essa idealização errônea, para então conhecer outras histórias que ajudam a conformar outros imaginários.

### Imagens da distopia de acordo com o Ocidente

O sexto discurso sobre a pós-metrópole, “Simcities”, inserido no livro *Postmetropolis*, de Edward Soja (2000), foca na reestruturação do imaginário urbano, na consciência centrada e situada nas cidades e em como essa refabricação ideológica afeta a vida cotidiana na pós-metrópole. Explora uma forma diferente e mais sutil de regulação espacial e social, a que literal e figurativamente brinca com a mente, manipulando a consciência civil e as imagens populares do espaço das cidades e da vida urbana para a manutenção de uma ordem. Estariam incluídos o novo hiperespaço urbano de cidades invisíveis, o urbanismo pós-moderno, as teias eletrônicas, comunidades virtuais, geografias do não lugar, mundos artificiais, *Cybercities*, *Simcities* e cidades dos Bits. Conceitos, ferramentas, lugares atuais, virtuais e digitais que formam uma constelação da pós-modernidade (SOJA, 2000).

Nesse contexto, a estética cyberpunk – um misto de alta tecnologia e baixa qualidade de vida, que estampa filmes,

videogames e livros – teve início nos anos 1980 e geralmente se conecta ao gênero da distopia. O termo cyberpunk apareceu pela primeira vez no título de uma história de Bruce Bethke, publicada em 1983, fruto da ligação da palavra cyber, com a ideia de alta tecnologia, e punk, que dizia do movimento cultural rebelde (ARANHA, 2019). Todavia, a palavra só se popularizou com a obra *Neuromancer* (1984), de William Gibson, produção que implementou uma “coesão estilística entre as obras” (ARANHA, 2019, p. 256) seguintes desse gênero. O cyberpunk representa o distópico, tratando de questões sociais – como a desumanização, o controle da população por governos totalitários, um apagamento da linha que divide o físico e o digital – e territoriais, como o desprendimento completo da natureza, cidades que lidam ao mesmo tempo com a alta tecnologia e a infraestrutura decadente da pobreza extrema, além de espaços abandonados pela legislação. Para Aranha (2019, p. 260), os contrastes descritos nas obras cyberpunks remetem a uma “índole barroca”: luz x sombra, alta tecnologia x antiquilha tecnológica, solidão x locais superpopulosos, urbanidade intensa x ocupação desregulada.

O futuro imaginado, mais uma vez, diz muito mais sobre o presente do que o futuro em si. Os anos 1980 foram marcados pela alta exportação e crescimento econômico do Leste Asiático, e os Estados Unidos da América responderam, em parte, com xenofobia. As representações dos espaços com muitas referências ao leste dão o tom do medo e preconceito. A associação de uma “imagem” do Leste Asiático com o gênero cyberpunk não aconteceu em vão, é reflexo do medo de um possível neocolonialismo por parte daqueles países, mais especificamente do Japão e da China, uma vez que as exportações de produtos de marcas como Honda, Toshiba, Toyota (e de indústrias chinesas) aos Estados Unidos cresceram bastante naquela década. O imaginário de um mundo distópico e incontrolável é rodeado de símbolos e logogramas. De acordo com George Yang (2020, s.p. – tradução minha), “existe uma longa tradição estadunidense de usar simbolismos asiáticos, como letreiros em neon com logogramas japoneses e chineses para expressar os sentimentos sobre o que o futuro nos reserva, incluindo a globalização e a ameaça de domínio pelo Leste”.

O conceito tecno-Orientalismo diz de um uso generalizado do Japão para caracterizar a configuração padrão do futuro do mundo, uma vez que as telas, a robótica, a cibernética, a inteligência artificial, ou seja, a tecnologia teria se tornado japonesa (TAILLANDIER, 2018). Na atualidade, por exemplo, a China passou a ser uma das maiores incentivadoras e criadoras no que diz respeito à tecnologia, causando um transbordamento sobre as “preocupações” do Ocidente para outras localidades: o imaginário sobre a suposta dominação chinesa ocupa os processos estratégicos dos governos ocidentais. A “heterotópica” cidade murada de Kowloon, em Hong Kong, aparece como inspiração do ambiente futurista de Idris (1996), livro de William Gibson, e, muitas vezes, as obras distópicas apresentam uma justaposição de várias metrópoles asiáticas (SENG, 2020).

Hashimoto (2021) apresenta o exemplo do jogo de vídeo game Cyberpunk 2077, lançado em novembro de 2020, que, dentro da estética cyberpunk, localiza uma corporação japonesa como um dos inimigos centrais do jogo, reforçando o medo e paranoia lidos como tecno-Orientalismo. Sem ter passado por uma reflexão crítica, o jogo encarna os problemas do gênero, colocando a China também como causadora das ansiedades atuais (HASHIMOTO, 2021). A exotização de culturas do Leste Asiático, segundo Hashimoto (2021), é um costume comum nas obras cyberpunk, seja pelo texto ou pela estética: a Night City, lugar onde se passa Cyberpunk 2077, exibe uma miscelânea de edifícios de inspiração chinesa e japonesa. Outro exemplo emblemático é o filme de Ridley Scott, Blade Runner (1982), em que os sets de filmagem eram exemplos claros do medo de os Estados Unidos se tornarem mais japoneses que estadunidense (HASHIMOTO, 2021). A história se passa em Los Angeles (cidade que também serve de base para a teoria de Edward Soja), no ano de 2019, e retrata um local cheio de caracteres Han, comidas japonesas, programas de televisão com hiragana ao fundo da tela, habitantes orientais e uma língua local que mistura japonês, alemão, espanhol e outras mais.

Para Aranha (2021), em essência, o cyberpunk seria um gênero crítico que tem como ponto de partida discussões éticas sobre o que é o ser humano, qual o valor da natureza, os limites

da inteligência artificial e da clonagem e até que ponto a hibridização de um ciborgue pode ser considerada humana, questões válidas até na atualidade. Todavia, a suposição de um futuro high tech, low life vinculada a imagens de países do Leste Asiático demonstra uma compreensão obsoleta. Aliada a essa impressão, uma série de fake news[2] foram e são vinculadas à China, especialmente pós-covid-19, falando sobre um suposto projeto de dominação chinesa e pedindo boicote aos produtos que vêm de lá. Hashimoto (2021) dá o exemplo de jogos que tem a estética cyberpunk, mas não caem no orientalismo ou na xenofobia como Love Shore (2021) e Umurangi Generation (2020). Afinal, olhando para nós mesmos, não existiria uma imagem mais distópica que, por exemplo, um parking lot in Los Angeles? Ou seja, um apanhado de mild tech, no life?

### Utopias e realidades do rural na China

Tradicionalmente, a China se solidificou como uma cultura agrícola. No início da Era das Primaveras e dos Outonos, em 770 a.C. (início da dinastia Zhou Oriental), Confúcio classificou todos os cidadãos como “oficiais, fazendeiros, produtores artesanais e comerciantes”, categorizações que estabeleceram as bases de uma tradição antiurbana (ZHANG, 2011). Nesse sentido, a parte da população chinesa urbana se concentrava em cidades administrativas com baixos índices de urbanização (com algumas exceções). Em sintonia com a cultura camponesa, o poema “Peach Blossom Spring”, escrito por Tao Yuanming em 421 d.C. (dinastia Jin 266-420 d.C.), descrevia uma espécie de paraíso na terra, em que um grupo de pessoas que fugiu da dinastia Qin (subsequente à dinastia Zhou) vivia isolado e em harmonia com a natureza. Relação possível até com a ideia de em que tudo o que está por baixo dos céus (ou tian xia 天下), mais especificamente, a terra do campo, pode ser um paraíso.

A Constituição da República Popular da China prevê um sistema dual de terras urbanas e terras camponesas: nos distritos do primeiro caso a terra é propriedade do Estado, enquanto nas áreas rurais, salvo algumas exceções, a terra é propriedade coletiva de camponeses. O espaço rural é dividido, então, em duas categorias: a terra agrícola (que prevê o local de cultivo

e o local do não cultivo para terrenos baldios, reservatórios) e a terra não agrícola, destinada às residências familiares e à infraestrutura do campo (ZHOU et al., 2021). Segundo Zhou et al. (2021), a política de terras pode ser dividida em quatro fases históricas: 1) a propriedade privada da terra dos camponeses (1949-1952), com a reforma agrária promovida por Mao Zedong; 2) a propriedade coletiva rural (1953-1978), com a coletivização da produção rural, ainda que as funções de posse e gestão da terra fossem separadas; 3) instituição do Sistema de Responsabilidade Familiar (HRS) e o período de separação dos Dois Direitos (1978-2012), estabelecendo uma nova era de propriedade e gestão das terras rurais: sob o HRS, a propriedade da terra e os direitos de uso foram separados, a terra era propriedade do coletivo, enquanto os direitos do uso de pedaços individuais de terra foram dados às famílias camponesas; e 4) a separação dos Três Direitos (2013-presente) em propriedade coletiva da terra rural, direitos de contrato da terra rural e direitos de gestão da terra rural - com o objetivo de atualização da produção agrícola.

Hoje em dia existem três tipos de transferência de direito sobre a terra rural: 1) a transferência do direito à propriedade dos coletivos camponeses ao Estado (com compensação), habitualmente utilizada para permitir a construção de obras públicas, como estradas, ferrovias e empresas governamentais; 2) transferência do direito contratual, em que as terras de uma região passam a ser controladas pelo coletivo camponês – comuns nos casos de evasão rural, garantindo a posse de terra pelo coletivo enquanto os membros trabalham nas cidades; e 3) a transferência do direito de gestão da terra, principal razão para a atual quantidade de terrenos transformados em unidades comerciais (ZHOU et al., 2021). Essas transformações legislativas refletem a vontade do Estado chinês de desenvolver um sistema de larga escala voltado à segurança alimentar com a agricultura familiar, as cooperativas, indústrias e novas formas de negócios.

Embora o centro das atenções esteja voltado ao crescimento das cidades chinesas, há um contraste entre a recente valorização do campo e o boom da urbanização. Os números são claros, de acordo com o Banco Mundial, em 1960, apenas 16%

da população viviam em cidades, e tal número, acompanhando o boom econômico chinês, saltou para aproximadamente 50% em 2010, chegando a 60% em 2020[3]. Todavia, este ainda é um processo em transição, sendo possível encontrar cidades menores, com infraestruturas mais básicas, proporcionando uma imagem diferente das cidades mais populosas. Segundo Farrell e Westlund (2018), a migração das áreas rurais para as cidades foi o componente central (50%) do crescimento urbano entre 1950 e 2010, associado a esse fator estão também, em segundo lugar (26%), o crescimento populacional natural de integrantes das cidades e a reclassificação de áreas rurais em áreas urbanas (24%). Na perspectiva das administrações locais, a transformação de uma área rural em urbana é desejável, uma vez que o status é acompanhado de aumento da autonomia e poder político, acesso à infraestrutura e oportunidade de investimentos (FARRELL; WESTLUND, 2018). Farrell e Westlund (2018) consideram (com base nos dados das Nações Unidas de 2014) que a China alcançará um ponto de saturação na taxa de crescimento urbano por volta de 2050, terminando o processo de transição.

Entretanto, voltando-se ao planejamento das áreas rurais, o governo central lançou em setembro de 2018 o Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural (2018-2022), com o intuito de priorizar também o desenvolvimento de áreas rurais. Além disso, em abril de 2021, foi aprovada a Lei de Promoção do Desenvolvimento Rural, que, de acordo com Xu et al. (2021), é provavelmente a primeira do mundo a legitimar o desenvolvimento rural como um instrumento político de comando e controle. O incentivo governamental provém de um reconhecimento importante sobre as áreas rurais. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural visa construir áreas rurais como espaços atraentes para assentamento até 2050, em vez de urbanizar ainda mais as cidades. Para Xu et al. (2021), cinco impulsionadores sociopolíticos estão por trás da estratégia de desenvolvimento rural da China: a garantia da segurança alimentar (principalmente durante a pandemia de covid-19); a promoção da cultura e do patrimônio, a resposta ao excesso de infraestrutura de certas áreas; a ênfase à proteção ambiental e sustentabilidade; e a erradicação da pobreza.

Não somente o governo especula sobre a possibilidade de atrativos da - e para a - área rural. A Comuna de Bishan surgiu como uma nova direção de desenvolvimento, em contraponto à vida urbana, muito idealizada na China. Ou Ning, artista e acadêmico, identificou alguns problemas da vida campesina chinesa: êxodo, expropriação e perda de culturas tradicionais eram só algumas consequências do processo de rápida urbanização. Então, junto à população local, Ou Ning e outros artistas passaram a ocupar Bishan com o intuito de remodelar os produtos da vila, vendendo-os online e para novos visitantes. Além da criação de espaços que serviram como pontos de encontro para todos os envolvidos, novas infraestruturas de uma livraria, uma estadia e uma galeria de arte passaram a movimentar a economia local. O objetivo do projeto era trazer à tona o conhecimento daquele local, bem como um sentimento de pertencimento e valor aos camponeses (NIELSEN, 2021).

Todavia, as disputas tanto no meio acadêmico quanto no meio político circundaram o projeto: em 2014, o doutorando Zhou Yun escreveu, depois de visitar a Comuna de Bishan, o texto “Interior de quem? Comunidade de quem?” (tradução livre) criticando Ou Ning por não levar em conta a opinião dos moradores nos processos de decisão. E em 2016, o governo emitiu uma ordem de fechamento da Comuna de Bishan, chegando a cortar a luz àquela época. Ainda assim, Ou Ning acredita que haverá um retorno mundial ao interior, principalmente na era pós-covid-19: o rural será o foco das próximas construções, reacendendo discussões sobre harmonia com a natureza, costumes tradicionais e sustentabilidade (NIELSEN, 2021). De certa maneira, os costumes de várias pessoas mudaram no período que passamos dentro de casa, reacendendo uma vontade por práticas que colocavam a natureza no centro.

Assim, a cidade também se ruraliza (ou se naturaliza) aos poucos. Com influências japonesas, a promoção da agricultura urbana na China tem como pontos essenciais a segurança alimentar, a redução da pobreza urbana, a sustentabilidade e a habitabilidade. De acordo com Zhu (2016), a agricultura urbana é uma agricultura avançada, de alta capacidade produtiva, localizada em áreas urbanas e periurbanas, que revela o investimento em tecnologia para uma produção intensiva

e lucros subsequentes. Estariam inclusos pesca, cultivo, pastoreio, processamento de alimentos, transporte etc. Zhu (2016) exemplifica e aprofunda o argumento apresentando o caso de Little Donkey Farm, alocada no condado de Sujiatuo, aproximadamente a 45 km do centro de Beijing. A história de Little Donkey remonta a 2003, quando uma faculdade rural foi estabelecida com o intuito de promover o desenvolvimento rural da região, bem como a transmissão de conhecimentos e métodos ecoagrícolas. Apesar do fechamento em 2008, alguns alunos e professores permaneceram no condado e, quando perceberam que Beijing passava por uma série de escândalos alimentares, escassez de água e poluição, decidiram criar a fazenda ecológica Little Donkey, de modo a promover uma base de produção, educação cidadã e uma agricultura ecológica atual.

Já na microescala, muitos jovens têm decidido plantar os próprios vegetais em casa, nas varandas e terraços de grandes cidades como Guangzhou (ZHAO L., 2021). As cidades oferecem mais oportunidades de emprego e infraestrutura, e a China viu a população urbana crescer cerca de 35% na década passada. Entretanto, alguns jovens ainda sonham com a vida no campo, principalmente pela percepção de uma vida menos estressante e mais saudável. Mesmo que nesses casos, a garantia da segurança alimentar não seja alta, as produções orgânicas podem servir àqueles que plantam, amigos, vizinhos, além de poder estimular a criação de espaços diversos para troca de conhecimento e de alimentos, principalmente a partir da pandemia de covid-19, já que a prática da agricultura urbana é muito adaptável aos espaços disponíveis. Interessante seria a complementação e a formação de uma rede entre a agricultura rural e urbana com diretrizes e estímulos dos governos.

### O caminho de uma conclusão possível: o urbano natural

Frente à realidade que tangencia cada vez mais o distópico e o totalitarismo, algo que se aproxime a uma utopia do urbano natural[4] pode ser necessária. Práticas espaciais e até instrumentos governamentais chineses conformam uma constelação que seria capaz de influenciar e afetar o Brasil,

como em uma cooperação filosófica sobre o urbano. O processo acelerado de urbanização ocorrida nos dois países colocou as cidades como ponto focal, resultado da globalização e industrialização, por isso um novo olhar ao campo parece ser necessário. O ponto de interseção entre China e Brasil poderia estar no urbano (natural), que compõe uma tríade com campo-cidade, ou seja, um terceiro termo que absorve os outros dois sem anulação (MONTE-MÓR, 2018). Roberto Monte-Mór (2018) pensa o Sul Global como potencial de experimentações de economias alternativas, como as ecológicas, populares e solidárias, cuja reprodução coletiva da vida é feita de maneira local a global, abarcando questões ambientais, sociais e culturais. Nisso, Brasil e China são capazes de conformar novos vetores ecológicos num mundo compartilhado, considerando campo e cidade, natureza e humanidade, colocando a reprodução coletiva do espaço da vida comum em evidência.

Xu et al. (2021) propõem vários caminhos para o desenvolvimento rural da China. Entre eles, um destaca-se por estar em sintonia com a ideia de urbano natural: o desenvolvimento rural sustentável que deve interpretar campo e cidade como uma estrutura única, em que ambos deveriam conter infraestruturas e serviços públicos compatíveis e ser igualmente atraentes enquanto representam diferentes estilos de vida. Essa proposição parece estar mais próxima de realização na China do que no Brasil, uma vez que o governo de lá possui apenas um Ministério para assuntos de Moradia e Desenvolvimento Rural-Urbano (criado em 2008). Assim, Xu et al. (2021) sugerem um novo cenário, em que áreas rurais desenvolvidas sejam atraentes para um novo retorno populacional, seguindo os preceitos de garantia da segurança alimentar, da solução para o excesso infraestrutural de algumas áreas, a erradicação da pobreza com o enriquecimento das comunidades rurais, a proteção de bens materiais e culturais e a promoção de uma civilização ecológica (Acordo Verde da China).

Aprender com experiências e trocas com o intuito da formação de um novo caminho coletivo e sustentável, pensar as similaridades e particularidades de cada país, os pontos fortes e fracos das escolhas políticas e econômicas. A cooperação filosófica do imaginário urbano (e do campo e da cidade) permite

que trabalhemos fora da obrigatoriedade do capitalismo, fortalecendo outros tipos de relações, por exemplo, a inclusão da natureza e a superação da dicotomia moderna do natural x humano (MONTE-MÓR, 2018). Assim, ao mesmo tempo que a cidade avança sobre o campo, o rural (sustentável) deve avançar com força sobre as cidades como forma de ultrapassar a crise ambiental, revigorando o espaço da vida cotidiana. Para Monte-Mór (2018), o urbano utopia, que seria a fase seguinte ao urbano natural, coloca a possibilidade de superação e reenquadramento revolucionário frente às questões da natureza, das outras economias, do território, do bem viver, do compartilhamento e transmissão dos saberes.

Nesse sentido, se tomarmos a utopia como uma prática espacial, como uma crítica e resistência (SENG, 2021) ao desenvolvimento predatório, as ideias aqui presentes podem iluminar novos caminhos. Como escreve Monte-Mór (2018, s. p.), “é preciso repensar o sentido da utopia, do impossível que possa ser construído a partir do possível”. É preciso entender quais distopias e utopias têm sido criadas no Brasil e como elas retratam o presente, medos e desejos futuros, pensando em um intercâmbio com as utopias, as distopias chinesas e de que maneira elas influenciam os imaginários urbanos, as possíveis relações da cidade com o campo. Que seja possível repensar o impossível, utopias do urbano natural, promovendo um reenquadramento da ordem mundial, reencaminhando os países componentes para mais longe dos cenários distópicos e para mais perto da esperança.

## Notas

**1:** O filme Cinzas do Passado, ou Dong xie xi du 東邪西毒, dirigido e escrito por Wong Kar-Wai (Wang Jiawei em pinyin) é a prequência do romance The Legend of the Condor Heroes. Imagina os personagens principais quando eram mais jovens e mostra a paisagem idílica e violenta de Cha.

**2:** PENNAFORT, R. É #FAKE que compras de produtos chineses caíram 78% no Brasil após boicote por conta da pandemia do coronavírus. G1, 2020. Disponível em: [g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/08/06/e-fake-que-compras-de-produtos-chineses-cairam-78percent-no-brasil-apos-boicote-por-conta-da-pandemia-do-coronavirus.ghtml](https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2020/08/06/e-fake-que-compras-de-produtos-chineses-cairam-78percent-no-brasil-apos-boicote-por-conta-da-pandemia-do-coronavirus.ghtml). Acesso em 30 de março de 2022. FARIA, T. Bolsonaro está convencido de que coronavírus é um plano do governo chinês. UOL Notícias, 2020. Disponível em: [noticias.uol.com.br/colunas/tales-faria/2020/03/16/bolsonaro-esta-convencido-de-que-coronavirus-e-plano-do-governo-chines.htm](https://noticias.uol.com.br/colunas/tales-faria/2020/03/16/bolsonaro-esta-convencido-de-que-coronavirus-e-plano-do-governo-chines.htm). Acesso em 30 de março de 2022.

**3:** THE WORLD BANK. Urban population (% of total population) - China. The World Bank, 2020. Disponível em: [data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS?locations=CN](https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS?locations=CN). Acesso em 30 de março de 2022.

**4:** A autoria do conceito (ainda incipiente) de urbano natural é de Roberto Monte-Mór, o que apresento aqui é uma tentativa de avanço sobre essa ideia.

## Referências

ANDOLFATTO, L. Utopia/wutuobang as a travelling marker of time. *The Historical Journal*, Cambridge, v. 64, n. 1, p. 121-38, fev. 2021.

ARANHA, G. O movimento literário cyberpunk: a estética de uma sociedade em declínio. *Via Atlântica*, São Paulo, v. 01, n. 36, p. 251-271, 2019.

FARRELL, K.; WESTLUND, H. China's rapid urban ascent: an examination into the components of urban growth. *Asian Geographer*, Londres, v. 35, n. 1, p. 85-106, mai. 2018.

HASHIMOTO, K. The cyberpunk genre has been Orientalist for decades – but it doesn't have to be. *Polygon*, 2021. Disponível em: [www.polygon.com/2021/1/30/22255318/cyberpunk-2077-genre-xenophobia-orientalism](https://www.polygon.com/2021/1/30/22255318/cyberpunk-2077-genre-xenophobia-orientalism). Acesso em 28 de março de 2022.

KAPP, S. Canteiros da Utopia. Belo Horizonte: MOM Edições, 2019.

KOSELLECK, R. Futuro-passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MATOS, A. Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 40–59, 2018.

MONTE-MÓR, R. Utopias Urbanas e Outras Economias. In: VIEGAS, M.; ALBUQUERQUE, E. Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2018. E-book (não paginado).

NIELSEN, M. Bishan, revisited: Lessons from a 'rural utopia' in central China. *Sup China*, 2021. Disponível em: [supchina.com/2021/06/17/bishan-revisited-lessons-from-a-rural-utopia-in-central-china/](https://supchina.com/2021/06/17/bishan-revisited-lessons-from-a-rural-utopia-in-central-china/). Acesso em: 29 de outubro de 2021.

TAILLANDIER, D. New spaces for old motifs? the virtual worlds of Japanese cyberpunk. *Arts*, Basel, v. 7, n. 4, p. 60, 2018.

SENG, E. *Resistant City: Histories, Maps and the Architecture of Development*. Singapura: World Scientific, 2020.

SOJA, E. *Postmetropolis: Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell, 2000.

XU, H.; PITTOCK, J.; DANIELL, K. China: A New Trajectory Prioritizing Rural Rather Than Urban Development? *Land*, Basel, v. 10, n. 5, 2021.

YANG, G. Orientalism, Cyberpunk 2077, and Yellow Peril in Science Fiction. *Wired*, 2020. Disponível em: [www.wired.com/story/orientalism-cyberpunk-2077-yellow-peril-science-fiction/](http://www.wired.com/story/orientalism-cyberpunk-2077-yellow-peril-science-fiction/). Acesso em 18 de maio de 2021.

ZHANG, T. Chinese cities in a global society. In: LEGATES, R.; STOUT, F. (org.). *The city reader*. London: Routledge, 2011. p. 743-751.

ZHAO, L. Young Chinese Urbanities Are Coming Up With Novel Ways to Grow Vegetables at Home. *Radii China*, 2021. Disponível em: [radiichina.com/vegetable-garden-balcony/](http://radiichina.com/vegetable-garden-balcony/). Acesso em: 24 de fevereiro de 2022.

ZHOU, C.; LIANG, Y.; FULLER, A. Tracing Agricultural Land Transfer in China: Some Legal and Policy Issues. *Land*, Basel, v. 10, n. 58, 2021.

ZHU, X. *Planning for Urban Agriculture in China: An exploratory research on urban agriculture from Chinese planning perspective*. Dissertação (Mestrado em Urban Environmental Management) - Wageningen University. Wageningen, 99 p., 2016.

**\*Isabella Flach Gomes** Mestre (2020) e Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Arquiteta e urbanista formada pela UFMG (2015) com intercâmbio na University of East London pelo Programa Ciências sem Fronteiras. Possui especialização em Memória e Historiografia: Patrimônio Cultural e Identidades em Minas Gerais – PUC Minas (2018). isabellaflach@gmail.com

## Superar o aceleracionismo por uma ecocivilização

### Overmatching accelerationism towards an ecocivilization

Marcelo Reis Maia e Caio Augusto Gonçalves Silva\*

#### Resumo

Do aceleracionismo à nostalgia, trazemos visões e percepções de futuro da humanidade na visão de Zygmunt Bauman, Nick Land e Mark Fisher. Levantamos hipóteses de como estas visões influenciam o desenvolvimento urbano e sua imaginação a começar pelas escolas de arquitetura e urbanismo. Apoiados no pensamento do filósofo chinês Yuk Hui, sugerimos uma visão pós-aceleracionista que retoma a capacidade humana de moldar o futuro ao se distanciar de uma visão singular-tecnocêntrica. E quando Yuk Hui nos mostra que a China possui vetores e velocidades dessincronizados ao Ocidente, repensarmos o nosso destino num diálogo intercivilizatório. Ao olhar para a China, e com esperança no futuro, apresentamos o projeto piloto do governo chinês para o desenvolvimento rural-urbano de Xiongan, que se insere em uma proposta maior: a ecocivilização num mundo de futuro compartilhado.

**Palavras-chave:** Cosmotécnica; Aceleracionismo; Ecocivilização; Desenvolvimento-rural-urbano-chinês; Planejamento-territorial.

#### Abstract

*From accelerationism to nostalgia, we bring visions and perceptions of humanity's future in the vision of Zygmunt Bauman, Nick Land and Mark Fisher. We hypothesized how these visions influence urban development and its imagination starting with schools of architecture and urbanism. Based on the thinking of the Chinese philosopher Yuk Hui, we suggest a post-accelerationist vision that summarizes the human capacity to shape the future by distancing itself from a singular-technocentric vision. And when Yuk Hui shows us that China has vectors and speeds that are desynchronized with the West, we rethink our destiny in an intercivilizational dialogue. Looking at China, and with hope for the future, we present the Chinese government's pilot project for the rural-urban development of Xiongan, which is part of a larger proposal: an ecocivilization in a world with a shared future.*

**Keywords:** Cosmotekhnics; Accelerationism; Ecocivilization; Chinese-urban-rural-development; Territorial planning.



## Introdução

O mundo de hoje está passando por um processo histórico de acelerada evolução. A luz da paz, do desenvolvimento e do progresso é poderosa o suficiente para dissipar as neblinas da guerra, da pobreza e do atraso. O movimento em direção a um mundo multipolar e a ascensão dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento se tornaram uma tendência irresistível da história. A globalização econômica e o advento da informatização libertaram e promoveram enormemente as forças produtivas sociais, criando oportunidades de desenvolvimento sem precedentes e, ao mesmo tempo, trazendo novas ameaças e desafios que precisamos enfrentar seriamente. [...] No mundo de hoje, todos os países são interdependentes e compartilham o mesmo futuro. Xi Jinping. (2019, p.605, grifo nosso).

Vivemos uma crise civilizatória no Ocidente marcada pela obscuridade da paz, do desenvolvimento e do progresso. Destacam-se a crise do Capitalismo<sup>1</sup>, o epílogo do Império (HARDT e NEGRI, 2001), e uma crise ambiental – o Antropoceno<sup>2</sup>. Como consequência de relações multilaterais injustas, temos sido aceleradamente impelidos rumo ao aumento da desigualdade econômica entre povos e nações. Neste contexto de relações arbitrárias, as instituições democráticas fragilizadas se corrompem. Existe um clima generalizado de pessimismo quanto ao futuro planeta, da nossa civilização, e consequentemente quanto aos modelos de desenvolvimento e urbanização vigentes no Ocidente. Esse pessimismo aparece frequentemente nas visões distópicas de mundo retratadas no cinema, tal como visto em Blade Runner<sup>3</sup>. Visões distópicas de um mundo que se acelera descontroladamente, sujeitando o ser humano ao devir tecnológico – se é que existe um devir da tecnologia.

No ano de 1967 o escritor de fantasia Roger Zelazny publica o romance Lord of Light (O Senhor da Luz) que fazia elaborações sobre o futuro, e ainda também apresentava um prenúncio sólido

sobre assuntos políticos, sociais e tecnológicos. O livro antecede em quase três décadas as demais obras futuristas que surgiram na cultura pop nos últimos tempos, fazendo um cruzamento entre tais previsões com aspectos da mitologia hindu, em meio a um diálogo cósmico. Um de seus núcleos apresentava um grupo de personagens, os chamados aceleracionistas, que almejavam elevar a sociedade através da mudança de sua perspectiva em relação à tecnologia. Para além dos aspectos mitológicos, um grupo que seguia o pensamento aceleracionista abandona as páginas da ficção com a reivindicação do termo por parte de um grupo de acadêmicos do final do século XX. As mudanças sociais e políticas causadas pelas alterações nos modos de produção, que cada vez mais velozmente se modernizam, viabilizam – ou tornam necessário – a compreensão das possibilidades do mundo contemporâneo frente às tecnologias emergentes e suas potencialidades. Os aceleracionistas argumentam acerca da inevitabilidade de um futuro pós capitalista proporcionado pelas constantes evoluções dos modos de produção, que utilizam cada vez mais da tecnologia computacional e da inteligência artificial, imbricando em uma saturação do sistema por meio de si próprio. A nomificação da corrente de pensamento ocorre apenas em 2010, com a publicação do livro *The Persistence of the Negative*, de Benjamin Noys, que faz uma recuperação do termo cunhado ficcionalmente por Zelazny em 1967. Designando um grupo incontável de adeptos espalhados ao redor do mundo, esse discurso abarca pensadores que apontam diferentes sentidos para esta aceleração, bem como referências teóricas variadas e posicionamentos sociais-políticos que ora se cruzam, ora se distanciam. O aceleracionismo se torna, então, “[...] mais uma constelação de pensamentos do que uma teoria unificada, incluindo diversos tipos de oposição em seu interior” (CARON, 2018, p.01), mas que têm origens comuns.

A base teórica para o pensamento rumo ao fomento do desenvolvimento tecnológico postulado pelos aceleracionistas, além de outras obras, é o Manifesto Comunista, de Karl Marx. O Manifesto já apontava no século XIX o cerne da discussão aceleracionista: a constante demanda capitalista pelo aperfeiçoamento dos meios de produção frente ao ritmo de consumo da sociedade, trazendo um prelúdio da dissolução do sistema por si só. Marx apontava a crescente aceleração da



relação circular frenética entre a intensificação do consumismo e da produção como “um prenúncio essencial de um movimento no qual o cidadão comum seria “por fim compelido a encarar... as reais condições de sua vida” e começar uma revolução.” (BECKETT, 2017). Demais textos que se baseiam em discussões marxistas, atualizando-as para seu próprio contexto temporal também são protagonistas na base teórica aceleracionista. O Anti-Édipo, escrito após a revolução de Maio de 1968, enriquece a discussão com sua crítica aos movimentos de libertação nacional, que à época tinham como via revolucionária a subversão saída da lógica internacional de mercado, se voltarem mais para dentro de si mesmos, para a auto subsistência. Deleuze e Guattari (2010) apontam, então, uma saída do sistema capitalista não através da rejeição ao seus resultados, mas exatamente por meio do sistema propriamente dito, com a aceleração dos fluxos inerentes à sua dissolução. Outras obras contextualizadas após as revoluções de maio de 68 (“Economia Libidinal” (1974), de Jean-François Lyotard, e “A Troca Simbólica e a morte” (1976), de Jean Baudrillard, dentre outras) ainda influenciaram o movimento aceleracionista, figurando entre os adeptos do movimento até os dias atuais.

A unificação das referências ideológicas pós estruturalistas do início dos anos 2000 com a perspectiva da aceleração se inicia com os estudos do grupo chamado Unidade de Pesquisa sobre Cultura Cibernética (*Cybernetic Culture Research Unit*) — CCRU<sup>4</sup>, da Universidade de Warwick, na Inglaterra. A instituição permitia e fomentava visões filosóficas tidas de certa forma como exploratórias para a época, sendo esse caráter liberal bastante decisivo para a manutenção do CCRU. A primeira formação oficial do grupo contava com, além de estudantes da universidade, pesquisadores membros do corpo docente, dentre eles, o inglês Nick Land. Land lecionava filosofia na universidade desde 1987, e possuía opiniões tidas como controversas em meio ao corpo docente da instituição. Caracterizado como um homem franzino e tímido, mas imponente no olhar e nas ideias, o filósofo era capaz de compenetrar seus estudantes em suas teorias através de aulas estranhas e teatrais, em meio a leituras conjuntas de obras ficcionais, música e uso de drogas. Seus pensamentos sobre o capitalismo eram por vezes extremos, nunca tendo sido um sistema propriamente implantado, segundo

ele, devido às amarras políticas: “a última grande indulgência sentimental da humanidade” (BACKET, 2017). Sua perspectiva sobre o futuro através da aceleração dos fluxos capitalistas apontam para a perda de controle da humanidade em relação ao tecnocapital, que se emanciparia através da automação dos processos produtivos. Segundo Gonçalves e Ximenes Marques (2021), as publicações do britânico que datam do início dos anos 90 já demonstram uma perspectiva pessimista num sentido tecnocêntrico, enxergando a cibernética (como tratado na época) como sintoma precoce da perda de controle, a explosão das amarras por forças e tendências in-humanas. Suas posições antissocialistas também já se faziam notáveis, como no artigo *Machinic Desire*, de 1993, onde Land afirma que a revolução maquínica deveria se opor à regulamentação socialista, “pressionando por uma mercadorização cada vez mais desinibida dos processos que estão destruindo o campo social”. (GONÇALVES; XIMENES MARQUES, 2021, p. 383).

A narrativa de Land parece saída de um filme de horror cósmico: a lição lovecraftiana é a marginalidade, e mesmo irrelevância, da consciência humana no grande drama cósmico. Conforme o circuito ciberpositivo do tecno-capital se globaliza e se acelera, consoma sua autonomização e torna-se uma força imparável e impiedosa. O capital reivindicava o lugar de força histórico-mundial revolucionária, desmantelando qualquer bloqueio à dinâmica de acumulação e refazendo o globo inteiro à sua própria imagem. [...] A aceleração das tendências em direção ao caos e à dissolução, à liquefação, implica para Land a futilidade de qualquer projeto político que se identifique com o horizonte prometeico do “autodomínio coletivo”. O elemento fáustico do capitalismo que em Marx aparece de uma perspectiva crítica é simplesmente abraçado pelo “libertarianismo cósmico” de Land: que o capital escape ao controle é um ponto positivo para o capital, não um problema. (GONÇALVES; XIMENES MARQUES, 2021, p.385-386).

As posições agressivas e pró-capitalistas de Land pautavam fortemente as publicações do CCRU, que contavam ainda com referências à música, filmes e jogos, da época disseminando



suas pautas de uma forma flexível e permissiva em meio à efervescência futurista da cultura pop dos anos 90. Os membros do grupo não se viam como parte de um sistema acadêmico rígido e tradicional, mas enxergavam através da didática permissiva e das ideias “revolucionárias e intrigantes” uma nova perspectiva para o futuro.

Após a desvinculação de alguns outros professores do grupo em 1997, o CCRU se via cada vez mais fragilizado, tendo sua dissolução no ano seguinte, acompanhada da saída de Land da Universidade de Warwick. A partir desse momento, o teor de suas publicações em livros e blogs na internet se intensifica em uma direção cada vez mais próxima à extrema direita, flertando com discursos de ataque à democracia contemporânea e seleção natural capitalista, bem como vislumbres futuristas completamente alarmistas, renunciando a desintegração da raça humana pelas emergentes inteligências artificiais.

### O arquiteto que tem medo do progresso

[...] falta-nos resistência ao presente. A criação de conceitos faz apelo por si mesma a uma forma futura, invoca uma nova terra e um povo que não existe ainda. (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 140, grifo nosso).

[...] “que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.” Esse slogan captura precisamente o que quero dizer por “realismo capitalista”: o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele. (FISHER, 2020, p. 3).

O capitalismo é o que sobra quando as crenças colapsam ao nível da elaboração ritual e simbólica, e tudo o que resta é o consumidor-espectador, cambaleando trôpego entre ruínas e relíquias. Ainda assim, essa guinada da crença para a estética, do engajamento para o voyeurismo, é tida como uma das virtudes do realismo capitalista. Ao vangloriar-se de ter – como coloca Badiou – “nos libertado das ‘abstrações fatais’ inspiradas pelas ‘ideologias do passado’”, o

realismo capitalista apresenta a si mesmo como um escudo que nos protege dos perigos resultantes de acreditar demais. A atitude de ironia distante, própria do capitalismo pós-moderno, supostamente nos imuniza contra as seduções do fanatismo. Rebaixar nossas expectativas – somos ensinados – é só um pequeno preço a pagar para estarmos a salvo do terror e do totalitarismo. (FISHER, 2020, p. 6).

Inseridos neste complexo contexto de crises e instabilidade, está cada vez mais raro encontrar grandes projetos de desenvolvimento urbano. Uma análise crítica da produção contemporânea de arquitetos e urbanistas nos revela um caminhar no sentido reverso ao do progresso. São recorrentes os projetos do tipo “re+”: re+significar, re+formar, re+ocupar, re+vitalizar, re+habilitar, re+ciclar, etc. Projetos que carregam um sentido de re+troceder ou re+tornar. Estamos cada vez mais distantes de uma visão de futuro tal como vimos no movimento Metabolista<sup>5</sup>, no Archigram e no Team X entre os anos 60 e 70. As visões destes grupos de vanguarda da arquitetura e do urbanismo são apresentadas nas escolas de arquitetura como utopias desqualificando-os enquanto projetos. Como resultado deste olhar, processos retroativos em busca de um passado nostálgico são uma resposta naturalizada. Qualquer arquiteto e urbanista que se propor a planejar um sistema de metrô subterrâneo para a cidade de Belo Horizonte, por exemplo, será imediatamente desacreditado por se distanciar de uma suposta realidade econômico-social brasileira. Aqui o “realismo capitalista” de Mark Fisher atravessa com normalidade as possibilidades de projetar, e é exatamente quando o progresso e o desenvolvimento passam a ser do campo da fantasia, da utopia ou até mesmo da distopia. Por outro lado, diante da impossibilidade de pensar o futuro, pensamos em retornar à um momento em que nos sentíamos mais seguros (BAUMAN, 2017)<sup>6</sup>. Há também um forte espírito anti-desenvolvimentista justificado no Antropoceno. A crise social, ambiental, econômica, política, institucional, etc. fomentaram um olhar cético para o desenvolvimento no Ocidente. Se somos céticos com o desenvolvimento, e temos medo do futuro, certamente negamos o progresso. Paralisados, acabamos por criar alternativas para voltar ao passado, negando o progresso e inaugurando um processo de retroação,

reversão, redução ou até mesmo abandono. Alimentamos o desejo de voltar a um momento do passado onde podemos nos sentir seguros.

O rosto do anjo da história está voltado para o passado. Onde nós percebemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe indivisa, que não cessa de juntar destroços e lançá-los diante de seus próprios pés. O anjo gostaria de ficar, ressuscitar os mortos e restaurar tudo o que foi destruído. Contudo, uma tempestade se ergue do paraíso; e as asas do anjo são arrebatadas com tal violência que ele já não consegue mais fechá-las. A tempestade o empurra irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas cresce até o céu. A tempestade é o que nós chamamos de progresso. (KLEE, 1921).

No Brasil, as cidades se desenvolveram no século passado ao longo de grandes avenidas construídas em vales de rios ou sobre córregos canalizados. A inauguração de uma grande avenida e a canalização de rios e córregos sempre foi uma prática recorrente em torno de grandes projetos urbanos que impulsionou o desenvolvimento das cidades brasileiras. O desenvolvimento de São Paulo não seria possível sem as intervenções feitas nos rios Tamanduateí, Tietê e Pinheiros. Estas intervenções foram associadas à construção de um sistema rodoviário em suas margens e um parque logístico-industrial moderno ao longo destes vales. Recentemente, crises ambientais, principalmente a hídrica e geológica, fizeram os arquitetos e urbanistas questionarem: E se os rios e córregos não tivessem sido canalizados? E se os investimentos em avenidas e em canalização de rios e córregos tivessem sido empregados em parques, ferrovias, metrô, etc? A resposta para esta questão tem resultado em projetos de retroação, de retorno a um momento do passado que nunca tivemos, como se fosse possível se arrepender do progresso que nos trouxe até aqui. Abrimos espaço para um pensamento que nos leva a um momento que era seguro, que não havia crise ambiental e nem instabilidade econômica, um momento que nunca existiu: uma “retrotopia” (BAUMAN, 2017). É uma dupla utopia segundo Bauman, é desejar o passado, é retrocesso e negação do futuro.

É notável como a interrupção de uma tarefa tão cara à arquitetura e ao urbanismo se intensificou nos últimos anos. Um pensamento anti-desenvolvimentista tornou-se comum nas escolas de arquitetura e urbanismo em um número crescente de projetos alinhados com as pautas hegemônicas ambientais, sociais e políticas. Estas pautas definidas por instituições multilaterais internacionais, como a ONU, incentiva uma resposta numa escala micro-local, que por vezes, acaba excluindo e rejeitando o macro-comunidade e principalmente o macro-nação. Interesses globais chegam por meio de pautas hegemônicas-universais minimizando pautas nacionais desenvolvimentistas. Estas pautas são aplicadas em muitos momentos de forma fragmentada em micro políticas locais, enfraquecendo qualquer possibilidade de projeto<sup>7</sup> de uma comunidade e do futuro de uma nação.

O projeto pode ser visto de várias formas. A primeira é o processo histórico no qual o ato de projetar grandes investimentos passou a ser central em economias capitalistas e socialistas. Nessas sociedades, o economista e o engenheiro de projetos são figuras fundamentais na cadeia de intervenção do Estado na economia. [...] Caracteriza-se também por ser uma economia voltada para a construção de grandes bens públicos (setor improdutivo ou “fundos de consumo”, segundo Marx, a construção de um setor voltado para o enriquecimento espiritual do ser humano com investimentos em saúde, educação, esporte, lazer, etc.) (JABBOUR, 2021, p. 240).

O projeto de uma nação pressupõe um estado forte que possa investir em frentes de desenvolvimento que são inviáveis e desinteressantes para a iniciativa privada. Logo, no contexto brasileiro de recuo do estado é como se fosse uma utopia, é desmotivador para um profissional da área de planejamento urbano pensar em grandes projetos. Um grande projeto urbano, ou planejamento de um território nacional soa como uma irreabilidade no contexto atual. Com o estado enfraquecido, as pautas anti-desenvolvimentistas ganham força.

Vale a pena recordar que o que é atualmente chamado de realista já foi um dia “impossível”: a onda de privatizações dos anos 1980 seria

impensável apenas uma década antes, e o atual panorama político (com sindicatos dormentes, ferrovias desnacionalizadas e serviços públicos terceirizados) mal podia ser imaginado em 1975. Por outro lado, o que um dia já esteve eminentemente próximo, agora é considerado irrealista. “Modernização”, observa amargamente Badiou, “é o nome dado a uma definição estrita e servil do possível. Essas ‘reformas’ invariavelmente visam tornar impossível o que costumava ser praticável (para a maioria), e convertendo em fonte de lucro (para a oligarquia dominante) o que não costumava ser”. (FISHER, 2020, p. 18).

Nos últimos anos identificamos que parte significativa dos estudantes<sup>8</sup> de arquitetura e urbanismo têm tido dificuldade na imaginação de grandes projetos de desenvolvimento urbano. Sem perspectiva clara de futuro, costumam se prender ao presente, focando em soluções imediatas para os problemas atuais ou demandas individuais. Logo, estão em boa parte buscando compensar erros e atrasos, restando pouco tempo e força para a imaginação do futuro de uma nação. Dos projetos urbanos, a maior parte está relacionado à gestão e à elaboração de políticas urbanas. São raros os projetos que envolvem grandes infraestruturas de desenvolvimento. Alguns projetos urbanos chegam ao contraditório papel de propor uma desaceleração no processo de urbanização como única alternativa para evitarmos a catástrofe anunciada pelo Antropoceno. Em alguns casos, nos deparamos com o impedimento de grandes projetos feitos por movimentos de resistência das comunidades locais. Não somos contra, e nem questionamos a legitimidade da pauta destas comunidades locais, apenas observamos a ausência do projetamento da comunidade local nas múltiplas escalas do território que se combinam – comunidade regional, nacional, continental, mundial, etc. Nos falta uma visão cosmopolítica<sup>9</sup> reconciliadora. Um projeto que possa mediar conflitos, imaginar e “construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade” (XI, 2019, p. 603).

Talvez devêssemos atribuir ao pensamento a tarefa oposta àquela que lhe é oferecida pela filosofia iluminista: fragmentar o mundo de acordo com o diferente, em vez de universalizá-lo através do mesmo; induzir

o mesmo através do diferente, em vez de deduzir o diferente a partir do mesmo. Um novo pensamento histórico-mundial precisa emergir diante do derretimento do mundo. (YUK, 2020a, p. 72).

Por fim, é preciso identificar novas formações econômico-sociais para entender as dinâmicas de projetamento e criar um diálogo entre as múltiplas escalas ambientais, sociais, econômicas e políticas. É preciso olhar para o universal no particular (JABBOUR e DANTAS, 2021). Compartilhar o futuro do mundo, pressupõe estimular o diálogo, contra a polarização dos diversos atores no desenvolvimento territorial.

A diversidade de pensamentos e as diferenças políticas se tornam produtivas quando cada qual consegue escutar (e ler) o outro. Não se pode refletir sobre o pensamento do outro a partir da própria posição ou valores. Responder ao outro a partir de si é uma escuta colonizadora: visa ou a arrebanhar o rebento desgarrado ou a excluir o descrente de vez. Neste filtro, ouve, mas não escuta. Lê, mas não aprofunda a reflexão proposta. [...] Por essa busca incessante em busca de uma verdade variável a cada contexto sistêmico, ninguém se pode colocar como “dono da verdade”. (COSTA, 2019).

### Aceleracionismo de esquerda e o pós-aceleracionismo

A maioria dos aceleracionistas, sejam ex-integrantes do CCRU ou adeptos provocados por publicações mais recentes, se distancia ao máximo dos recentes posicionamentos de Nick Land. Após anos carregando o que restou do antes institucionalizado CCRU clandestinamente, quase que como num culto às teorias políticas imergidas em esoterismos tirados do ocultismo, numerologia, e, literalmente, obras do escritor de horror americano HP Lovecraft, o filósofo britânico se isola na Ásia no início dos anos 2000. Há publicações do grupo de pesquisa - quando a entidade assim funcionava - que demonstravam o inquietamento de Land sobre as posições da China frente à política e tecnologia, e o fascínio do pensador permanece até os dias atuais. Atraído para o leste por razões ainda incertas, seja pelo distanciamento da civilização ocidental devido às retaliações às suas recentes

considerações, ou puramente pela admiração ao Oriente, é certo que Land também enxerga a China como um “intenso motor de desenvolvimento político e econômico”. Apesar de ter levado a teoria à direções indevidas segundo seus pensadores clássicos e seu número crescente de adeptos, a permissividade no campo filosófico de Land ainda o permitira enxergar a China como uma sociedade verdadeiramente aceleracionista, antecipando um futuro divergente ao prospectado por ele.



**Figura 01:** Uma vizinhança ocupada (Un quartier embrouillé), que ilustra o fascínio pelas possibilidades trazidas por um futuro tecnológico. Fonte: Adaptado de *Le Vingtième siècle: la vie électrique*. (ROBIDA, 1893, p.171).

Contudo, uma outra leva de teóricos aceleracionistas que discutem não só a questão chinesa, mas a teoria como um todo de um ponto de vista mais antropocêntrico, existem para além das controvérsias landianas. O próprio Mark Fisher, ex membro do CCRU, postulava desde o início dos anos 2000 em seu blog, o “k-punk”<sup>10</sup>, uma vertente da teoria que se distanciava dos prelúdios maquínicos distópicos de Nick Land e rumavam para

um futuro da pós escassez trazida pelo avanço das contradições capitalistas. As proposições Deleuzianas basilares do CCRU continuavam sendo fortemente citadas nas publicações do blog, mas a postura intensa e agressiva utilizada pelo grupo foi paulatinamente abandonada por Fisher. O teórico reconhecia as falhas e os excessos nas teorias landianas, e enxergava o capitalismo nos moldes contemporâneos como uma decepção para os aceleracionistas. No entanto, as posturas protecionistas e pouco ousadas da esquerda também eram um incômodo para ele, instigando as indagações sobre uma via revolucionária que passasse através do capitalismo ao invés de evitá-lo. Fisher critica o pensamento humanista da esquerda contemporânea, mas seu pensamento muda no decorrer dos anos 2000 em direção a um aceleracionismo de esquerda, mais ligado ao domínio humano sobre o desenvolvimento tecnológico do que o inverso.

Instigados pelas publicações do k-punk e pela crise do sistema financeiro mundial em 2008, os economistas Alex Williams e Nick Srnicek se viram induzidos a uma crítica ativa frente à resposta da esquerda aos acontecimentos recentes. Já abarcados pela nomenclatura de aceleracionistas, cunhada por Noys (2010), ambos reivindicam positivamente o termo já deturpado por Land e publicam em 2013 o #ACCELERATE MANIFESTO for an Accelerationist Politics (No Brasil Manifesto por uma política aceleracionista), que inaugurou mais robustamente o left-acell (aceleracionismo de esquerda). Partindo da visão do próprio Land de que o sistema capitalista contemporâneo estaria fadado a trazer a si próprio a ruína, os autores seguem rumo a proposições que fogem do vislumbre apocalíptico do controle maquínico da tecnologia sobre a humanidade. O aceleracionismo de esquerda busca, portanto, a saída do capitalismo através do desenvolvimento produzido por ele próprio em direção à uma sociedade da pós escassez, do domínio sobre a tecnologia e do tempo livre. A tendência da automação dos processos produtivos traz a substituição da mão de obra humana, gerando desemprego, fome, e a manutenção de uma classe trabalhadora cada vez mais exaurida de suas condições políticas de organização. Segundo os aceleracionistas, a via para a mitigação dessas mazelas se daria

justamente por meio da dominação desses meios produtivos e sua ressignificação em um contexto pós capitalista.

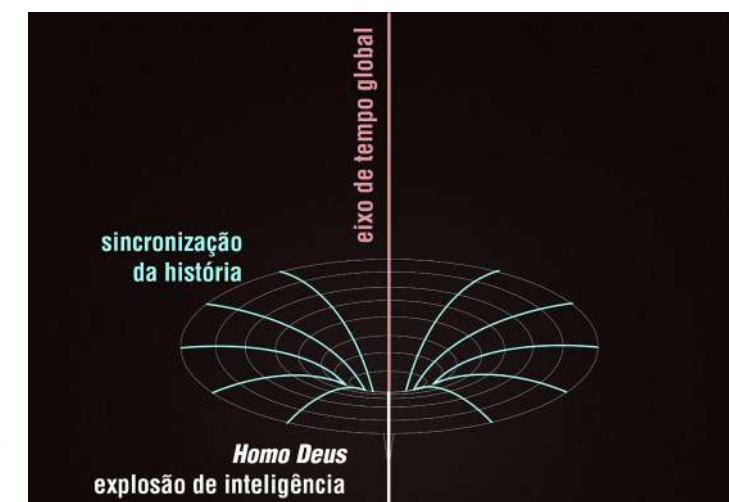
Não se trata, portanto, de romper com o capitalismo do dia para noite, a partir de um evento insurrecional que cai do céu para instaurar uma nova terra, mas de superar neoliberalismo como um primeiro passo rumo ao pós-capitalismo. Ante a antiga polarização entre um neoliberalismo zumbi e uma social-democracia conservadora, a esquerda deveria pensar para frente, traçar uma rota de onde estamos para onde gostaríamos de nos aproximar. (GONÇALVES; XIMENES MARQUES, 2021, p.392).

Williams e Srnicek (2015) ainda postulam quatro “pilares” para o estabelecimento do futuro pós capitalista, sendo eles: (i) a automação generalizada da produção (ii) a redução da jornada de trabalho (iii) a renda básica universal (iv) a transformação cultural em relação à ética do trabalho. A discussão em torno da teoria aceleracionista ainda possui contradições internas em relação a conceitos filosóficos canônicos e até mesmo divergências entre seus próprios pensadores contemporâneos. Se faz ainda em construção, possuindo entraves mais complexos tanto no seu âmbito de esquerda quanto no tradicional. No entanto, os quatro pilares principais apontados pelos autores se relacionam com a produção teórica de Yuk Hui, sobretudo a relação do aceleracionismo com a ética de trabalho - portanto, com os meios produtivos e seus contínuos aperfeiçoamentos. Enquanto os autores ocidentais fazem previsões de um futuro único, massificado, e defendem a aceleração da tecnologia como forma de mitigar as mazelas do capitalismo contemporâneo, Yuk (2020) acrescenta um olhar oriental à discussão ao introduzir a dessincronização como possibilidade de futuro. A velocidade por si só não constitui aceleração, se não há direção. A libertação da sociedade do neoliberalismo e de seus percalços não se encontra, então, na aceleração do sistema por si só, mas também no redirecionamento para múltiplas cosmotécnicas que considerem tudo aquilo que é humano e inumano.

## Cosmotécnica

A principal dificuldade de toda cosmopolítica está na reconciliação entre o universal e o particular. O universal tende a contemplar os particulares do alto, da mesma forma como Kant observava a Revolução Francesa – como um espectador que assiste do camarote do teatro a uma peça violenta. A universalidade é a visão de um espectador, nunca a de um ator. (YUK, 2020a, p. 26).

Yuk Hui<sup>11</sup> é um importante pensador contemporâneo envolvendo o debate sobre filosofia da tecnologia. Em seu livro “Tecnodiversidade”, o autor nos apresenta uma perspectiva diversa para o futuro da humanidade. Yuk nos chama a atenção para o processo de universalização que é unilateral e “[...] reduz o pensamento não ocidental a mero passatempo”. O Ocidente se move aceleradamente rumo à uma unificação, com a predominância em toda parte de um único sistema técnico ou, segundo Yuk Hui, rumo à uma sincronização no seu processo de modernização. Uma sincronização da técnica e da natureza impulsionado pela colonização em uma única história — um “eixo de tempo global” — ver figura 1.



**Figura 02:** Sincronização de história e eixo de tempo global. Fonte: Adaptado de Tecnodiversidade. (YUK, 2020a, p. 76).

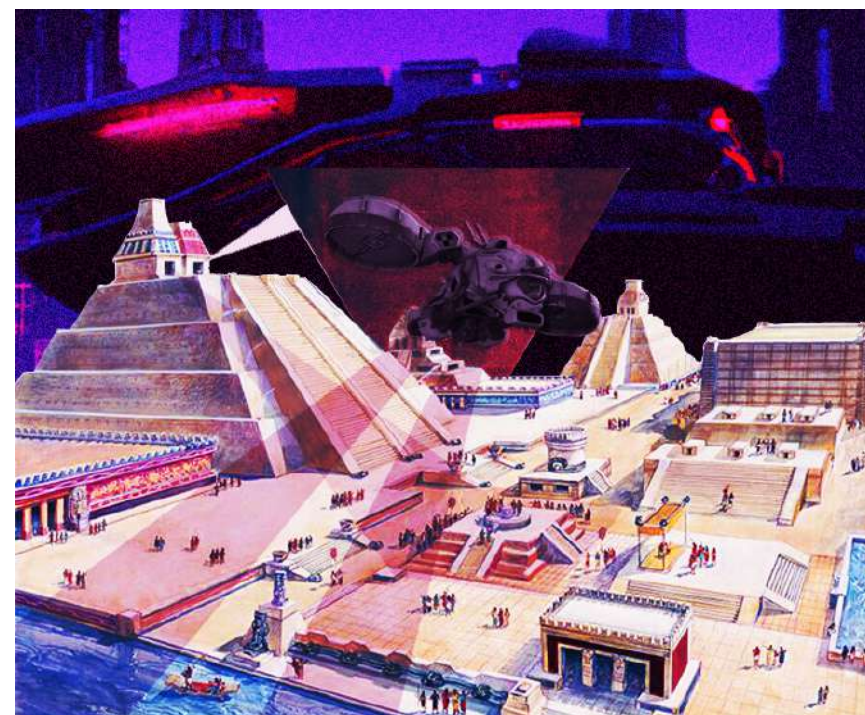
“A Terra e o cosmos foram transformados em um imenso sistema tecnológico – o ápice da ruptura epistemológica e metodológica

a que chamamos de modernidade” (YUK, 2020a, p.24). A crise do Antropoceno alimenta a crença de uma singularidade tecnológica<sup>12</sup>, mais uma vez, um ponto de convergência no eixo do tempo global. A singularidade tecnológica, hipótese pontual na história da humanidade, é quando a máquina consciente e inteligente supera a capacidade de pensamento de todas as mentes humanas combinadas - *intelligence explosion* ou o *Homo Deus*<sup>13</sup> apocalíptico. Este cenário apocalíptico tecnocêntrico ocidental, aponta para um futuro obscuro, para uma sociedade controlada e para um estado-super-computador onde o desemprego em massa é causado pela substituição do homem por máquinas inteligentes.

Para que consigamos nos afastar dessa sincronização, ao que tudo indica, teremos de exigir uma fragmentação que nos libertará de um tempo histórico-linear definido em termos de pré-moderno / moderno / pós-moderno / apocalipse. A maneira como vemos a tecnologia enquanto força exclusivamente produtiva e mecanismo capitalista voltado ao aumento da mais-valia nos impede de enxergar seu potencial decolonizador e de perceber a necessidade do desenvolvimento e da manutenção da tecnodiversidade. Como o pensamento não europeu e o não moderno poderiam responder a esta época tecnológica senão com um apelo ao retorno à natureza? (YUK, 2020a, p.10).

A globalização unilateral que chegou ao fim está dando lugar a uma competição de acelerações tecnológicas e às tentações da guerra, da singularidade tecnológica e dos sonhos (ou delírios) transumanistas. O Antropoceno é um eixo de tempo global e de sincronização que tem como base essa visão do progresso tecnológico rumo à singularidade. Recolocar a questão da tecnologia é recusar esse futuro tecnológico homogêneo que nos é apresentado como a única opção. (YUK, 2020a, p.46).

**Figura 03:** Colagem a partir de ilustração da cidade asteca de Tenochtitlán. Fonte: Adaptado de BBC News Brasil. (COSTA, C. 2021).



A história da arquitetura e do urbanismo se confunde com a história da tecnologia pois, a técnica e as diversas perspectivas de pensamento tem um efeito direto no ambiente construído. Partindo da cosmotécnica, é possível elaborar uma visão decolonial para repensar a tecnologia, a geopolítica, e para olharmos para novas formas de urbanização desde o Sul Global. Podemos recuperar diversas histórias da tecnologia: dos povos amazônicos, dos Incas, dos Maias, entre outros povos e civilizações (Figura 2). A América por exemplo, vista pelos colonizadores como um ‘novo mundo’, “[...] era um lugar complexo, diverso e fascinante. Ao contrário do que fizeram parecer muitos relatos de europeus na época, o continente era muito povoado e abrigava sociedades dinâmicas, cuja sofisticação, em muitos casos, não tinha paralelo na Europa.” (COSTA, 2021) Reconhecer a diversidade de histórias da tecnologia de outras civilizações nos permite ver outras possibilidades de futuro. “A europeização não constitui um devir, constitui somente a história do capitalismo que impede o devir dos povos sujeitados.” (DELEUZE E GUATTARI,

1992, p. 140) Deste modo buscamos reescrever a história da tecnologia e recontextualizá-la.

Com meu conhecimento limitado sobre a América Latina, minha esperança é que este trabalho desperte uma curiosidade que leve a perguntas como: o que significa uma cosmotécnica amazônica, inca, maia? E, para além de formas de arte e de artesanato indígenas a serem preservadas, como essas cosmotécnicas poderiam nos inspirar a recontextualizar a tecnologia moderna? (YUK, 2020a, p.10).

Yuk nos apresenta a cosmotécnica como uma cosmopolítica, contrapondo a visão tecnocêntrica e universal do Ocidente. Segundo a definição do autor, a “[...] cosmotécnica é a unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas, sejam elas da criação de produtos ou de obras de arte. Não há apenas uma ou duas técnicas, mas muitas cosmotécnicas.” (YUK, 2020a, p.39). Yuk Hui em sua tese, utilizou a China como laboratório onde buscou reconstruir a genealogia do pensamento tecnológico chinês. “Essa tarefa, no entanto, não se limita à China, já que a ideia central é a de que todas as culturas não europeias deveriam sistematizar as próprias cosmotécnicas e as histórias dessas cosmotécnicas.” (YUK, 2020a, p. 41-42) Ainda segundo o autor, o pensamento cosmotécnico chinês consiste em uma longa história de discursos intelectuais da união da moral e do cósmico. Partindo desta história chinesa, o futuro da Inteligência Artificial não é motivo de insegurança, pois a técnica chinesa faz parte da vida e caminha junto com a moral. Se olharmos para a história da tecnologia ocidental, encontramos Prometeu, seu mito fundador. Prometeu roubou o fogo dos deuses e entregou para os homens. O fogo, mito fundador tecnológico do Ocidente, foi roubado e dado aos seres humanos. Há uma separação entre a vida e a técnica aqui, pois ela pertence aos deuses e não aos humanos. Há também uma separação entre a moral e a técnica, já que a técnica pode ser algo roubado. A cosmotécnica chinesa por sua vez, ao unir a técnica com a moral, entende a tecnologia como essência do ser humano, logo, ela nunca é vista como uma entidade externa ou algo não-humano capaz de nos subjugar. Yuk Hui ainda enfatiza a importância da cosmotécnica para se repensar a tecnologia.

[...] essa questão não é de modo algum exclusivamente chinesa. Pelo contrário, todas as culturas devem refletir sobre a questão da cosmotécnica a fim de que surja uma nova cosmopolítica, uma vez que, para superarmos a modernidade sem recair em guerras e no fascismo, parece-me necessário nos reapropriar da tecnologia moderna através da estrutura renovada de uma cosmotécnica que consista em diferentes epistemologias e epistemes. (YUK, 2020a, p. 45).

Yuk Hui ainda enfatiza a importância da cosmotécnica para se repensar a tecnologia.

### Outros vetores e velocidades de aceleração

Por que, ao olhar a China, a humanidade não poderá viver tempos de grandes esperanças? (JABBOUR, 2020, p.33).

Precisamos voltar à palavra “aceleração” em si mesma, já que é muito fácil se deixar enganar por uma identificação impensada entre aceleração e velocidade. Se nos lembrarmos das aulas de física no ensino médio, em que  $a = \frac{v - v_0}{t}$ , então a aceleração é igual à variação da velocidade (de  $v$  para  $v_0$ ) dividida pelo tempo.  $V$  representa a velocidade vetorial, e não escalar. Enquanto a grandeza escalar apresenta apenas módulo, a grandeza vetorial também contém direção e sentido. (YUK, 2020a, p. 87-88)

Por que não considerar outra forma de aceleração que não leve a velocidade a seus extremos, mas que mude a direção do movimento, que dê à tecnologia um novo referencial e uma nova orientação no que diz respeito ao tempo e ao desenvolvimento tecnológico? Caso o façamos, poderemos também imaginar uma bifurcação do futuro, que, em vez de se mover em direção ao apocalipse, se multiplica e dele se afasta? (YUK, 2020a, p. 88).

A China, civilização milenar, emerge no século XXI noutra velocidade, noutro sentido, noutra direção assíncrona ao Ocidente, recusando um futuro tecnológico apocalíptico. Ao

longo do século XX, a China construiu uma outra orientação para a velocidade do seu aceleracionismo, um processo com erros e acertos, observando de longe o Ocidente e experimentando a partir de sua filosofia e tecnologia milenar. A ascensão da China nos últimos anos é nítida, mas é ainda mais importante observar seu movimento peculiar de fechar-se e abrir-se para o Ocidente, se fortalecendo neste constante movimento. Este processo de se fechar em alguns momentos, se protegendo do processo de universalização, permitiu-lhe inserir características chinesas com estratégias políticas, sociais, econômicas, tecnológicas e culturais, distintas do ocidente, criando o seu próprio processo de modernização.

A estratégia adotada durante o período das reformas na década de 1980 até os anos 2000 fundamentou-se no ditado de Deng Xiaoping: “observe cautelosamente, mantenha o baixo perfil, espere seu momento, enquanto obtenha algo que foi realizado”. Como lembra Li Xing, a expressão idiomática é “Tao Guang Yang Hui”, que significa “oculte o brilho e cresça na escuridão”, que em outros termos seria manter um perfil baixo no decorrer do processo de reformas e crescimento, uma escolha estratégica de esperar o momento quando a China estiver pronta para se afirmar na esfera global e estar preparada para realizar o desafio. (VADELL, 2021, p.10).

Sendo assim, após o século de humilhações, a China tirou proveito de momentos geopolíticos favoráveis para, cautelosamente, se abrir. A Grande Muralha, o Grande Canal e os sistemas de irrigação milenares do Rio Amarelo são exemplos de estratégias tecnológico–infraestruturais que protegeram, pacificaram e unificaram seu território, criando condições da civilização chinesa se fortalecer e se desenvolver. Metaforicamente se fala hoje do Great Firewall of China, para além da metáfora, é uma estratégia civilizatória milenar que se repete, conectando-se ao Ocidente com características chinesas. Com a sua Internet isolada do mundo, a China pode criar suas próprias versões de aplicativos. Sendo assim, no momento de sua abertura, já havia alcançado condições de igualdade para se posicionar globalmente. Percebe-se que há outras velocidades e direções possíveis para o seu desenvolvimento.

Paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia e liberdade são valores comuns de toda a humanidade e nobres objetivos das Nações Unidas. Estes objetivos ainda estão longe de serem atingidos, portanto, precisamos persistir em nossos esforços. No mundo de hoje, todos os países são interdependentes e compartilham o mesmo futuro. [...]

Devemos reforçar o intercâmbio entre civilizações buscando a “harmonia na diversidade” e o aprendizado mútuo. A diversidade das civilizações humanas confere ao mundo uma riqueza de cores. Ela fomenta os intercâmbios e estes produzem a integração que torna o progresso possível. A coexistência das civilizações baseia-se no espírito de “harmonia na diversidade”. Somente com o respeito e aprendizado mútuos e a coexistência harmoniosa, o mundo pode manter sua diversidade e prosperar. (XI, 2019, p.607).

Por fim, é importante reconhecer que há mais de uma civilização compartilhando o mundo hoje. Logo, pensar em um diálogo intercivilizatório é ponto de partida fundamental para se construir um pensamento diverso sobre a história e a tecnologia. Quando nos encontramos com a China sob a perspectiva intercivilizatória, percebemos que as nossas visões distópicas de futuro não são universais. A visão de que a tecnologia assume uma posição de dominação da humanidade é uma visão singular ocidental. Para Yuk, “[...] não precisamos mostrar quem é mais avançado do que o outro, mas explorar os diferentes sistemas de pensamento tecnológico” (YUK, 2020a, p. 126). Há uma multiplicidade de visões sobre a tecnologia — tecnodiversidade. É preciso repensar as tecnologias em sua diversidade.

A forma como vemos a tecnologia como mera força produtiva e mecanismo capitalista de aumento da mais-valia, impede-nos de ver nela o potencial descolonizante e a necessidade de desenvolver e preservar a diversidade tecnológica. (YUK, 2020b, p. 10, tradução nossa).

Segundo Yuk Hui, “a ecologia não é um conceito de natureza, mas um conceito de cibernética” (YUK, 2020b, p. 117, tradução nossa),

para o autor, a Inteligência Artificial, um exemplo de máquina moderna, e a ecologia, são dois discursos da cibernética. A cibernética por sua vez, “faz parte de um paradigma científico mais amplo, o organicismo, que surgiu da crítica do mecanismo como concepção ontológica fundamental” (YUK, 2020b, p. 111, tradução nossa). Neste sentido a cosmovisão chinesa não separa homem da natureza, assim como a ética da moral. Esse dualismo do pensamento Ocidental, mais uma vez, cria a possibilidade de se colocar externamente à uma ideia de natureza moderna, onde moralmente pode-se posicionar à favor ou contra – como se fosse uma escolha. Na cosmotécnica chinesa, percebe-se que não é possível o desenvolvimento e não há futuro para a humanidade sem a sustentabilidade mundial. Sob este aspecto, a proposta de Xi Jinping de uma ecocivilização ganha outro significado:

Devemos construir um ecossistema que prioriza a Natureza e o desenvolvimento verde. Os seres humanos podem utilizar a Natureza e transformá-la, mas serão sempre parte da Natureza, tendo a responsabilidade por cuidar dela ao invés de se colocar acima dela. Devemos resolver da melhor maneira a contradição que a civilização industrial nos coloca, buscando a harmonia entre os seres humanos e a Natureza e tornando realidade o desenvolvimento sustentável do mundo e o desenvolvimento geral da humanidade. A construção de uma ecocivilização diz respeito ao futuro da humanidade. Todos os membros da comunidade internacional devem trabalhar juntos para a construção da ecocivilização global. (XI, 2019, p.608).

### Outros vetores e velocidades de aceleração no Leste Asiático

Talvez devêssemos atribuir ao pensamento a tarefa oposta àquela que lhe é oferecida pela filosofia iluminista: fragmentar o mundo de acordo com o diferente, em vez de universalizá-lo através do mesmo; induzir o mesmo através do diferente, em vez de deduzir o diferente a partir do mesmo. Um novo pensamento histórico-mundial precisa emergir diante do derretimento do mundo. (YUK, 2020a, p. 72) o desenvolvimento sustentável do mundo e o desenvolvimento geral da humanidade. A construção de

uma ecocivilização diz respeito ao futuro da humanidade. Todos os membros da comunidade internacional devem trabalhar juntos para a construção da ecocivilização global. (XI, 2019, p.608).

Há algum tempo o processo de urbanização do Leste Asiático tem sido nosso objeto de pesquisa. Inicialmente investigando o Japão, o que se revelava imediatamente como exótico ou um mero passatempo estético-cultural, foi ganhando consistência e criando uma distância dos processos de urbanização ocidentais evidenciando-os não universais. O Japão realizou no século XX um modelo de desenvolvimento territorial diferente do que foi praticado no Ocidente e esta diferença permitiu olhar, analisar e criticar o que produzimos a partir de uma perspectiva não Ocidental, ou como sugere Yuk Hui “induzir o mesmo através do diferente”.

As diferentes civilizações cristalizam respectivamente as sabedorias e as contribuições de diferentes nações e nenhuma delas é superior às outras. Diferentes civilizações devem manter diálogos e intercâmbios ao invés de tentar excluir ou substituir umas às outras. A história da humanidade é um grandioso processo de intercâmbio e aprendizado mútuos e de integração entre diferentes civilizações. Devemos respeitar todas as civilizações, tratar-nos como iguais, aprendermos uns com os outros, bem como assimilar os pontos fortes de cada um para conquistar o desenvolvimento criativo da civilização humana. (XI, 2019, p.607).

Investimentos expressivos em infraestruturas de conexão e alta tecnologia, fomentaram um sistema urbano orgânico que se distanciou dos modelos ocidentais. Assim, nos anos 70 e 80 aproximadamente, o Japão se destacou pela alta tecnologia de seus sistemas de mobilidade urbana, sua infraestrutura logística-industrial, sua tecnologia construtiva arquitetônica, e seu design minimalista. Com uma forma muito particular de modernização do seu território, o Japão construiu Tóquio, a metrópole mais densamente habitada do planeta, e que, ainda que atingida por fortes e frequentes tremores de terra, resiste e não para. Em Tóquio, os espaços coletivos, compartilhados

e de interesse público são vitais para a sua própria existência. O interesse público e o senso coletivo predomina em meio a tantas operações público-privadas. Tudo o que é realizado lá, é influenciado por sua história e sua tradição milenar. Esta densidade histórica, quando compreendida, nos envolve na descoberta deste outro mundo que conhecemos tão pouco.

Os países do Leste Asiático compartilham uma história em comum. Muitos impérios que surgiram e se desfizeram em guerras, compartilharam os mesmos momentos históricos. Portanto, vale destacar que a origem ancestral do Leste Asiático é a mesma. Um exemplo disso é os kanji, caracteres da língua japonesa, adquiridos a partir de caracteres chineses durante a Dinastia Han. Há também aspectos comuns na filosofia, na técnica e na cultura. De um modo geral, as pessoas no leste da Ásia, compartilham traços coletivistas, priorizando e adotando comportamentos que beneficiam o grupo. Se olharmos para o Ocidente, compartilhamos, o sistema de romanização da nossa escrita e fonética, assim como compartilhamos o pensamento grego, entre outros. Atualmente, o que distancia ou polariza países do Leste Asiático, são seus diferentes processos de “formação econômico-social” (JABBOUR, 2021, p. 77) e os diferentes graus com que foram afetados pela colonização ocidental. Um aspecto da “formação econômico-social” que afasta a China do Japão, por exemplo, são os esquemas de planejamento e de propriedade. Na China a propriedade é comum (concedida pelo Estado), enquanto que no Japão, a propriedade é privada. Diferente do Japão que se manteve aberto ao ocidente no século XX, a China se fechou após o “século de humilhações”, recolhendo tanto para se distanciar deste período colonial, quanto para proteger e unificar seu território novamente. No final do século XX, a China foi se abrindo gradualmente, criando esquemas de planejamento e de propriedade bastante particulares. Seu esquema de planejamento territorial não se limitou ao desenvolvimento econômico, urbano e social, mas se destacou pelo planejamento geopolítico, macro-econômico e sócio-ambiental.

Nos anos 90, a China se abre para o Ocidente com experimentos não apenas econômicos, mas também urbanos nos territórios conhecidos como Zonas Econômicas Especiais (ZEE). A ZEE

de Shenzhen, que ficava no continente próximo à ilha de Hong Kong, funcionou como uma janela que se abriu para o Ocidente. Aproveitando as conexões globais já existentes em Hong Kong, a ZEE de Shenzhen abriu-se não apenas para ofertar mão de obra barata, mas também para a transferência tecnológica e promoção do desenvolvimento de seu território. Trinta anos após sua criação, Shenzhen é reconhecida mundialmente como o “Novo Vale do Silício”, assumido cada vez mais, um importante papel na inovação tecnológica-industrial global.

A China criou vários territórios com estratégias específicas onde experimentou diversos modelos de desenvolvimento que, além de conquistarem transferência tecnológica, possibilitaram o domínio de tecnologias infraestruturais-urbanas e construtivas. É possível identificar nestes diversos experimentos de planejamento territorial, métodos do urbanismo soviético, do modernismo, dos Metabolistas e do Japão, que foram dominados pela técnica e a moral chinesa: a cosmotécnica (YUK, 2020). Identifica-se também as estratégias milenares de unificação e proteção do território (Império do Meio), que estão marcados nos processos de desenvolvimento territorial vistos no século XXI.

O processo de urbanização chinês inicia-se com uma ideologia “anti-urbanism” (KOOLHAAS, 2012, p. 59) e “de-urbanism” (KOOLHAAS, 2012, p.53) durante a Revolução Cultural de Mao Zedong. Neste momento, quando o campo foi foco de desenvolvimento, as cidades foram impedidas de crescer e desvalorizadas. Esta ideologia desestabilizou a política de unificação da RPC e trouxe prejuízos econômicos e sociais para o povo. Reconhecendo sua falha, a partir dos anos 80, adotou-se uma estratégia onde o processo de urbanização e, o crescimento e a construção de cidades, foi incentivado pelo governo central. Gradualmente ocorreu uma transição de um modelo econômico fechado, desconectado dos sistemas globais, para um “modelo de desenvolvimento do socialismo de mercado de tipo asiático” (JABBOUR, 2021, p.33), desta vez, tendo o processo de urbanização como meio para conectar seu território aos mercados globais. Deste modo, o processo de urbanização chinês nos últimos 30 anos focou na quantidade e na priorização da funcionalidade. Neste período, o desenvolvimento econômico e a inserção da China no mercado global estava no centro do processo, e,

consequentemente, os aspectos culturais em segundo plano. Entretanto, nos últimos anos, a China tem passado por uma transição, da quantidade para qualidade, da funcionalidade para vitalidade, deslocando-se do centro econômico para um centro cultural. Wang Zhong, diretor do departamento de Urban Design da Central Academy of Fine Arts (CAFA), é quem nos apresenta essa mudança de paradigma para o que ele chama de “soft cities”, onde segundo ele, a arte é o motor da inovação e do desenvolvimento urbano - “Art Leads Urban Design”.

Identifica-se um ponto de partida comum no desenvolvimento territorial do Leste Asiático nos últimos 100 anos. O Japão, no início do século XX, tinha um projeto chamado “Esfera de Co-Prosperidade do Leste Asiático”, que incluía China, Manchuria, Mongólia, Tailândia, Vietnã, Laos, Burma, Filipinas e Indonésia. Este projeto, interrompido pela segunda guerra mundial, buscava levar infraestrutura e desenvolvimento aos países vizinhos. Desde então, é possível identificar um DNA que ressurge no pós-guerra com o movimento Metabolista, e se conecta, teoricamente, à iniciativa Belt and Road Initiative da China no início do século XXI. Esta hipótese é um exemplo de uma forma de indução do mesmo através do diferente, que busca por uma perspectiva histórica não Ocidental. Deste modo, podemos ter uma leitura dos processos recentes de desenvolvimento territorial da China, vinculando-os a fatos históricos e atores do Leste Asiático. O que se entende por urbano e rural na China, é fundamentado numa história pouco conhecida por nós, consequentemente, seus processos de urbanização são muitas vezes incompreendidos pelo Ocidente. Existe um profundo desconhecimento de nossa parte da cultura e da filosofia chinesa, exemplo: um sistema codificado de escrita milenar que desconhecemos. Reconhecer o que é diverso, sem trazer os sistemas de pensamento ocidentais, possibilitará um encontro inter-civilizatório. Deste encontro, emerge a oportunidade de contarmos a história na perspectiva de uma outra civilização. Portanto, trabalho com o filósofo chinês Yuk Hui, na hipótese de que os repertórios epistemológicos e metodológicos ocidentais não são válidos para entender o processo recente de desenvolvimento territorial chinês, e de que precisamos buscar uma cosmotécnica (YUK, 2020) chinesa.

## Xiongan e a ecocivilização

Em abril de 2017, a China anunciou o estabelecimento da Nova Área de Xiongan<sup>14</sup>, abrangendo três condados na província de Hebei, cerca de 100 km a sudoeste de Pequim (ver figura 4). Xiongan é uma nova área de “importância nacional” após a Zona Econômica Especial de Shenzhen e a Nova Área de Pudong de Xangai, de acordo com o documento, que foi aprovado pelo Comitê Central do PCCh e pelo Conselho de Estado. É “uma estratégia que terá uma importância duradoura para o milênio que se aproxima e um acontecimento nacional significativo”, diz o plano. Xiongan será o local para as funções não capitais de Pequim. A área se tornará um novo lar para as faculdades, hospitais, sedes comerciais e instituições financeiras e públicas de Pequim que atendem aos requisitos de status e desenvolvimento de Xiongan. Cidade modelo na história da humanidade. Ela é considerada como um Testing Ground for New Urbanization in China - uma Zona de Desenvolvimento Econômico, assim como um modelo global para uma Eco City e uma Smart City.

O governo chinês adotou uma estratégia de urbanização a partir de 2010, empenhando-se não apenas no aumento da porcentagem de pessoas que vivem nas cidades, mas também na qualidade do desenvolvimento do seu território. Na tabela 1, estão listadas as principais iniciativas realizadas pelo governo chinês para a construção de cidades-modelo, que desempenham um papel significativo na aceleração da experimentação e consolidação de estratégias de desenvolvimento urbano/ territorial em todo o país.

Em Xiongan, há uma ênfase no uso de tecnologias digitais com investimento governamental em novas infraestruturas redes de telecomunicações de última geração (5G), inteligência artificial (IA) e centros de dados – sistemas de detecção inteligente em toda a cidade [a Internet das Coisas (IoT)] e capacidade de computação urbana/ cérebro da cidade (IA). O projeto busca desenvolver centros de médio e pequeno porte, conectados não apenas digitalmente, mas também fisicamente ao cluster Pequim-Tianjin e ao mundo. De Xiongan ao novo Aeroporto Internacional de Pequim (Daxing), são 20 minutos de trem. Por ser também uma Zona de Desenvolvimento Econômico, e uma Zona

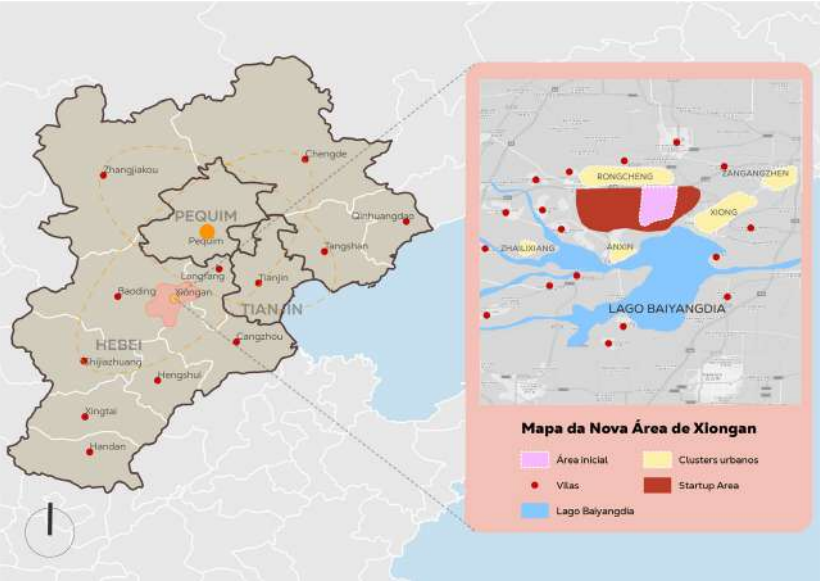


Figura 04: Mapa da nova área de Xiongan e visão geral do desenvolvimento urbano. Adaptado de China's City of the Future (YANGQIU; NING; XUETING, 2021).

de Livre Comércio, possui incentivos para receber investimentos internacionais focados na indústria 4.0, centros de pesquisa, universidades e startups. A ideia é que Xiongan receba sedes de instituições de internacionais e empresas vinculados ao Belt and Road Initiative, entre outras instituições nacionais.

No contexto de uma ecocivilização, o estabelecimento da Nova Área de Xiongan será um território de teste em termos de transformação e avanço da urbanização na China. Um dos objetivos da construção de novas áreas é estabelecer um padrão de espaços urbanos que entrelaçam o azul (áreas úmidas) e o verde (florestas, campos agrícolas e grama) para integrar água e cidade, priorizando o ambiente ecológico. O objetivo é atingir indicadores de desempenho verdes até 2035 que incluam 70% de espaços azuis com mais de 40% de cobertura vegetal. O projeto também inclui, a criação de um sistema de transporte inteligente automatizado e otimizado totalmente elétrico. As diretrizes para a arquitetura incluem a economia de água, sistemas “esponja”, edifícios verdes, uso de materiais de construção verdes, separação de águas pluviais e residuais, águas residuais cíclicas, processamento e reciclagem de resíduos, fornecimento de energia elétrica gerada por energias renováveis e construção de sistemas de aquecimento utilizando energia limpa.

Modelo	Data de início	Administrando instituição do governo	Administrando instituição do governo	Nº. de cidades do modelo
Eco-cidade de baixo carbono	2010	Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma	Pioneira do desenvolvimento de baixo carbono, desenvolvimento de sistemas industriais de baixo carbono que são verdes, eficientes energeticamente e recicladores de recursos	81
Cidade de inovação	2010	Ministério da Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Nacional e Comissão de Reforma	Fomentar força motriz para o desenvolvimento que melhora a qualidade urbana através da inovação na pesquisa científica e tecnologia, inovação em princípios e modelos de gestão para o desenvolvimento urbano, etc.	57
Smart Cities	2012	Ministério da Habitação e Desenvolvimento Rural Urbano	Incentivar o planejamento urbano, a construção, a gestão e a operação mais inteligente e mais eficaz através da aplicação do IOT, nuvem, e de outras tecnologias de informação da próxima geração	290
Eco Cities	2012	Ministério da Habitação e Desenvolvimento Rural Urbano, Ministério das Finanças	Incentivar o planejamento, a construção e a operação de cidades e áreas que são energeticamente eficientes e amigáveis ao meio ambiente, melhoram os ambientes urbanos e estabelecem ambientes habitacionais	139
Cidade esponja	2015	Ministério das Finanças, Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano-Rural, Ministério dos Recursos Hídricos	Impedir danos urbanos e melhorar as capacidades de redução do risco de desastres, construindo cidades de esponja com funções para absorção, armazenamento, purificação e distribuição de água	30

Tabela 03: Principais iniciativas da cidade de modelo sendo realizadas pelo governo chinês (YANGQIU; NING; XUETING, 2021).

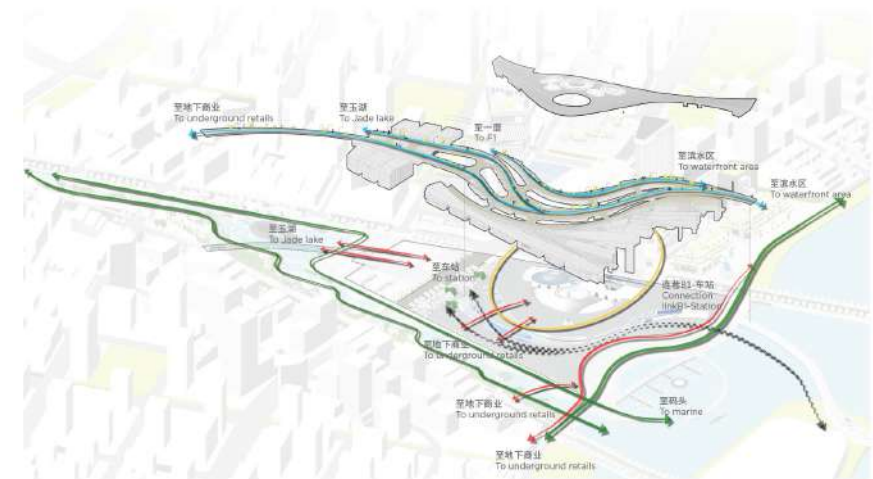


**Figura 05:** Projeto urbano do *master plano* de Xiongan desenvolvido pelo escritório Chapman Taylor. Fonte: chapmantaylor.com<sup>15</sup>.



**Figura 06:** Projeto urbano do *master plano* de Xiongan desenvolvido pelo escritório Chapman Taylor. Fonte: chapmantaylor.com<sup>15</sup>.

visivelmente expressivos e significativos no desenho. O principal eixo que atravessa Xiongan é a ferrovia de alta velocidade que conecta outros blocos em série criando um grande cluster de desenvolvimento territorial. O desenvolvimento é uma linha, e não um limite. Xiongan é uma “área”, deste modo, o termo “cidade” pode ser questionado aqui se olharmos para Xiongan com os referenciais epistemológicos e metodológicos do urbanismo ocidental. Uma linha sempre está pronta para ser esticada em qualquer uma de suas extremidades ou ser atravessada, cortada por outra linha, tecendo uma rede. Sem marcar um ponto de desenvolvimento centralizador no território, o urbano se expande num sistema ecológico, priorizando a qualidade e a sustentabilidade deste sistema. A linearidade desestimula a centralidade de Pequim ao transferir para a área de Xiongan os novos equipamentos públicos de Pequim.



**Figura 07:** Diagrama dos níveis da Estação Intermunicipal de Xiongan, objeto do *master plano*. Fonte: chapmantaylor.com<sup>16</sup>.



**Figura 08:** Imagens digitais de vistas aéreas da Estação Intermunicipal de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.

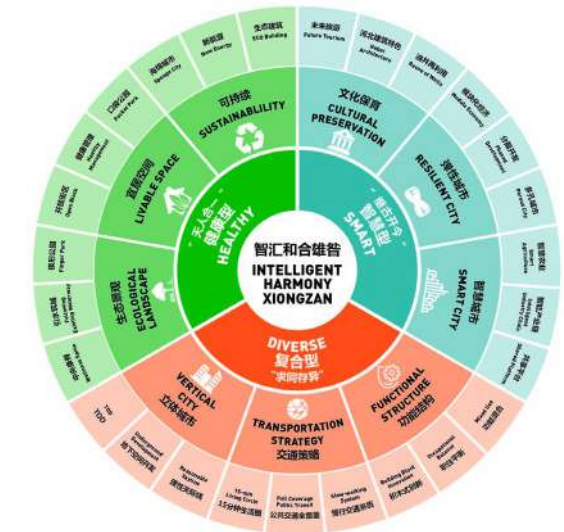


**Figura 09:** Imagens digitais de vistas aéreas da Estação Intermunicipal de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 10:** Imagem digital de vista interna da Estação Intermunicipal de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.

**Figura 11:** Diagrama conceitual com as principais diretrizes do projeto, que culminam nos três principais objetivos. Fonte: architecturayempresa.com<sup>17</sup>.



**Figura 12:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.





**Figura 13:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 14:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 15:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 16:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 17:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 18:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 19:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 20:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.



**Figura 21:** Imagens a nível do observador de espaços urbanos públicos integrantes do master plano de Xiongan. Fonte: chapmantaylor.com<sup>17</sup>.

## Considerações finais

Reconhecemos que o mundo tem um futuro compartilhado por diferentes civilizações e que nenhuma delas é superior às outras. A história da humanidade está sendo reescrita por meio de um potente diálogo intercivilizatório. Estamos aprendendo a respeitar todas as culturas e conhecendo a especificidade de cada civilização para conquistar o desenvolvimento criativo de uma civilização maior – a civilização humana. Percebemos que a China possui uma alternativa de desenvolvimento econômico que coloca a técnica no seu devido lugar. Com uma visão cosmotécnica, a China tem moldado seu futuro. A cosmotécnica não é de modo algum, uma questão exclusivamente chinesa. Todas as culturas devem refletir sobre a questão da cosmotécnica a fim de desenvolver sua própria cosmopolítica. Cabe a nós urgentemente, recuperar o legado das civilizações ancestrais do nosso continente. Precisamos resolver os conflitos urbanos, sociais e ambientais que o processo de industrialização trás, buscando a harmonia entre os seres humanos e a Natureza, para construirmos uma ecocivilização global. Devemos buscar o diálogo para minimizar pautas polarizadas que imobilizam o desenvolvimento de civilizações sujeitadas ao Norte Global. Aprendemos com a China que, ao unir a moral com a técnica, a profecia do apocalipse pode se afastar em bifurcações da linha do tempo global. É preciso diversificar o pensamento e as visões/ perspectivas para termos escolhas e esperança no

futuro. É importante notar que a proposta de ecocivilização de Xi Jinping, com uma abordagem claramente cosmopolítica, se afasta da política anti-desenvolvimentista do marxismo cultural e ambiental justificados no Antropoceno e na singularidade tecnológica.

## Notas

**1:** Esta crise será tratada mais adiante neste texto quando abordarmos o aceleracionismo.

**2:** Devido às alterações que os humanos estão gerando no clima e na biodiversidade do planeta, alguns especialistas consideram que entramos no antropoceno, uma nova época geológica que se seguiria ao holoceno, o período com temperaturas mais quentes após a última glaciação. O conceito “antropoceno” — do grego anthropos, que significa humano, e kainos, que significa novo — foi popularizado em 2000 pelo químico holandês Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de química em 1995, para designar uma nova época geológica caracterizada pelo impacto do homem na Terra. De acordo com um recente estudo publicado na revista Nature, a massa de tudo o que foi construído pelo ser humano no planeta em 2020 (massa antropogênica) superou, pela primeira vez na história, a massa conjunta dos seres vivos (biomassa). Seu peso seco situou-se em torno de 1,1 teratons, e o estudo não contabilizava a massa de lixo. Só para termos uma ideia, o peso de tudo o que existe hoje em Nova York criado pelo homem é igual ao peso de todos os peixes do mundo, enquanto só a massa de plásticos existente no planeta já dobra a massa de todos os animais terrestres e aquáticos. (IBERDROLA, 2020)

**3:** Blade Runner é um filme de ficção científica neo-noir honcongo-estadunidense de 1982 dirigido por Ridley Scott.

**4:** O Cybernetic Culture Research Unit (CCRU) foi um coletivo experimental de teóricos culturais baseado na Warwick University, Inglaterra, criado em 1995 e gradualmente separado da academia até se dissolver em 2003. Ganhou reputação por sua “teoria-ficção” idiossincrática e surreal que incorporou o terror

ciberpunk e gótico, e seu trabalho, desde então, teve um culto de seguidores on-line relacionado ao aumento da popularidade do aceleracionismo. Extraído de: [https://en.wikipedia.org/wiki/Cybernetic\\_Culture\\_Research\\_Unit](https://en.wikipedia.org/wiki/Cybernetic_Culture_Research_Unit) Acesso em: 12 de Novembro de 2021.

**5:** “Os metabolistas protestavam continuamente e ativamente contra o planejamento urbano gerado pelo CIAM, contra academias e instituições, contra ‘estático formalismo moderno de caixas quadradas’. Eles diziam estar suplantando a analogia feita pelo movimento moderno da cidade como máquina e implantando outra analogia, a da cidade como organismo vivo. A tomada da cidade como organismo vivo se associava a ideia de produção do espaço urbano expressando características da civilização de seu tempo (idéia comum à Renascença). A dinâmica da cidade era um dos pontos centrais na composição de suas macroestruturas.” (CAÚLA E SILVA, 2008, p. 46-47)

**6:** Apoiados na reflexão de Bauman (2017), identificamos o que chamamos de projetos retroativos. São projetos marcados pelo medo de caminhar rumo ao futuro, tendo a insegurança e a sustentabilidade como uma das justificativas para a paralisação. São projetos marcados por ajustes pontuais, correções que assumem a impossibilidade do homem dialogar com a natureza, e propõe retroações ou formas de reverter projetos executados no passado. Aqui estabelecemos um diálogo com Bauman no que chamamos de retrotopias urbanas.

**7:** A palavra “projetamento” (em inglês arcaico, projectment) aparece no livro de Ignácio Rangel, Elementos de economia do projetamento (1959). O projetamento pode ser visto de várias formas. A primeira é o processo histórico no qual o ato de projetar grandes investimentos passou a ser central em economias capitalistas e socialistas. Nessas sociedades, o economista e o engenheiro de projetos são figuras fundamentais na cadeia de intervenção do Estado na economia. A financeirização e o fim da União Soviética encerraram as experiências de economias de projetamento “antigas”. Na China, o “projetamento” volta com força sob a forma de uma economia na qual a movimentação da lei do valor encontra grandes restrições, abrindo a possibilidade de existência de uma economia baseada em grandes projetos.

Caracteriza-se também por ser uma economia voltada para a construção de grandes bens públicos (setor improdutivo ou “fundos de consumo”, segundo Marx, a construção de um setor voltado para o enriquecimento espiritual do ser humano com investimentos em saúde, educação, esporte, lazer, etc.) Mas o “projeto” em si pode ser visto somente dentro dos parâmetros de uma grande operação contábil. Trabalhamos com a ideia de que o socialismo ainda não é um modo de produção maduro. Nesse sentido, o projeto e o projetamento têm uma essência caracterizada pela razão como instrumento de governo e forma histórica mais avançada com a qual o socialismo se mostra ao mundo. O projetamento (razão, “governo baseado na ciência”) é a antítese da irracionalidade capitalista e do fetichismo do homem sobre si mesmo. Só se fetichiza o que não se controla. O projetamento é um passo fundamental da libertação humana de seus próprios dramas. (JABBOUR, 2021, p. 240).

**8:** Análise dos temas e abordagens projetuais de alunos do penúltimo ano do curso em uma disciplina. Com uma abordagem mais desenvolvimentista, a disciplina apresenta um desafio de pensar o futuro urbano. Uma parte da turma tem resistência ao desenvolvimento, com uma visão cética do planejamento territorial. Uma outra parte não consegue acreditar e pensar o futuro.

**9:** Vamos desenvolver mais adiante a ideia cosmopolítica do filósofo Yuk Hui.

**10:** Disponível em: <http://k-punk.abstractdynamics.org/>

**11:** *Research Network for Philosophy and Technology. Yuk Hui, Biography. In: Philosophy and Technology.* Disponível: <http://philosophyandtechnology.network/yuk-hui/> Acesso em: 21 de outubro de 2021.

**12:** “Singularidade tecnológica é a hipótese que relaciona o crescimento tecnológico desenfreado da super inteligência artificial a mudanças irreversíveis na civilização humana. Segundo essa hipótese, a “reação desenfreada” de um agente inteligente atualizável com capacidade de auto-aperfeiçoamento (como um computador que executa inteligência artificial baseada em software) geraria cada vez mais rapidamente, indivíduos dotados

de uma super inteligência poderosa que, qualitativamente, ultrapassa toda a inteligência humana.” Extraído de: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Singularidade\\_tecnol%C3%B3gica](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Singularidade_tecnol%C3%B3gica) Acesso em: 5 de Agosto de 2021.

**13:** *Homo Deus* é título do livro de Yuval Noah Harari que fala da dominação da humanidade pela Inteligência Artificial.

**14:** Informações oficiais do governo chinês estão disponíveis nos seguintes locais: (i) Xiong'an New Area. Disponível em: <http://www.xiongan.gov.cn/> Acesso em: 4 de novembro de 2021. (ii) Chinese government. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/> Acesso em: 4 de novembro de 2021. (iii) Xiongan Online. Disponível em: <http://en.rmxxiongan.com/> Acesso em: 4 de novembro de 2021. (iv) China News Service. <http://www.ecns.cn/> Acesso em: 4 de novembro de 2021.

**15:** Disponível em: <https://www.chapmantaylor.com/zh/projects/xiongan-new-area-urban-designs>. Acesso em 12 de nov. de 2021

**16:** Disponível em: <https://www.chapmantaylor.com/zh/news/chapman-taylor-creates-concept-design-for-xiongan-intercity-station-in-chinas-hebei-province> . Acesso em 15 de nov. de 2021

**17:** Disponível em: <https://arquitecturayempresa.es/noticia/urbanismo-del-siglo-xxi-masterplan-de-xiongan> . Acesso em 19 de out. de 2022

## Referências

BAUMAN, Z. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2017.

BECKETT, Andy. *Aceleracionismo: como uma filosofia marginal previu o futuro em que vivemos*. Medium. Trad.: Materialismos. 28 de março de 2017. Disponível em:

<https://medium.com/materialismos/aceleracionismo-como-uma-filosofia-marginal-previu-o-futuro-em-que-vivemos-fda234b8852> . Acesso em: 20 out. 2021.

BLADE Runner. Direção: Ridley Scott. Los Angeles: Warner Brothers, 1991.

BLASCO, L. 'Veneza do Novo Mundo': conheça a capital asteca antes da colonização espanhola. In: América Latina. São Paulo: BBC News Mundo, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58252874>

CARON, J. P. zEros land, sellars e o aceleracionismo. Das Questões, v. 6, n. 1, 20 set. 2018. Pp. 01 - 24. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/18704>. Acesso em: 20 out. 2021.

COSTA, C. Como realmente era a América antes da chegada de Colombo? In: América Latina. São Paulo: BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-36af0f00-a464-4e05-8abc-0af6f62c5e3f> Acesso em: 2 de novembro de 2021.

COSTA, F. N. Irracionalismo e evolução sistêmica (uma tréplica). In: Brasil debate. São Paulo: Carta Capital, 2019 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/irrationalismo-e-evolucao-sistemica-uma-treplica/> Acesso em: 2 de novembro de 2021.

CAÚLA E SILVA, A. M. de. Trilogia das Utopias Urbanas: Urbanismo, HQ's e Cinema. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura/ PPG-AU, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O anti-Édipo. Trad.: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

\_\_\_\_\_. O que é a filosofia? São Paulo: Editora 34, 1992.

GONÇALVES, R. S.; XIMENES MARQUES, V. Por uma política orientada ao futuro: a provocação filosófica e estratégica do "aceleracionismo de esquerda". Das Questões, [S. l.], v. 12, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/34941>. Acesso em: 12 nov. 2021.

HARDT, M.; NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IBERDROLA. O Antropoceno: a era em que o artificial tem mais peso que o natural. Blog Sustentabilidade, Subholdings Latam, conteúdo online. Campinas: Iberdrola Ingeniería y Construcción, S.A.U, 2020. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/o-que-e-antropoceno> Acesso em 5 de novembro de 2021.

JABBOUR, E. Para não negarmos o futuro: Por uma visão brasileira do mundo. Indisciplinar, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 22–33, 2020. DOI: 10.35699/2525-3263.2020.26243. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26243>. Acesso em: 12 ago. 2021.

JABBOUR, E.; DANTAS, A. Ignacio Rangel na China e a "Nova Economia do Projeto". Economia e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 2 (72), p. 287-310, maio-julho 2021.

JABBOUR, E; GABRIELE, A. China: O Socialismo do Século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

KLEE, P. O Anjo da história. 1921. In: BAUMAN, Z. Retrotopia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2017, p.5.

NOYS, Benjamin. The persistence of the negative: A Critique of Contemporary Continental Theory. Edimburgo: Edinburgh Scholarship Online, 2012;

SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. #Accelerate: Manifesto for an Accelerationist Politics. In: MACKAY, Robin; AVANESSIAN, Armen (Orgs.). #Accelerate: the accelerationism reader. Londres: Urbanomic, 2013.

ROBIDA, Albert. Le vingtième siècle: la vie électrique. Paris: [S.l.], 1893. Disponível em: <https://publicdomainreview.org/collection/albert-robida-la-vie-electrique>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VADELL, J. [Org] A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2021.

XI, J. A governança da China II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019.

YANGQIU, Chen; NING, Lai; XUETING, Zhang. China's City of the Future: Xiong'an New Area. *Hitachi Review: Innovations to Improve People's Quality of Life*, [S.l], v. 70, n. 1, p. 36-44, 2021. Disponível em: [https://www.hitachi.com/rev/archive/2021/r2021\\_01/pdf/gir.pdf](https://www.hitachi.com/rev/archive/2021/r2021_01/pdf/gir.pdf). Acesso em: 14 nov. 2021.

YUK, H. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

\_\_\_\_\_. *Fragmentar el futuro*. Buenos Aires: Ed Caja Negra, 2020b.

**\*Marcelo Reis Maia** é Arquiteto e Urbanista com Mestrado e Doutorado pela FAU-USP e pós-doutorado em Economia do Projeto na UERJ. Atualmente é professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG onde tem lecionado e pesquisado temas relacionados às interfaces da tecnologia com o planejamento e o desenvolvimento urbano-territorial no Brasil e na China. e-mail: marcelo.maia@gmail.com

**\*Caio Augusto Gonçalves Silva** é graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Atualmente participa de projetos acadêmicos e parcerias com a sociedade relacionados à inovação no planejamento e no desenvolvimento urbano-territorial em Belo Horizonte e no Brasil. e-mail: caioaugustotm@gmail.com



# O Sonho Chinês: O papel da cultura na afirmação do Rejuvenescimento Nacional

## The Chinese Dream: The role of culture in the affirmation of National Rejuvenation

Jhonathan Edvar Mattos Mariano\*

### Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o papel da cultura tradicional chinesa no Rejuvenescimento Nacional. Essa meta integra a um só tempo a construção de uma sociedade socialista moderna e o resgate da China enquanto civilização milenar. A abordagem busca entender as contribuições da filosofia chinesa, do confucionismo e do taoísmo, no processo de formação do marxismo chinês e do socialismo com características chinesas. Neste sentido, tentar entender quais são os valores ancestrais influenciam nas relações diplomáticas chinesas e suas leituras na adaptação histórica da atuação da China para o século XXI. Nas recentes movimentações do Partido Comunista Chinês, estabeleceu duas grandes metas centenárias: a construção de uma sociedade moderadamente próspera e a construção de uma sociedade socialista moderna em todos os aspectos. Percebe-se uma movimentação em torno do Sonho Chinês como a síntese desse complexo processo de continuidade e inovação acerca da presença chinesa, enquanto nação. Entender a inserção internacional chinesa no atual paradigma da globalização mundial e da superação do século de humilhações durante as duas Guerras do Ópio. Será abordado a necessidade por parte do establishment chinês de renovar o orgulho nacional. Desta forma, o objetivo do texto é analisar como a cultura enquanto expressão do espírito do tempo e afirmação de elementos constitutivos da identidade nacional. Compreender as relações entre a diplomacia pública, o papel da mídia e da difusão cultural como formas de posicionar a China na ordem global. Por fim, pretende-se elencar alguns instrumentos que têm ganhado corpo durante o planejamento de uma diplomacia cultural chinesa frente à hegemonia estadunidense.

**Palavras-chave:** governança; relações internacionais; China; globalização.

### Abstract

*This article aims to discuss the role of traditional Chinese culture in National Rejuvenation. This goal integrates at the same time the construction of a modern socialist society and the rescue of China as a millenary civilization. The approach seeks to understand the contributions of Chinese philosophy, Confucianism and Taoism, in the process of formation of Chinese Marxism and socialism with Chinese characteristics. In this sense, trying to understand what ancestral values influence Chinese diplomatic relations and their readings in the historical adaptation of China's performance for the 21st century. In the recent moves of the Chinese Communist Party, it has set two great centenary goals: the construction of a moderately prosperous society and the construction of a modern socialist society in all aspects. A movement around the Chinese Dream is perceived as the synthesis of this complex process of continuity and innovation regarding the Chinese presence, as a nation. To understand the Chinese international insertion in the current paradigm of world globalization and the overcoming of the century of humiliations during the two Opium Wars. The need on the part of the Chinese establishment to renew national pride will be addressed. In this way, the objective of the text is to analyze culture as an expression of the spirit of the time and affirmation of constitutive elements of national identity. Understand the relationships between public diplomacy, the role of the media and cultural diffusion as ways of positioning China in the global order. Finally, it is intended to list some instruments that have taken shape during the planning of a Chinese cultural diplomacy against the American hegemony.*

**Keywords:** governance; international relations; China; globalization.

## Introdução

O presente trabalho tem por objetivo levantar algumas questões relativas às interações entre cultura, política e diplomacia chinesa. Nas últimas duas décadas, temos visto uma ascensão da China no cenário global, tanto por um crescimento econômico constante na casa dos 10% desde 1978, quanto por uma maior articulação com outras nações, sobretudo ao Sul Global.

Este artigo se dividirá em três sessões, a fim de dar uma visão mais ampla sobre a construção do Sonho Chinês e o papel da cultura nesse objetivo. Na primeira sessão serão abordados os impactos que o Século das Humilhações na identidade chinesa, bem como abordar o papel dos valores da filosofia da cultura chinesa na China Moderna.

A segunda parte tratará mais especificamente acerca do significado do Sonho Chinês como resgate dessa civilização milenar no rejuvenescimento nacional. Por fim, na terceira parte, como essa base valorativa orienta a diplomacia chinesa. Esse crescimento do produto interno bruto (PIB) vem acompanhado de um processo de resgate cultural de antigos valores da civilização chinesa como forma de fortalecimento da sua identidade nacional e buscando adaptar tais preceitos filosóficos para a política no século XXI.

No intento de traçar as novas tendências de desenvolvimento que se apresentam hoje no mundo. A ascensão de uma potência econômica de caráter socialista, mas orientada ao mercado. A China está integrada às cadeias globais de valor e que consolida relações com países de todos os continentes. Neste sentido, tentaremos abordar nas próximas páginas como se manifesta o Sonho Chinês na diplomacia chinesa e sua proposta de Futuro Compartilhado para a Humanidade.

A Cultura tradicional chinesa enquanto elemento de afirmação identidade nacional: a historicidade dos valores e do pensamento chinês no século XXI

### O Século de Humilhações e a China Moderna

Na trajetória da civilização chinesa desde a unificação chinesa após o período chamado de Estados Combatentes (476-220 a.C) que culminou na ascensão da Dinastia Qin, o país sempre ocupou

uma posição de centralidade no continente asiático, sendo responsável por um grande fluxo comercial e trocas culturais entre as nações da região. Fato que depois se expandiu a outros continentes por meio da Rota da Seda, entre os séculos III a.C e XIII d.C.

Apesar de curtos períodos de descontinuidade, o Império Chinês consagrou o país como nação mais rica do mundo até o século XIX, quando uma disputa de interesse com o Império Britânico em torno da venda do ópio. A substância era proibida desde 1800, no entanto, a Grã-Bretanha forçou a Índia, colônia britânica à época (MAGNO, 2015. pp.89-98), a produzir a papoula da Índia para a comercialização do ópio. Esse impasse se desenvolveu para um conflito armado em 1840, conhecido como Primeira Guerra do Ópio (1840-1842), que se encerrou com a assinatura do Tratado de Nanjing. Tal acordo deu início a uma série de tratados iníquos entre as partes, além da “permissão” para o comércio do entorpecente e a cessão de territórios, sendo Hong Kong o principal deles.

A abertura forçada da China como resultado da Primeira Guerra do Ópio e dos diversos tratados desiguais que se seguiram, a começar pelo Tratado de Nanjing, de 1842, que estabelecia a entrada praticamente livre de produtos estrangeiros, a cessão de portos e cidades, a extraterritorialidade para os ingleses e pesadas indenizações, destruiu de forma violenta qualquer pretensão de centralidade e superioridade dos chineses. (MAGNO, 2015)

O fim da guerra foi seguido por sucessivas ocupações de potências estrangeiras: Grã-Bretanha em 1842-43, depois pelos EUA e França em 1844, e pelos três novamente mais a Rússia em 1858. Essa movimentação culminou na Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), seguido da ocupação de Pequim em 1860, destruindo símbolos da cultura chinesa, como foi o caso do Palácio de Verão.

Fanon, por exemplo, afirmava enfaticamente que a principal arma utilizada pelos franceses era a imposição de uma imagem aos povos colonizados – uma imagem evidentemente negativa e depreciativa do colonizado que, uma vez internalizada por ele, bloqueavam as possibilidades da luta pela emancipação. A primeira tarefa, portanto, deveria ser a luta para modificar essa imagem, uma luta

pela autoconsciência e pelo reconhecimento (FREDERICO, 2016, p.237-254).

Esse cenário de sucessivas derrotas, perda de territórios e penúria material, que se desenrolou entre a Primeira Guerra do Ópio, da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-95) e a queda da Dinastia Qing (1644-1912) (MAGNO, 2015, pp.89-98) ficou conhecido como o Século de Humilhações. A Dinastia Qing, marcada por denúncias de corrupção, é vista como contrária aos interesses nacionais. Após isso, a dinastia foi derrubada em meio a um amplo movimento de contestação de caráter republicano, nos quais se inseriram lideranças importantes como Sun Yat-Sen e Zhou Enlai. Ao final desse processo, inaugurou-se a República da China (1912-1949), sob condução do Kuomintang (Partido Nacionalista), liderado à época por Sun Yat-Sen, abrindo caminho para a construção da China moderna.

A liderança e as ideias de Sun Yat-Sen foram centrais na reunificação e na reconstrução da China, após a queda da dinastia. Sua obra “Os Três Princípios do Povo” (MAMIGONIAN, 2008, p.145-170), que pautava a necessidade chinesa em se erguer em torno dos princípios do nacionalismo, da democracia e da prosperidade. Essa base axiomática serviu de fundamento para uma série de movimentos que sucederam a Revolução Xinhai (1911-1912), como o movimento Quatro de Maio de 1919 (após o fim da Primeira Guerra Mundial), a fundação do Partido Comunista Chinês (1921) e posteriormente a Revolução Comunista de 1949. Uma década após a Revolução Xinhai, ou Primeira Revolução Chinesa, foram assinados uma série de acordos em Washington, em 1922 (MAMIGONIAN, 2008, p.145-170), que tratavam sobre o direito ao mar, o tipo de embarcação e a carga que poderia ser transportada, no entanto, foi o Tratado das Nove Potências firmado entre Japão, EUA, Bélgica, Reino Unido, China, França, Itália, Holanda e Portugal. O Tratado das Nove Potências reinsertou a China no sistema internacional, de forma autônoma, reafirmando sua soberania sobre seu território, ainda que de forma desvantajosa.

Foi sob essa conjuntura de humilhação secular por potências estrangeiras, acordo díspares, subjugação econômica e cultural, que se desenvolveu a necessidade de reconstruir a nação chinesa e de resgatar os valores de sua antiga civilização como forma de reerguer o orgulho e a auto-imagem nacional (MARCUSE, 1967).

## Confucionismo, taoísmo e marxismo

Neste tópico será abordado um pouco da base filosófica que constitui o ethos chinês e sua inserção na dinâmica atual. O geógrafo Armen Mamigonian, relega a longevidade da civilização chinesa a três aspectos:

1) a gênese e expansão da agricultura intensiva de arroz; 2) o nascimento de filosofias civilizatórias e tolerantes como o taoísmo e o confucionismo (século VI a.C); e 3) o surgimento e a consolidação da administração pública que precocemente deu origem a um Estado nacional (século III a.C.) (MAMIGONIAN, 2008)

Estes elementos ajudam a compreender a relação dialética entre homem e natureza, manifesta a partir do Livro das Mutações no yin e yang, e de certa forma, a percepção de tempo e de organização social. Uma vez que o arroz é produto que demanda dedicação, organização e disciplina. O Taoísmo, inspirado nos escritos de Lao-Tsé, via a natureza como um sistema único de interações, onde as transformações se constituíram ao longo do tempo. A relação do homem com os seus semelhantes deve valorizar a bondade e buscar o caminho da virtude. De forma complementar, a prosperidade não estava ligada à abundância, mas à satisfação das necessidades humanas “na vida basta um punhado de arroz e um chapéu”. Assim como a natureza, as gerações também criaram uma linha de continuidade e transformação, onde o passado ilumina o presente e a sujeição de todos sob o mesmo céu.

Diferente da filosofia ocidental, de princípios idealistas e fundamentos metafísicos, a filosofia chinesa se pautava nas relações materiais, na observação do mundo e na sua interferência sobre ele. Um dos próceres do pensamento chinês, Confúcio, estabelecia uma necessidade de ordem e hierarquia como elementos da boa condução da sociedade. Por vezes visto como um ideário reacionário e de desigualdade entre as pessoas, a ponto de ter sido perseguido durante a Revolução Cultural, o confucionismo detinha um caráter conservador, mas não orientado à inércia e sim à harmonia.

Segundo Armen Mamigonian (MAMIGONIAN, 2008, p.145-170), a bondade para o filósofo não era inerente ao ser humano e sim, um resultado das ações de um homem no mundo. Dessa forma, deve-se atender a reciprocidade como princípio, onde a bondade

de um deve ser recompensada com a bondade da outra parte. No entanto “a maldade deveria ser corrigida com a justiça”, não com a vingança, dessa forma se presumia dois elementos-chave, a obediência como princípio organizativo e o direito à rebelião contra o injusto como princípio moral. Confúcio, identificava o parâmetro de um bom governo como síntese da “abundância de alimentos, poder militar suficiente e confiança do povo”, ou seja da capacidade de prover o sustento, defender seu nacionais e representar os anseios de seus governados.

Desta forma, pode-se afirmar que ambos os filósofos (Lao Tsé e Confúcio) são guiados por uma base dialética de observação do mundo e de construção da história. Ainda que discordantes quanto à função do governo e à necessidade material que se traduz na prosperidade, existe uma confluência sobre o direito da população e à resistência frente às injustiças. Por fim, de forma breve, a legitimidade do poder na história chinesa é ligada à figura do Mandato dos Céus, que deriva das interações entre povo, poder e natureza. Sendo assim, o bom governante deve prover ao povo uma boa gestão dos recursos, a fim de evitar a fome e a penúria. O bom governo deve proteger seus nacionais de ameaças, sejam elas humanas, como povos invasores, ou naturais como é o caso das intempéries no período de monções. Dessa necessidade deriva o direcionamento do Estado na construção de grandes obras de infraestrutura, como é o caso da Grande Muralha e na contenção das águas, evitando maiores impactos das enchentes e aprimorando a produção de arroz.

Nesse afã, o terceiro elemento pautado na existência, consolidação e continuidade do Estado se apresenta como uma necessidade histórica dada a complexidade do território chinês, conforme demonstrado acima. Entretanto, existem dois outros elementos na constituição desse ferramental, a excelência dos mandarins, funcionários públicos concursados, e uma orientação ética do governante, na qual a corrupção pode ser a motivação para a perda do mandato dos céus como forma de correção justa de uma ordem desarmônica e ineficiente.

O marxismo chinês é resultado da conciliação dessas antigas filosofias com os movimentos revolucionários que culminaram na Revolução Russa. Após 1917, diversos países foram influenciados pelo caráter anti-imperialista e contra-hegemônico inspiraram a criação de um partido (1921) e um movimento comunista na China.

Diferentemente de outras nações e da própria União Soviética, a China nunca teve como objetivo a transposição do modelo soviético em seu território. Pelo contrário, os marxistas chineses sempre se debruçaram na construção de uma teoria socialista adaptada à história chinesa (MAMIGONIAN, 2008, p.145-170). A sinicização do marxismo é uma tarefa carregada ao longo das gerações, desde Mao Zedong, sempre em oposição ao chamado dogmatismo (MAO, 1956), objetivando o resgate da civilização chinesa. A questão do socialismo com características chinesas abordada mais adiante.

### O Sonho Chinês e o Rejuvenescimento da Nação

Quando comemos as frutas, devemos pensar em suas árvores; quando tomamos água devemos pensar em sua fonte

Yu Xin

Os termos sonho chinês e rejuvenescimento da nação são cada vez mais frequentes em discursos de autoridades públicas, documentos e planos estratégicos chineses. Ambas as expressões se referem à superação do processo de humilhação histórico comentado na última sessão.

O Partido Comunista Chinês estabeleceu duas Metas do Centenário, que guiam o planejamento das políticas do Estado na grande política (FREDERICO, 2016, p.237-254).

Só assim é possível sair da “pequena política”, da fragmentação cultural dos particulares que não se entendem, para a “grande política”: a luta contra a exploração econômica, fonte primária da desigualdade e dos conflitos contra as formas de discriminação social das diferenças.

## O Sonho Chinês como resgate da civilização chinesa

Os termos sonho chinês e rejuvenescimento da nação são cada vez mais frequentes em discursos de autoridades públicas, documentos e planos estratégicos chineses. Ambas as expressões se referem à superação do processo de humilhação histórico comentado na última sessão.

A nação chinesa tem uma história civilizatória contínua de 5.000 anos e criou uma vasta e profunda cultural, dando contribuições indelévels para o progresso da humanidade. (...) concretizar o sonho chinês da grande revitalização da nação chinesa têm como objetivos a prosperidade do país, o revigoramento da nação e a felicidade do povo, objetivos que refletem profundamente o ideal dos chineses hoje(..) ( XI, 2016).

A primeira é a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos até 2021, onde a erradicação da extrema-pobreza ocupa a posição de centralidade na celebração do Centenário do PCCh. A primeira meta foi alcançada no fim de 2020.

No décimo sexto Congresso do Partido Comunista Chinês, ( 2002), foi apresentado um plano para o objetivo nacional de longo prazo da China: transformar a atual sociedade chinesa até 2020 em uma sociedade moderadamente próspera (xiaokang) onde as pessoas desfrutem de uma vida confortável. (MELISSEN, 2014, p. 88-103) (Tradução do autor)[1]

A segunda meta, refere-se ao centenário da República Popular da China, em 2049, quando o planejamento chinês dedica-se à construção de uma sociedade socialista moderna em todos os aspectos. Para isso, o último 14º Plano Quinquenal (2021-2026) estabelece em cada tópico uma série de reformas modernizantes, visando a construção de uma sociedade próspera, reunificada completamente, uma China forte, pacífica, tecnológica e ambientalmente avançada.

A construção de uma China pacífica e segura (平安中国) atingirá um novo patamar, com a defesa nacional e a modernização das forças armadas basicamente alcançadas. A vida das pessoas será ainda melhor, e progressos

mais óbvios e substantivos terão sido feitos em direção ao desenvolvimento humano abrangente e à prosperidade comum para todos. (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2020, p 1-141) (Tradução do autor)[2]

O professor de Harvard, Graham Allison, em suas elaborações sobre a aplicação da armadilha de Tucídides ao conflito entre China e Estados Unidos e a centralidade em evitar um novo conflito entre potência hegemônica e ascendente. Nesse ínterim, Allison tenta analisar os processos de ascensão chinesa ao longo da história, reconhecendo sua política de não-agressão durante a existência do Império do Meio. Para tentar compreendê-lo, sistematiza os quatro principais objetivos geopolíticos da China sintetizado no sonho chinês, como segue a seguir:

- 1) Revitalizar o Partido, acabar com a corrupção interna, restaurar seu senso de missão e restabelecer sua autoridade aos olhos do povo chinês;
- 2) Reviver o nacionalismo e patriotismo chinês para instilar o orgulho de ser chinês;
- 3) Engendrar uma terceira revolução econômica. Xi sabe isso implicará reformas estruturais politicamente dolorosas para sustentar as taxas de crescimento insustentável da China;
- 4) Reorganizar e construir o exército chinês para que ele seja capaz de, como afirma Xi, 'combater e vencer'. (ALLISON, 2020, p.49-217, 2020)

A análise de Allison aborda os desdobramentos do sonho chinês no plano interno, neste ponto não contempla como esse ideal se pronuncia no plano externo. No plano geopolítico, esta política simboliza um novo processo de globalização pautado na superação do trilema de Rodrik (RODRIK, 2011, 2017) entre hiperglobalização, democracia e autodeterminação nacional. Observa-se nesse trilema, que se avolumou após 1974, com o começo da Nova Ordem Econômica Internacional, o fim do paradigma de Bretton Woods e a ascensão neoliberal. Na prática esse processo de hiperglobalização (RODRIK, 2011) resultou em uma nova divisão internacional das cadeias de produção, a partir da abertura da conta de capitais, do processo de dissolução das fronteiras nacionais, da desregulamentação da proteção social aos cidadãos e da redução da soberania nacional frente à

transnacionalização de capitais.

Tendo como resultado nos últimos 20 anos, sobretudo no pós-2008, uma crise social como a perda de empregos, de pauperização das classes mais empobrecidas, de estagnação do poder de compra da classe média e de concentração exorbitante de riqueza dos 1% mais ricos. Outra consequência é a crise do sistema representativo que garantiu a hegemonia política do modelo democrático-ocidental, pautada na democracia representativa e na defesa dos direitos humanos. A China, observando as falhas desse processo de hiperglobalização, como o crescimento da disparidade econômica entre as classes, a perda da identidade nacional frente ao liberalismo embutido (COX, 1992, pp. 511-524). Na prática, a diplomacia e o establishment chinês têm colocado em pauta um processo de globalização moderada, orientada a superação de infraestruturas subdesenvolvidas, alguns casos ainda coloniais, em países do Sul Global. A reforma do sistema multilateral, a inclusão das nações do Sul nos processos decisórios, o desenvolvimento como forma de ascensão pacífica e a redivisão dos “ganhos” da globalização.

A China propõe uma internacionalização produtiva com objetivos comuns para além do aumento da sua influência no mercado global, pautada na realização de investimentos na construção de obras de infraestrutura em outros países. A dupla circulação chinesa marcada pela interação entre consumo interno e exportações, transita do binômio investimento/consumo, fase necessária para fomento do mercado de trabalho e do mercado consumidor - e necessária para a estabilidade econômica chinesa em períodos de turbulência -, para o binômio dos investimentos e das exportações, que marca os anos 2000.

### Rejuvenescimento da Nação e o socialismo com características

O processo de Rejuvenescimento da Nação na atualidade é atravessado pela construção do “Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” (XI, 2019), esse termo amplamente usado em seus discursos e nos documentos mais recentes.

A busca existencial para se reafirmar como nação e entidade política forte e próspera tem sido a preocupação fundamental na história moderna da China. Desde a derrota na Guerra do Ópio no início da década de 1840(...) O século XX foi marcado pela luta

ininterrupta da China para realizar o “sonho chinês”, isto é, o grande rejuvenescimento histórico da nação chinesa (XI, 2019)

Existe um processo de continuidade entre as cinco gerações de dirigentes (XI, 2015) do PCCh da Era Mao, Deng Xiaoping, Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping. Cada um desses períodos reformulou e inovou o modelo de acumulação chineses, bem como a construção do socialismo, ora assumindo uma maior liberalização e abertura, ora com maior participação do Partido na regulamentação da economia interna, preservando nos entes públicos o planejamento da política externa. O materialismo-dialético é o fio condutor da visão de mundo e a metodologia do PCCh, consequentemente do desenvolvimento nacional e sua inserção no mundo conforme segue o trecho adiante:

Deng Xiaoping era extremamente adepto a resolver questões práticas pela aplicação do materialismo dialético. Ele enfatizou que devemos compreender as principais questões do estágio primário do socialismo e sustentar o desenvolvimento econômico enquanto nossa tarefa central; que devemos refinar nosso trabalho por testes constantes e aderir ao critério de “três favoráveis” (determinando que o que fazemos é favorável ao crescimento das forças produtivas da sociedade socialista, aumentando a força geral do estado socialista e elevando os padrões de vida do povo); e que devemos dar igual ênfase ao progresso material, cultural e ético, “atravessar o rio sentindo as pedras”, e balanceando a relação entre planejamento econômico e o mercado, entre permitir que poucos prosperem primeiro e garantindo que todos prosperem. Jiang Zemin apontou que “sem a visão de mundo do materialismo histórico e dialético, não se pode adotar a postura correta ou a atitude racional para compreender as coisas complexas e objetivas ou apreender as leis que governam o seu desenvolvimento”. Complementando isso, Hu Jintao mencionou que “a visão de mundo e a metodologia do materialismo histórico e dialético são os elementos fundamentais do Marxismo”. (XI, 2015)

Apesar do modelo político-econômico chinês ser amplamente debatido na academia, questionando se trata-se de um modelo socialista ou uma variação do capitalismo. O establishment

chinês, não apresenta maiores dissensos, quanto a construção do socialismo com características chinesas como o caminho traçado desde 1949, apesar de suas reformas e mudanças em suas estratégias de construção

O desafio chinês hoje consiste na concretização de um grande Estado de bem-estar social que atinja gradativamente toda a população. Atuando na dissolução das disparidades econômicas entre o meio urbano e rural, mas acima de tudo, a reunificação completa da China. A consolidação, de fato, do princípio de um país e dois sistemas, que estabelece regimes diferenciados de administração entre as regiões autônomas, a China continental e ultramarina. Esse objetivo, embora historicamente embasado, como diz Kissinger “ao mesmo tempo, a história chinesa conheceu inúmeros períodos de guerra civil, interregnos e caos. Ao fim de cada colapso, o Estado chinês se recompunha como que por uma lei imutável da natureza. Em cada estágio, uma figura unificadora emergia...” (KISSINGER, 2011), esbarra na contraposição das potências ocidentais e da mídia atlanticista, sobretudo na questão do Mar do Sul da China.

Dessa forma, podemos afirmar que a construção do socialismo chinês se forma entorno da prosperidade comum, do reconhecimento chinês como potência no cenário internacional e do desenvolvimento das forças produtivas como motor de correção (ou de justiça) das distorções legadas pelo passado colonial e das contradições do processo de reforma e abertura na construção da sociedade chinesa para a Nova Era.

### O papel da cultura na globalização com características chinesas

Ao olhar para a construção da civilização chinesa, percebe-se que há um histórico de interação com as demais nações, sobretudo na Ásia, mas não só. Como se observa na constituição da antiga Rota da Seda (séculos III AC - XIII DC), que conectava comercial e culturalmente os continentes europeu, asiático e africano. No entanto, o caráter expansionista da China (ALLISON, 2020, p.49-217, 2020), não se constitui como uma trajetória imperialista de subjugação de outros povos, nem tampouco no uso da força militar como forma de exercício dos interesses nacionais chineses. Dito isso, nesta sessão serão apreciados seus princípios diplomáticos e o papel da difusão cultural na projeção internacional chinesa.

### Os princípios condutores da diplomacia chinesa

A reconstrução da nação chinesa como síntese da China antiga e moderna, dialeticamente conduzida pelo socialismo chinês (XI, 2016), contrapõe-se a um mundo de expectativa cada vez mais fluída e uma diplomacia, que por vezes, parece voluntarista e com uma visão curto-prazista. Ao contrário, a China tem uma visão de tempo enquanto processos históricos complexos e de longa duração. Neste sentido é possível antecipar algumas de suas posturas na geopolítica, das quais ressalto a resistência ao uso militar durante a resolução de conflitos, a primazia pelo consenso e a não-interferência em assuntos internos de outros países. Tais princípios se materializam no pensamento e na história chinesas na China moderna de Mao Zedong a Xi Jinping (XI, 2016):

A China é um país em rápida transição, no meio do caminho de um país pobre, atrasado e isolado com uma economia centralmente planejada para um país em rápido desenvolvimento, com uma economia de mercado (socialista), integrando-se à economia mundial e trabalhando, em larga escala, dentro do sistema internacional de organizações multilaterais (Tradução do autor) (MELISSEN, 2014, p. 88-103)[3]

Os princípios que foram desenhados em 1954, nos quais a China afirmou sua atuação com outros países com base em cinco princípios idealizados por Zhou Enlai (STAIANO; VADELL, 2020): (1) respeito mútuo à soberania e à integridade nacional; (2) não-agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Até hoje são esses os princípios que desenharam a atuação da China. Segundo a autora Ingrid d'Hooghe (MELISSEN, 2014, p. 88-103), os objetivos estratégicos chineses no campo diplomacia cultural podem ser divididos em quatro pontos principais:

1. o reconhecimento da China como um exemplo de empenho na construção de um futuro mais próspero, ao passo que busca construir mecanismos de informação de massa sobre suas decisões;

2. a imagem nacional como uma parceira econômica estável e confiável, que busca usar como pilares de sua ascensão pacífica o desenvolvimento e o aumento do investimento externo direto;
3. que suas lideranças sejam vistas pela comunidade internacional como uma potência responsável e não-beligerante;
4. o respeito pela sua cultura, seus símbolos, sua ancestralidade, sua riqueza e sua longevidade enquanto civilização e a valorização de suas expressões culturais.

Na atualidade, a política externa chinesa afirmou alguns nortes organizativos como desenvolvimento e adaptação das ideias de Zhou Enlai ao século XXI e em um mundo globalizado. O professor Javier Vadell sistematiza em seu texto “China y Europa en la gobernanza global “Rivales sistémicos”: o unidos en la construcción de una “comunidad de futuro compartido”? (STAIANO; VADEL, 2020), alguns princípios que guiam a visão de mundo chinesa, como explicita na passagem a seguir:

Um dos principais objetivos da governança chinesa é a construção de uma “Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade”, (Rénlèi míngyùn gòngtóngt), rumo à criação de uma nova ordem mundial. Essa expressão ainda não tem um significado claro para os estudiosos ocidentais, que continuam a interpretá-la com esquemas que não pertencem às teorias chinesas. Tentando explicar seu conteúdo por meio das teorias atuais das relações internacionais chinesas, podemos propor a seguinte análise, incluindo pelo menos três expressões chinesas que inovaram profundamente as relações internacionais por meio de novos modelos teóricos e boas práticas: “relacionalidade”, “autoridade humana” e “simbiose” (Tradução do autor) (STAIANO; VADELL, 2020)[4]

## Diplomacia cultural

Uma das contribuições do professor Eytan Gilboa, em seu texto “Diplomacy in the Media Age: three models of uses and effects”, delimita três tipos de atuações diplomáticas, e suas interações com o poder político (GILBOA, 2001), quais sejam:

1. Uma diplomacia pública, desempenhada por agentes públicos

qualificados e com a primazia do respeito aos mecanismos diplomáticos tradicionais;

2. Uma diplomacia midiática, exercida pelos grandes conglomerados de comunicação, que ajudam na construção de imagens e narrativas acerca de conflitos e Estados no cenário global. Dessa forma a mídia assume um aspecto de paradiplomacia e muitas vezes como um terceiro não-neutro no processo decisório;

3. Uma diplomacia de bastidores: onde o papel comunicacional ganha um elemento diplomático como antessala das negociações entre as partes conflitantes, mas em um sentido de permitir um espaço de negociação de autoridades que, por vezes, encontram-se em cisões diplomáticas que impedem o diálogo por meios oficiais.

Na concepção do atual líder chinês, Xi Jinping, a dinâmica cultural chinesa se deve, dialeticamente, à valorização das tradições chinesas e da sua capacidade de adequação ao momento presente. Algumas menções como “eliminar o antigo e desenvolver o novo” ou na “transformação criativa” e “pelo desenvolvimento inovador da cultural tradicional” apontam essa ideia da contradição entre história e futuro de uma nação como fruto das interações entre povo, cultura e identidade no processo de construção da nação e da civilização chinesa. Para isso, o desenvolvimento desses saberes devem lançar mão dos recursos marxistas, da cultura tradicional chinesa, em conjunto com a filosofia e as ciências sociais de outros países. Por outro lado, percebe-se uma diversificação dos usos da cultura em sua diplomacia. Não só a valorização como elemento de unidade interna, mas a inserção de trocas culturais entre nações, a conexão dessa pauta como parte do conceito de ascensão pacífica da China. A necessidade de internacionalizar sua cultura e o papel dela na construção de uma imagem positiva perante o mundo, demonstrando uma continuidade que perpassa por toda a história da China moderna. Desde Mao Zedong, ocorre a tradução de obras chinesas para japonês, inglês, espanhol e francês (MELISSEN, 2014, p. 88-103). Além disso, na disputa ideológica, também foram direcionadas ao público estrangeiro, as publicações que falam sobre o desenvolvimento nacional chinês e a superioridade do modelo comunista.

A criação de mecanismos de difusão das ideias e dos valores chineses na seara global se intensificou no final da década de

1970 (XI, 2016, p.3-35) com as políticas de reforma e abertura de Deng Xiaoping. Em um momento histórico que a China acabara de ser reincorporada ao sistema multilateral e à Organização das Nações Unidas, inclusive com a substituição de Taiwan no Conselho de Segurança da ONU. Esse background fortaleceu o processo de trocas culturais em larga escala, por meio da política de portas abertas e o aumento do fluxo turístico e comercial entre as mais diversas nações.

Nas últimas duas décadas, no entanto, a China trabalha para romper o isolamento, ocorrido após o episódio da Praça Tiananmen, em 1989, do uso das mídias tradicionais, dos blogs e de outros veículos de comunicação. A criação de instituições voltadas ao compartilhamento do pensamento, da política e da cultura chinesa, como se pode inferir pela criação de think tanks dentro e fora do país. Também o uso de ferramentas oficiais dessa diplomacia cultural como a criação do Instituto Confúcio como centro de difusão oficial, a rede televisiva Chinese Global Television Network (CGTN), a agência de notícias Xinhua e a tradução e a disponibilização dos White Papers, dos Planos Quinquenais, as informações sobre o funcionamento do sistema político chinês, bem como resoluções das esferas políticas internas como as Duas Sessões, das decisões do Comitê Central do PCCh, de discursos e de legislações desde 1949 até os dias atuais.

O papel que as agências culturais, sejam elas pertencentes ao Estado ou de propriedade privada, desempenham no tabuleiro internacional não é um fato novo na disputa política. O período da Guerra Fria, possibilita-nos uma límpida conexão entre as pretensões político-ideológicas e os usos da cultural como ferramenta de convencimento, influência ou, em alguns momentos, de desestabilização de projetos que ameacem os interesses em questão. A China parece ter percebido essa dimensão pluripartite da construção imagética das nações, e se o objetivo é a reconstrução de uma imagem de mediação, de amplitude e ser palatável de forma universal, demandará um esforço conjunto entre essas três esferas ou frentes de atuação diplomática.

## Considerações finais

Em breve síntese, as raízes históricas e filosóficas chinesas

refletem na China moderna e em sua inserção internacional. Tomando em conta como e por quais motivos, ocorreram mudanças significativas na construção da imagem de uma China diferente do período maoísta, apartada do episódio da Praça da Paz Celestial, rumo a um país de portas abertas, tecnológica e economicamente avançada.

Neste sentido, a construção de aparelhos ideológicos institucionais para a difusão mundial de ideias e valores chineses, com um sentido patriótico de orgulho de sua cultura ancestral, ainda presente. A decisão por sediar grandes eventos mundiais como os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008 e em 2022, fazem parte da construção de pontes empresariais, acadêmicas e culturais entre a China, seus vizinhos no Sudeste Asiático e em outros continentes.

O desenvolvimento da China traz consigo uma série de questões sobre a participação dos países do Sul Global no processo de governança global. Tanto do ponto de vista do resgate de culturas apagadas pelo histórico do colonialismo, como de novas interações internacionais visando o desenvolvimento mútuo.

A imagem de sucesso e tradição se misturam em uma proposta de resgate do multilateralismo como forma de compartilhar um futuro diferente do entregue durante os últimos cinquenta anos pelo paradigma ocidental. O soerguimento e a reconstrução da civilização chinesa, sob a direção do PCCh, constituem peças fundamentais dentro da proposta de rejuvenescimento da nação e na construção do sonho chinês como horizontes estratégicos na China do século XXI.

## Notas

1. Do original “At the sixteenth Chinese Communist Party Congress in 2002, a blueprint for China’s long-term national goal was presented: to transform the current Chinese society by 2020 into a ‘little prosperity’ (xiaokang) society where people enjoy a comfortable life.” (MELISSEN, 2014, p 88-103)
2. Do original “Construction of a peaceful and secure China (平安中国) will reach a new level, with national defense and armed forces modernization basically achieved. The people’s lives will be better still, and more obvious and substantive progress will have been made toward comprehensive human development and common prosperity for all.” (REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2020, p. 1-141)
3. Do original “China is a country in rapid transition, halfway on the road from a poor, backward and isolated country with a centrally planned economy to a rapidly developing, outward-looking country with a (socialist) market economy, integrating into the world economy and largely working within the international system of multilateral organizations.” (MELISSEN, 2014, p 88-103)
4. Do original “Uno de los objetivos clave de la gobernanza de China es la construcción de una ‘Comunidad de futuro compartido para la humanidad’, 人类命运共同体 (Rénlèi mìngyù gòngtóngtǐ), hacia la creación de un nuevo orden mundial. Esta expresión aún no tiene un significado claro para los estudiosos occidentales, que continúan interpretándose con esquemas que no pertenecen a las teorías chinas. Tratando de explicar su contenido a través de las teorías actuales de las relaciones internacionales chinas, podemos proponer el siguiente análisis, incluyendo al menos tres expresiones chinas que han innovado profundamente las relaciones internacionales a través de nuevos modelos teóricos y buenas prácticas: ‘relacionalidad’, ‘autoridad humana’ y ‘simbiosis’.” (STAIANO; VADELL, 2020)

## Referências:

- ALLISON, Graham. A Caminho da Guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides? 1ª Ed, Rio de Janeiro: Intrínseca. 2020.
- COX, R.W. Multilateralism and world order. In: COX, Robert W; SINCLAIR, Timothy J. Approaches to world order. Cambridge: Cambridge University Press. 1992 Cap. 22. p. 511-524.
- FREDERICO, C. O multiculturalismo e a dimensão do universal e do particular. Estudos Avançados, p.237-252, 2016.
- GILBOA, E. Diplomacy in the Media Age: Three Models of Uses Effects. (2001).
- HALL, S.; DU GAY, P. (Orgs.) Cuestiones de identidad cultural. Buenos Aires: Amorrortu/editores:- Hall, S. Introducción: ¿quién necesita la identidad?, 2011 (pp. 13-39).
- KISSINGER, H.. Sobre a China. Rio de Janeiro. Editora Objetiva. 1ª Edição. 2011. pp 19-49
- MARCUSE, H. Cultura Y Sociedad”: Acerca del Carácter Afirmativo de la cultural, 1967.
- MAGNO, B.. (2015) Segunda Guerra Sino-Japonesa: Gênese De Um Modo Asiático De Fazer A Guerra?. Trabalho de Conclusão de Curso graduação em Relações Internacionais, apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- MAMIGONIAN, A. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In: DEL ROIO, M. (Org.). Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros. Marília: Ícone, p.145-170, 2008.
- MAO, T.T. On the ten major relationships. In: DISCURSO EM UMA REUNIÃO AMPLIADA DO GABINETE POLÍTICO DO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS 1956, Pequim. Anais [...]. Pequim Disponível em: [https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5\\_51.htm](https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5_51.htm). Acesso em: 28 dez. 2021.
- MORGENTHAU, H. J. Política entre las naciones. [Trad.]. Buenos Aires : GEL, 1986, pp. 86-89.

RIBEIRO, E. T. Diplomacia cultural. Seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989. Cap. 8 (O Itamaraty e a diplomacia cultural), pp. 69-76.

\_\_\_\_\_ Cap. 6 (O Estado e a diplomacia cultural), pp. 61-66

RODRIK, D.. The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy. Nova Iorque: W. W. Norton & Company. 2011.

RODRIK, D.. Karl Polanyi and Globalization's Wrong Turn. Polanyi Lectures-WU Vienna, 2019. Disponível em: <http://www.karlpolanyisociety.com/2019/12/16/dani-rodrikkarl-polanyi-and-globalizations-wrong-turn>. Acesso em 18.set.2021.

RUGGIE, J. G. Multilateralism: the anatomy of an institution. International Organization, v.46, n.3, verão, 1992, p. 561-598,.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Outline of the People's Republic of China 14th Five-Year Plan for National Economic and Social Development and Long-Range Objectives for 2035. 2021 a, October 2020, p. 1-141

SCHNEIDER, C. Culture Communicates: US diplomacy that works In MELISSEN, J. (Org.). MELISSEN, J. Editor. The new public diplomacy. Soft power in international relations. NY: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 147-168.

\_\_\_\_\_ D'HOOGE, I.. Editor. Public Diplomacy in the People's Republic of China. NY: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 88-103..

STAIANO, M. F.; VADELL, J. China y Europa en la gobernanza global

“Rivales sistémicos” o unidos en la construcción de una “comunidad de futuro compartido”?, 2020. Boletín Transiciones del Siglo. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-3-transiciones-del-siglo-xxi-y-china/>. Acesso em 20.set.2021.

TELIAS, D.. Los foros China-CELAC y China-CEEC (17+1): una mirada desde las teorías del regionalismo. Revista tempo do mundo, n. 24, 2020. Disponível: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm24art8>. Acesso em: 21.set.2021.

XI, J.. A governança da China - Volume I. 1a Edição ed. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 41-80, 2014.

XI, J.. A governança da China - Volume II. 1a Edição ed. Rio de

Janeiro:

Contraponto, p.3-35 2016.

XI, J.. Discurso de Xi Jinping na celebração do 70º aniversário da fundação da República Popular da China. 2019. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2019/1001/c309806-9619954.html>. Acesso em: 28 dez. 2021.

XI, J.. O Materialismo Dialético é a Visão de Mundo e a Metodologia dos Comunistas Chineses. Discurso realizado na 20ª sessão de estudos em grupo do Bureau Político do 18º Comitê Central do PCC em 23 de janeiro de 2015. Publicado originalmente no Qiushi Journal, edição chinesa, nº 1, 2019 Traduzido por e disponível em: <<https://traduagindo.wordpress.com/2020/12/24/xi-jinping-o-materialismo-dialetico/>>.

**\*Jhonathan Edvar Mattos Mariano** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ); Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/9440319225352700>

[jhonathanedvar@gmail.com](mailto:jhonathanedvar@gmail.com)

[jhonathan\\_mattos@outlook.com](mailto:jhonathan_mattos@outlook.com)



# Atravessar o rio seguindo as pérolas: a influência de Shenzhen no desenho dos novos projetos urbanos globais

## Crossing the river by touching pearls: the influence of Shenzhen on new global urban projects

Danilo Caporalli e João Paulo Souto\*

### Resumo

A ascensão da China como potência no cenário mundial levanta novas perspectivas sobre estratégias e dinâmicas territoriais possíveis. Buscando um desenvolvimento pacífico, desde o início do século, o país vem aderindo às redes de produção global a partir de investimentos em projetos de integração financeira, facilitação do comércio e infraestrutura logística pautados na coordenação política. Tal estratégia alimenta uma reestruturação das dinâmicas globais, tornando a China o principal agente fomentador de novos vetores de desenvolvimento sul-sul. Essa ascensão é catalisada pelas políticas de reforma econômica iniciadas na década de 70, que visavam a abertura do país ao mercado internacional a fim de conquistar o avanço das suas bases produtivas. Nessa perspectiva, surge o principal motor dessa aceleração: as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), o que permitiu que a China atraísse investimentos e tecnologia suficientes para o desenvolvimento, ao mesmo tempo que estimulou inovações na gestão política. O sucesso dessa iniciativa vem refletindo em novos posicionamentos e estratégias de planejamento territorial pelo mundo, sobretudo nos países da periferia capitalista. Do Going Global ao Belt and Road Initiative, a China, cada vez mais, amplia sua participação na produção territorial transescalar, a partir de um planejamento cooperativo no Sul Global. Esse trabalho discutirá o projeto das ZEEs, tendo como objeto de análise a cidade de Shenzhen, perpassando por sua fundamentação política e econômica na geopolítica regional e global e a análise de aspectos de sua produção territorial. Por fim, será analisado como as ZEEs vem servindo de modelo nos novos projetos de cooperação internacional transescalares, produzindo novas perspectivas de desenvolvimento territorial por meio de modelos de gestão concebidos, experimentados, aplicados e reaplicados no Sul Global. Assim, este trabalho contribui para a compreensão dos mecanismos de planejamento, desenvolvimento e gestão territorial sob uma perspectiva chinesa e sua recente incorporação em alguns países africanos.

**Palavras-chave:** Produção territorial; Shenzhen; Going Global; Novas Rotas da Seda; China.

### Abstract

*The rise of China as a world power raises new perspectives on strategies and possible territorial dynamics. Seeking peaceful development, since the beginning of the century, the country has been joining global production networks through investments in financial integration projects, trade facilitation, and logistics infrastructure based on political coordination. This strategy fuels a restructuring of global dynamics, making China the main agent fomenting new vectors of south-south development. This rise is catalyzed by the economic reform policies initiated in the 1970s, which aimed to open the country to the international market in order to advance its productive bases. In this perspective, the main engine of this acceleration emerges: the Special Economic Zones (SEZs), which allowed China to attract sufficient investments and technology for development, while stimulating innovations in political management. The success of this initiative has been reflected in new positions and strategies of territorial planning around the world, especially in the countries of the capitalist periphery. From the Going Global to the Belt and Road Initiative, China has increasingly expanded its participation in trans-scalar territorial production, from cooperative planning in the Global South. This paper will discuss the project of SEZs, having as its object of analysis the city of Shenzhen, going through its political and economic foundations in regional and global geopolitics and the analysis of aspects of its territorial production. Finally, it will analyze how the SEZs have been serving as models in new trans-scalar international cooperation projects, producing new perspectives for territorial development through management models conceived, tested, applied and reapplied in the Global South. Thus, this work contributes to the understanding of territorial planning, development and management mechanisms from a Chinese perspective and their recent incorporation in some African countries.*

**Keywords:** Territorial production; Shenzhen; Going Global; New Silk Roads; China.

## Introdução

Quando Deng Xiaoping lançou a famosa frase “Atravessar o rio sentindo as pedras” ele se referia a uma metodologia de desenvolvimento baseada na observação e conhecimento de jornada. Tal perspectiva se reflete em sua política pragmática, lançada após o fim da gestão de Mao Tsé-Tung, colocando a China em um novo eixo de estratégias políticas. Como primeira aposta, o líder mirou no desenho de um sofisticado projeto político-territorial de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que foi responsável por abrir a China ao mercado internacional.

Ascendendo em níveis nunca vistos na economia mundial, a China se apresenta como o principal caso de sucesso político-econômico do século XXI. Esse cenário decorre de uma complexa engenharia social projetada em programas que alinham de forma estratégica os interesses nacionais com as dinâmicas geopolíticas, permitindo que o país pudesse atingir níveis inimagináveis de prosperidade. Nos últimos 40 anos a sociedade chinesa vivenciou a saída de mais 700 milhões de pessoas da extrema pobreza, o aumento da expectativa de vida de 35 para 77 anos e o crescimento de salários mais rápido do mundo (CAMBUHY, 2020).

Esses avanços transbordam de suas fronteiras à medida que o país vem também assumindo novas posições e responsabilidades nas dinâmicas globais. Segundo Marcos Costa Lima (2018), após o fim da gestão de Mao Tse-Tung e o colapso da União Soviética, a China vem ensaiando uma ascensão a partir do desenvolvimento pacífico atrelada à cooperação e à integração internacional, sem buscar a disputa de uma hegemonia, mas inflando um mundo multipolar (LIMA, 2018, p.13-42). Tal estratégia resultou na rápida formação de alianças e programas transnacionais, como da (i) formação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) em 1996, (ii) da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) em 2014, em parceria com as principais potências emergentes da época: Brasil, Rússia, Índia e África do Sul e, mais recentemente, (iii) da criação da Parceria Econômica Regional Abrangente, considerado o maior acordo de livre comércio já feito em sua

história. O caráter desenvolvimentista assume a lacuna deixada pelas potências do ocidente, que passaram a assistir programas internacionais de auxílio social em detrimento dos investimentos em infraestrutura (DOMÍNGUEZ, 2018, p.139-184). Projetos como Going Global e One Belt, One Road vêm ampliando a base comercial e de investimentos chinesa em direção a países estratégicos na Ásia, do leste europeu e da África, por meio de empreendimentos industriais e de infraestrutura, fomentando o desenvolvimento de novas redes e escalas no sistema de produção e abastecimento global (DOMÍNGUEZ, 2018; LIMA, 2018).

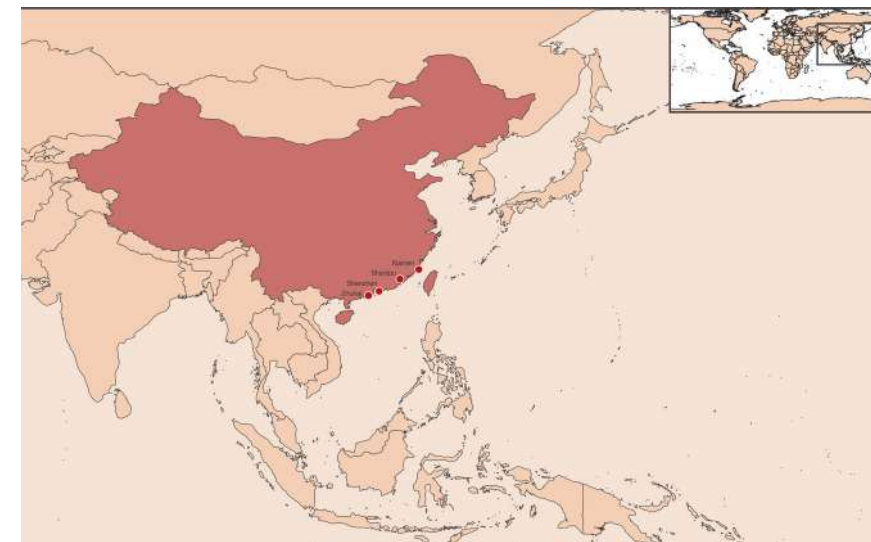
Ana Mariana Burger (2018, p.186-194) amplia dizendo que a emergência chinesa vem guiando novos posicionamentos e perspectivas nas dinâmicas globais, sem o desejo de interferir na autonomia dos países colaboradores, limitando-se ao auxílio financeiro e técnico para o desenvolvimento de projetos transescalares. Graças ao sucesso dessas medidas, países em desenvolvimento passaram a espelhar seus modelos de planejamento, aspirando ao mesmo grau de progresso que a China atingiu. Dessa forma, o país vem reorientando as dinâmicas globais ao se posicionar como uma nova via de desenvolvimento, que vai de encontro à hegemonia ocidental, a partir de articulações próprias de agentes, programas e instituições, junto aos países em desenvolvimento, que desafiam a rede atlanticista-neoliberal.

A rápida ascensão chinesa é produto das audaciosas reformas econômicas estimuladas durante a gestão de Deng Xiaoping, quando o país começava a abrir suas fronteiras ao capital internacional, almejando um desenvolvimento industrial, tecnológico e financeiro. As reformas marcaram um movimento de adaptação da estratégia política chinesa, que sintetizaria a leitura das suas próprias particularidades culturais-sociais, amalgamadas com o modelo de desenvolvimento asiático e o Estado Socialista (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p.146). Ademais, cabe destacar que todo esse processo foi marcado por intensas experimentações territoriais que estimularam o revisionismo, ampliação e rupturas nas estratégias e entendimentos políticos da época (TAO; LU, 2018).

As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) se inserem nessa perspectiva. O projeto foi inicialmente desenhado no fim da década de 70, servindo como espaços laboratoriais para as reformas. Graças a extensão territorial chinesa e a falta de amplo apoio político, era impossível para a gestão de Deng Xiaoping que a agenda de abertura fosse dada em escala nacional (WU, 2012, p.12). Em linhas gerais, as ZEEs surgem a partir do repertório político acumulado pelos estudos levantados por sua alta comitiva ainda em 1978, após uma jornada de viagens oficiais a mais de 50 países (WU, 2012, p.13). Assim, dois anos depois, em 1980, durante a 15ª Reunião do Quinto Congresso Nacional Popular da China, as ZEEs são estabelecidas oficialmente, contando com 4 territórios: Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen (ZHANG, 2012, p.275) (Figura 1). O projeto serviria como a principal janela que abriria a China para o Mundo, em um novo movimento de abertura pós Mao Tse-Tung (HUANG, 2017, p.68). Porém, cabe ressaltar que apesar de experimental, esse projeto ainda se desenhava de forma cautelosa e pragmática, seguindo a linha de governança de Deng Xiaoping (HUANG, 2017; ZHANG, 2012; WU, 2012).

A escolha dos territórios foi dada por conta das suas posições geográficas, que eram estratégicas ao desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Buscava-se a captação de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e o aproveitamento da infraestrutura e redes de produção que vinham se consolidando em outros territórios do leste asiático. Naquele momento, com o fim da segunda guerra mundial, o Japão e a Alemanha passaram a ser os principais destinos de investimentos estadunidenses. Esse cenário levou ao deslocamento da indústria de base americana à principal potência do leste asiático, fomentando o processo de industrialização em cascata de toda a região (HUANG, 2017, p.76; WU, 2012, p.9-11). Esse movimento gerou a rápida ascensão dos Tigres Asiáticos (Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul e Hong Kong) como potências industriais na década de 1970, expandindo as escalas de produção regional (HUANG, 2017, p.76; WU, 2012, p.10-11). Atento a essa onda de transferência tecnológica, Deng Xiaoping buscou tornar a China, a partir das ZEEs, um alvo de investimentos dos países vizinhos emergentes. Para tal, as ZEEs contariam com vantagens fiscais excepcionais, a partir de acordos por joint-ventures, ao mesmo

tempo que seriam destino de massivos investimentos do Estado no desenvolvimento da sua infraestrutura.



**Figura 01:** Localização das ZEEs.  
Fonte: elaborado pelos autores

Neste artigo, iremos trabalhar como o planejamento das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) chinesas influência na elaboração e produção de novas perspectivas e projetos territoriais no Sul Global, tendo como objeto principal de análise e comparação o caso da cidade de Shenzhen, localizada na região sul do país, que atualmente é tida como principal modelo do sucesso do planejamento chinês. Buscaremos também identificar continuidades, adaptações e rupturas existentes entre os projetos que seguem a influência do modelo das ZEEs chinesas de planejamento. Para tanto, foi aplicado o método de análise bibliográfica, com uma sistematização de informações. Utilizamos uma organização dupla: i) inicialmente marcamos cada evento narrado pelas principais fontes bibliográficas aqui apresentadas e os ordenamos por cronologia; em seguida, ii) avaliamos suas temáticas e desdobramentos, traçamos novas linhas que amarraram os eventos em uma cadeia - não necessariamente cronológica - para análise.

## Velocidade SHENZHEN

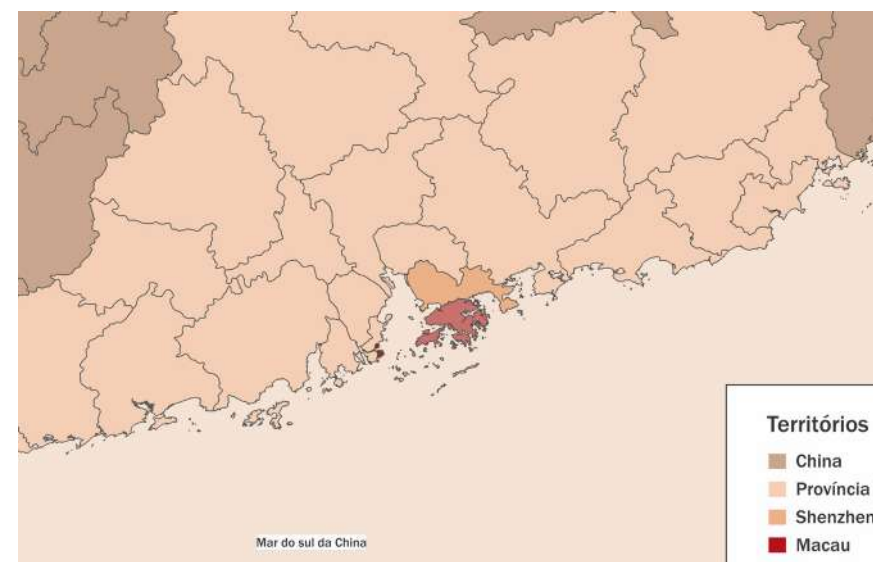
Localizado na região do Delta do Rio das Pérolas, na província de Guangdong, Shenzhen é um dos maiores exemplos de sucesso entre as estratégias de planejamento territorial chinês. Em pouco mais de 50 anos, a região passou de uma comunidade rural para um dos maiores polos de produção tecnológica do mundo, tornando-se berço das principais empresas de inovação do país. Sua ascensão foi tão imediata que lhe rendeu a expressão “Velocidade Shenzhen”, em alusão a construção do Edifício Internacional de Comércio de Shenzhen de 50 andares e 160 m de altura, que foi levantado em 37 meses, em uma média de um pavimento a cada três dias (TAO; LU, 2018, p.111; HUANG, 2017, p.65). Essa velocidade também se reflete no campo econômico, nos primeiros 16 anos de implementação das ZEEs, a cidade viu um crescimento anual médio do seu Produto Interno Bruto (PIB) de 47% e, entre 1980 e 2010, sua população saltou de 340 mil para 10,36 milhões de habitantes (HUANG, 2017, p.65).

Devido a sua posição geográfica, o antigo Condado de Bao'an, território escolhido para sediar o projeto, seria uma região estratégica que somaria interesses da China e de Hong Kong, com quem compartilhava as mesmas fronteiras. De um lado, a ZEE se aproveitaria da infraestrutura produtiva da ilha, atraindo investimentos e modernizando sua tecnologia industrial, enquanto a elite honconguesa se beneficiaria da mão de obra e acesso a matéria prima chinesa para estender sua base industrial. Esse cenário foi sendo construído a partir de uma complexa engenharia político-territorial que sintetiza 3 fatores-chaves: (I) inovação institucional; (II) integração das escalas de produção globais; (III) planejamento estatal centralizado.

## Das vilas fantasmas à SHEKOU

Antes de Shenzhen o território da ZEE era composto por uma região dividida entre 320 vilas administrativas especializadas na produção agropecuária, voltadas ao cultivo de arroz, batata, amendoim, frutos do mar, pescado, gado e suínos (WU, 2012, p.3-5). O adensamento da região foi estimulado, principalmente, após 1949, com incentivos do governo para a criação de comunas

**Figura 02:** Localização de Shenzhen  
Fonte: elaborado pelos autores



agrícolas, o que resultou no predomínio da população rural, que chegou a representar mais de 90% dos 314,1 mil habitantes de Bao'an (WU, 2012, p.3).

O enfoque no desenvolvimento agrícola fez com que a região assumisse uma frágil base industrial, suas fábricas serviam apenas a demanda interna das atividades do campo, bem como na produção de fertilizantes e ferramentas de trabalho (WU, 2012, p.5). Dessa forma, à medida que Hong Kong ascendia economicamente, devido à sua industrialização, Bao'an passou a sofrer com ondas emigratórias, atraídas pelas oportunidades de emprego e consumo da ilha, resultando no declínio populacional da região a partir de 1961 e na formação de vilas fantasmas (HUANG, 2017, p.68; WU, 2012, p.3). As emigrações ilegais causavam sérias preocupações à Pequim, a situação era tão crítica que, em 1977, Deng Xiaoping visitou a região. No entanto, em vez de aumentar o sistema de segurança de fronteiras, o governo central interpretou as emigrações como sendo um problema resultante do contraste entre a condição econômica de Bao'an e Hong Kong, dada por anos de ineficientes políticas de desenvolvimento (WU, 2012, p.7-8).

A partir daí, Bao'an passou a ser alvo das novas políticas que vinham se desenhando no movimento de reforma e abertura de

Deng Xiaoping, graças ao forte potencial de desenvolvimento do condado por conta da sua baixa ocupação, fronteira direta com Hong Kong e a grande quantidade de mão de obra disponível. Em 1978 o condado é enquadrado, junto a Zhuhai, como territórios estratégico para a política de reforma dentro do Relatório de Economia e Comércio de Hong Kong e Macao, elaborado pelo grupo de estudos econômicos formados pelo Ministério Nacional de Comércio Estrangeiro e a Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional (TAO; LU, 2018, p.135). No ano seguinte Bao'an é elevada à condição de município de Shenzhen, e 4 meses depois é criado o parque industrial de Shekou, a partir dos investimentos da empresa China Merchants (WU, 2012, p.14). Em 1980 é delimitada, em Shenzhen, a área de operação da ZEE, contando com 327.5 km<sup>2</sup> dividida em 4 comunas: Fucheng, Futian, Nantou e Shekou (HUANG, 2017, p.69).

### Entre enclaves e linhas

Em linhas gerais o desenvolvimento territorial de Shenzhen é marcado por enclaves produtivos, por onde são canalizados e controlados, sob a inteira atenção do Estado, os investimentos e acesso à matéria prima. Apesar de restritos, esses enclaves logo catalisaram um intenso processo de ocupação, graças à onda de migrações atraídas pela oferta de emprego, que levaram ao desenvolvimento completo de toda a província.

A delimitação da zona foi marcada por um cercamento de muros, que se aproveitava da topografia existente para criar um rígido isolamento da ZEE em relação a China, desestimulando travessias ilegais (MA; BLACKWELL, 2017, p.128). Sua construção foi iniciada em 1982 e finalizada no ano seguinte (MA; BLACKWELL, 2017, p.128), sendo apelidado como “Segunda Linha”, em alusão a “Primeira Linha” que separava o país de Hong Kong (HUANG, 2017, p.72). Dessa forma, a industrialização se concentrava entre a “Primeira” e “Segunda” linha, enquanto grande parte dos operários se assentava ao norte e realizavam movimentos pendulares de longa distância, já que o custo de moradia dentro da ZEE era muito alto (MA; BLACKWELL, 2017, p.130). Ao longo das décadas seguintes, o desenvolvimento e

ocupação de Shenzhen estariam completamente atrelados ao caminho das reformas econômicas orientadas ao mercado, servindo como objeto de experimentações cujos resultados passaram a pautar as decisões do alto escalão político chinês. Tao e Lu (2018) explicitam que esse processo, em sua completude, pode ser dividido em 4 estágios marcados por táticas concomitantes.

### 1º estágio (1978-1984)

O primeiro estágio das reformas se inicia com o objetivo de criar um ambiente propício ao desenvolvimento do sistema de competição, alinhando o fluxo de mercadorias e produção com a lógica de oferta e demanda, necessária à economia de mercado (TAO; LU, 2018, p.121-122). Nesse período, Shenzhen evidenciou reformas pelo Conselho de Estado na sua política de terras e de abastecimento.

A política de terras foi objeto de reforma de 1979 a 1981, obtendo avanços ao permitir o parcelamento de áreas e operações descentralizadas no território mediante a cobrança de taxas de usos. Isso, a priori, para empresas de joint-ventures sino-estrangeiras (TAO; LU, 2018, p.150). Já a política de abastecimento veio a ser reformada logo depois, em 1984, pela adoção do fim do controle sobre o fornecimento de alimentos e cotas de matérias primas, bem como redução do sistema de preços (TAO; LU, 2018, p.121-122). Além disso, em 1980, a zona teve fortes investimentos estatais para a construção de novos parques-enclaves industriais, quais foram: i) Shangbu, que seria desenvolvida pela ação conjunta de diversos ministérios nacionais ligadas a produção industrial e; ii) Bagualing, que seria ocupado por empresas de engenharia locais (HUANG, 2017, p.72). Três anos depois são financiados os enclaves de Yuanling para comportar as residências dos operários e a Universidade de Shenzhen, que serviria para a formação profissional da região (HUANG, 2017, p.72). Dessa forma, cada um dos enclaves funcionaria com ligeira autonomia em sua produção, acarretando um desenvolvimento territorial fragmentado, que seria costurado por uma malha de infraestrutura única, mesclando linhas rodoviárias e ferroviárias.

Ainda em 1979, seria elaborado o primeiro plano diretor da cidade, que previa abrigar 500 mil habitantes até 1990, com foco no desenvolvimento das duas zonas industriais, em uma área de 50 km<sup>2</sup> costurada por uma rede de rodovias que guiaram sua expansão (WU, 2012, p.20). No entanto, em 1982, o plano precisou passar por revisões, já que não estava atendendo às perspectivas de desenvolvimento. Assim, um novo plano surge pelas mãos de 73 profissionais, vindos de Pequim, Shanghai e Guangzhou, com o aconselhamento da alta classe de empresários de Hong Kong (WU, 2012, p.20). Ao todo, o novo plano propunha a expansão para 118.6 km<sup>2</sup>, divididos em 18 áreas funcionais, com a ocupação de um milhão de habitantes até o ano 2000 (WU, 2012, p.21). O plano também abordava as futuras estratégias econômicas da cidade, como a delimitação de um centro financeiro e administrativo em Futian e áreas comerciais em Luohu, Nantou e Shangbu. Por fim, definia o objetivo de modernização industrial a partir de investimentos em ciência, aprimoramento de equipamentos e tecnologias de produção e a busca por eficiência econômica (WU, 2012, p.21-22). No ano seguinte, o plano passou por uma nova revisão, buscando absorver estratégias adotadas em Singapura, delimitando um cinturão verde ao longo das rodovias principais (WU, 2012, p.22).

## 2º estágio (1985-1992)

O segundo estágio de reformas é marcado pela continuidade no processo de flexibilização, mas agora de forma mais intensa e alinhada com a entrada de IED e o desenvolvimento do mercado imobiliário (TAO; LU, 2018, p.122-124).

Um passo importante dado no começo, ainda em 1986, é o desenho do primeiro plano de reforma acionária das empresas estatais que, logo, se desdobraria na criação das primeiras casas de câmbio, assim como a emissão de ações de empresas locais em padrões internacionais nos anos seguintes (TAO; LU, 2018, p.138). Esse processo foi finalizado com a criação da Bolsa de Valores de Shenzhen em 1991 (TAO; LU, 2018, p.141), que inaugurou o distrito de Futian, enclave destinado às atividades do mercado financeiro (HUANG, 2017, p.73).

Simultaneamente, são dados os primeiros passos para evoluir a base industrial de manufaturados. Na época, segundo Huang (2017), a cidade vinha se integrando ao modelo 3C de produção, baseado na comunicação, coordenação e cooperação. Isto é, importava peças e produtos intermediários de baixo valor dos países vizinhos para então montar bens de maior valor agregado e, por fim, serem exportados através de Hong Kong, que mantinha vantajoso acordos comerciais com o ocidente (HUANG, 2017, p.76). Assim, são criados dois parques industriais, sendo eles: o de i) Alta Tecnologia, em 1985, próximo a Universidade de Shenzhen, e ii) o parque de Tian'an, em 1989, formado por joint-ventures honconguesas (HUANG, 2017, p.72-73).

Outro feito importante nessa época, tendo em vista o seu rápido crescimento, se dá pelo desenho de um novo plano diretor. Em 1986, o plano é levantado de forma semelhante ao processo anterior, contando com uma equipe de 64 profissionais, estabelecendo estágios de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo (HUANG, 2017, p.22-23). Foi proposta a ampliação da área ocupada pela ZEE para 122,5 km<sup>2</sup>, com 15 zonas industriais, 179 áreas residenciais, 22 parques municipais e um cinturão verde de 140 km (HUANG, 2017, p.22-23). O plano se desenhava com referência nos modelos urbanos de Hong Kong, que prezavam pela eficiência, e de Singapura, marcados pela qualidade na paisagem e ambiente urbano (BACH, 2017, p.34).

Por fim, esse estágio se encerrou com uma profunda reforma no sistema de terras. Em 1988, é aprovada uma medida constitucional que passava a permitir que o direito de uso do solo pudesse ser transferido entre pessoas físicas e organizações, mantendo a propriedade da terra pelo Estado. Isso gerou uma margem para a atribuição de valor e negociação, fomentando o desenvolvimento do mercado imobiliário e a ocupação, ainda mais acelerada, de empresas estrangeiras no país (SCHULTZ, 2016, p.164-165). No ano seguinte, o Governo Municipal lança seu primeiro plano de habitação na ZEE, permitindo a produção de moradia orientada ao mercado (TAO; LU, 2018, p.123).

### 3º estágio (1993-2002)

A partir da década de 1990 a China vê uma reestruturação da sua política de reformas e planejamento. Naquele período, entre final da década de 1980 e início dos anos 1990, o país se via em profunda instabilidade interna, graças a alta na inflação em 1988, e aos conflitos sociais de 1989, levando a paralisação das reformas (TAO; LU, 2018, p.117-118; TAO; LU, 2018, p.122-123). Além disso, com o caminhar do fim da União Soviética em 1991, o ocidente tornou mais rígidas as suas sanções à China (WU, 2012, p.36), o que intensificou o movimento de isolamento que vinha se desenhando desde a guerra fria. Dessa forma, o país passava por um momento crítico, que demandaria uma mudança de estratégia, acompanhando a passagem de governança de Deng Xiaoping para Jiang Zemin, marcando uma nova rodada de inovações institucionais.

Ao assumir a liderança do país, Jiang Zemin intensifica a reforma no campo empresarial e financeiro, abrindo o país de forma mais ampla para o capital internacional. Em uma nova estratégia de “segurar os grandes”, a gestão de Zemin passou a mirar programas de privatizações das estatais, preservando e concedendo maior autonomia somente às maiores instituições. Tinha-se como objetivo promover uma melhor eficiência nas empresas, para que não dependessem mais da proteção do Estado (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p.169-171).

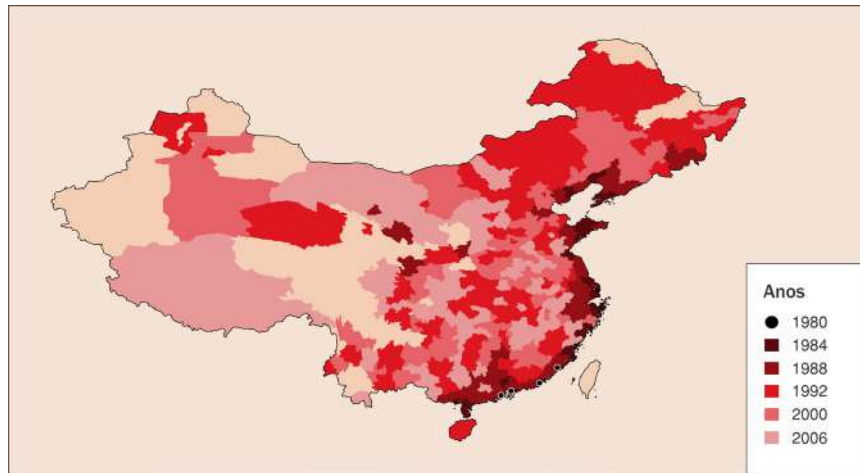
Se antes Shenzhen era concebida como uma cidade da manufatura, agora tinha-se o objetivo de desenhar uma cidade moderna e global, voltada à inovação e ao mercado financeiro (HUANG, 2017, p.66). Dessa forma, já diante de uma bolsa de valores própria, entre 1995 e 1996, a ZEE vira alvo de reformas na burocracia e na segurança do mercado de ações, que passam a facilitar operações, fornecer seguro social diante de falências ou atraso de pagamentos a trabalhadores e parear o salário mínimo ao padrão internacional (TAO; LU, 2018, p.148).

Ademais, conjuntamente, era planejado que a indústria de alta tecnologia fosse uma das novas apostas em Shenzhen, dessa forma um massivo investimento foi canalizado para o desenvolvimento do parque industrial hi-tech. A fim de superar a dependência manufatureira e desenvolver os mercados de

eletrônicos, biotecnologia, mecânica e circuitos integrados, 15 companhias embarcaram nesse programa, entre elas a IBM, Samsung, Hitachi, DuPont Toshiba, Philips e HP (WU, 2012, p.45-46). Para além da produção, a iniciativa privada também se mostrou presente no desenvolvimento de centros de inovação, respondendo por 91,5% dos institutos de pesquisa (WU, 2012, p.46). Por fim, outro processo importante desse período foi o investimento em educação especializada pelo Estado, com a criação da Zona universitária de Shenzhen, em 2000, elaborada para concentrar as principais instituições de ensino e pesquisa da região. Ao mesmo tempo, passou-se a investir no crescimento da Universidade de Shenzhen e na sua aproximação com outros centros de pesquisas nacionais (WU, 2012, p.49).

### 4º estágio (2003-atualmente)

O último estágio desse processo se dá com um movimento de expansão das reformas a todo o território nacional, pois, dado o sucesso atingido pelas ZEEs, as cidades deixam de ser apenas espaços laboratoriais para se tornarem modelo de planejamento político-territorial do país. Desde o fim da década de 90, essa expansão vem sendo ensaiada em um movimento da costa em direção ao oeste, em um processo de interiorização fomentado pelos investimentos em projetos de infraestrutura e mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e integração produtiva (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p.132). Assim, o país passa a estimular a aplicação de novas zonas e concessões econômicas especiais nos municípios do interior, o que possibilitou uma maior penetração dos investimentos (WANG, 2013). No entanto, diferentemente das ZEEs, essas novas zonas ocupam áreas menores e servem a propósitos mais particulares, como Zonas de Livre Comércio (ZLCs), Zonas de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico (ZDTEs), Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs) e as Zonas de Desenvolvimento Industrial de Alta Tecnologia (ZDIATs) (ZENG, 2012, p.3). Essa variedade de zoneamentos catalisou o surgimento de clusters com especialidades produtivas, resultando em maior diversificação industrial e tecnológica, potencializando o desenvolvimento econômico do país. Em



**Figura 03:** Expansão da abertura econômica em escala municipal entre 1980 e 2006. Fonte: Wang (2013).

2007, Guangdong possuía 228 clusters, que respondiam por 25% do PIB total da província (ZENG, 2012, p.16).

Outro ponto importante é a delimitação do distrito especial de Pudong em Xangai, que surgiu ainda no começo da década de 1990 com o objetivo de ser o principal centro financeiro da China. Pudong é então desenhado, não como espaço experimental, mas como um projeto já consolidado a partir das estratégias de sucesso que foram ensaiadas nas ZEEs anteriores (WANG, 2017, p.394-395). Assim, à medida que se desenvolvia, o mercado financeiro de Shenzhen ia se deslocando em direção a Xangai, causando o enfraquecimento econômico da cidade no começo dos anos 2000. Por outro lado, Guangzhou assumia o protagonismo no desenvolvimento industrial do Delta do Rio das Pérolas (WU, 2012, p.67). Dessa forma, em 2003, são iniciados estudos de um novo caminho para a cidade, onde Shenzhen poderia se desenvolver independentemente, assumindo um papel único na economia local (WU, 2012, p.68). A resposta veio em 2006, com a proposta de tornar Shenzhen uma cidade global, servindo como centro de exibição cultural e turística, centrada no mercado de inovação tecnológica. Agora, a principal janela da China para o mundo, se torna a vitrine da celebração do sucesso da modernização socialista (WU, 2012, p.69).

## Aprendizados a partir de SHENZHEN

Dado o seu carácter laboratorial, as ZEEs serviram como espaços de grande aprendizagem para a China. As reformas cumpriram seu objetivo de servirem como motores da prática da economia de mercado e do ganho de experiência baseado no repertório dos países desenvolvidos (TAO; LU, 2018, p.114). Ainda que fosse um movimento de abertura, o Estado manteve o controle político necessário para conter crises e instabilidades internas, alinhando os interesses de desenvolvimento com uma perspectiva consolidada de longo prazo. Esse cenário cria uma das principais bases para o desenvolvimento teórico do “socialismo de mercado”, pois a partir dos ensaios, as classes política e acadêmica chinesas puderam experimentar a absorção da produção orientada à lógica de mercado sob o Estado socialista (TAO; LU, 2018). Portanto, as ZEEs estimularam uma ampla reflexão e leitura política interna e externa, que foi essencial para o desenvolvimento das inovações institucionais e o sucesso das reformas de abertura. Deng Xiaoping expõe esse ponto durante um discurso dito em 1992:

The proportion of planning to market forces is not the essential difference between socialism and capitalism. A planned economy is not equivalent to socialism, because there is planning under capitalism too; a market economy is not capitalism, because there are markets under socialism too. Planning and market forces are both means of controlling economic activity. The essence of socialism is liberation and development of the productive forces, elimination of exploitation and polarization, and the ultimate achievement of prosperity for all. This concept must be made clear to the people. [...] In short, if we want socialism to achieve superiority over capitalism, we should not hesitate to draw on the achievements of all cultures and to learn from other countries, including the developed capitalist countries, all advanced methods of operation and techniques of management that reflect the laws governing modern socialized production. (DENG, 2006, p.242-243).

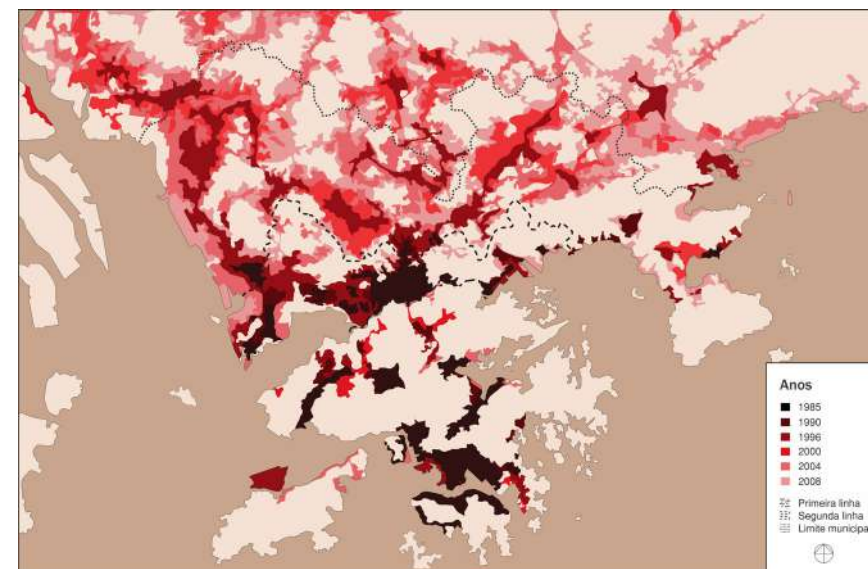
Além da reflexão interna, as ZEEs também serviram de instrumento para aliviar as tensões geopolíticas que o país

mantinha na época, especialmente com Hong Kong e Taiwan, fortalecendo as relações da China com seus vizinhos. Assim, ao propor uma abertura nas fronteiras, o fluxo de capital estimulou novos diálogos a partir dos empreendimentos, resultando em uma maior integração financeira e produtiva regional. Como resultado, o complexo formado por Hong Kong, Macau, Taiwan e Singapura foi responsável por mais de 60% dos IED na China, entre 1990 e 2008 (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p.167), sendo que em 2005, quando a China se tornou o maior destino de IED do mundo, 93% dos investimentos que entraram no país foram destinados às ZEEs (TAO; LU, 2018, p.134). Em Shenzhen, esse processo também se formalizou no território, com a facilitação da entrada de honcongueses na cidade, logo no início das reformas, até atingir a dissolução completa da “primeira linha”, ainda nos anos 2000 (MA; BLACKWELL, 2017, p.124).

Enquanto produção territorial, durante os 30 anos de reforma e experimentações, os efeitos catalisados pelo sucesso das ZEEs marcam outro importante processo de aprendizado. Em sua morfologia urbana, Shenzhen absorveu um repertório espacial bastante particular. A área de 10.000 km<sup>2</sup>, concebida inicialmente (WU, 2012, p.19), foi rapidamente superada graças ao “boom” demográfico e econômico nos anos seguintes, fazendo com que os enclaves territoriais de produção e moradia que perfuravam o território, se integrassem formando hoje uma das maiores cidades do país. No mapa abaixo, é possível perceber nitidamente como a cidade nasce a partir de manchas urbanas-industriais que, pouco a pouco, vão se unindo e marcando uma malha urbana espaçada que acompanha os ciclos de produção e suas principais linhas de infraestrutura produtiva.

A rápida densificação em Shenzhen, além de catalisar o desenvolvimento regional, expôs a necessidade de se flexibilizar o sistema “Hukou”, política que desde 1950 regulamenta a migração interna do país. Essa foi uma estratégia necessária para impedir que o êxodo rural levasse a uma ocupação elevada nas cidades, além de garantir a permanência de trabalhadores no campo, estimulando a economia e produção agrícola no continente (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p.162-174). No entanto, com o rápido crescimento das ZEEs, as cidades demandaram um montante de mão de obra maior do que se esperava inicialmente.

**Figura 04:** Expansão urbana de Shenzhen de 1985 a 2008.  
Fonte: elaborado pelos autores.



Interessados nos salários e oportunidades urbanas, migrantes rurais se deslocavam para a cidade mantendo ocupações marginalizadas, sem serem assegurados pela administração municipal com educação, saúde, emprego, ou residindo em suas vilas rurais e trabalhando nas ZEEs (O'DONNELL, 2017). Como consequência, a densificação elevou a demanda por moradia e alimentos, aquecendo o mercado de serviços urbanos. Já o movimento do trabalho inter-regional influenciou diretamente no desenho da cidade em razão da demanda por infraestruturas de mobilidade em escala regional (O'DONNELL, 2017).

Vale ressaltar que toda essa transformação espacial só se tornou possível por conta das ZEEs terem sido concebidas como territórios administrados pelo governo central. Isso permitiu que Shenzhen tivesse a melhor equipe técnica empenhada em seu planejamento. Além disso, houve um movimento conjunto com o alto empresariado regional, constantemente consultado durante a produção dos planos urbanos-industriais em expansão, que alinhou os interesses locais, nacionais e internacionais. O Estado também se fez muito presente a partir dos investimentos em estatais próprias da cidade, que serviram para acordos de joint-venture e transferência de tecnologia, além de cooperarem com o financiamento

de empreendimentos, dispondo bancos públicos locais, provinciais e nacionais ao desenvolvimento da cidade (WU, 2012; HUANG, 2017; TAO; LU, 2018). Dessa forma, tendo capital e equipe qualificada, a cidade pôde absorver, dentro das suas dinâmicas de planejamento territorial, as demandas políticas, sociais e econômicas de cada momento, se reconfigurando e se adaptando a cada estágio de estratégias assumidas pelo governo central. Essa atuação ia de encontro à tendência global de governança, pois o plano neoliberal, liderado por Margaret Thatcher, estimulava a atuação mínima do Estado na economia e no planejamento urbano, deixando a cargo das dinâmicas do mercado essa responsabilidade. Esse movimento se dava a partir de privatizações de empresas estatais e flexibilizações econômicas em detrimento das políticas sociais (TAO; LU, 2018, p.133-134).

### Quando dragões e leões de encontram

Como consequência do rápido desenvolvimento nas primeiras décadas da reforma, a China passou a aumentar sua demanda por matéria prima, no final da década de 90, levando o governo a iniciar novas redes de comércio ultramarinas (ALVES, 2013, p.208). Esse movimento se deu, principalmente, em direção a mercados emergentes na África, América Latina e Leste Europeu (ALVES, 2013, p.209). Cabe ressaltar que essa estratégia também decorre da turbulência política que o país vivia no final dos anos 1980, quando a China precisou se lançar aos países do “terceiro mundo” para driblar as sanções internacionais que vinha sofrendo (DOMÍNGUEZ, 2018, p.151).

A maior aposta na época viria em direção a África, onde a China vinha construindo uma sólida relação de cooperação ao longo do século XX. Segundo Rafael Domínguez (2018), a China desempenha em todo o continente, uma rede histórica de ajuda bilateral que se desenha no campo político e econômico. Ainda na década de 60, junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o país apoiou os movimentos de libertação a partir da frente única contra o imperialismo (DOMÍNGUEZ, 2018, p.148). Ao mesmo tempo, dava suporte ao desenvolvimento da região, por meio de investimentos em infraestrutura e ajuda

técnica, assim como pela construção da ferrovia Tanzânia-Zâmbia, entre 1970 e 1976, com 1.8 mil quilômetros de extensão (DOMÍNGUEZ, 2018, p.150). Em troca, os países retornavam apoio diplomático, contrariando o isolamento estimulado pelo ocidente à China, o que foi crucial para o reconhecimento da política “Uma só China”, em 1972 (DOMÍNGUEZ, 2018, p.149).

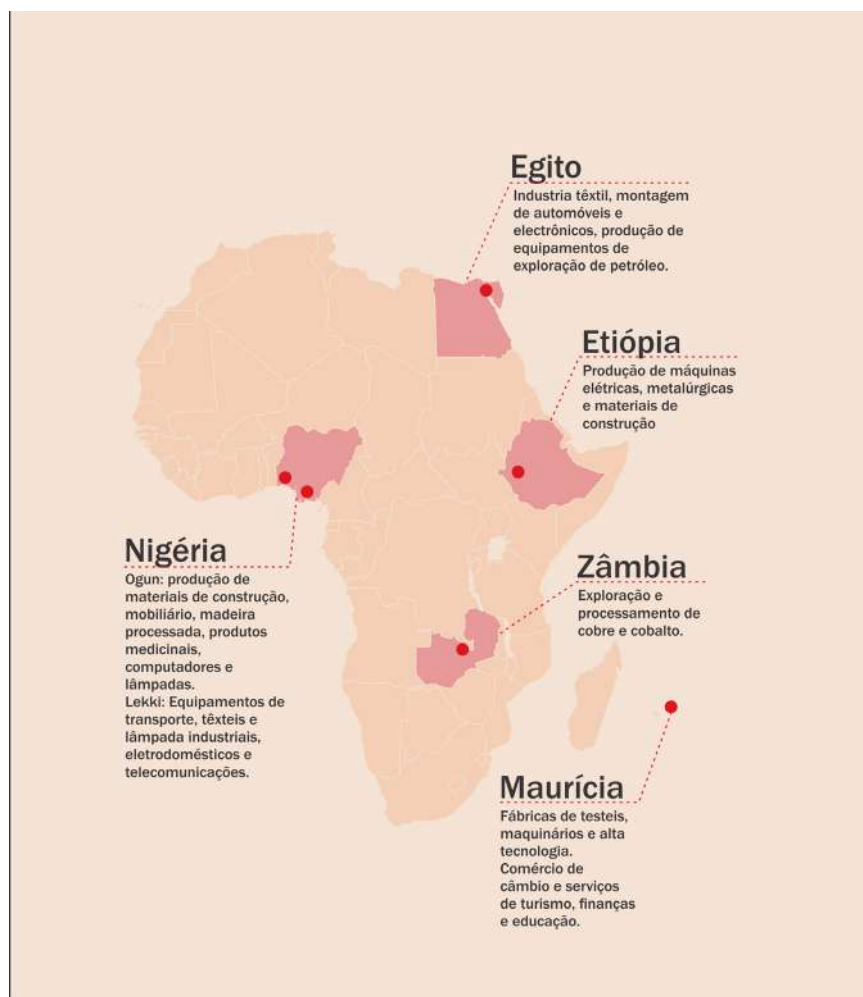
Como resultado, após uma rodada de viagens de Jiang Zemin à região, em 1996, o Comitê Central do Partido Comunista da China lançou o programa Going Out dentro do 10º Plano Quinquenal (2001-2005). Esse programa em 2016, durante o 11º Plano Quinquenal (2006-2010), viria a se tornar o Going Global (DOMÍNGUEZ, 2018, p.152). A nova aproximação serviria como uma via de mão dupla, por um lado a China teria acesso às vastas reservas de petróleo e minerais - como níquel, cobre, ferro, cobalto e ouro - (ALVES, 2013, p.221-222) necessárias para o crescimento dos seus complexos industriais e, por outro, o continente receberia investimentos necessários para o seu desenvolvimento industrial e logístico.

Como parte do Going Global, existia a pretensão de se criar zonas de cooperação econômicas e comerciais por todo o mundo. No continente africano seriam implementadas algo em torno de 3 e 5 dessas zonas, em um movimento que não somente serviria para crescer o soft power chinês, como também estimularia a transferência de indústrias de menor valor agregado, reestruturando a sua base produtiva (BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011, p.30). Esse cenário reforça o caráter expansionista das relações de comércio e investimentos internacionais que se construía junto à ascensão chinesa, já que agora o país dava caminho para o que pode se tornar a próxima onda de transferência tecnológica.

Segundo Deborah Bräutigam e Tang Xiaoyang (2011), o lançamento do programa veio acompanhado de duas rodadas de concurso de propostas de projetos, elaborados por companhias chinesas, onde seriam julgados fatores como: i) potencial de mercado e viabilidade geral; ii) ambiente de investimento do países-sede e grau de suporte e; iii) a capacidade do desenvolvedor (BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011, p.31). Ao todo, das 19 propostas selecionadas, 7 se destinavam a África, sendo elas:

Zâmbia (Zona de Chambishi e a subzona de Lukasa), Egito (Zona de Cooperação Comercial e Economia do Suez), Nigéria (Zona de Livre Comércio de Lekki e Ogun), Maurícia (Jinfei), Etiópia (Zona Industrial do Leste), Argélia (Jiangling), essa última suspensa após mudanças na legislação sob IED do país (BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011, p.31-32). A figura a seguir ilustra a distribuição das zonas no continente africano e seus eixos produtivos.

Em linhas gerais o projeto teria a participação de 3 agentes com responsabilidades complementares que cooperariam entre si:



**Figura 05:** Mapa das Zonas Econômicas Especiais.  
Fonte: elaborado pelos autores, a partir de BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011, p.32.

(I) Estados africanos: os governos anfitriões seriam responsáveis pela regulamentação das zonas e provimento de condições legais que incentivassem seu desenvolvimento. Além disso, caberia a esses Estados desenvolver a infraestrutura externa necessária ao desenvolvimento da ZEE, bem como o fornecimento de energia e rotas de escoamento produtivo (BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011, p.37)

(II) Governo Chinês: seria encarregado de oferecer material e fundos de subsídio para o desenvolvimento dos empreendimentos, além disso, também atuaria como rede de suporte para as empresas participantes, concedendo reduções nas taxas de exportação de materiais chineses enviados à construção e facilitação no controle de câmbio internacional (BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011, p.33-34).

(III) Empresas Chinesas: compostas por instituições estatais e privadas, as empresas cumpririam o papel de liderança nas negociações com os países anfitriões, tendo o suporte do governo chinês e dos países sede para a resolução de problemas (BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011, p.35). No geral, as empresas poderiam expandir mercados existentes ou fomentar outros (BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011, p.36), apelando para o desenvolvimento focado de um ou mais setores industriais. Ressalta-se que essas companhias se aliaram a empresas locais durante o desenvolvimento do projeto, criando joint-ventures de ganhos compartilhados (BRÄUTIGAM; XIAOYANG, 2011).

O desenvolvimento do projeto das ZEEs sino-africanas reproduz diversos aspectos enquanto estratégias de planejamento territorial das experiências realizadas com suas correspondentes chinesas.

(I) Foram concebidas a partir de estudos cuidadosos que avaliaram a relação entre território, mercado e escalas de produção global. A construção de clusters voltados à manufatura no Canal de Suez e o hub de serviços e câmbio de Maurícia, ponto das rotas ultramarinas entre o Índico e Atlântico, explicitam o caráter dessa proposta.

(II) Aliaram interesses transescalares, ainda que na microescala territorial, fomentando a cooperação conjunta entre Estados nacionais e empresariado internacional e local em prol do desenvolvimento industrial.

(III) Serviram como pontos de absorção de novas tecnologias, devido à transferência de indústrias chinesas para esses novos empreendimentos.

(IV) Possuem acesso ao mar como principal meio de exportação, excluindo as zonas da Etiópia e Zâmbia, os demais estão inseridos em cidades litorâneas, facilitando o escoamento de produção.

Apesar de não possuímos um distanciamento histórico que permita olhar para as ZEEs sino-africanas e avaliá-las de forma mais assertiva, esses projetos continuam sob a atenção do Estado Chines, sendo incorporados às suas novas cooperações internacionais.

## Rotas da Seda

O Going Global logo se desencadearia no desenvolvimento do Belt and Road Initiative (BRI), ou Novas Rotas da Seda, como ficou popularmente conhecido. Se antes a estratégia chinesa foi de uma contínua expansão, em busca de novas parcerias comerciais e rompimento do isolacionismo com o ocidente, agora a nova aposta se desenha em uma sofisticada costura das redes construídas, criando corredores de produção transescalares, atravessando toda a Ásia, Europa e África. As palavras do próprio Xi Jinping, durante seu discurso em 2013, que inauguraram a iniciativa, possibilitam notar essa perspectiva:

To forge closer economic ties, deepen cooperation and expand development space in the Eurasian region, we should take an innovative approach and jointly build an economic belt along the Silk Road. This will be a great undertaking benefitting the people of all countries along the route. To turn this vision into reality, we may start in specific areas and connect them over time to cover the whole region. [...]

Second, we need to improve road connections. The SCO is working on an agreement on transport facilitation. Its early signing and implementation will open up a major transport route connecting the Pacific and the Baltic. On this basis, we can actively discuss the best way to improve cross-border transport infrastructure and work towards a transport network connecting East Asia, West Asia and South Asia to facilitate economic development and travel in the region.

Third, we need to promote unimpeded trade. The envisaged economic belt along the Silk Road is inhabited by nearly three billion people and it represents the biggest market in the world, with enormous, unparalleled potential for trade and investment cooperation between the countries involved. We should discuss a proper arrangement for trade and investment facilitation, remove trade barriers, reduce trade and investment costs, increase the speed and raise the quality of regional economic flows and achieve mutually beneficial progress in the region. (XI, 2014, p.313-314) [destaque nosso].

A partir da BRI a China elevou o seu discurso de desenvolvimento pacífico. Durante o 13º Plano Quinquenal, são definidos os objetivos gerais da iniciativa: (I) Ampliar os investimentos e o comércio, com foco na construção de infraestruturas de comunicação, conectividade, meios de facilitação do fluxo de capital e pessoas; (II) Zonas de Livre Comércio para a construção de uma rede de trocas de alta qualidade; (III) Cooperação Financeira para financiamento dos empreendimentos em infraestrutura, com o fortalecimento de bancos regionais e atração de capital internacional, (IV) Acesso a recursos naturais, somando esforços para distribuição de energia, estabelecendo cadeias de produção; (V) Desenvolvimento de Infraestruturas de Transporte entre os corredores de produção da BRI, apelando para meios multimodais (com hidrovias, rodovias, ferrovias e rotas aéreas) integrados em uma mesma logística internacional e, (VI) Promover Trocas Culturais pela cooperação nos avanços em educação, ciência, tecnologia, turismo, saúde, proteção ambiental entre outros (OECD, 2018, p.10).

Adotando essa nova postura, é possível perceber avanços dentro da perspectiva de planejamento das ZEEs. Ao propor um plano de integração produtiva entre todo o continente, o país deixa de investir em projetos concebidos na escala país-região, para um entendimento macro territorial de produção e logística. Assim, os enclaves produtivos que antes representavam uma ponte direta na relação entre os dois países, agora passam a ser planejados sobre uma mesma conexão produtiva compartilhada. Outro fator importante nessa evolução se dá pela integração de infraestrutura de meios de transporte diversos, pois essa condição, permite uma melhor penetração e escoamento industrial e tecnológico, além de desenvolver novas escalas de troca culturais e de educação, facilitando a inclusão de países territorialmente isolados nos diálogos internacionais. Dessa forma, a produção de territórios passa a ser estimulada pela logística das Novas Rotas da Seda, com a ocupação dos centros industriais e comerciais ao longo das redes de transporte.

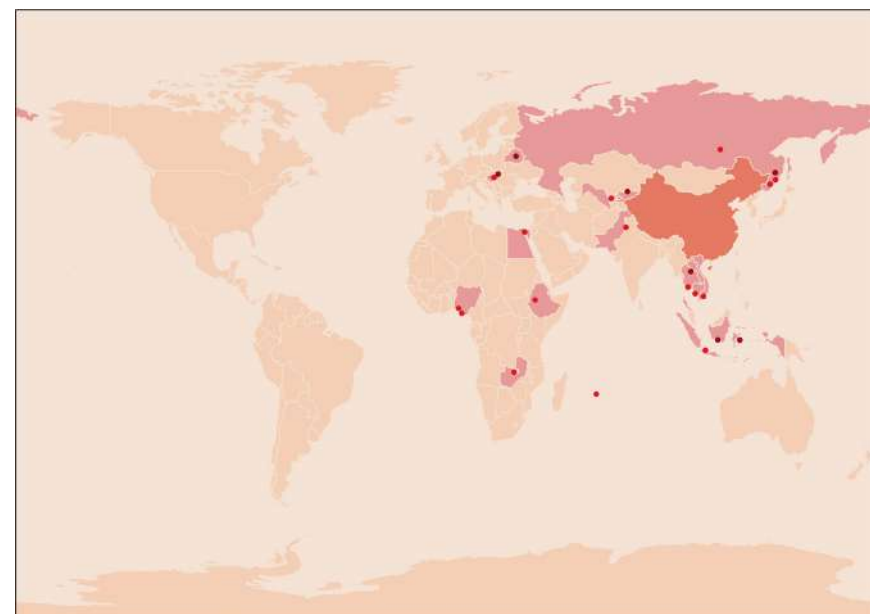
Ao todo, a China mantém mais de 20 ZEEs construídas em parceria com países da Ásia, África e Europa, como mostrado na Figura 07. Entretanto, esse projeto se mostrava experimental somente dentro da perspectiva da política externa chinesa, pois essas novas ZEEs serviriam como destino de escoamento de investimentos de empresas chinesas, bem como para o desenvolvimento de novas relações de cooperação internacional. Já no cenário global, a política de ZEEs se apresentava como um projeto de elevada popularidade. Estima-se que, de 1986 a 2006, o número de ZEEs saltou de 176, em 47 países, para 3,5 mil, em 130 países, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho. Porém muitas não conseguiram alcançar o sucesso esperado (FAROLE, 2011, p.17). Assim, é possível imaginar outras possibilidades de integração entre as diversas experiências ensaiadas no mundo.

Portanto, ao verificar como a boa relação entre os agentes, escalas e território foi um fator fundamental para o desenvolvimento das ZEEs chinesas, é possível perceber como as zonas internacionais abriram possibilidades de novas ocupações territoriais. Entretanto, dentro do escopo deste trabalho, ainda não foi possível verificar uma bibliografia consolidada que apresente o desdobramento crítico desses

1: Pontos em vermelho:  
ZEEs internacionais  
de cooperação  
concebidas antes de  
2013

Pontos em vermelho  
escuro:  
ZEEs  
internacionais  
de cooperação  
concebidas após 2013

**Figura 06:** Mapa das  
Zonas Econômicas  
Especiais[1].  
Fonte: elaborado  
pelos autores, a  
partir de BRÄUTIGAM;  
XIAOYANG, 2011, p.32.



novos projetos. Desse modo, o trabalho avançou sobre os conhecimentos acerca da construção da ZEE de Shenzhen, traçando paralelos na macro escala de planejamento, sem alcançar um detalhamento mais próximo do seu desenho e implementação. Ainda assim, as similaridades estratégicas observadas levantam questionamentos que deverão ser abordados em trabalhos futuros. Uma deles é a hipótese de que as ZEEs, enquanto estratégias de planejamento territorial, alimentam novas redes de produção regionais e, como no caso das Zonas da Zâmbia e Etiópia, se tornam elos importantes para o desenvolvimento econômico no interior do continente. Outro ponto de interesse é o acompanhamento da Nova Rota da Seda, a fim de se compreender seus avanços espaciais, políticos e econômicos, bem como dos seus potenciais de expansão para novos territórios, como as Américas e a Oceania.

### Considerações finais

A partir da criação das ZEEs, o governo de Deng Xiaoping inaugurou na China uma nova e sofisticada metodologia de projeto. O planejamento passou a ser ensaiado, a partir das

ZEEs, enquanto espaço de prática e aprendizagem, em um constante movimento de adaptações das estratégias às demandas socioeconômicas e dinâmicas geopolíticas do momento. Essa prática, não somente serve para ampliação do repertório político, como também auxilia no desenvolvimento da reflexão sociocultural interna, potencializando novas formas de governança. Ademais, a estreita e respeitosa relação entre estado e capital permite um movimento de cooperação transescalar na soma de interesses em prol do desenvolvimento industrial-territorial, alimentando sua constante expansão.

Ao ascender no cenário geopolítico, essas Zonas, antes concebidas como janelas do mundo para a China, passam a servir de vitrine do sucesso da sua modernização política, estimulando novas práticas de planejamento e cooperação multilateral. Nesse sentido, assumindo uma agenda geopolítica de desenvolvimento pacífico, o país amplia suas relações a partir de novos empreendimentos territoriais que apelam ao respeito mútuo à autonomia política e à proposta de um futuro de redes, produções e fluxos compartilhados. Sem dúvidas, esse vetor de desenvolvimento alimenta fortemente a atual reconfiguração das dinâmicas globais, dado que se lança como uma alternativa à agenda neoliberal alinhada aos interesses do império ocidental. Nesse sentido, a alternativa criada supera os tradicionais Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao conduzir, para além do aporte financeiro, o planejamento territorial a partir de uma visão técnica e particular de cada país e região.

No entanto, dado ao caráter experimental, potente e aberto que as ZEEs se apresentam, é preciso dar continuidade às pesquisas da micro à macro escala de produção territorial, buscando rastrear suas inovações, continuidades e rupturas das estratégias adotadas em cada território. Ao mesmo tempo, se faz necessário acompanhar os passos e efeitos capitalizados pela ascensão chinesa dentro do tabuleiro global, enquanto uma nova fonte de influência política, cultural e militar transescalar. A fim de se promover avanços nos entendimentos acerca das possibilidades de planejamento para promoção de um desenvolvimento compartilhado, essa pesquisa pôde compreender o papel das ZEEs chinesas no que tem se tornado

uma virada no eixo global das disciplinas associadas ao planejamento territorial em direção às relações Sul-Sul.

## Referências

ALVES, A. C. China's 'win-win' cooperation: Unpacking the impact of infrastructure-for-resources deals in Africa, South African Journal of International Affairs. in: South African Journal of International Affairs, p.207-226, v.20.2. DOI: 10.1080/10220461.2013.811337

BRÄUTIGAM, D.; XIAOYANG, T. African Shenzhen: China's special economic zones in Africa. in: The Journal of Modern African Studies, n. 49, 2011. p 27-54. doi:10.1017/S0022278X10000649

BURGER, M. A Reemergência chinesa e os conflitos territoriais no mar do sul da China. in VADELL, Javier (.org). A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI. Belo Horizonte: PUC Minas. 2018. p. 185-204.

CAMBUHY, M. China: êxito na retomada econômica e na luta contra a extrema pobreza. Le Monde Diplomatique, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/china-exito-na-retomada-economica-e-na-luta-contra-a-extrema-pobreza/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

DENG, X. Selected Works. v. 3, 1.ed. Pequim: Foreign Languages Press, 2006.

DOMÍNGUEZ, R. China y el renacimiento de África. in VADELL, Javier (.org). A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI. Belo Horizonte: PUC Minas 2018. p. 139-184.

FAROLE, T. Special economic zones in Africa: comparing performance and learning from global experiences. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development. 2011.

HUANG, W. The Tripartite Origins of Shenzhen: Beijing, Hong Kong, and Bao'an. In: O'DONNELL, M. A.; WONG, W., BACH, J. (.org). Learning from Shenzhen. 1. ed. [S. l.]: The University of Chicago Press, 2017. v. 1, p. 65-85.

JABBOUR, E.; GABRIELE, A. China: o socialismo do século XXI. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

LIMA, M. C. A nova teoria das relações internacionais chinesas e a ascensão do país: o conceito de Tianxia. in VADELL, J. (.org). A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018. p. 13-42.

MA, E. X; BLACKWELL, A. The Political Architecture of the First and Second Lines. In: O'DONNELL, M. A.; WONG, W., BACH, J. (.org). Learning from Shenzhen. 1. ed. [S. l.]: The University of Chicago Press, 2017. v. 1, p. 124-137.

O'DONNELL, M. A. Heroes of the Special Zone: Modeling Reform and Its Limits. In: O'DONNELL, M. A.; WONG, W., BACH, J. (.org). Learning from Shenzhen. 1. ed. [S. l.]: The University of Chicago Press, 2017. v. 1, p. 39-64.

OECD. China 's Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape. in: Business and Finance Outlook. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/Chinas-Belt-and-Road-Initiative-in-the-global-trade-investment-and-finance-landscape.pdf>. Acesso em 12 de fev. 2022.

SCHULTZ, T. Xangai e o devir urbano chinês: das cidades do meio do mundo às ruínas do futuro. 2016. Dissertação de Mestrado PPGAU-FAUFBA, Salvador, 2016.

TAO, Y.; LU, Z. Theoretical Contributions of the Special Economic Zones to China's Development Path. in: LI, Y.; LI, P. Research Series on the Chinese Dream and China's Development Path. Singapura: Social Sciences Academic Press and Springer Nature Singapore, 2018. p.107-173

WANG, J. The economic impact of Special Economic Zones: Evidence from Chinese municipalities. In: Journal of Development Economics, 2013. v. 101, p. 133-147.

WANG, S. The History of Pudong New Area of Shanghai. In: YITAO, T.; ZHIGUO, L. China's Economic Zones: Design, Implementation and Impact. v. 1, 1. ed. [S. l.]: Paths International Limited, 2012. p. 377-438.

WU, F. The History of Shenzhen Special Economic Zone. In: YITAO, T.; ZHIGUO, L. China's Economic Zones: Design, Implementation

and Impact. v. 1, 1. ed. [S. l.]: Paths International Limited, 2012.  
p. 1-74.

XI, J. The Governance of China. 1. ed. Pequim: Foreign Languages Press, 2014.

ZENG, D. Z. China's Special Economic Zones and Industrial Clusters: The Engines For Growth. in: Journal of International Commerce, Economics and Policy. v. 3, n. 3, 2012.

ZHANG, J. The History of Xiamen Special Economic Zone. In: YITAO, T.; ZHIGUO, L. China's Economic Zones: Design, Implementation and Impact. v. 1, 1. ed. [S. l.]: Paths International Limited, 2012.  
p. 269-324.

**\*Danilo Caporalli** Arquiteto e urbanista pela UFMG, especialista em gestão de projetos pela FGV, Mestre em Ambiente construído e patrimônio sustentável pela UFMG e doutorando em arquitetura e urbanismo pela mesma instituição. É pesquisador do projeto Brumadinho UFMG, do grupo de pesquisas Geopolítica e Planejamento Territorial, do Laboratório IND. Lab e do grupo de pesquisa Indisciplinar. danilocaporalli@gmail.com

**\*João Paulo Souto** Graduando em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG), técnico em Desenvolvimento de Sistemas pelo SENAI/MG. Membro do grupo de pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e IND.Lab. de pesquisas Geopolítica e Planejamento Territorial, do Laboratório IND.Lab e do grupo de pesquisa Indisciplinar. joaopaulosouto@outlook.com

# Paradiplomacia de dados: conexão das smart cities do Brasil com a Iniciativa Digital e Verde Cinturão e Rota da China no setor da indústria criativa

## Data paradiplomacy: connection of Brazil's smart cities with the Digital and Green Belt and Route Initiative of China in the creative industry sector

Marcos Cordeiro Pires e Tadeu Luciano Seco Saravalli\*

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar alguns aspectos da paradiplomacia de dados como estratégia de inserção das cidades brasileiras no Sistema Internacional, que desafia os gestores públicos a utilizarem o Big Data e os fundamentos da Ciência de Dados para auxiliar na tomada de decisões fundamentadas em evidências e dados. As novas tecnologias possibilitam a ampliação de parcerias e investimentos em infraestrutura tecnológica com parceiros estratégicos internacionais na constituição de smart cities, sob a perspectiva das tendências e conceitos da Quarta Revolução Industrial (QRI). Nesse aspecto, ganha destaque a conexão people to people no setor das indústrias criativas no bojo da Iniciativa Cinturão e Rota (BELT AND ROAD INITIATIVE – BRI) e suas variante “digital” e “verde” constantes no XIV Plano Quinquenal apresentado em 2021 pela China. Tais iniciativas foram colocadas à disposição dos países da América Latina, e possibilitarão a digitalização de diversos segmentos da economia, inclusive o segmento cultural, com base na internet móvel e na tecnologia 5G, inteligência artificial e no Blockchain para garantir a propriedade intelectual. Elas também poderão colaborar na justaposição do país no eixo da transformação digital com políticas públicas igualitárias e de inclusão digital dos cidadãos, por conseguinte, gerando a melhoria do ambiente de negócios neste segmento e no crescimento de novas oportunidades de emprego para os brasileiros. Essa análise de revisão bibliográfica tem a pretensão de evidenciar a compreensão das consequências práticas da participação internacional dos municípios brasileiros com a China, num contexto de cooperação voltado para o desenvolvimento sustentável, numa relação ganha-ganha proporcionando uma nova forma de constituir o cenário mundial para um futuro compartilhado, no tema de cidades inteligentes.

**Palavras-chave:** paradiplomacia de dados; smart cities; Brasil; indústria criativa; China

### Abstract

*This article analyzes some data paradiplomacy aspects as an inclusive strategy of Brazilian cities in the International System, which challenges public administrators to use Big Data and Data Science to assist on important decision making, based on data and evidence. New technologies enable broadening of partnerships and investment in technological infrastructure with international strategic partners in the composition of smart cities, under the Fourth Industrial Revolution (FRI) trends and concepts perspective. With that being said, it is relevant the people to people connection in the creative sector in the inner of the Belt and Road Initiative – BRI and its digital and green variants that were included in the XIV Quinquennial presented in 2021 in China. These initiatives were put in place for Latin American countries, and will enable the digitization process of multiple economic segments, including the cultural one, which will connect to the mobile internet and 5 g technology, artificial intelligence and BlockChain to guarantee the intellectual property. They will also collaborate on the contrast of the country in the digital transformation with more equal public policies and digital inclusion of its citizens. Therefore, it will improve the business environment in this sector and in the growth of new job opportunities for the Brazilian people. This bibliographic review analysis intends to highlight the understanding of the practical consequences of the international participation of Brazilian municipalities with China, in a context of cooperation aimed at sustainable development, in a win-win relationship, providing a new way of constituting the world stage for a shared future, on the theme of smart cities*

**Keywords:** data paradiplomacy; smart cities; Brazil; creative industry; China

## Introdução

A pandemia da Covid-19 gerou efeitos e impactos em vários aspectos da vida contemporânea, de pessoas, empresas e instituições, inclusive na ampliação exponencial da utilização da internet em todo o mundo, aprofundando ainda mais a conectividade criada pela globalização. Este novo “boom” de conexões tem favorecido o desenvolvimento de diversos setores da economia, como a indústria criativa, a gestão pública, as finanças e também, os projetos de cooperação internacional como as estratégias da paradiplomacia baseada em dados, possibilitando uma renovada inserção internacional dos municípios (SOLDATOS, 1990). Hoje, os entes subnacionais contam com um amplo leque de informações e experiências que podem ajudar na formulação de suas políticas públicas, como as tecnologias de inteligência artificial, análise de Big Data, Ciência de Dados, Blockchain, etc., seja de forma bilateral ou em redes de cooperação técnica internacional para a realização de novos negócios com novas oportunidades para os cidadãos locais (FAWCETT; PROVOST, 2016).

A partir da aceleração destes impactos tecnológicos mencionados por Schwab (2016) na obra “A Quarta Revolução Industrial”, desde as smart cities até os Estados Nacionais necessitaram reorganizar seus projetos e planejamento estratégico. Os objetivos do programa intitulado Belt and Road Initiative (BRI) constantes do XIV Plano Quinquenal, apresentado em 2021 pela China, vão nesse sentido. Antes da pandemia, os projetos da BRI estavam fortemente focados em infraestrutura física, mas, por conta das medidas restritivas para refrear o coronavírus, as atividades tiveram que reduzir sua velocidade. No entanto, a pandemia abriu novas possibilidades, de tal forma que o governo chinês incorporou inovações ao projeto inicial, como as vertentes digital e verde, que se relacionam a temas específicos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), como a redução das desigualdades e o crescimento de novas tendências de negócios, conforme segue: (a) metas qualitativas para o crescimento econômico; (b) incentivo para a abertura comercial planejada; (c) destaque

para a tecnologia como promotora de desenvolvimento; e (d) foco na sustentabilidade (CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021).

Este novo cenário e as novas tecnologias podem gerar uma grande oportunidade para as cidades brasileiras avançarem nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), notadamente nos: ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 10 – Redução das Desigualdades e ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. Assim poderiam ampliar sua qualificação como smart cities, principalmente, com a ampliação do desenvolvimento da indústria criativa, que constrói relações people to people desenvolvendo indicadores positivos na promoção cultural e explorando, com maior ênfase, a transformação digital da cadeia produtiva do cinema, dos jogos digitais e da arte por meio do audiovisual, a partir da digitalização com base na internet móvel e na tecnologia 5G, na inteligência artificial e no Blockchain apontando para uma cooperação ganha-ganha entre as cidades do Brasil e da China, no momento em que o Governo Federal Brasileiro já realizou o leilão da tecnologia 5G em 2021 e começará a ser implementada até 31 de julho de 2022, nas capitais dos estados brasileiros (PLATAFORMA CONNECTED SMART CITIES, 2022).

Dessa maneira, na paradiplomacia de dados é relevante considerar o valor das informações locais dos municípios já constituídas em seus bancos de dados, a fim de obter maior impacto no enfrentamento dos desafios, assim como a solução de problemas urbanos complexos das cidades na era digital. As relações paradiplomáticas dos municípios se apresentam como mecanismo de integração da inovação tecnológica com a sustentabilidade e as novas tendências de negócios, onde a China oferece para os governos subnacionais e os Estados Nacionais da América Latina um modelo de cooperação internacional voltado para relações ganha-ganha, ocasião em que as cidades brasileiras podem avançar nos indicadores de qualificação de smart cities, sem perder o viés da sustentabilidade na busca da construção de um mundo com novos vetores de desenvolvimento, por meio da transferência de tecnologia chinesa, proposta em conformidade com o propósito

do BRI digital e verde, indicando um futuro com prosperidade compartilhada nestas relações internacionais.

Por conta desse contexto, o objetivo deste artigo é o de estimular o debate acerca dessas novas possibilidades tecnológicas para o avanço da cooperação internacional de entidades subnacionais, particularmente os municípios. Assim, na primeira parte enfatizaremos o papel da paradiplomacia de dados como alternativa de estratégia de atuação internacional em rede para as smart cities do Brasil. Em seguida, descreveremos as principais características do BRI digital e verde incluídos no XIV Plano Quinquenal do Governo Chinês, voltadas para o atingimento das metas da Agenda 2030 da ONU (ODS 8, ODS 10 e ODS 11). Por fim, faremos uma breve conclusão, em que indicaremos pontos para a cooperação e enfatizaremos as principais ideias do artigo.

### Paradiplomacia de Dados, Smart Cities e Redes de Cooperação

Inicialmente, Soldatos (1990) apresenta o conceito de paradiplomacia como uma atividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais ou subnacionais situadas nos Estados Centrais. De uma relação bilateral, cujo principal exemplo é a geminação de cidades, o conceito avançou para a formação de redes de cooperação internacional frente ao avanço da tendência de atuação coordenada dos governos subnacionais, a chamada “paradiplomacia cooperativa” (SOLDATOS, 1990). Nesse sentido, a paradiplomacia cooperativa está atingindo novo patamar por conta do desenvolvimento simultâneo de diversas tecnologias disruptivas relacionadas à Quarta Revolução Industrial (QRI), como o fenômeno do Big Data, que é caracterizado por 3 (Três) Vs: volume, variedade e velocidade (MOREIRA et al., 2018).

A análise de Big Data e a Ciência de Dados, com o auxílio do aprendizado de máquina (também conhecida como inteligência artificial) transformaram a forma da tomada de decisões para resolução de uma ampla gama de problemas e desafios nas instituições públicas e privadas (FAWCETT, PROVOST, 2016). Diante dessa realidade, é possível apontar a paradiplomacia de

dados como a relação internacional de governos subnacionais fundamentada na tomada de decisões baseada em dados geradas pelas máquinas, às quais proporcionam ações precisas da inteligência humana para o alcance com eficiência dos objetivos e propósitos locais, com a tendência da formação da cooperação em rede.

É o que se extrai do entendimento de Fahim (2022) ao tratar da diplomacia de dados.

A análise de dados também apresenta oportunidades aos governos para a formação de políticas. Então, qual é o potencial da análise de dados na diplomacia? Tradicionalmente, a diplomacia se baseou em canais de comunicação de backdoor e inteligência qualitativa. Mas, o aumento da demanda por insights orientados por dados e inovação tecnológica inauguraram uma nova era na qual os dados se tornam um ativo estratégico em nosso mundo em constante mudança. A análise de dados pode ter um papel significativo para apoiar as atividades diplomáticas centrais – negociações, serviços consulares, resposta humanitária e muito mais. Tendências e correlações podem contribuir para formulação antecipada de políticas externas (FAHIM, 2022).

A partir da Quarta Revolução Industrial, que pode ser considerada desde o início dos anos 2010 (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2014), além da tecnologia e da velocidade das inovações, passa a ser exigido que as lideranças governamentais repensem a forma de governar as cidades inteligentes, reestruturando nossos sistemas econômicos sociais e políticos para as novas tendências de negócios (SCHWAB, 2016). Já se convencionou a ideia de que os dados estão para o século XXI como petróleo esteve para o século XX. Os dados são os ativos estratégicos para a construção de infraestruturas físicas e digitais nas chamadas smart cities. Por conta disso, o desenvolvimento de ações no âmbito da paradiplomacia de dados nos municípios pode habilitá-los na absorção de técnicas para compreenderem a diversidade, a riqueza e as informações que subjazem numa montanha de dados aparentemente desconexos. Nesse aspecto, a inserção dos municípios em redes internacionais abre espaço

para a formação de uma cadeia mundial de cidades globais, atuando com aquelas que exercem papéis fundamentais nas relações de produção do modelo capitalista, agindo também de forma paradiplomática nas organizações multilaterais (SASSEN, 1998).

Uma questão relevante que se descortina para a paradiplomacia na era das cidades inteligentes é a ruptura dos atuais modelos de atuação individualista das relações dos municípios no Sistema Internacional, algo que aponta para a necessidade de formação de redes de cooperação técnica internacional de cidades, a fim de que todos possam prosperar.

A escala e a amplitude da atual revolução tecnológica irão desdobrar-se em mudanças econômicas, sociais e culturais de proporções tão fenomenais que chega a ser quase impossível prevêê-las. No entanto, este capítulo descreve e analisa o impacto potencial da quarta revolução industrial na economia, nos negócios, nos governos e países, na sociedade e nos indivíduos. Em todas essas áreas, um dos maiores impactos surgirá a partir de uma única força: o empoderamento - como os governos se relacionam com os seus cidadãos; como as empresas se relacionam com seus empregados, acionistas e clientes; ou como as superpotências se relacionam com os países menores. A ruptura que a quarta revolução industrial causará aos atuais modelos políticos, econômicos e sociais exigirá que os atores capacitados reconheçam que eles são parte de um sistema de poderes distribuídos que requer formas mais colaborativas de interação para que possa prosperar. (SCHWAB, 2016, p. 38).

Merece destaque o fato de que há uma sofisticação cada vez maior da dimensão subnacional nas relações paradiplomáticas contemporâneas, especificamente se considerado o atual avanço da transformação digital, em que os vários formatos de acesso aos entes municipais no cenário internacional, como as redes de cidades que aprimoram suas relações cooperativas por meio do compartilhamento de inovações e tecnologias que podem contribuir para a criação da infraestrutura física e digital de serviços públicos que são as bases das smart

cities voltadas para uma vida sustentável. Nesse sentido, a paradiplomacia de dados se constitui na colaboração mútua de objetivos específicos de forma coordenada politicamente. Além disso, diferentemente do modelo unilateral, a cooperação se apresenta de forma multilateral com a colaboração entre iguais.

A multilateralidade reconhece, por sua vez, três princípios: i) 'o interesse mútuo (na resolução de problemas globais ou com impactos globais) e, em alguns casos até de 'benefícios mútuos' (cooperação econômica); ii) a complementariedade das ações como os esforços locais de desenvolvimento; iii) a participação ativa dos implicados na cooperação como uma necessidade de eficiência, eficácia e apropriação e de conscientização cidadã sobre problemas globais (ROMERO, 2004, p. 37).

Isto por si só demanda dos entes subnacionais ajustes do comportamento colaborativo no processo de cooperação levando os governantes locais a uma alteração na concepção de mundo. Nesse particular, as lideranças municipais das principais cidades devem estimular a formação de quadros técnicos para a construção de políticas de longo prazo, não sujeitas aos ciclos eleitorais. Além disso, as maiores cidades, que possuem mais recursos humanos e financeiros, devem liderar a adoção de políticas proativas nas pequenas cidades que as rodeiam, viabilizando o spillover de técnicas de gestão e políticas bem-sucedidas. Essa nova realidade que se apresenta se amolda também à grande autonomia concedida aos entes subnacionais pelo texto constitucional de 1988, como estabelecido nos artigos 1º e 18 da Constituição Federal de 1988, onde esses são considerados membros autônomos da Federação: Municípios, Distrito Federal, Estados Federados e a União.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

Art. 18 A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os

Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Tal autonomia abre espaço para a criatividade dos dirigentes locais, da mesma forma que para a formulação de ações de paradiplomacia. Vale lembrar que, na trajetória do recente Estado Democrático de Direito, foi durante o Governo Lula (2003-2010) que ocorreu a ascensão da intitulada cooperação internacional federativa, se constituindo pelo ativismo internacional dos entes subnacionais brasileiros em várias dimensões, principalmente na área da atração de investimentos e cooperação técnica internacional (SALOMÓN, 2008). No entanto, os governantes municipais atuais necessitam tanto de informações quanto à atuação internacional, quanto também à compreensão daquilo que ocorre atualmente ao seu redor em relação às TICs, de forma visível e invisível. No contexto da Quarta Revolução Industrial, os dispositivos da Internet das Coisas (IoT, em inglês), auxiliados pelo aprendizado de máquina (machine learning), o processamento de dados em tempo real, a tecnologia 5G, tornam-se um grande diferencial para o gerenciamento da vida urbana, ou seja, os dispositivos de (IoT) proporcionam uma gestão das cidades baseada em dados e o desejável uso ético e sustentável dessas informações (ROSSETTI; ANGELUCI, 2021).

Isto se explica pelo fato de que as possibilidades escaláveis de (IoT) na constituição das cidades inteligentes na otimização, operação e controle dos serviços públicos, tal qual o poste de iluminação que fornece acesso à internet sem fio, o monitoramento do tráfego local, identificação de alagamentos processados em tempo real, os quais reduzem custos e aumentam a eficiência, por exemplo; não podem subestimar a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social dos humanos. Esse paradigma deve contemplar a integração entre IoT e a infraestrutura das cidades, com o objetivo de proporcionar uma melhoria da eficiência no uso dos recursos urbanos para os cidadãos. Cumpre esclarecer que as relações paradiplomáticas fundamentadas em dados estão sendo exploradas pelos entes subnacionais como uma cooperação descentralizada pública. Nesse campo, a União Europeia é protagonista neste tipo de cooperação internacional, a qual incluiu na IV Conferência de

Lomé, em 1989, termos diferenciais nos acordos do com países do Caribe, Pacífico e Ásia.

A cooperação descentralizada é definida como um novo enfoque das relações de cooperação que busca estabelecer relações diretas com os órgãos de representação local e estimular suas próprias capacidades de projetar e levar a cabo iniciativas de desenvolvimento com a participação direta dos grupos de população interessados, levando em consideração seus interesses e seus pontos de vista sobre o desenvolvimento (COMISSÃO EUROPEIA apud ROMERO, 2004, p. 40).

De forma complementar, constata-se a ocorrência do crescimento das relações paradiplomáticas de dados das smart cities como um instrumento eficaz para buscar soluções comuns e precisas para os membros da rede, as quais se ampliam na forma da cooperação descentralizada. Na cooperação descentralizada pública, são os próprios entes locais que promovem a cooperação técnica internacional utilizando seus programas, projetos e orçamento. O diferencial é que os governos subnacionais assumem um papel de liderança, em que os governantes locais ficam no centro da execução das estratégias para o desenvolvimento, a fim de se atingir o benefício mútuo e o fortalecimento da dimensão local.

Outro conceito essencial para se pensar a paradiplomacia diz respeito às cidades inteligentes ou smart cities. É importante frisar que o conceito de cidades inteligentes ultrapassa a prestação de serviços públicos aos cidadãos por meio da inovação tecnológica. As cidades inteligentes com mais amplitude buscam possibilitar uma melhor qualidade de vida nos centros urbanos. Essa perspectiva busca equilibrar as diversas dimensões que transcendem a tradicional oferta de serviços públicos, pois ao utilizar de forma racional os produzidos e armazenados pelas cidades, a qualidade do processo decisório dos gestores públicos pode ser mais assertiva para o planejamento local, abrindo novas oportunidades de negócios (ODS 8) e redução das desigualdades (ODS 10) (GIL-GARCIA; PARDO; NAM, 2015). Nesse sentido, vale citar o entendimento de Angelidou (2014) para smart cities:

Cidades inteligentes são aquelas que utilizam de forma consciente e planejada a tecnologia para aplacar os problemas urbanos. O termo smart remete à tecnologia e, em particular, à importância das TICs que impactam diretamente os demais fatores, como a governança com plataformas de e-government, a educação do cidadão com novas formas de comunicação e aprendizado online, o meio ambiente e a economia com novos processos produtivos. As TICs seriam o sistema nervoso central de uma cidade interconectada, que permite a obtenção de dados de diferentes fontes (sensores), para atingir o conceito sense and act, ou seja, alarmar e agir. As informações coletadas pelos dispositivos podem ser correlacionadas, analisadas e então utilizadas para criação de processos de planejamento e controle, que melhoram a produtividade e assertividade na tomada de decisão por parte dos gestores públicos (ANGELIDOU, 2014, p. S3-S11, 2014).

Em síntese, ainda que se tenham diversos conceitos de smart cities, algumas características comuns foram detectadas pelos especialistas: (a) utilização de TICs na municipalidade; (b) infraestrutura física e de rede; (c) ampliação da qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos; (d) conexão de TICs e infraestrutura visando o desenvolvimento em vários aspectos da cidade, no âmbito econômico, social, ambiental e cultural; e (e) um propósito de um futuro para as cidades com mais qualidade de vida (GIL-GARCIA; PARDO; NAM, 2015). Por outro lado, além dessas características comuns, os pesquisadores e autores também mencionam uma visão holística da cidade. Vale observar que, a partir dessa proposta de smart cities há o envolvimento da tecnologia por todos os elementos, como também em relação às evidências, informações e os dados gerados.

**Quadro 01:** Elementos e Componentes de uma Smart City  
Fonte: Adaptado de Gil-Garcia, Pardo e Nam (2015).

Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorar a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e a gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis em todos os países.
11.4	Fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e com deficiência.
11a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
11b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
11c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

O que se observa do quadro acima são os elementos que compõem uma smart city. Há uma união da tecnologia com os dados da cidade envolvendo o Governo, Ambiente Físico e a Sociedade. Tanto a infraestrutura é atualizada quanto a gestão dos dados de forma integrada deve estar voltada para a melhor qualidade de vida dos cidadãos, que poderá ser realizada mediante a paradiplomacia de dados de forma cooperativa em rede. Os conceitos de paradiplomacia de dados, cooperação descentralizada pública e de smart cities podem ser abrangidos, no campo da Teoria das Relações Internacionais, daquilo que se convencionou chamar de redes de cooperação, nos remetendo às contribuições obra do sociólogo espanhol Manuel Castells (2005); “A Sociedade em Rede”. Nela, o autor parte do entendimento que ele intitula “o paradigma da tecnologia da informação”.

(...) i) a informação é sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informações para agir sobre a tecnologia; ii) penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico; iii) a lógica de rede: a rede pode ser implementada materialmente em todos

os tipos de processos e organizações graças às recentes tecnologias de informação; iv) baseia-se na flexibilidade: não apenas os processos são reversíveis, mas organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas pela reorganização de seus componentes; v) convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado: a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores são todos integrados nos sistemas de informação (...) (CASTELLS, 2005, p. 108-109).

Castells (2005) já na década dos anos 2000 afirma que o “o paradigma da tecnologia da informação” é fruto da tecnologia justaposta à reorganização do sistema capitalista formando o que ele intitula de “sociedade informacional”. Dessa forma, para Castells (2005) a definição de rede “é um conjunto de nós interconectados”. Os nós são os governos subnacionais com um objetivo comum que os une e forma a rede. De outro lado, Migueletto (2001), apresenta a seguinte definição para rede.

A rede é um arranjo organizacional formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de realizar objetivos complexos, e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam em diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito é inexorável, por isso se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento de dominação. (MIGUELETTTO, 2001, p. 48).

As redes de cooperação de cidades são uma forma de inserção internacional dos governos subnacionais. Dessa maneira, as redes representam um aprimoramento nas relações paradiplomáticas, pois, se desenvolvem a partir de uma nova visão de governança com novas ações estratégicas para os municípios. A agenda internacional é ampliada com a reunião dos participantes da rede. O desafio da coordenação dos

problemas e soluções urbanas em rede está ligado ao fato de que as cidades devem trabalhar para o desenvolvimento da própria rede, buscando objetivos comuns de forma cooperativa. Os problemas globais envolvem essa coordenação política, que tem reflexos na construção de ferramentas para ampliação da cooperação. Entretanto, é relevante destacar que ao longo da última década, o aprimoramento da inovação tecnológica decorrente da QRI revolucionou a sociedade informacional apresentada por Castells (2005), influenciando diretamente nas relações paradiplomáticas de dados em rede decorrente das três dimensões já mencionadas por Schwab (2016): (a) velocidade; (b) amplitude e profundidade, e; (c) impacto sistêmico.

— Velocidade: ao contrário das revoluções industriais anteriores, esta evolui em um ritmo exponencial e não linear. Esse é o resultado do mundo multifacetado e profundamente interconectado em que vivemos; além disso, as novas tecnologias geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas.

— Amplitude e profundidade: ela tem a revolução digital como base e combina várias tecnologias, levando a mudanças de paradigma sem precedentes da economia, dos negócios, da sociedade e dos indivíduos. A revolução não está modificando apenas o “o que” e o “como” fazemos as coisas, mas também “quem” somos.

— Impacto sistêmico: ela envolve a transformação de sistemas inteiros entre países e dentro deles, em empresas, indústrias e em toda sociedade (SCHWAB, 2016, p. 15-16).

Pensando essas transformações no nível local, Klaus Schwab (2016) apresenta que uma das mudanças revolucionárias promovidas pela QRI é justamente a formação das smart cities, que gerará impactos positivos e negativos em toda a sociedade, em razão da inovação e das TICs.

Mudança 10: Cidades inteligentes

Ponto de inflexão: a primeira cidade com mais de 50 mil pessoas e sem semáforos.

Até 2025: 64% dos entrevistados esperam que esse ponto de inflexão ocorra.

Muitas cidades conectarão serviços, redes públicas e estradas à internet. Essas cidades inteligentes irão gerenciar sua energia, fluxos de materiais, logística e tráfego. Cidades progressistas, como Singapura e Barcelona, já estão implementando muitos novos serviços baseados em dados, incluindo soluções de estacionamento, coleta de lixo e iluminação inteligentes. As cidades inteligentes estão continuamente ampliando sua rede tecnológica de sensores e trabalhando em suas plataformas de dados, que serão o centro de conexão dos diferentes projetos tecnológicos e da adição de serviços futuros, com base na ciência da análise de dados e modelagem preditiva.

#### Impactos positivos

— Aumento da eficiência na utilização dos recursos. — Aumento da produtividade. — Aumento da densidade. — Melhoria da qualidade de vida. — Efeito sobre o meio ambiente. — Maior acesso da população em geral aos recursos. — Menor custode prestação de serviços. — Maior transparência em torno do uso e estado dos recursos. — Diminuição da criminalidade. Aumento da mobilidade. — Geração e consumo descentralizados de energias alternativas. — Produção descentralizada de bens. — Aumento da resiliência (aos impactos das mudanças climáticas). — Redução da poluição (ar, ruído). — Aumento do acesso à educação. — Acessibilidade mais rápida/acelerada aos mercados. — Mais empregos. — Governo eletrônico mais inteligente. Impactos negativos — Vigilância, privacidade. — Risco de colapso (blackout total) caso o sistema de energia elétrica falhe. — Maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos.

#### Desconhecido, ou positivo e negativo

— Impacto na cultura e na percepção da cidade. — Mudança do habitus individual das cidades (SCHWAB, 2016, p. 138-139).

Nesse sentido, cumpre destacar a iniciativa da World Smart Sustainable Cities Organization (WeGOV), com sede na Coreia do Sul, que é uma instituição que atua em rede, possui mais de 200 membros em todo o mundo e assumiu um papel de

liderança na facilitação da transformação mundial de cidades tradicionais em cidades inteligentes e sustentáveis. No mês de junho de 2021, a WeGOV realizou o pré-lançamento da Rede de Cidades Inteligentes da América Latina (LASCN), que tem como objetivo a criação de planos de um novo espaço de cooperação e modernização para os governos locais latino-americanos. Na busca de integração e interesse nesta proposta internacional, o Brasil esteve representado pelo Ministro da Ciência, Inovação e Tecnologia, Marcos Pontes e pela Secretária de Relações Internacionais do Município de São Paulo, Sra. Marta Suplicy (SÃO PAULO, 2021).

Dessa maneira as relações paradiplomáticas de dados dos governos subnacionais podem na formação de redes de smart cities se apoiarem uns nos outros em face das mudanças tecnológicas que já estão ocorrendo com a Quarta Revolução Industrial. Além disso, a partir de uma visão holística, a definição que mantém o ideal de cidades inteligentes têm destaque nos últimos anos, principalmente por ser considerada uma proposta que leva ao desenvolvimento também do viés da sustentabilidade, como a China estabeleceu no seu XIV Plano Quinquenal de 2021. Paralelamente, as agendas urbanas promovidas pela ONU, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) fazem a ligação entre smart cities e sustentabilidade visando a um aprimoramento da urbanização com o uso consciente das TICs. Não é sem motivo que no ano de 2015 foram apresentados os 17 (Dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU firmado por 193 países. A agenda propõe uma amplitude de áreas para se alcançar o “mundo que queremos”. Entre os objetivos, é possível citar alguns exemplos: trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10) e cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) (GIL-GARCIA; PARDO; NAM, 2015).

Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorar a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e a gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis em todos os países.
11.4	Fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e com deficiência.
11a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
11b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
11c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Nesse contexto, as TICs têm se destacado para alcançar os ODS, tanto direta como indiretamente, pois a tecnologia é capaz de incorporar as metas, índices e estratégias na busca de determinados objetivos. As smart cities não são citadas de forma explícita como meta dos ODS, porém, foram incluídas de certa forma nas estratégias para alcançar o ODS 11, que trata das cidades e comunidades sustentáveis. A Conferência das Nações Unidas sobre a Moradia e o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) aprovou em 2016, a Nova Agenda Urbana (NAU), que destaca o compromisso dos Estados signatários com o desenvolvimento de cidades inteligentes. Nas cidades inteligentes, as TICs utilizam a tecnologia e o armazenamento de dados, que podem melhorar a utilização dos recursos públicos e a qualidade dos serviços, subsidiando políticas públicas e os processos decisórios de gestores públicos, os quais são multiplicados com o trabalho em redes de smart cities com novas oportunidades para os cidadãos (GIL-GARCIA; PARDO; NAM, 2015).

**Quadro 02:** Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11).  
Fonte: Nações Unidas Brasil (2021) - <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>

### A Iniciativa Digital e Verde no Cinturão e Rota da China

A Iniciativa “Belt and Road” (BRI) foi lançada em 2013 pelo presidente Xi Jinping. Ela se divide em 2 (dois) eixos: o Cinturão da Rota da Seda, que passa pela construção de infraestruturas na Ásia Central rumo à Europa; e a Rota Marítima da Rota da Seda, que abrange o Mar do Sul da China, o Sudeste Asiático, o Oceano Índico e a costa Oriental da África, também rumo à Europa (PIRES; PAULINO, 2017). Essas obras de infraestrutura pressupõem a construção de ferrovias, gasodutos, redes de geração e distribuição de energia elétrica, cabos de fibra ótica para a transmissão de internet, aeroportos, portos, zonas industriais, etc. Esta iniciativa está trazendo grande impacto geopolítico, na governança, na sustentabilidade e no desenvolvimento social. Posteriormente, o BRI se estendeu para os países da América Latina, com a oportunidade de adensamento da cooperação ganha-ganha com a China (PAUTASSO et. al, 2020).

Nesse sentido, em sintonia com as demandas criadas pelos impactos das mudanças climáticas e a busca da redução das desigualdades, o XIV Plano Quinquenal da China de 2021 se consolida como o grande marco da estratégia de desenvolvimento e coloca a BRI como um meio para a consolidação de uma economia sustentável e para a projeção da estratégia “verde” da China no exterior. Nesse aspecto, as agendas ambiental e climática ganham relevância e destaque na estratégia chinesa tanto interna como em nível internacional. Assim, a inclusão das perspectivas “digital” e “verde” que se alinha com a Agenda 2030 da ONU, abrindo oportunidades para a criação de novos empregos e a criação de atividades econômicas baseadas em energia renovável, biotecnologia, biocombustíveis, créditos de carbono, tecnologia, infraestrutura e indústria criativa.

Este último aspecto merece especial atenção. No cenário gerado pela pandemia da Covid-19, a indústria criativa aumentou seu protagonismo econômico, notadamente quando diversas atividades presenciais foram substituídas pelo teletrabalho on line. Mesmo o entretenimento ganhou novo impulso em consequência da pandemia por conta dessa nova pegada digital que impactou fortemente o setor audiovisual e se tornou

imprescindível para o desenvolvimento de mercado, que por suas características proporcionam relações *people to people*. O que se evidencia é que a cadeia produtiva das artes, tal qual o cinema, por exemplo, se transforma num instrumento artístico na promoção cultural, que gera empregabilidade e recursos econômicos aproximando os países, apontando oportunidades de cooperação. E, pela inserção chinesa nas *smart cities* do Brasil e da América Latina, via redes de cooperação internacional, num contexto regional latino-americano, que reposiciona o papel do subcontinente no mapa geopolítico (CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021).

Nesta perspectiva, a China, seja por meio do governo ou da iniciativa privada, construiu iniciativas financeiras para proporcionar essa cooperação ganha-ganha apontado pelo BRI digital e verde. No âmbito dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi criado em 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento para financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Neste mesmo ano, outra iniciativa foi a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, que tem como membros fundadores a Áustria, Reino Unido, Itália, Alemanha, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Austrália, China, Coreia do Sul, Paquistão, Rússia, Índia, África do Sul e Brasil (GUIMARÃES, 2020). Além disso, na segunda reunião do Fórum China-CELAC, ocorrida em janeiro de 2018 em Santiago do Chile, o governo chinês apresentou aos países latino-americanos possibilidade de integração na BRI, notadamente na “Rota da Seda Digital”. A esse respeito, Marcos Cordeiro Pires refletiu:

“Um outro aspecto a ser considerado para a futura conformação das relações China-CELAC diz respeito às potencialidades criadas pelos disruptivos avanços tecnológicos no bojo da chamada “Quarta Revolução Industrial”. Enquanto os países da América Latina estão apartados do desenvolvimento dos avanços tecnológicos e se situam apenas como consumidores de pacotes tecnológicos fechados, a China já é um ator de peso nessa área. Apesar de ainda não ser líder nas principais correntes dessa onda tecnológica, entre as quais se incluem a Internet das Coisas, Blockchain, robótica, nanotecnologias, inteligência artificial, novos materiais, biotecnologias, etc., o país

está avançando rapidamente nesse campo. Projetos como “Made in China 2025” e “Internet Plus” estão criando as condições para que esta se torne uma potência tecnológica de primeira linha. Quando se considera a geração de energia limpa (solar ou eólica), o país já é o líder mundial. Por outro lado, verifica-se um avanço sem par de novos sistemas de pagamento, na computação quântica e na “economia compartilhada” e de baixo carbono, algo essencial para um país que viu seus indicadores ambientais regredir enquanto avançava na produção industrial. O compartilhamento dessas tecnologias com os países da América Latina pode abrir uma janela de oportunidades para a melhoria da infraestrutura, da capacidade produtiva, da formação de quadros técnicos, do desenvolvimento de uma economia ecológica e ainda aumentar a conectividade das pessoas, das empresas e a melhoria da gestão pública (PIRES, 2018, p. 17-18).

Como se vê, a perspectiva da cooperação nos campos da economia verde e economia digital antecede os postulados do XIV Plano Quinquenal, que estabelece a digitalização da cadeia das artes, com fundamento na internet móvel, tecnologia 5G, digitalização e inteligência artificial. Assim, há um potencial caminho de cooperação entre as *smart cities* do Brasil e a China no setor da indústria criativa, tanto na gestão pública quanto na área economia criativa. Um exemplo que já é realidade, mas pode ser impulsionado pela indústria criativa é o Festival de Cinema dos BRICS com produção de conteúdo para a integração dos países, por meio da aproximação cultural. A cooperação tecnológica para o aprimoramento do setor da indústria criativa impulsiona a transformação da cadeia produtiva do cinema e da arte de ambos os países em 4 (quatro) grandes temas: (a) nova infraestrutura para a cadeia artística; (b) 5G, cloud computing e Big Data para a área de arte; (c) digitalização; e (d) uso de novos equipamentos dedicados para este setor. As indústrias criativas estão na vanguarda da economia pós-pandemia e podem se tornar um âmbito de cooperação e investimento paradiplomático.

Como o governo chinês está construindo um ambiente favorável para a digitalização de todos os processos de

produção cinematográfica (produção, filmagem, divulgação e arquivamento) para atualização contínua de seus processos e produtos; o Brasil, por meio de instituições como a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade - INVESTE SÃO PAULO, poderia, por exemplo, mapear os municípios paulistas com potencial desenvolvimento da indústria criativa e assessorar as cidades paulistas para avançarem na cooperação paradiplomática de dados para tornar o estado referência na América Latina. A propósito, o Estado de São Paulo já está bem posicionado nessa frente, uma vez que possui acordos de cooperação firmados com instituições chinesas: (1) Câmara de Comércio Internacional da China (Data de assinatura: 26.11.2018) para estabelecer ações conjuntas visando estimular a promoção de investimentos e divulgação das atividades de ambas as partes e as relações econômicas entre as regiões representadas pela partes; (2) Banco da China (Data de assinatura: 05.08.2019) estabelecendo ações conjuntas objetivando a atração de investimentos, a divulgação das atividades dos signatários e as relações econômicas entre as regiões apresentadas; (3) CR20 (Data de assinatura: 07.08.2019) estabelecendo as bases para promover o diálogo entre o Estado de São Paulo e a CR20 voltado a investimentos direcionados aos projetos de infraestrutura; e (4) Invest Shanghai (Data de assinatura: 09.08.2019) estabelecendo ações conjuntas para promover investimentos e exportações visando fortalecer as relações econômicas entre as regiões (AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVESTE SÃO PAULO, 2022).

Contudo, não se pode perder de vista uma característica fundamental da Quarta Revolução Industrial, que tanto Schwab (2016) como Moreira et. al (2018) são convergentes: a questão da velocidade. As mudanças são rápidas e disruptivas e torna-se crucial ter capacidade de movimentação nesse novo ambiente tecnológico que, em muitos aspectos, ultrapassa a capacidade de regulação dos Estados. Além disso, requer uma maior capacidade dos líderes para apreender, aprender, adaptar-se e desafiar seus próprios modelos conceituais com uma administração responsável, pois é isso que irá distinguir a próxima geração de líderes de sucesso, inclusive, na liderança

dos governos das cidades (SCWHAB, 2016). Dessa maneira, a oportunidade de desenvolvimento da indústria criativa com a China está totalmente aberta para as smart cities do Brasil, mas as lideranças públicas devem ser ágeis para construir um ambiente adequado para atrair os investimentos dos novos negócios da indústria criativa, tornando o Brasil uma plataforma para a cooperação com outros países da América Latina.

### Considerações Finais

A partir de toda essa realidade, as mudanças geradas pela QRI já estão alterando os padrões do crescimento econômico, dos mercados e do futuro do trabalho; constituindo um grande desafio de potencializar a inclusão de uma economia sustentável, como a indústria criativa nas smart cities. De fato, vivenciamos múltiplas fontes de ruptura, pois as informações e inteligência em tempo real irão fornecer entendimentos únicos sobre os clientes, os cidadãos e o desempenho dos ativos, amplificando outras tendências tecnológicas. No geral, o impacto da QRI nos negócios e na economia das cidades aponta para um modo muito mais complexo de inovação com base na combinação de várias tecnologias em novas formas. Isso obriga as empresas e os governos a reavaliarem a maneira de fazer negócios e políticas públicas de incentivo em novos negócios, baseado em dados. O que se observa é que a ruptura competitiva não virá apenas das startups no desenvolvimento de novos negócios em segmentos conectados com a digitalização, a criatividade e a tecnologia. Daí porque, as smart cities são espaços conhecidos para empreendedores otimizarem recursos visando integrar a tecnologia em diversos eixos da cadeia de infraestrutura da indústria criativa (digitalização da cadeia das artes, com fundamento na internet móvel, tecnologia 5G, digitalização e inteligência artificial), possuindo a sustentabilidade como agenda norteadora alinhada com os ODS 8, ODS 10 e ODS 11.

Nesse sentido, é importante as lideranças públicas municipais brasileiras estarem conectadas com os principais eventos internacionais de tecnologia na busca de informações e adaptabilidade às mudanças. De 28 de fevereiro a 3 de março deste ano ocorreu, de forma presencial, a Mobile World Congress

2022 (MWC) em Barcelona na Espanha. A feira é uma das maiores em tecnologia mobile e promete vários lançamentos de uma série de novos celulares, sobre o que há de mais moderno em tecnologia móvel e o principal tema foi a apresentação de novidades da tecnologia 5G. Os destaques são as novidades das empresas chinesas Huawei, Xiaomi, Oppo e Lenovo Mobile Business Group da China, proprietária da Motorola (STERN, 2022). Da mesma forma, é verdade que durante a CES 2022 (International Consumer Electronics Show), maior feira de tecnologia do mundo, que ocorreu em janeiro deste ano em Las Vegas nos Estados Unidos da América, as discussões foram focadas no metaverso, que se refere aos esforços para agregar tecnologias de realidade virtual e aumentada em um novo reino on line, onde a Meta, empresa-mãe do Facebook e seu sistema de jogos Oculus é de longe a líder de mercado no momento (KELLY; DUFFY, 2022).

De outro lado, não é menos verdade, que o tema dos empreendimentos nas smart cities, também despontaram como responsáveis por um futuro mais seguro e verde, com destaque para: armazenamento de energia (energia solar, fabricantes de baterias e empresas especializadas em soluções em inteligência artificial); comunidades pequenas como conjuntos habitacionais poderão gerar créditos de energia; e também a reutilização de água em hotéis, restaurantes e grandes corporações. Como se observa, a economia sob demanda está sofrendo grande alteração na relação do trabalho e o tecido social correspondente. Os empregadores estão utilizando a “nuvem humana” para a realização de projetos com profissionais localizados em qualquer lugar do mundo.

De certa forma, desde que se tenha um marco regulatório, há possibilidades para o avanço das oportunidades criativas de trabalho decente (ODS 8) na complexidade de funções oferecidas nas cidades inteligentes, no propósito de uma vida em comunidades mais sustentáveis (ODS 11), por consequência, reduzindo as desigualdades (ODS 10), sendo certo que há uma grande ampliação de prestadores de serviços formalizados, diferentemente dos empregados tradicionais tornando-se mais independentes (SCWHAB, 2016). A partir da transformação digital e das novas tendências de negócios gerados pela

inovação tecnológica decorrente da QRI, abre-se espaço para a cooperação com China, também para a indústria criativa, um setor em que a padronização das máquinas não consegue superar a genialidade humana voltada para o desenvolvimento econômico sustentável em vários aspectos de novos modelos de negócios, categoria em que a cultura e arte brasileira são amplamente expressivas, diversificadas na da miscigenação de culturas e etnias, reconhecidas mundialmente por sua qualidade.

Concluindo, os princípios, conceitos e objetivos da paradiplomacia de dados voltados para inserção internacional de smart cities do Brasil podem ampliar a relevância das lideranças dos governos subnacionais para fazer frente aos impactos da QRI, enfatizando a atuação de forma cooperativa em redes para viabilizar o desenvolvimento de políticas públicas baseadas nas TICs e também para apoiar novos negócios como as indústrias “verde” e “criativa”, visando à empregabilidade de sua população e o crescimento econômico que irá gerar novas oportunidades para a sociedade nesse cenário impactado pela pandemia da Covid-19. O que se observa neste processo, é a visão nítida de que o BRI digital e verde previsto no XIV Plano Quinquenal de 2021 da China está em consonância com as mudanças climáticas e redução das desigualdades apontando a nova direção para o uso das TICs. No caso da cooperação internacional baseada em dados e na paradiplomacia, o Plano chinês pode viabilizar um amplo espectro de cooperação com vistas a apoiar o desenvolvimento de smart cities no Brasil, contribuindo de forma estratégica para o cumprimento das metas globais da Agenda 2030, notadamente, do ODS 8, ODS 10 e ODS 11.

Por fim, essa tendência da cooperação ganha-ganha entre os municípios brasileiros e a China revela a construção de uma nova ordem global que traz estabilidade interna e parcerias (ODS 17) que constituem a partir da análise de dados nestas relações paradiplomáticas, o fundamento para o melhor aproveitamento do compartilhamento da inovação tecnológica e das TICs do BRI digital e verde chinês voltado para o desenvolvimento sustentável das novas tendências de negócios como a indústria criativa, que tem como foco a geração de novas oportunidades de negócios e

empregabilidade para os brasileiros, por conseguinte, formando melhores indicadores socioeconômicos e socioambientais nas smart cities do Brasil, as quais podem se tornar referência para as cidades latino-americanas proporcionando conexões para um futuro compartilhado nas Relações Internacionais Sul-Sul.

## Referências

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVESTE SÃO PAULO. Acordos de Cooperação. São Paulo, SP. [2022]. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/sobre-a-investe-sp/acordos-de-cooperacao/>. Acesso em 28 fev. 2022.

ANGELIDOU, M. Smart city policies: A spatial approach. *Cities*, v. 41, p. S3-S11, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jan. 2022.

BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A.. The second machine age: work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies. WW Norton & Company, 2014.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Editora Paz e Terra, vol. 1. 7ª ed. São Paulo, p. 108-109, 2005.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. XIV Plano Quinquenal da China: Perspectivas para a Cooperação Sino-Brasileira. Rio de Janeiro, RJ. [2021]. Disponível em: <https://cebri.org/media/documentos/arquivos/XIVPlanoQuinquenalDaChinaPersp.pdf>. Acesso em 28 fev. 2022.

FAHIM, F. A. Data diplomacy: turning bytes into insights in the foreign service. *Voices*. 4 fev. 2022. Oxford, Inglaterra. [2022]. Blavatnik School of Government. University of Oxford. Disponível

em: <https://www.bsg.ox.ac.uk/blog/data-diplomacy-turning-bytes-insights-foreign-service>. Acesso em 28 fev. 2022.

FAWCETT, T.; PROVOST, F. Data Science para Negócios. Alta Books Editora. Rio de Janeiro, RJ. [2016]. Tradução do original Data Science for Business, 408p, 2016.

FORTALEZA (Município). Fortaleza integra Rede Internacional de Cidades Inteligentes. Agência de Notícias. 17 out. 2019. Fortaleza, CE. [2019]. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-integra-rede-internacional-de-cidades-inteligentes>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GIL-GARCIA, J. R.; PARDO, T. A.; NAM, T. What makes a city smart? Identifying core components and proposing an integrative and comprehensive conceptualization. *Information Polity*, v. 20, n. 1, p. 61-87, 2015.

GUIMARÃES, S. P. EUA & China: Duas estratégias na luta pela hegemonia. *Outras Palavras: Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo*. 12 mai. 2020. São Paulo. [2020]. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/eua-china-duas-estrategias-na-luta-pela-hegemonia/>. Acesso em 28 fev. 2022.

KELLY, S. M.; DUFF, C. CES 2022: Cinco lições da gigante feira de tecnologia. *CNN Brasil*. 8 jan. 2022. São Paulo, SP. [2022]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/ces-2022-cinco-licoos-da-gigante-feira-de-tecnologia/>. Acesso em 21 fev. 2022.

MIGUELETO, D. C. R. Organizações em rede. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, RJ. [2001]. p. 48, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27 fev. 2022.

MOREIRA, J.; CARVALHO, A.; HORVATH, T.. A General Introduction to Data Analytics. Editora Wiley. Hoboken, Nova Jersey, Estados Unidos da América, 593p, 2018.

PAUTASSO, D.; NOGARA, T. S.; UNGARETTI, C. R.; DORIA, G.. A Iniciativa do Cinturão e Rota e os dilemas da América Latina. Revista Tempo do Mundo, RTM, nº 24, Dez. 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Brasília, DF. [2020]. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm24art3>. Acesso em 28 fev. 2022.

PIRES, M.C. (2018). Considerações sobre os desafios institucionais para o desenvolvimento da relação Celac-China. In: Consejo de Relaciones Internacionales de América Latina y el Caribe (RIAL). Informe China-Cepal: avances hacia el. p. 17-18, 2021. Disponível em: <http://consejorial.org/wp/wp-content/uploads/2018/12/FINAL-CELAC.-3.pdf>. Acesso em 28 fev. 2022.

PIRES, M.C.; PAULINO, L.A. (2017) Reflexiones sobre la hegemonía y la política internacional de China: la iniciativa “Cinturón y Ruta” como una estrategia de desarrollo pacífico. Revista de Relaciones Internacionales: La Plata. N. 53 – p. 207-228. ISSN 1515-3371 | ISSN 2314-2766.

PLATAFORMA CONNECTED SMART CITIES. Capitais Brasileiras estão preparadas para lançar a internet 5G. Agência de Notícias. 27 Jan. 2022. São Paulo, SP. [2022]. Disponível em: <https://portal.connectedsmartcities.com.br/2022/01/27/capitais-brasileiras-estao-preparadas-para-lancar-a-internet-5g/>. Acesso em 28 fev. 2022.

ROMERO, M. D. H. Uma Aproximación Contextual y Conceptual a la Cooperación Descentralizada. Observatorio de Cooperación Descentralizada. Valparaíso. Ilustre Municipalidad de Valparaíso y Diputación de Barcelona, p. 37-40, 2004.

ROSSETTI, R.; ANGELUCI, A. C. B. Ética Algorítmica: questões e desafios éticos do avanço tecnológico da sociedade da informação. Galáxia (São Paulo, online), ISSN: 1982-2553. Publicação Contínua. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202150301>. Nº 46, 2021, pp.1-18. Revista do Programa de Pós – Graduação em Comunicação e Semiótica da Disponível em: <file:///C:/Users/Win10/Downloads/50301-165039-1-PB.pdf>. Acesso 28 fev. 2022.

SALOMÓN, M. El Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del MERCOSUL en el Contexto de La Política Exterior Brasileña. Seminario Sobre El Foro Consultivo De Municipios, Estados Federados, Provincias Y Departamentos Del Mercosul. CARI, Buenos Aires, 2008.

SÃO PAULO (Município). São Paulo participa de Pré-Lançamento da Rede de Cidades Inteligentes da América Latina. Agência de Notícias. 23 jun. 2021. São Paulo. [2021]. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes\\_internacionais/noticias/?p=31424](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/noticias/?p=31424). Acesso em: 28 fev. 2022.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. Studio Nobel. São Paulo, 1998.

SCHWAB, K. A Quarta Revolução Industrial. Edipro. 1ª Edição. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo. p. 15-16, p. 38, p. 138-139, 2016.

SOLDATOS, P. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, H. J. and SOLDATOS, P. Federalism and international relations: the role of subnational units. Oxford University Press. Nova Iorque, Estados Unidos da América. 1990.

STERN, J. 5G, lançamentos e clima de pandemia: o que esperar da MWC 2022. Tilt UOL. 26 fev. 2022. São Paulo, SP. [2022]. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/02/26/5g-lancamentos-e-clima-de-pandemia-o-que-esperar-da-mwc-2022.htm>. Acesso em 28 fev. 2022.

**\*Marcos Cordeiro Pires** é professor Doutor Livre – Docente em Economia Política Internacional na UNESP, campus de Marília/SP. É professor na UNESP nos cursos de graduação de Relações Internacionais e Pós – Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós – Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” – Unesp – PUS/SP – Unicamp. e-mail: marcos.cordeiro@unesp.br

**\*Tadeu Luciano Seco Saravalli** é doutorando em Ciências Sociais na UNESP, campus de Marília/SP com Educação Executiva na Harvard Kennedy School of Government em Liderança e Gestão Pública. Advogado e Consultor na área de Direito Público, Digital e Gestão Pública com atuação como agente político na esfera municipal e estadual de São Paulo. É Diretor Jurídico do Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis. Membro da Comissão Estadual de Privacidade e Proteção de Dados da OAB-SP e integrante do Grupo de Pesquisa dos BRICS da UNESP, campus de Marília/SP (CNPq) e do Núcleo de Estudos de Cidades Inteligentes e Sustentáveis da FEA/USP (CNPq). e-mail: tadeu.saravalli@unesp.br



# A produção do espaço condicionada entre a smart city e o urbanismo de plataforma

## The production of space framed between smart city and platform urbanism

Pedro Henrique Cícero Ferreira\*

### Resumo

Paulatinamente, a tecnologia digital vêm se tornando parte não apenas do cotidiano dos cidadãos urbanos, mas também da própria materialidade das cidades, sendo um recurso estratégico no desenvolvimento urbano de diversos países. Entre estas, estão as plataformas digitais que, na contemporaneidade, são consideradas agentes de transformação das cidades ao redor do globo, uma vez que são capazes de impor suas próprias lógicas. Este artigo busca discutir a produção do espaço nesse contexto, sob a luz dos conceitos de smart city e de urbanismo de plataforma, percorrendo a respeito de suas diferenças e de suas interseções. A smart city consiste em um modelo de cidade centrado na onipresença da tecnologia digital como aparato de otimização de infraestruturas e processos urbanos. Já o urbanismo de plataforma corresponde a uma condição urbana na qual a tecnologia digital, representada pelas plataformas, coloca sobre a cidade suas demandas e reorganiza seus espaços a fim de privilegiar os processos de intermediação. Mesmo que ambos os conceitos sejam utilizados para tratar de uma cidade centrada no poder impositivo de transformação do espaço pela tecnologia digital, é preciso ressaltar que eles possuem suas diferenças. O que não significa que não disponham de interfaces comuns, quando diferentes projetos de cidade são produzidos simultaneamente. Logo, no intuito de exemplificar a discussão aqui elaborada, este trabalho finaliza com uma breve análise de projetos arquitetônicos e urbanísticos, nos quais os conceitos de smart city e de urbanismo de plataforma foram colocados em prática no Brasil. Essa análise é de extrema importância a fim de avaliar como as tecnologias vêm sendo implantadas nas cidades brasileiras, produzindo novas espacialidades digitais e complexificando suas geografias. Além disso, a produção de espaços tecnológicos diz respeito ao modelo de desenvolvimento que vêm sendo adotado pelo país em consonância com a geopolítica mundial.

**Palavras-chave:** smart city; urbanismo de plataforma; plataformas digitais; infraestruturas digitais; neoliberalismo

### Abstract

*Gradually, digital technologies have become part not only of the daily life of urban citizens, but also of the very materiality of cities, being a strategic resource in the urban development of several countries. Among the technologies, digital platforms are agents of transformation of cities around the globe in contemporary times by imposing their logic on them. This article seeks to discuss the production of space in this context, in the light of the smart city and platform urbanism concepts, discussing their differences and intersections. The smart city consists of a city model centered on the ubiquity of digital technology as an apparatus for optimizing infrastructure and urban processes. Platform urbanism, on the other hand, corresponds to an urban condition in which digital technology, represented by platforms, places its demands on the city and reorganizes its spaces in order to privilege intermediation processes. Although both concepts deal with a city centered on the imposing power of space transformation by digital technology, they have their differences. However, both concepts can also interface with each other, when different city projects are produced simultaneously. Therefore, in order to exemplify the discussion elaborated here, this work ends with a brief analysis of architectural and urban projects where the smart city and platform urbanism concepts were put into practice in Brazil. This analysis is extremely important in order to assess how technologies have been implemented in Brazilian cities, producing new digital spatialities and making their geographies more complex. In addition, the production of technological spaces concerns the development model that has been adopted by the country in line with world geopolitics*

**Keywords:** smart city; platform urbanism; digital platforms; digital infrastructures; neoliberalism.

## Introdução

As plataformas digitais podem ser entendidas, a partir de Nick Srnicek (2017), como espaços digitais que atuam como intermediários para a interação entre diferentes grupos remotamente localizados. Logo, tal espaço possibilita a construção de uma rede global de agentes conectados em torno de determinado interesse em comum, entre os quais destacaríamos as trocas econômicas. Sarah Barns[1] (2020) argumenta que as plataformas surgiram nas últimas décadas em decorrência das inovações no campo da tecnologia da informação e da comunicação (TIC). Exemplos disso seriam os aparelhos smartphones, a economia de aplicativos, as interações peer-to-peer. Ainda segundo a autora, ao fazer parte do cotidiano das sociedades urbanas, essas e outras inovações promoveram processos de disrupção que resultaram na digitalização das práticas sócio-espaciais, bem como do capital e do espaço dos quais dependem.

É evidente que ao longo desse processo de transformação tecnológica no e do espaço surgem formas, ferramentas, práticas, discursos, infraestruturas e discursos diversos para dar conta dos requisitos que o ciclo de acumulação do capital demanda, no contexto do capitalismo de plataforma[2]. Esse conjunto tecnológico dá forma a um espaço urbano específico – seja uma smart city ou um urbanismo de plataforma –, no qual a vida social acontece e se reproduz sobrepondo-se às espacialidades pretéritas. Enquanto, muitas vezes, a discussão a respeito da relação entre tecnologia e vida urbana gira em torno das smart cities, as plataformas estão progressivamente dominando a organização das cidades. Conforme seu uso se integra às cidades, é possível dizer que há tanto uma dimensão urbana nas plataformas – como lógica de reprodução destas –, quanto uma dimensão da própria plataforma no urbano – atuando neste como uma ferramenta (RODGERS, MOORE, 2019). Em todo caso, um dá forma ao outro e é justamente na interação entre plataforma e urbanização que se pode começar a indagar sobre como ocorre a transformação do espaço, a partir de uma

mediação entre formas, objetos e agentes por meio de redes, dados e algoritmos.

Segundo os arquitetos Marcelo Maia e Natacha Rena (2021, online), “o urbanismo digital é estratégico para o desenvolvimento e o futuro de qualquer Estado-nação, portanto, se insere, também, em uma disputa geopolítica e estratégica para a cooperação Sul-Sul”. Assim, pode-se dizer que pensar a geopolítica contemporânea requer, necessariamente, analisar a tecnologia digital e seu papel na produção das sociedades e seus respectivos espaços, buscando entender, sobretudo, de que forma elas colocam em prática a agenda de desenvolvimento de determinados países. Evidenciando os espaços periféricos em relação ao poder geopolítico e econômico global, acredita-se que a cidade tecnologicamente mediada se apresenta como horizonte de expectativa, uma utopia de cidade, cuja concretização se realiza em conflito com a geografia histórica oriunda de diferentes projetos. Na experiência das smart cities e do urbanismo de plataforma no Brasil, a tecnologia digital, empregada no planejamento como recurso estratégico, chega como um poder impositivo que rearticula o território em que atua.

Robert Hollands (2008) argumenta que há um consenso de que as reconstruções digitais das cidades sejam positivas. Portanto, nos parece que uma revisão de experiências concretas torna-se primordial para pensar essa afirmação criticamente, sob a luz da economia política da urbanização. Assim, o presente trabalho busca discutir os conceitos de smart city e de urbanismo de plataforma, expondo suas especificidades e suas diferenças, mas evidenciando a ação das plataformas digitais na produção do espaço na contemporaneidade. A fim de ilustrar a discussão pautando-a na realidade territorial brasileira, este trabalho também busca identificar tendências presentes nos projetos arquitetônicos e urbanísticos que se baseiam no uso intensivo da tecnologia digital, diferenciando as ações conforme a relação com os conceitos. Finalmente, espera-se que em sua totalidade, o estudo seja capaz de apontar para determinadas formas por meio das quais o modelo de smart city e a condição de urbanismo de plataforma começam a se definir na geografia das cidades brasileiras.

## Smart cities

A ideia de smart city refere-se ao paradigma de uma cidade inteligente, criativa e inovadora, que se alcança por meio do uso intensivo de infraestruturas digitais e de tecnologias de informação e comunicação (TIC) como pilares norteadores do desenvolvimento urbano. De acordo com Sarah Barns (2020), as smart cities são exemplos de como ocorre a disrupção nas cidades por meio de inovações tecnológicas. Segundo a autora, entre 2008 e 2018, houve um crescimento do movimento de smart cities ao redor do globo, com cidades sendo construídas a partir da tecnologia digital, ou através de políticas de conectividade implementadas em cidades já existentes

O professor de sociologia Robert Hollands (2008) argumenta que há uma confusão terminológica relativa ao emprego do termo smart city, cuja designação lida com uma intrincada conexão entre diferentes fatores, tais como TIC, economia do conhecimento e indústrias culturalmente criativas. Além disso, outros termos existentes lidam de forma diferenciada com a mesma definição: cidades informacionais, cidades digitais, cidades virtuais, cidades inteligentes, cidades criativas, cidades conectadas, entre outros (BATTY[3], 2013, HOLLANDS, 2008). Consequentemente, de acordo com Hollands (2008), a referida imprecisão terminológica acarreta uma disjunção entre imagem e realidade que dificulta a tarefa de se definir uma cidade como sendo smart[4], de fato, ou apenas rotulada como tal, tendo em vista a tendência de autopromoção de cidades via utilização do termo como título, prêmio ou destaque.

Ainda segundo o mesmo autor, alguns elementos-chave se destacam na literatura acerca das smart cities e também nas experiências por ele analisadas. Assim sendo, esses elementos podem contribuir para que possamos melhor entender essas cidades sob o ponto de vista do próprio conceito a elas aplicado. Um deles seria a criatividade que, estando centrada em suas dimensões humanas, depende de infraestruturas tais como redes de conhecimento, organizações voluntárias, movimentos artísticos e indústrias culturais. Essa perspectiva, portanto, ressalta a necessidade da construção de relações sociais fundamentais à participação dos diversos atores sociais

envolvidos na smart city, dando forma a uma smart community (ou comunidade inteligente). Esta seria uma comunidade assentada na difícil e assimétrica mediação entre empresas, governo e sociedade, cuja parceria utiliza as TIC para transformar determinadas regiões com base na cooperação intra-cidade, em prol do desenvolvimento comunitário. A concretização dessa comunidade depende, entre diversos fatores, das condições de acessibilidade da população e das instituições às tecnologias, além de níveis de alfabetização daquelas em relação a estas.

O segundo elemento-chave para refletir sobre as smart cities, pontuado por Hollands, é a ênfase no desenvolvimento urbano guiado por negócios, evidência que afirma a existência de um imperativo das grandes empresas e corporações nas políticas urbanas. No contexto da reestruturação da cidade pós-fordista, a política urbana é, para David Harvey (2004), regulada por uma forma privatizada de governança. Enquadrada como gestão empreendedora, é responsável por criar as condições nas quais a (re)produção de capital se dará sob moldes já estabelecidos pelo, no e para o próprio mercado. A transposição do discurso do empreendedorismo para as práticas de planejamento da esfera pública é definidora na (re)produção dos espaços de neoliberalização[5], visto que o planejamento passa a ter como finalidade central a criação de um ambiente propício aos negócios, submetendo ao mercado as condições de vida na cidade (BRENNER, THEODORE, 2002; PECK, TICKELL, 2002). Neste caso, a definição de smart está atrelada ao uso da tecnologia para gerar inteligência de mercado, a qual busca promover maior produtividade e rentabilidade aos negócios da cidade.

Uma terceira concepção de smart city, a partir de Hollands (2008), consiste na utilização de infraestruturas interconectadas (abarcando serviços públicos e privados) com o objetivo de aprimorar a eficiência econômica e política, visando permitir o desenvolvimento urbano, atrelando a este as dimensões social e cultural. Essa perspectiva melhor se aproxima à de uma cidade conectada, que utilizaria as redes que integra como motor de regeneração urbana e de competitividade na nova economia global. Batty (2013) define a smart city aproximando-a a esta última concepção de Hollands (2008), que aborda movimentos

e mobilidades de dados por meio das infraestruturas digitais. Nesse tipo de cidade, a inteligência (principalmente artificial) é produzida por sensores que geram fluxos de dados georreferenciados em tempo real e que, quando organizados e integrados, possibilitam a geração de valor (inclusive fundiário, quando referentes ao mercado imobiliário). Os geógrafos Taylor Shelton, Matthew Zook e Alan Wiig (2015) explicam que os dados são tanto a força por trás das iniciativas que dão forma a uma smart city, quanto os meios pelos quais tais iniciativas são implementadas. Além disso, argumentam que o processamento de dados como baliza da política urbana é uma estratégia que busca sobretudo a eficiência junto à redução de custos, sendo uma característica que, considerando-se uma economia global, confere competitividade às cidades que objetivam o crescimento econômico em uma era de austeridade.

Como explicado por Batty (2013), ao longo dos últimos anos, inovações no campo da computação e sua consequente extensão global desde a criação da World Wide Web (WWW) têm produzido constantes movimentos de descentralização. É isso o que se observa com relação à interação remota entre hardwares e softwares, ao considerar-se a substituição do sistema cliente-servidor pela computação em clouds (nuvens). No primeiro modelo, há uma dinâmica na qual os servidores atuam como produtores de serviços computacionais, a partir da demanda de clientes que os acessam online, segundo a operação de determinado dispositivo. Nessa relação, o cliente faz o requerimento de um serviço a uma localização remota que é o próprio servidor, e este, por sua vez, após operar essa demanda, devolve os serviços, recursos ou dados requeridos. Já a computação em nuvens consiste em uma relação entre dispositivos que constituem uma rede interligada denominada peer-to-peer, cuja capacidade de processamento possibilita que os dados localizados online nessas nuvens (bases de dados remotas no espaço virtual) sejam apenas acessados.

No contexto da inclusão digital por smartphones e computadores, essas transformações tecnológicas possibilitaram que a coleta de dados pudesse ser feita por qualquer dispositivo e a todo tempo, dando forma a um processo contínuo e interativo no cotidiano de atores sociais. Os grandes bancos de dados

gerados, antes inimagináveis, são agora conhecidos como big data, ou seja, um conjunto de dados coletados rotineiramente por diversos tipos de sensores (analógicos, eletrônicos, digitais ou humanos), os quais são processados por ferramentas conforme determinado propósito. Há, assim, uma aceleração dos fluxos dos serviços computacionais, uma vez que as redes de dispositivos produzem e coletam uma quantidade de dados cada vez maior e, ao processá-los, identificam padrões e possíveis mudanças nos comportamentos sensorizados. É justamente esse uso da inteligência artificial, com o fim de descrever e representar o urbano, que pauta as tomadas de decisões em tempo real no planejamento urbano de uma smart city, revelando seu caráter tecnocrático e, talvez, imediatista, como critica Batty (2013).

Nas smart cities, a governança urbana pauta-se no big data, no aprendizado de máquina, na visualização de dados e na inteligência algorítmica. Entretanto, além do simples uso de sensores, as smart cities pressupõem uma reinvenção da governança, que exerce um papel ativo na escolha das tecnologias adequadas, assim como na busca por parcerias privadas a fim de realizar suas visões. Ao contrário dos ideais iniciais que propunha a descentralização da tomada de decisões nas cidades, as experiências das smart cities revelaram um modo de planejamento centralizador (em consonância com o urbanismo moderno) e também corporativista, ao proporcionarem o avanço das agendas das maiores empresas de tecnologia, em conjunto com processos de privatização e de neoliberalização.

Na visão de Shelton et al. (2015), o uso da tecnologia digital seria uma forma de hiper-racionalização do planejamento e da gestão das cidades, uma vez que atuando como dispositivo de despolitização limita a participação política dos atores sociais à geração de dados. É preciso considerar que os dados são socialmente construídos, logo refletem não apenas o viés de quem os produziu e coletou, mas também seus contextos espaciais e temporais, gerando narrativas e representações peculiares sobre o urbano. Assim, uma vez que a computação não é capaz de capturar os saberes e percepções relativos à vida cotidiana na cidade, estes e suas representações terminam sendo de algum modo desvalorizados pela expertise técnica.

O que, ademais, poderia provocar contrastes no tocante à compreensão do urbano.

Em geral, pode-se afirmar que, independentemente da concepção de smart city empregada, todas dizem respeito aos modos pelos quais a inteligência gerada no espaço urbano, normalmente com auxílio de tecnologias digitais, pode informar os processos de planejamento das cidades, promovendo maior eficiência, redução de custos, produtividade, entre outros benefícios. Apesar de a introdução da tecnologia digital no processo de reformulação das cidades ser tratada comumente sob o conceito de smart cities, ressalta-se que as plataformas digitais surgiram como novos agentes (sobretudo urbanos) que recharacterizam os processos de digitalização das cidades, impondo novas lógicas que condicionam os processos de produção do espaço.

### Urbanismo de plataforma

Ainda que as plataformas digitais sejam atores recentes na história da economia, seus impactos nas cidades já podem ser percebidos. O espaço urbano é local de atuação das plataformas, onde elas se materializam e se concretizam na prática social. Contudo, deve-se reconhecer que o espaço urbano não é apenas uma tábula rasa onde as plataformas se espacializam, mas, antes, nele encontram-se as diversas condições para a sua reprodução (LESZCZYNSKI, 2019). Segundo Barns (2020), desde 2008, a miniaturização e a desmaterialização da computação promoveram paulatinamente a onipresença da tecnologia nos espaços urbanos, de modo que a interação com plataformas passou a ser parte fundamental do que caracteriza um cidadão urbano na contemporaneidade. Logo, os modos de vida também se transformaram em conformidade com a evolução das técnicas, podendo-se falar de um processo de digitalização das práticas sócio-espaciais, à medida que a tecnologia digital passou a configurar o cotidiano dos agentes sociais produtores do espaço.

Barns (2020), apoiada no trabalho de Manuel Castells, aponta para a constituição de um espaço informacional, no qual o lugar

se constitui como um nó de uma ampla rede informacional que, por sua vez, conecta diversas cidades globalmente, e no qual as infraestruturas digitais são primordiais para o fluxo dos processos urbanos, captados pelas plataformas digitais. De acordo com a autora, é com base nesse contexto que as plataformas globais evoluíram de espaços de conectividade e socialização para infraestruturas das quais a vida moderna depende. Logo, seria possível identificar uma “plataformização das infraestruturas” (em que as utilidades públicas são capilarizadas em serviços privados promovidos pelas plataformas) e uma “infraestruturalização das plataformas” (na qual as plataformas adquirem as características de infraestruturas públicas, tomando seus lugares) (LEE et al., 2020; LESZCZYNSKI, 2019).

Ao mesmo tempo que a interconectividade construiu as bases para uma era de fluxos distribuídos de informações, ela acabou criando também as condições para a intermediação global em massa. Conforme elaborado por Srnicek (2017) e por Barns (2020), a intermediação de plataformas reestrutura as formas organizacionais e as estratégias de negócios das empresas, assim como reestrutura o espaço urbano conforme o que elas demandam das cidades. Em todo caso, a intermediação é um processo constante de transformação da cidade, visto que as plataformas não são entidades fixas, elas estão sempre mudando, a fim de aprofundar e estender seus métodos de intermediação (BARNES, 2019; BARNES, 2020). Ao contrário das empresas ditas tradicionais, que operam dentro dos limites da própria firma, o que caracteriza as plataformas é o entorno que as circunda, ou seja, as relações em rede estabelecidas entre seus diversos agentes. A ideia de ecossistemas, defendida por Barns (2020), acentua a sobreposição de uma diversidade de plataformas de setores econômicos distintos que atuam ao mesmo tempo no espaço urbano. Para a autora, os métodos de intermediação das plataformas intervêm no tecido das cidades, transformando diversos lugares em um ecossistema de plataformas permeado por redes informacionais, sendo esse processo a condição de sua reprodução.

As plataformas digitais são capazes de integrar funções, políticas e indivíduos, de agilizar processos, de reduzir custos

de operações, de gerar dados para promoção da eficiência etc. Contudo, sua associação ao mercado pode transformá-las em mecanismos de geração e concentração de renda, capazes de polarizar ainda mais o tecido urbano, como ocorre em algumas cidades latino-americanas. A integração de plataformas digitais comerciais nas cidades atua como interface que fortalece os laços entre empresa e sociedade, seja pela relação de consumo ou pela de trabalho. Além disso, pode-se dizer que há uma extensão dos princípios do neoliberalismo para a vida cotidiana, quando atores sociais passam a ser empreendedores de si mesmos, rentabilizando seus recursos pessoais. As plataformas digitais permitem que todos os indivíduos possuidores de bens[6] participem de suas práticas econômicas, porém, ao serem tomadas por agentes hegemônicos, elas ampliam as assimetrias político-econômicas já constituintes de determinados espaços.

Diferentemente do empreendedorismo urbano discutido por Harvey (2005) no qual as cidades criam medidas para atrair empresas e capitais, as plataformas digitais incidem diretamente no urbano sem a mediação da figura do Estado, mobilizando atores e instituições ao introduzir outras lógicas na sua complexa (re)produção. Assim, nesse caso, resta à esfera pública apenas a possibilidade de regular uma atividade já presente no cotidiano dos agentes locais e mitigar seus possíveis impactos, sem, contudo, utilizar-se dos dados para informar sua política pública, uma vez que estes não são repassados pelas empresas. Nesse sentido, inclusive, poderíamos afirmar que as plataformas podem aprimorar a vida e o planejamento das cidades desde que a elaboração e o controle dos dados e algoritmos que os processam perpassem a sociedade civil e o Estado. Caso contrário, podem representar, outrossim, um impasse para a elaboração de políticas públicas e para o exercício democrático da cidadania.

Em modo de conclusão, retomamos Barns (2019), para afirmar que o urbanismo de plataforma consiste na reconfiguração das relações socioespaciais urbanas em territórios para a intermediação de plataforma. De uma forma geral, é um modo de urbanização profundamente pautado pelas condições colocadas pelas plataformas. Todavia, ressalta-se por último

o argumento da autora de que não é sempre clara a distinção do urbanismo de plataforma com relação a outros domínios da geografia digital, como por exemplo as smart cities. Logo, a fim de ilustrar as diferenças e interseções entre ambos os conceitos discutidos, o trabalho recorre a diferentes exemplos da experiência brasileira.

### As tecnologias digitais na transformação das cidades brasileiras

A renovação urbana, com o uso de tecnologia digital, tem sido uma estratégia do mercado imobiliário em um contexto de rearranjos político-econômicos e sociais marcados pela crise, na qual são preponderantes o medo do desemprego, o risco de financiamentos e padrões de consumo tidos como “econômicos”. Assim, a tecnologia é propagandeada por incorporadoras imobiliárias sob discursos de: eficiência no uso do espaço, redução de custos associados à moradia, alcance de vida sustentável e envolvimento nas práticas sociais pautadas no compartilhamento. De acordo com notícia do jornal Gazeta do Povo realizada pela jornalista Sharon Abdalla (2018), o uso da tecnologia nos lançamentos imobiliários tem alavancado a economia do setor em cidades como Curitiba, por exemplo. Comercializada como exclusividade de moradias automatizadas sob o título de smart, a tecnologia representa um valor agregado aos imóveis, ampliando a sobrevalorização fundiária, bem como as contradições inerentes ao espaço urbano no qual se insere.

Segundo reportagem realizada pela jornalista Ana Lourenço (2020), a Associação Brasileira de Automação Residencial e Predial (Aureside) afirma que no ano de 2020, existia uma média de 900 mil a 2 milhões de smart homes no Brasil. Essas casas inteligentes podem dispor de: iluminação smart, sistema de som smart, fechaduras smart, temperatura smart, entre outros dispositivos integrados à internet e a sensores que buscam otimizar a experiência da moradia. Além dessa infraestrutura digital, muitas das smart homes estão integradas a assistentes pessoais digitais, como a Alexa, da Amazon, e a Siri, da Apple, por exemplo. Esses assistentes comandam, por meio de inteligência artificial acionada pela ação humana, plataformas de controle e gestão da moradia que são integradas aos

dispositivos anteriormente descritos. Desse modo, pode-se dizer que as smart homes são uma mistura dos conceitos de smart city e de urbanismo de plataforma, uma vez que essas moradias buscam otimizar a intermediação de plataformas por meio da coordenação de infraestruturas digitais inteligentes.

Um exemplo da fusão desses conceitos pode ser percebido na construção de edifícios, como o All You Need, do Grupo Thá, em Curitiba. Esse edifício consiste em um empreendimento composto de diversos studios de pequenas metragens com espaços compartilhados e, além disso, conta com bikesharing, mobiliário inteligente, cafeteria, loja de conveniência e sistema de gestão por plataforma, com enfoque na oferta de locação por temporada pelo Airbnb (ABDALLA, 2018). Nesse exemplo, apesar de o prédio contar com tecnologias básicas de automação, é evidente a predominância da intermediação de plataforma no ambiente construído. Já um exemplo no qual predomina o conceito de smart home, pode ser encontrado em Belo Horizonte, no edifício Selfie[7], da construtora Caparaó, o qual dispõe de apartamentos com fechadura biométrica, tomadas USB, serviços por aplicativo, bikesharing, infraestrutura para automação das persianas e iluminação, entre outras inovações. Nesse caso, apesar de serviços compartilhados serem oferecidos, não há um aprofundamento concernente à gestão por plataformas.

A primeira cidade brasileira planejada inteiramente como smart city, ou seja, tomando a tecnologia digital como principal ferramenta e eixo de desenvolvimento, é denominada Laguna (BARATTO, 2018). Projetada pela multinacional italiana Planet, a cidade foi escolhida estrategicamente para ser localizada no chamado “Cinturão Digital” do Ceará, onde localizam-se um porto, uma companhia siderúrgica e uma ferrovia. A cidade de 330 hectares foi projetada com infraestruturas dotadas de sensores (como iluminação pública inteligente, moradias automatizadas, entre outros) para ocupação unifamiliar. Além disso, a cidade conta com plataformas digitais acessíveis em smartphones para gestão de serviços urbanos, como segurança, saúde, finanças etc.

A Planet construiu outro projeto de menor escala (170 hectares para 16 mil moradores), mas com os mesmos moldes e funcionalidades, na região metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte (BELIN, 2019). A cidade também tem infraestruturas inteligentes e operações de serviços urbanos geridas por plataformas digitais, as quais permitem o acesso a uma rede de trocas econômicas nos moldes da economia do compartilhamento. Embora a empresa utilize a retórica da sustentabilidade e da redução de custos como argumento em prol do uso tecnológico na produção e comercialização desse modelo de smart city, não há estudos que analisem a situação das referidas cidades. De qualquer modo, a experiência das cidades produzidas pela Planet no Brasil revela uma mesclagem dos conceitos de smart city e de urbanismo de plataforma. É, sem dúvida, uma realidade evidente, visto que essas cidades contam tanto com infraestruturas digitais, associadas às smart cities, quanto têm a gestão de seus espaços realizada por plataformas, associadas ao urbanismo de plataforma. As experiências antes descritas, contudo, são exemplos dos conceitos limitados pela perspectiva do mercado imobiliário. No intuito de expandir o campo de análise, mas ainda pautado na realidade brasileira, são discutidos dois últimos exemplos de um mesmo projeto de vigilância.

Barns (2020) denuncia o forte papel de empresas de tecnologia (como IBM, CISCO, Siemens e Intel) no fortalecimento da agenda da smart city no mundo. Há dois exemplos de um mesmo produto dessas empresas, no Brasil, que também confunde a smart city (infraestrutura digital) com o urbanismo de plataforma (ecossistema de intermediação). No caso, o projeto de Centro de Operações Inteligentes (COI), implantado em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro por consultoria da IBM, como um preparatório da gestão urbana à realização dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). Ainda de acordo com a autora, pode-se dizer que o COI consiste em uma central de operações 24 horas da municipalidade que integra a governança às inúmeras agências municipais (no caso do Rio de Janeiro, 30 agências, por exemplo). Logo, há uma infraestrutura digital de diversos sensores espalhados pelas cidades que estão conectados por uma plataforma central, onde diversas

agências podem se beneficiar do monitoramento e análise de dados em tempo real. Essa central dispõe de modelos analíticos elaborados pela IBM a fim de coordenar emergências com maior eficiência. Com essa tecnologia, surgem preocupações acerca da vigilância do governo, da perda da privacidade dos cidadãos e do potencial de uso indevido da tecnologia tanto pelo governo, quanto por outros que tiverem acesso.

Considerando os casos das comunidades construídas pela Planet e das consultorias da IBM, todos tratam-se de tecnologias e ideias importadas de países estrangeiros e aplicadas no território brasileiro. Essa realidade assemelha-se ao contexto, discutido por Maricato (2000), das ideias fora do lugar e do lugar fora das ideias, visto que o território brasileiro está sofrendo intervenções genéricas (feitas para serem replicadas em qualquer lugar), a fim de disciplinar a reprodução do espaço urbano com base em modelos e tecnologias exógenas. De forma complementar, pode-se dizer que analisar as experiências da urbanização digital brasileira é essencial para que se possa entender quais tipos de espacialidades (e a quais interesses elas servem) são produzidas aqui por meio da intervenção tecnológica.

## Considerações Finais

Conforme explicado por diversos autores, a smart city pode ser entendida como um modelo de cidade pautado no uso intensivo da tecnologia digital. Já o urbanismo de plataforma, segundo Leszczynski (2019), apresenta-se mais como uma condição urbana dada pelos processos de intermediação que cooptam a espacialidade a partir do uso informacional do território. Ao contrário da smart city, o urbanismo de plataforma não trata simplesmente de aplicar tecnologias ao urbano, mas de repensar o urbano a partir das tecnologias digitais (BARNES, 2020). Também não trata, apenas, de apenas instrumentalizar as infraestruturas existentes com sensores, como ocorre nas smart cities, mas de inserir a racionalidade das plataformas no design das cidades. Por conseguinte, a presença de plataformas

digitais em uma cidade não implica que ela seja smart, ou seja, que ela possua infraestruturas ligadas a sensores que informam a política pública e as empresas. Assim como uma smart city não necessariamente depende da presença de plataformas, aliás a visão de uma smart city é anterior ao novo conceito de urbanismo de plataforma. Entretanto, como discutido ao longo do trabalho, é possível dizer que as duas referências de cidades podem se complementar na utopia de uma cidade centrada na tecnologia digital.

Enquanto as smart cities estão associadas a estratégias pontuais ao longo do tecido urbano, os processos de intermediação de plataforma excedem os limites territoriais das cidades, uma vez que instituem redes informacionais em diversas escalas. A determinação tecnológica e empreendedora da cidade não é necessariamente homogênea, em muitos casos, inclusive, apresenta uma geografia específica. Esta, com efeito, pode decorrer de uma configuração na qual áreas e grupos sociais[8] determinados convivem mais ou menos intensamente com tais realidades, o que acarreta fragmentação e polarização do tecido urbano em relação a sua totalidade, fatos que aprofundam suas contradições (HOLLANDS, 2008). Como pontuam Shelton et al. (2015, p. 15), “(...) as intervenções da smart city são sempre os resultados de (e estranhamente integradas às) existentes constelações espaciais e sociais de governança urbana e do ambiente construído”[9]. Quanto à governança das cidades, é importante ainda sublinharmos algumas diferenças. O urbanismo smart trata de otimizar os sistemas das cidades a partir de soluções procuradas pelo poder público, mas executadas por agentes corporativos. Já o urbanismo de plataforma busca transformar e tomar o controle das operações dos serviços urbanos, em uma relação impositiva contra o poder público (SADOWSKI, 2020). Ambas as concepções de cidades são pautadas em visões de gestão tecnocêntrica e na intensificação da racionalidade empresarial para as práticas urbanas.

Portanto, torna-se primordial analisar como a atuação de uma mesma tecnologia digital produz diferentes resultados em espaços distintos, tendo em vista suas particularidades histórico-geográficas na relação dialética entre dinâmicas

globais e locais. Apesar de as tecnologias digitais serem ferramentas desenhadas para atuar em diferentes espaços, tomando-os como homogêneos, livres de suas contradições histórico-geográficas, é justamente com as especificidades de suas localidades que elas irão interagir, definindo o sucesso ou não de suas aplicações. Por fim, a diversidade de concepções e experiências de smart cities e de urbanismo de plataforma indica que as infraestruturas digitais e as tecnologias da informação e comunicação podem transformar as formas e práticas urbanas de modos distintos, formas estas que dialogam entre si e que, por vezes, até mesmo se confundem. Entre as concepções e experiências, nota-se a predominância de uma visão e prática de smart city empreendedora, entrelaçada ao contexto da regulação econômica neoliberal, que por sua vez mina suas frutificações no âmbito da justiça social, justamente por reproduzir velhas disparidades sócio-espaciais, ainda que sob uma nova lógica que utiliza-se da tecnologia digital como força motora. O mesmo vale para as experiências de urbanismo de plataforma nas quais as empresas, baseadas em tecnologia, tomam as rédeas do desenvolvimento urbano e se sobrepõem às regulações locais, colocando o crescimento econômico como imperativo.

Assim como na China e na Índia, o Brasil implementou medidas de crescimento econômico que buscaram superar a lacuna que marca sua trajetória de desenvolvimento frente a outros países. Muitas vezes, a tecnologia apresentou-se como um instrumento estratégico, a fim de otimizar os processos de produção do espaço (como, por exemplo, a eficiência energética nos projetos de smart city) e abrir frentes de valorização para o crescimento (visto o valor que a tecnologia agrega aos lugares em que é incorporada). A ascensão da China no plano internacional revela a construção de uma nova geopolítica, na qual prevê a construção de um mundo multipolar, onde diversos países atuam como potências que cooperam entre si e que são essenciais à rede que organiza a economia global (MAIA, RENA, 2021). Nesse sentido, a relação diplomática entre China e Brasil levanta a possibilidade de um futuro de relações Sul-Sul compartilhadas, no qual a tecnologia como eixo do desenvolvimento urbano exerce um papel importante.

Com base nesse contexto, é evidente a relevância da discussão entre diferentes modos de urbanização mediada por tecnologia digital, visto que tais espacialidades vêm se reproduzindo no território de diversos países, levantando novas questões para suas respectivas sociedades. Em especial, é preciso atentar-se para a importação de modelos que aplicam técnicas exógenas ao território brasileiro e que o homogenizam. Por fim, é preciso, também, ressaltar a diversidade de tecnologias que são produzidas no próprio Brasil e buscar entendê-las espacialmente.

## Notas

**1:** Sarah Barns é uma estrategista digital australiana que pesquisa o papel das tecnologias no planejamento das cidades. Além de ter pesquisado as smart cities, é também a proponente do conceito “urbanismo de plataforma”.

**2:** De acordo com Srnicek (2017), o capitalismo de plataforma é um conceito que busca tratar do contexto de transformação do modo de produção, em decorrência da introdução da tecnologia digital nos processos produtivos, com o objetivo de dinamizar e alargar a reprodução ampliada do capital.

**3:** O geógrafo e urbanista Michael Batty é uma referência importante para o estudo da digitalização das cidades, principalmente na temática das smart cities, apesar de já ter colaborado também em pesquisas sobre o urbanismo de plataforma.

**4:** O autor pede licença para adotar o termo smart ao invés de sua tradução inteligente. Essa decisão baseia-se no fato que uma cidade pode ser inteligente no emprego do conhecimento e da criatividade de diversas formas, contudo, o termo smart diz respeito à limitação dessa inteligência que deriva na e da cidade ao possibilitado pelas TICs na associação com os discursos do empreendedorismo e do neoliberalismo, contexto que alarga sua necessária crítica.

**5:** Peck e Tickell (2002) argumentam que, assim como a globalização, o neoliberalismo deve ser entendido como um processo que condiciona a (re)produção do espaço urbano sob a lógica de mercado objetivando o crescimento econômico. John Betancur (2014), por sua vez, alerta para o caráter periférico do neoliberalismo nas economias latino-americanas, dado a sua composição informal e os altos riscos normalmente assumidos pelos governos locais, cujas parcerias com o mercado aprofundam as contradições sócio-espaciais ao criar e acentuar padrões desiguais de desenvolvimento. Além disso, ao serem submetidas ao capital financeiro, que flutua entre espaços conforme oportunidades, regiões inteiras são vulnerabilizadas.

**6:** Em plataformas digitais como Uber e Airbnb, apenas a posse dos bens é necessária para ingressar em suas atividades. Em diversos casos, há atores e empresas que alugam seus imóveis e carros para que outros atores (imobiliárias de gestão de imóveis etc.) os disponibilizem nas referidas plataformas e a partir da interação no meio digital produzam renda.

**7:** Disponível em: <<http://www.caparao.com.br/imoveis/selfie>> Acesso em 27 de fevereiro às 18:00h.

**8:** Hollands (2008) discute que a baixa participação das mulheres nos cargos ligados às TICs tornam-os dominados pelos homens, restando às trabalhadoras mulheres atividades de menor remuneração. Além disso, critica que as minorias étnicas e imigrantes costumam ser ignoradas nas suas potencialidades culturais e criativas para compor a agenda de desenvolvimento smart das cidades.

**9:** Tradução do autor.

## Referências

ABDALLA, S. Mercado imobiliário se reinventa, retoma lançamentos e aposta em novos conceitos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, abr/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/imoveis/mercado-imobiliario-arquitetura-autoral-compartilhamento-tendencias/>> Acesso em: 13 de julho de 2021 às 15:36h.

BARATTO, R. Cidades fabricadas: o caso da primeira smart city do Brasil. *Archdaily*, nov/2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/888323/cidades-fabricadas-o-caso-da-primeira-smart-city-do-brasil>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2022 às 22:00h.

BARNS, S. Negotiating the platform pivot: From participatory digital ecosystems to infrastructures of everyday life. *Geography Compass*, v. 3, n. 9, jul/2019.

BARNS, S. Platform Urbanism: Negotiating Platform Ecosystems in Connected Cities. Sydney: Palgrave Macmillan, 1ª ed., 2020, 232 p.

BATTY, M. Big data, smart cities and city planning. *Dialogues in Human Geography*, v. 3, n. 3, p. 274-279, 2013.

BELIN, L. Segunda smart city com lotes a preços populares começa a ser construída no Brasil. *Gazeta do Povo*, Curitiba, mai/2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/urbanismo/segunda-smart-city-com-lotes-a-precos-populares-comeca-a-ser-construida-no-brasil/>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2022 às 15:00h.

BRENNER, N., THEODORE, N. Cities and the Geographies of 'Actually Existing Neoliberalism'. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 349-379, dez/2002.

BETANCUR, J. Gentrification in Latin America: Overview and Critical Analysis. *Urban Studies Research*, p. 1-14, fev/2014.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, ed. 13, 2004.

HOLLANDS, R. G. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? City, v. 12, n. 3, p. 303-32, dez/2008.

LEE, A. et al. Mapping Platform Urbanism: Charting the Nuance of the Platform Pivot. Urban Planning, v. 5, n. 1, p. 116-128, mar/2020.

LESZCZYNSKI, A. Glitchy vignettes of platform urbanism. Environment and Planning D: Society and Space, v. 38, n. 2, p. 1-20, out/2019.

LOURENÇO, A. Casas inteligentes: como funcionam e quanto custa para transformar a sua? Estadão, São Paulo, out/2020. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/casa-e-decoracao,casas-inteligentes-como-funcionam-e-quanto-custa-para-transformar-a-sua,70003494270>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2022 às 14:30h.

MAIA, M., RENA, N. Dessincronizando o ocidente: Novos vetores de desenvolvimento do Sul. V!rus, n. 23, 2021, online. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=2&lang=pt>> Acesso em: 02 de abril de 2022 às 20:00h.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis: Vozes, 2000, 192 p.

PECK, J., TICKELL, A. Neoliberalizing Space. Antipode, v. 34, n. 3, p. 380-404, dez/2002.

RODGERS, S., MOORE, S. Platform Urbanism: An introduction. Mediapolis Journal of City and Culture, n. 4, v. 3, out/2018. Disponível em: <<https://www.mediapolisjournal.com/2018/10/>

platform-urbanism-an-introduction/> Acesso em: 28 de janeiro de 2022 às 23:00h.

SADOWSKI, J. Cyberspace and cityscapes: on the emergence of platform urbanism. Urban Geography, v. 41, n. 3, p. 448-452, jan/2020.

SHELTON, T., ZOOK, M., WIIG, A. The 'actually existing smart city'. Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, v. 8, n.1, p. 13-25, mar/2015.

SRNICEK, N. Platform Capitalism. 1ª ed., 8ª reimpressão. Cambridge, Malden: Polity Press, 2017. 171 p.

platform-urbanism-an-introduction/> Acesso em: 28 de janeiro de 2022 às 23:00h.

SADOWSKI, J. Cyberspace and cityscapes: on the emergence of platform urbanism. Urban Geography, v. 41, n. 3, p. 448-452, jan/2020.

SHELTON, T., ZOOK, M., WIIG, A. The 'actually existing smart city'. Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, v. 8, n.1, p. 13-25, mar/2015.

SRNICEK, N. Platform Capitalism. 1ª ed., 8ª reimpressão. Cambridge, Malden: Polity Press, 2017. 171 p.

**\*Pedro Henrique Cícero Ferreira** Bacharel em Geografia e Mestre em Arquitetura e Urbanismo, ambos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador da geografia urbana das plataformas digitais, com enfoque em suas dinâmicas territoriais e respectivos impactos sócio-espaciais. [pedro.cicero@hotmail.com](mailto:pedro.cicero@hotmail.com)

# Fenomenologia rodoviária: por uma abordagem relacional

## Road phenomenology: towards a relational approach

Pedro Moraes\*

### Resumo

Este artigo apresenta uma metodologia de abordagem aos espaços confrontados à Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. A pesquisa surge do objetivo de reconhecer as formas e relações espaciais emersas de uma categoria aqui definida como rodovia metropolitana, identificada a territórios sobre os quais se confrontam e exacerbam os contrastes e as desigualdades sociais. Busca-se, assim, abrir campo para uma produção de conhecimento não hegemônica e imersa de um entendimento crítico à formação do fenômeno estudado, voltado a possíveis interpretações, descoladas dos parâmetros excessivamente técnicos e positivistas a partir dos quais são pensadas as grandes infraestruturas urbanas. Define-se, em primeiro lugar, o conceito de rodovia metropolitana; em seguida, contextualiza-se a Avenida Brasil como exemplar dessa categoria, argumentando-se sobre a necessidade de que se repense a concepção, partida do campo da arquitetura e urbanismo, de suas formas e espaços. Daí resulta a proposição de um método de aproximação, a partir do qual propõe-se uma fenomenologia da rodovia, calcada na contraposição entre infraestrutura e três camadas topológicas metropolitanas. Por fim, colocam-se questionamentos ensejados pelo estudo, no âmbito da representação e da definição de categorias; sugerem-se, ademais, oportunidades para uma interpretação propositiva das formas imersas entre infraestruturas rodoviárias e territórios metropolitanos.

**Palavras-chave:** infraestrutura rodoviária; morfologia urbana; metrópole

### Abstract

*This article presents a methodology for approaching the spaces facing Avenida Brasil, in Rio de Janeiro. The research arises from the objective of recognizing the forms and spatial relationships that emerge from a category here defined as metropolitan highway, identified with territories over which contrasts and social inequalities are confronted and exacerbated. Thus, we seek to open the field for a non-hegemonic production of knowledge that emerges from a critical understanding, of the formation of the phenomenon, aimed at possible interpretations, detached from the excessively technical and positivist parameters from which large urban infrastructures are thought. First, the concept of metropolitan highway is defined; Avenida Brasil is contextualized as an example of the category, for which a new conception is required, starting from the field of architecture and urbanism, of its forms and spaces. This results in the proposition of a method of approximation, from which a phenomenology of the highway is proposed, based on the contrast between infrastructure and three metropolitan topological layers. Finally, some questions raised by the study are presented, in the scope of representation and the definition of categories. Furthermore, opportunities for a purposeful interpretation of the emerging forms between road infrastructures and metropolitan territories are suggested.*

**Keywords:** road infrastructure; urban morphology; metropolis



## Introdução

O fenômeno da metropolização, nos países do Sul Global[1], marca-se pelo intenso contraste entre aquilo que Milton Santos (2002, p. 193) define como ordem vertical e ordem horizontal. Para o autor, verticalidades seriam “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos”, enquanto as horizontalidades seriam “tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada”. A noção de horizontalidade, frente a uma ordem hierárquica, se traduz em adaptações e negociações diante do padrão dominante, de maneira que organizações e mobilizações alternativas engendrem possibilidades mais aderentes a cada lugar e, portanto, mais plurais e heterogêneas entre si. Emerge, nesse sentido, como resposta, não reativa ou objetiva, mas condicionada, à imposição de um conjunto de práticas inicialmente externas, instaladas sobre novos meios, nos quais essas formam sistema com as técnicas preexistentes, configurando uma organização que desloca a estabilidade e o equilíbrio de espaços outrora mais autônomos, coesos e independentemente constituídos.

Dessa dinâmica origina-se aquilo que, neste trabalho, se reconhece como “rodovia metropolitana”, categoria relacionada a “espaços axiais, progressivamente absorvidos pelo crescimento urbano como resultado da busca por localizações acessíveis” (MORAES, 2021, p. 1). Mais que uma forma visualmente distinguível ou uma tipologia, essa categoria deve ser compreendida como fenômeno resultante de uma sequência de processos, que não apenas vão além da arquitetura de edifícios, como superam fronteiras e delimitações territoriais. Sendo assim, deverá manifestar uma dimensão perceptível, dentre outras não mensuráveis; sua descrição requer o reconhecimento de comportamentos e relações estabelecidas pela infraestrutura diante da ocupação do território, entendendo-se a forma como elemento estruturante que, em caráter essencialmente diagramático, emerge como “máquina que erode, coloniza, enquadra, habilita, provoca, torna acessível e exclui” (AURELI, p. xlv).

Com base na premissa anterior, sugere-se que infraestruturas reconhecidas sob o mesmo conceito podem possuir, simultaneamente, princípios comuns e diferenças geradas por especificidades locais. Santos (2002, p. 71) define o urbano como “síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”, materializado, portanto, a depender de características específicas a cada território e sociedade. Nesse sentido, emerge a importância de uma abordagem fenomenológica e, portanto, voltada à percepção, à apreensão, à descrição e à interpretação dos objetos e formas da paisagem, reduzidos a ideias elementares, dadas por uma aproximação propositiva[2]. Esse procedimento é uma oportunidade para que se busque produzir, desde dentro, um conhecimento não transplantado de realidades alheias e sim emerso de uma visão crítica, interessada e comprometida com a complexidade de nossas metrópoles e que nos possibilita dialogar com o mundo a partir de um lugar original.

Embora o pensamento rodoviarista tenha determinado a expansão urbana em grande parte do planeta, é importante destacar sua preponderância sobre a ocupação de territórios nos quais as desigualdades sociais se materializam de maneira flagrante, marcadamente em países do Sul Global. A infraestrutura rodoviária se insere nesse contexto a serviço da acumulação de capitais e do giro de investimentos seletivamente conduzidos, contribuindo à formação de uma paisagem que, em sua excessiva especialização, ignora os espaços das grandes massas populares, que habitam e circulam sobre as margens e frestas deixadas pelo padrão vigente.

Nas metrópoles brasileiras, são marcantes a inacessibilidade das classes populares às regiões mais bem estruturadas e a péssima qualidade dos sistemas públicos de transporte. Eixos rodoviários interurbanos, embora frequentemente externos, oferecem acesso às centralidades mais consolidadas, proporcionando uma “economia de transporte a seus eventuais ocupantes”, sob a forma de “novas localizações” cujo valor produzido “é fruto do trabalho socialmente necessário despendido na construção da via e na produção de todos os pontos que a ela possam ser contatados” (VILLAÇA, 2001, p. 80). Em suma, o sistema interurbano, ao oferecer a possibilidade do

transporte de passageiros, atrai a ocupação urbana em pontos acessíveis ou potencialmente acessíveis, alterando o valor de uso da terra e produzindo uma oferta de “novas localizações” (Ibid., p. 82). Assim, vias implementadas a partir de lógicas extra urbanas, como conexões regionais ou implantações industriais estratégicas, passam a ser absorvidas por uma lógica intra-urbana, representada, em primeiro lugar, por um contingente populacional que não pode arcar com localizações centrais e não se privilegia por políticas habitacionais e, em segundo lugar, pelo sistema de transporte, que surge como “subproduto do sistema interurbano” (Ibid., p. 82).

Ícone da urbanização extensiva, aquilo que Álvaro Domingues (2010, p.62) define como “ruada estrada” opera pragmaticamente como “corda onde tudo se pendura”. Nessa chave, incorpora programas de natureza múltipla, passando da indústria ao comércio automotivo e do comércio local à residência; abarca tipologias variadas, indo desde grandes plantas fabris à casa unifamiliar; mescla pedestres, carros, ônibus e caminhões, convertendo-se em uma miríade de formas e escalas, distantes de um repertório consolidado no campo da arquitetura e do urbanismo. Coloca-se, então, a necessidade de reconhecimento ou formulação de um vocabulário teórico-conceitual voltado ao futuro, porém adaptado e articulado às preexistências das formas metropolitanas contemporâneas.

Dessas considerações derivou um trabalho de investigação surgido de uma posição crítica ao esgotamento dos termos, parâmetros e procedimentos excessivamente positivistas segundo os quais costuma-se abordar o tema das infraestruturas rodoviárias. A partir de um estudo de caso sobre a Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, buscou-se desestabilizar certo entendimento da questão metropolitana que insiste em sua representação enquanto locus do caos urbano, do erro, da falta de projeto e planejamento, propondo uma releitura de sua configuração espacial. Assume-se, assim, que a rodovia se estabelece, consolida e transforma à revelia do que em geral se reconhecem como boas práticas em urbanismo, atuando, de maneira estruturante, para o bem ou para o mal. Este artigo apresenta, portanto, a metodologia de abordagem que possibilitou a elaboração de uma fenomenologia da Avenida Brasil (MORAES,

2021), traduzida na conceituação de uma série de categorias dadas pelas relações espaciais emergentes da contraposição entre o eixo rodoviário e os territórios que atravessa.

## Problema

A Avenida Brasil corresponde ao trecho, contido nos limites municipais do Rio de Janeiro, da BR-101, que corta 4650 km do litoral do país, ao longo de 12 estados. Além de percorrer uma série de cidades metropolitanas, tanto a leste quanto a oeste da capital fluminense, a via atravessa as regiões de Natal, João Pessoa, Recife, Aracaju, Vitória, Santos, Curitiba e Florianópolis, percorrendo, ademais, aglomerações de pequeno e médio porte, onde atrai ocupações e usos diversos. À BR-101 somam-se inúmeras outras estradas que, ao induzirem o crescimento urbano e acumularem as vezes de rodovia, via expressa, avenida e rua, reforçam a recorrência e a importância dessa categoria infraestrutural.

Construída e inaugurada entre 1939 e 1946, no Estado Novo, sua implementação e evolução urbana foram preponderantes sobre a ocupação dos subúrbios e áreas periféricas do Rio de Janeiro, atuando determinantemente sobre a configuração da Baixada Fluminense[3] e de boa parte da região metropolitana. A via unificada, com mais de 58 km de extensão, atravessa, hoje, 32 bairros das zonas norte e noroeste, ao longo dos quais vivem, segundo dados do último Censo, em torno de 1,5 e 2 milhões de habitantes, número que ultrapassa os 30% da população do município e 12% da população da metrópole (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Com um fluxo diário ao redor dos 250.000 veículos, estende-se, ainda, por meio de uma série de vias expressas subsequentes, rumo à orla sul da cidade[4], totalizando mais de 70 km de infraestruturas dispostas em linha.

Diante de uma iminente pressão sobre a produção habitacional nas metrópoles brasileiras (MAGALHÃES e IZAGA, 2017), uma estruturação mais equilibrada e desconcentrada do território requererá maior foco e entendimento sobre lugares e sistemas insistentemente negligenciados por parte dos poderes públicos.

Embora pensada como mero dispositivo de mobilidade, ligação entre pontos, a rodovia é potencialmente a própria gênese dos espaços que a margeiam; palco, complexo e dinâmico, da vida metropolitana, que segue se reproduzindo, expandindo e adensando. Propõe-se, portanto, que um repertório mais atento às relações que promove pode significar o desvelamento de uma série de oportunidades, a partir de uma leitura que tenciona abrir possibilidades.

### O papel do projeto frente à infraestrutura rodoviária

Cabe aqui um parêntese: antes de uma análise sobre os espaços e as formas que marcam a Avenida Brasil enquanto exemplo paradigmático do fenômeno rodovia metropolitana, buscou-se um entendimento sobre chaves interpretativas de possíveis diálogos promovidos entre infraestrutura e cidade, emersas necessariamente de um posicionamento diante da contraposição de domínios geralmente compartimentados. Em outras palavras, buscou-se entender que chaves de aproximação, no âmbito do projeto e do planejamento, optam pela negociação entre ambos e quais supõem exclusão mútua. Há um repertório ou vocabulário que dê conta justamente dessa gênese, ou que permita identificar chaves de oportunidade para uma atuação partida de espaços ou lógicas situados entre categorias, exatamente nos limites daquilo que é específico a distintos domínios e, portanto, não excludente de um nem de outro?

Dentre práticas recorrentes, é possível encontrar, por um lado, um conjunto de projetos que atua no âmbito arquitetônico e da paisagem, ao se adaptar a espaços, dispositivos e parâmetros infraestruturais; nessa chave, as propriedades da especialização, padronização, repetição e da grande escala se articulam a novos programas, fluxos variados e continuidades implícitas. Engendra-se, por um lado, um âmbito de investigação, com caráter marcadamente instrumental e ligado ao projeto, baseado em uma nova concepção dos espaços infraestruturais como estratégia para uma aproximação arquitetônica ao urbanismo (CORNER, 1999; WALDHEIM, 2006). Por outro lado, alguns trabalhos, focados em relações entre arquitetura e

cidade, buscam formas alternativas de descrever e conceituar manifestações externas a um repertório estabelecido. A pesquisa resultante no livro *Made in Tokyo* define aquilo que geralmente se entende por caos como um apurado senso de oportunismo, refletido na justaposição, sobreposição ou fusão de funções e atividades que seriam incompatíveis, segundo a “magnífica Arquitetura de Arquitetos”, que conserva distinções entre categorias, impõe usos preconcebidos à estrutura e pretende-se independente (KAIJIMA et al., 2001, p. 13).

Um terceiro exemplo emerge de uma crítica generalista que, embora se posicione em prol de uma urbanidade distinta, não pretende articular-se, mas sim impor-se, como sistema exógeno, à infraestrutura rodoviária. É o caso das grandes plataformas que se sobrepõem a vias de tráfego rodado, buscando anular sua interferência sobre o espaço urbano, ao passo que separam superfícies “pacificadas” de corredores viários enterrados, construídos sob parâmetros técnicos de especialização e otimização do trânsito. O Big-Dig, em Boston, o Boulevard Olímpico, no Rio de Janeiro, e o projeto Madrid Río são exemplos dessa atuação. Outra abordagem se ilustra no caso da produção de centralidades, geralmente ligadas à aplicação do modelo DOT (Desenvolvimento Orientado ao Transporte), consistente na unificação entre política de transportes e planejamento do uso do solo, a partir da oferta pública de mobilidade como base para o desenvolvimento sustentável, ao redor de nós de acessibilidade. Embora possa fazer sentido em determinados contextos, o modelo se coloca como solução a priori, desconsiderando especificidades locais que, somadas, promovem a heterogeneidade característica de metrópoles contemporâneas.

Um último exemplo se ilustra pelo que Alex Wall (2014, p. 218) define como “segunda geração de autopistas”, ou vias perimetrais (ring roads), “cuja função se encontra entre a de pura estrutura de engenharia dos sistemas de estradas nacionais e os bulevares urbanos tradicionais”. O segundo cinturão de Barcelona, por exemplo, complementa a malha rodoviária da cidade central, não apenas em prol da otimização do tráfego, mas de um desenho que se conforma às características preexistentes, reduzindo tempos de deslocamento, aliviando a

sobrecarga do sistema interno ao tecido urbano e estruturando a futura expansão, por meio de novos usos, equipamentos periféricos e vetores de ocupação.

De todo modo, não se percebem, de maneira geral, lógicas provenientes de esforços de descrição das formas, espaços e tipologias derivadas da metrópole existente, seja a escalas territoriais ou locais. Quando se pensa em rodovia metropolitana, é importante ter em conta que grande parte de suas ocupações e usos não opera na chave dos acessos orientados ao carro particular, da grande escala ou das altas velocidades, nem muito menos segundo parâmetros definidos por centralidades ou tecidos tradicionais. Daí se postula que novas oportunidades projetuais deverão emergir de um outro entendimento, de outra descrição e, enfim, outra interpretação sobre uma anatomia, ou topologia rodoviária da metrópole contemporânea.

## Método

A aproximação aos territórios, espaços e formas que caracterizam o fenômeno estudado se realiza a partir da elaboração de um Atlas Morfológico da Avenida Brasil[5], que resulta de um procedimento de redução eidética, equivalente a um esforço de descrição de sua essência, na qual promove-se uma síntese intencionada de suas qualidades. O termo essência, aqui, não se pretende absoluto; refere-se, sim, a um sentido possível, extraído de uma atitude que “pressupõe a consciência como intencionalidade e visa a interação da subjetividade com o mundo” (GUIMARÃES, 2013, p. 41), na chave do que Corner (1999, p. 162) define como “operações eidéticas - técnicas ideativas” voltadas à construção de novas paisagens. Entendidas como diferentes enquadramentos do mundo, essas operações buscam possibilidades latentes, assumindo a inviabilidade de apreensão única dos objetos, ou da construção de uma verdade consensual e positiva.

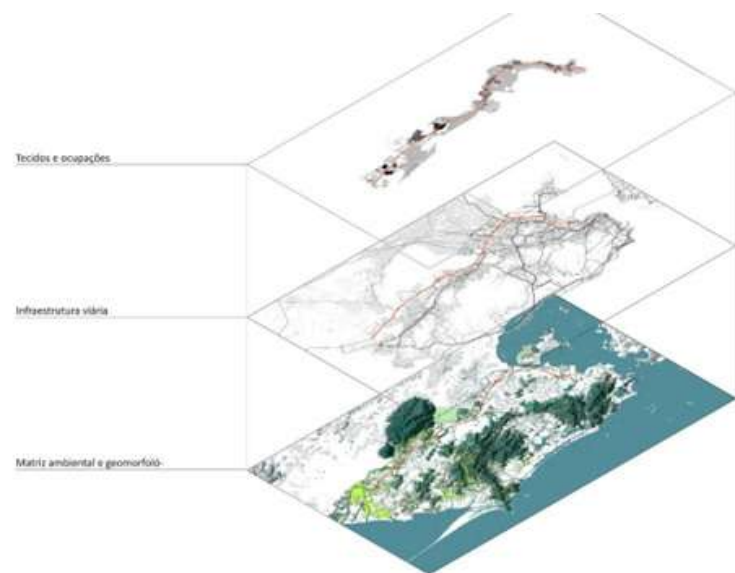
A representação diagramática atua, então, como ferramenta heurística, na medida em que possibilita a abstração de camadas e qualidades espaciais de sua totalidade, realçando aspectos que não apenas vão além da aparente desordem e

da sobreposição de informações simultâneas, como ensejam também novos arranjos e combinações para que se pense a inserção do eixo rodoviário em um projeto metropolitano. Procede-se, assim, a uma sistematização da representação gráfica de relações espaciais estabelecidas, a partir do eixo da Avenida Brasil, com diferentes elementos componentes da paisagem metropolitana do Rio de Janeiro. Grande parte dessas relações existe subordinada à lógica tecnocrática e totalitária de incremento constante de fluxos, que se impõe sobre a heterogeneidade do território, de suas formações e ocupações. Possibilitar a visualização de tais relações é, assim, uma necessária etapa anterior à sua definição, categorização e à possibilidade de discutir maneiras alternativas de incorporá-las a uma visão propositiva da infraestrutura rodoviária.

O procedimento metodológico definido dialoga, por um lado, com aquilo que Forman (1995; 2004; 2014) define como “modelo mancha-corredor-matriz” (patch-corridor-matrix). Por outro lado, Font et al. (1999, p. 134) define seu estudo sobre a formação do território metropolitano de Barcelona a partir da noção de “estrutura espacial”, compreendida como a distribuição de camadas construídas e territórios suporte, somada às relações que entre eles se estabelecem, mediadas pelas redes de infraestrutura, canalizadoras de fluxos. Nessa organização metodológica, distinguem-se, mais uma vez, três grupos de elementos, definidos da seguinte forma: a) “estratos construídos”, como as variadas formações produzidas pelo habitar; b) “redes e nós de infraestrutura”, que incluem as vias e equipamentos de transporte e logística; c) “espaços singulares de suporte territorial”, nos quais se incluem elementos geomorfológicos, espaços agrícolas e espaços naturais protegidos[6].

Propõe-se, assim, três camadas topológicas sobre as quais se baseiam o levantamento e a representação dessa fenomenologia, conforme se vê na Figura 1: i) a infraestrutura viária metropolitana; ii) os tecidos urbanos e ocupações ligados à via; iii) a matriz ambiental e geomorfológica que conforma sua região. Essa topologia se reflete e materializa de diferentes maneiras sobre a escala local, quando se encontra com a Avenida Brasil. Por isso, para além da escala territorial e da representação cartográfica, faz-se necessária uma aproximação mais detalhada ao eixo e

às bordas da rodovia, aqui definida a partir da relação espacial de transversalidade, que revela as coincidências e interseções entre a infraestrutura linear e as três camadas mapeadas. Um levantamento fotográfico e a elaboração de cortes transversais perspectivados dão conta, portanto, dos limites, espaços e estruturas compartilhadas pela via e por suas adjacências, permitindo a descrição, a diferenciação e a categorização de uma morfologia rodoviária que vai além das projeções ortogonais sobre o plano horizontal.



**Figura 01:** Camadas topológicas metropolitanas.  
Fonte: Elaboração própria, 2021

O Atlas se organiza em duas partes: a primeira, denominada mapeamento bidimensional, e a segunda, mapeamento tridimensional. Ambos englobam toda a extensão da via, diferenciados pela estratégia de aproximação ao espaço, sendo, um, segundo sequências lineares de trechos consecutivos, e outro, segundo planos descontínuos, perpendiculares à direção predominante. O Mapeamento bidimensional, Parte A do Atlas, consiste, basicamente, em três séries de mapas, organizados de acordo com cada uma das três camadas topológicas: A.1)

Infraestrutura viária; A.2) Tecidos e ocupações; A.3) Matriz ambiental e geomorfologia.

Cada uma dessas camadas está representada em três diferentes escalas cartográficas, descritas na Figura 2, que determinam, ademais, seus recortes em relação aos entornos da Avenida Brasil e o território, quais sejam:

- Escala 1/250.000, que situa a infraestrutura dentro da cidade e de parte da RMRJ, além de demarcar os cinco recortes pelos quais se realiza uma maior aproximação.
- Escala 1/50.000, que amplia a visualização e os detalhes ao longo de cinco trechos consecutivos, iniciados no quilômetro zero da via, na região central do Rio, e terminados no trevo da estrada Rio-Santos, em Santa Cruz, marco final da Avenida Brasil.
- Escala 1/400.000, com a qual se isolam, justapõem uma a uma e sobrepõem as diferentes categorias correspondentes a cada uma das três camadas mapeadas, possibilitando uma visualização comparativa de suas localizações.

O Mapeamento tridimensional, Parte B do Atlas, aponta, na mesma chave, para as três camadas de análise, porém, focado, em primeiro lugar, nas diferentes seções transversais que a rodovia apresenta (consideradas faixas de rolamento, calçadas e suas bordas) e, em segundo lugar, nos cruzamentos que realiza com outros eixos ou corredores infraestruturais (não apenas de mobilidade). A segunda metade do Atlas se organiza, portanto, nas seguintes divisões: B.1) Seções transversais; B.2) Nós e cruzamentos. As relações espaciais apontadas estão representadas de diferentes maneiras, de forma a abstraí-las em categorias e a descrever as características específicas que as diferenciam. Sendo assim, utilizam-se os seguintes recursos de representação gráfica:

- Cortes perspectivados das diferentes tipologias transversais da Avenida Brasil
- Diagramas em vistas superiores dos nós e cruzamentos

- Fotografias a réis do chão das bordas e dos nós e cruzamentos, obtidas via aplicativo Google Street View
- Fotografias aéreas dos nós e cruzamentos, obtidas via aplicativo Google Earth

O Atlas Morfológico da Avenida Brasil se organiza, portanto, da seguinte maneira, de acordo com suas duas partes, seções, escalas e meios de representação:

CAMADA TOPOLÓGICA	Parte A Mapeamento bidimensional	Parte B Mapeamento tridimensional	
	CARTOGRAFIA	FOTOGRAFIA	PERSPECTIVA
A.1. infraestrutura viária	escala 1/250.000 escala 1/50.000 escala 1/400.000	aérea rés do chão	
A.2. tecidos e ocupações	escala 1/250.000 escala 1/50.000 escala 1/400.000	rés do chão	corte transversal
A.3. matriz ambiental e geomorfologia	escala 1/250.000 escala 1/50.000 escala 1/400.000	rés do chão	corte transversal

Figura 02: Esquema organizativo do levantamento cartográfico.  
Fonte: Elaboração própria, 2021.

O método aqui descrito se apoia sobre registros fotográficos e de dados sincrônicos, disponíveis em estudos, bases de dados, aplicativos e ferramentas de visualização contemporâneas. Como o foco da análise proposta situa-se muito mais nas relações espaciais entre os componentes de uma topologia metropolitana do que em formas ou dados quantitativos e conclusivos, opta-se pela utilização de informações relativamente atuais e acessíveis, com as quais se pode não apenas propor interpretações sobre a formação do território, articulando-a a momentos históricos anteriores, como especular comportamentos e transformações, em perspectiva futura.

### Uma fenomenologia da Avenida Brasil

A partir do método de aproximação, elabora-se uma categorização dos elementos constituintes de cada uma das camadas topológicas metropolitanas que se relacionam com

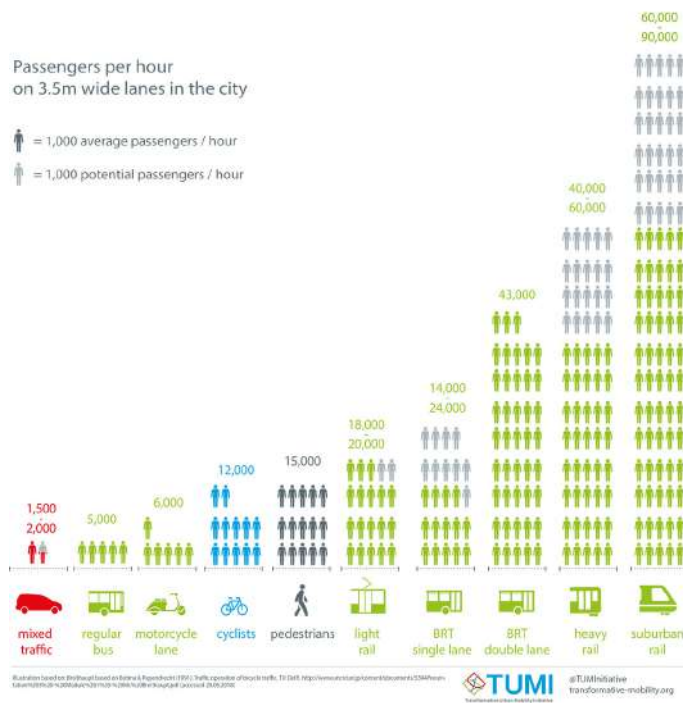
a Avenida Brasil. O conjunto dessas categorias conforma uma fenomenologia da rodovia, proposta com o objetivo de apontar possibilidades de aproveitamento de suas qualidades para o projeto e o planejamento do espaço urbano. Sendo assim, segue-se uma apresentação das categorias morfológicas, organizada conforme os mapeamentos, bidimensional e tridimensional, e suas camadas topológicas.

### A. Camadas bidimensionais

#### A.1. Infraestrutura Viária

A organização das categorias relativas à infraestrutura segue a combinação de duas variáveis; em primeiro lugar, o que se pode definir como hardware, ou a conformação física dos eixos rodoviários e ferroviários, distinguida entre vias segregadas e não segregadas. Por software, entendem-se os sistemas de transporte urbano possivelmente articulados e aplicados à estrutura física disponível, separados de acordo com sua capacidade de transporte de passageiros, exemplificada na Figura 3 (altíssima/alta/média/baixa capacidade).

## Passenger Capacity of different Transport Modes



**Figura 03:** Capacidade de diferentes modais.  
Fonte: Transformative Urban Mobility Initiative.  
Disponível em: <https://www.transformative->

Algumas considerações se fazem necessárias, em relação aos critérios utilizados; quanto à qualidade de hardware, entendem-se como vias segregadas aquelas dedicadas estritamente ao tráfego automatizado, separadas fisicamente de suas bordas; vias não segregadas, por sua vez, são aquelas que demonstram ao menos algum nível de transição ou mediação para com as ocupações ou com os substratos territoriais contíguos[7]. No que diz respeito à qualidade de software, a classificação proposta não se baseia apenas nos sistemas existentes, mas naqueles que potencialmente tomariam partido das tipologias viárias construídas. Assim, por exemplo, por mais que a infraestrutura de trens metropolitanos do Rio de Janeiro seja obsoleta e precária, considera-se o sistema ferroviário como uma potencial infraestrutura de altíssima capacidade. Seguem-se, portanto, as categorias de infraestruturas viárias metropolitanas (hardware/software) que estabelecem relações

espaciais com o eixo da Avenida Brasil e que se encontram representadas graficamente na Figura 4.

- Vias segregadas/altíssima capacidade – são as ferrovias metropolitanas, fisicamente dissociadas dos tecidos aos quais atravessam, e com enorme capacidade de mobilização de passageiros, a depender da atualização do sistema instalado.

- Via segregada/alta capacidade – é a rodovia expressa Transolímpica (Deodoro – Barra da Tijuca), separada fisicamente de seus entornos e que recebe o sistema BRT.

- Vias não segregadas/alta capacidade – são os demais corredores do sistema BRT (Transcarioca e Transoeste), que foram adaptados a vias preexistentes da malha urbana.

- Vias segregadas/média capacidade – são vias expressas, dentre as quais as Linhas Amarela (Ilha do Fundão – Barra da Tijuca) e Linha Vermelha (Centro – Rodovia Presidente Dutra), que, apesar de aceitarem ônibus comuns, além dos carros particulares, não comportam sistemas de alta capacidade de transporte público.

- Vias não segregadas/média capacidade – coincidem, segundo classificações adotadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro (2013; 2018), com as tipologias de vias Arteriais Principais e Secundárias, Estruturais e Coletoras. Basicamente, possuem contato e transição para com a malha habitada, sem infraestrutura software de massa.

- Vias segregadas/baixa capacidade – a classificação corresponde ao Arco Metropolitano, infraestrutura de contorno da RMRJ, construída como via expressa e dedicada exclusivamente a veículos particulares e de carga.

- Vias não segregadas/baixa capacidade – são as vias locais, que compõem o menor grão do tecido urbano, em parte recebendo modais localizados de transporte, em parte voltadas apenas a veículos privados.

Incluem-se, na cartografia da infraestrutura viária, as principais centralidades da cidade e da metrópole, uma vez que estão intimamente ligadas à provisão de transporte público e

acessibilidade, colocando-se como um importante parâmetro para que se discuta a estruturação da região.

## A.2. Tecidos e ocupações

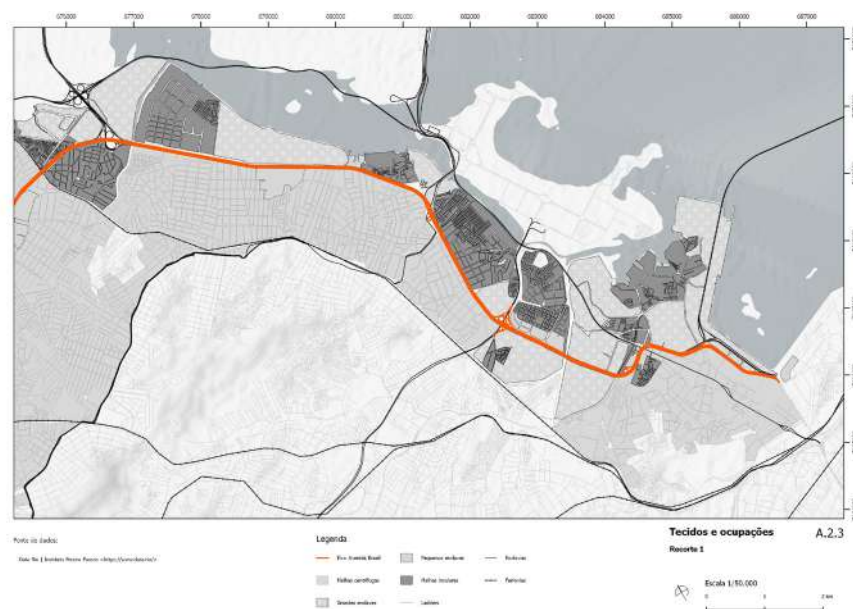
Esta categoria, representada na Figura 5, diz respeito às relações estabelecidas entre a Avenida Brasil e seus assentamentos,



quanto aos padrões de crescimento urbano. Diferenciam-se, nesse sentido, lógicas de crescimento originadas a partir do eixo rodoviário de outras, advindas de distintas origens, posteriormente confrontadas ou fundidas às suas áreas de influência. Distinguem-se, ademais, as formas de contato entre as áreas adjacentes e a rodovia, ora concretizadas em pontos únicos de acesso, ora de maneira capilar, a partir de uma sequência de vias, componentes de diferentes malhas urbanas que se encontram com o eixo linear. É interessante realçar a dimensão cartográfica desta análise, que diz respeito a uma visualização, sobre o plano horizontal, de relações refletidas em âmbito metropolitano, destacando justaposições

entre diferentes padrões que, à primeira vista, podem parecer contínuos e homogêneos. Discriminam-se, portanto, os seguintes tecidos e ocupações:

- Malhas centrífugas – são sistemas contínuos, cuja estrutura pode expandir-se, “por agregação” (Font et al., 1999, p. 120), em todas as direções, de acordo com padrões reticulados ou orgânicos. Iniciados junto ao eixo da Avenida Brasil ou em outras áreas da metrópole, como centralidades ferroviárias, promovem a continuidade do tecido urbano através de grandes superfícies.
- Malhas insulares – são assentamentos de grandes proporções que seguem, internamente, a lógica da malha centrífuga, mas sem sentido de continuidade com malhas originadas em outras áreas da metrópole. Interrompidas em limites perimetrais bem definidos, existem em total dependência do eixo rodoviário da Avenida Brasil, com o qual possuem inúmeros pontos de contato e para o qual permitem múltiplos acessos ou trajetos.
- Grandes enclaves – são áreas claramente delimitadas, implantadas de maneira autônoma e independente de seus entornos e acessadas por um ou por poucos pontos, dedicados à lógica da mobilidade rodoviária. Suas dimensões equivalem às de assentamentos coletivos, como bairros, loteamentos ou grandes conjuntos habitacionais.
- Pequenos enclaves – de lógica análoga à dos grandes enclaves, diferenciam-se dos primeiros em suas proporções, mais próximas às áreas determinadas por um ou poucos lotes de grandes proporções.
- Ladders – desenho em “espinha de peixe” ou, como o próprio termo, cunhado por Pope (2014), indica, formado a partir de um eixo longitudinal, do qual destacam-se “degraus”, ramificados em vias terminadas em cul-de-sac. Notadamente hierárquico, corresponde a um tipo de crescimento “em árvore” (ALEXANDER, 1965), de lógica predominantemente linear e derivado da Avenida Brasil.



**Figura 05:** Mapeamento de tecidos e ocupações (1º recorte). Fonte: Elaboração própria, 2021.

### A.3. Matriz ambiental e geomorfologia

Esta camada topológica trata de espaços e formações pertencentes à matriz biofísica metropolitana, entendida como sistema interconectado que, embora pouco respeitado pelo ritmo acelerado e o caráter tecnocrático da urbanização, pode ser integrado aos espaços antrópicos, absorvendo papéis essenciais à sua ocupação, como os de moderador do clima, conservador das águas, plantas e animais, produtor de alimentos e energia, além de gerador de ócio e lazer (BATLLE, 2011). A partir, portanto, de perspectivas meio-ambientais, sociais e produtivas, diferenciam-se espaços de cobertura vegetal, de uso agrícola e corpos hídricos, relacionando-os à topografia da região, para que se visualizem e especulem continuidades e descontinuidades (existentes e projetáveis), assim como as relações espaciais que estabelecem com a infraestrutura rodoviária da Avenida Brasil e as demais camadas topológicas reconhecidas nesta pesquisa. Colocam-se, portanto, as seguintes categorias, ilustradas na Figura 6[8]:

- Florestas ombrófilas densas e áreas de reflorestamento – espaços protegidos ou potencialmente a proteger, geralmente ligados às serras e maciços rochosos da região, dentre os quais incluem-se parques existentes, como os do Mendanha, de Gericinó e da Pedra Branca.
- Vegetação arbórea não florestal – pequenas massas arbóreas descontínuas, em grande medida pertencentes a enclaves urbanos.
- Vegetação gramíneo lenhosa - “cobertura vegetal campestre”, que ocupa “áreas onde a vegetação original foi retirada por diversas práticas, incluindo as queimadas, para implantação de diferentes tipos de uso” (GÓES FILHO e SANTOS, 2007, p. 18).
- Áreas de uso agrícola
- Corpos d’água costeiros – parte da orla norte da Baía de Guanabara, onde se realizaram os aterros por sobre os quais se construiu o primeiro trecho da Avenida Brasil, estendido da região central da cidade do Rio até o Trevo das Missões, no bairro de Cordovil, na zona norte.
- Corpos d’água continentais – inclui os vários rios que atravessam a planície do vale do Rio Acari e a zona de baixada a leste, próxima à Baía.



**Figura 06:** Mapeamento da matriz ambiental e geomorfológica (1º recorte). Fonte: Elaboração própria, 2021.

## B. Camadas tridimensionais

### B.1. Seções transversais

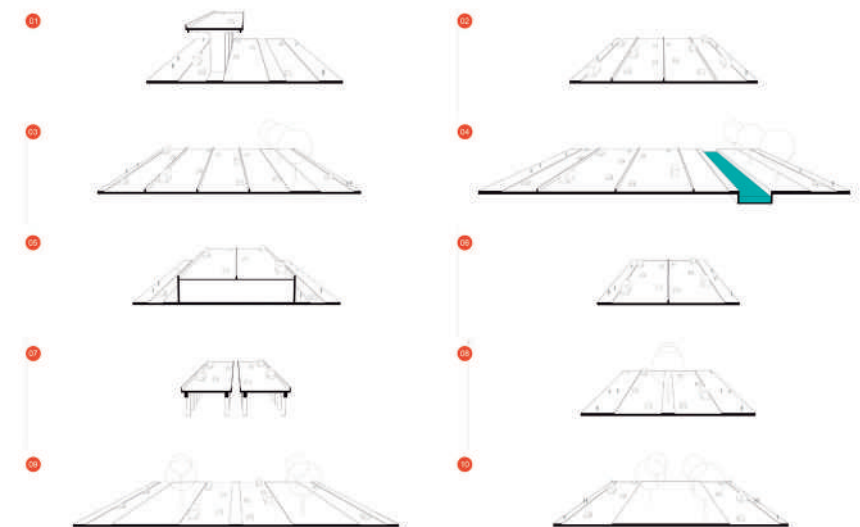
A representação e o entendimento das diferentes configurações espaciais, em sentido perpendicular à linearidade predominante, se dão a partir da combinação entre i) o corte transversal da Avenida Brasil (faixas de rolamento e passeios) e ii) as relações estabelecidas entre o que se pode reconhecer funcionalmente como eixo viário e seus limites ou bordas. Quanto ao segundo parâmetro, ressaltam-se duas características físico-espaciais da transição entre a infraestrutura de tráfego e suas adjacências.

Em primeiro lugar, o aspecto do alinhamento, entendido como limite entre a via pública e os terrenos contíguos, sejam esses edificadas ou não. De acordo com essa variável, o passeio se pode conformar de maneira exígua, ampliada ou indefinida, características aqui distinguidas, respectivamente, pelos termos a) avançado, b) recuado e c) difuso. Um alinhamento avançado refere-se à utilização do passeio como simples faixa de circulação; o recuado denota larguras de calçadas que, mesmo subutilizadas, ensejam usos e apropriações variadas, para além da mera passagem, enquanto a categoria

de alinhamento difuso denota uma espécie de transbordamento entre os limites da rodovia e os terrenos que lhe acompanham. A segunda característica físico-espacial das bordas entre infraestrutura e adjacências alude à porosidade das superfícies que promovem essa mediação e que podem ser verticais, no caso de muros, fachadas, empenas ou gradis; oblíquas, no caso de taludes ou pequenas encostas; ou horizontais, quando se trate de prolongamento do chão, pavimentado ou não. A noção de porosidade, aqui, se aproxima da de permeabilidade e distingue-se pelos termos a) poroso, b) não poroso e c) semi-poroso[9].

## Faixas de rolamento e passeios

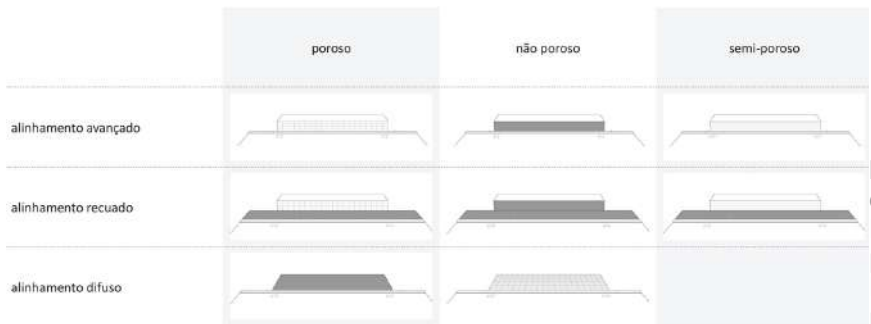
Essa característica espacial se revela, essencialmente, pelo corte transversal das pistas destinadas aos automóveis e das calçadas, aqui representado em dez distintas tipologias, conforme perspectivas na Figura 7. Das dez, algumas se repetem em momentos distintos ao longo do comprimento da Avenida, definindo mais de um segmento viário em localizações alternadas e não consecutivas linearmente.



**Figura 07:** Tipologias transversais do eixo rodoviário da Avenida Brasil (faixas de rolamento e passeios).  
Fonte: Elaboração própria, 2021.

## Alinhamento e porosidade

Combinam-se, aqui, as três categorias de alinhamentos (avançado, recuado e difuso) às suas três variações quanto à porosidade (poroso, não poroso e semi-poroso). Daí resultam oito classificações distintas, ilustradas, na Figura 8, por perspectivas diagramáticas das laterais do espaço rodoviário, que representam as articulações entre o plano horizontal e o vertical, na transição entre infraestrutura e bordas. Combinados os dois aspectos, dão-se as seguintes categorias: 1) avançado/poroso; 2) avançado/não poroso; 3) avançado/semi-poroso; 4) recuado/poroso; 5) recuado/não poroso; 6) recuado/semi-poroso; 7) difuso/poroso; 8) difuso/não poroso.

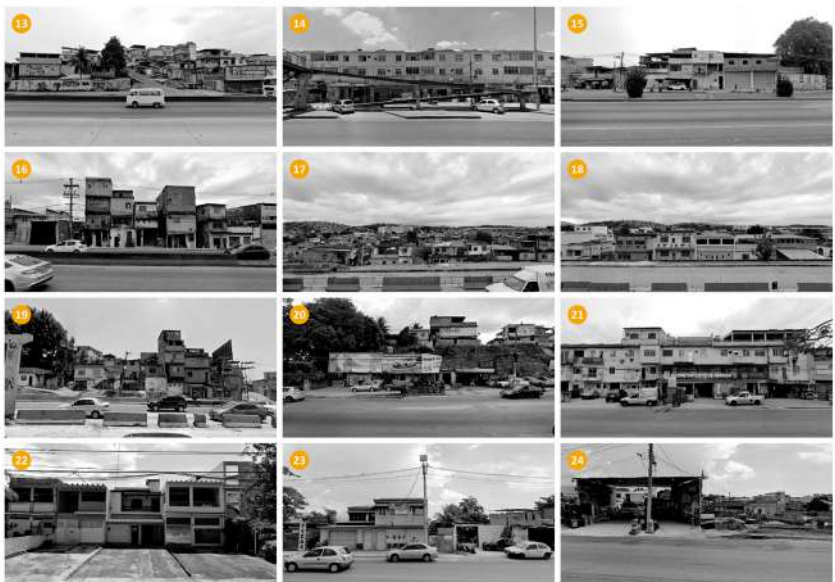


**Figura 08:** Tipologias de borda da Avenida Brasil (alinhamento e porosidade).  
Fonte: Elaboração própria, 2021

## Eixo + bordas

Da combinação entre as dez diferentes tipologias transversais e as oito variações de alinhamentos e porosidade, resultam 74 distintas seções transversais, representadas em cortes perspectivados, que demonstram as disposições espaciais entre pistas e passeios e as relações dos limites laterais para com a infraestrutura viária. Divide-se, assim, a extensão linear da rodovia em dezoito recortes, conforme cada uma de suas tipologias transversais; para cada um dos recortes, demonstram-se as articulações existentes entre alinhamentos e porosidade, de lado a lado, sempre considerada a visão do observador apontada para o sentido oeste do fluxo (Santa Cruz), conforme exemplificado pela Figura 9[10].

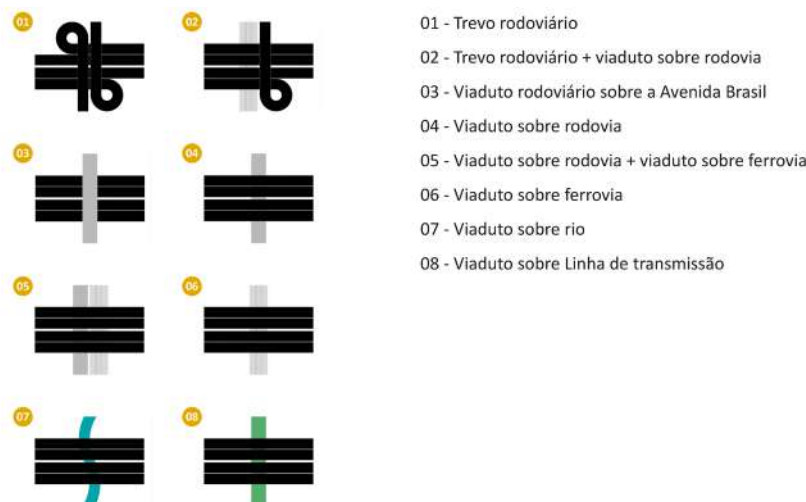
**Figura 09:** Bordas da Avenida Brasil (categoria de alinhamento/porosidade: avançado/poroso).  
Fonte: Google Street View, 2021.



## B.2. Nós e cruzamentos

Sob esta categoria, estão identificadas as transversalidades entre o eixo rodoviário da Avenida Brasil e outros eixos da infraestrutura metropolitana pertencentes às camadas topológicas da malha viária e da matriz ambiental. Incluem-se, aqui, rodovias, ferrovias, corpos hídricos continentais (rios e canais) e uma linha de transmissão elétrica; parte desses cruzamentos se dá sob a forma de trevos rodoviários e parte se dá como viadutos, em desnível e sem contato entre as vias ou corredores que se cruzam. Independentemente da existência ou não de enlace, há, em todos os casos, uma coincidência entre importantes peças da conformação territorial e, portanto, possibilidades para a convergência de fluxos e usos de naturezas diferentes; cada uma dessas ocorrências corresponde, ademais, a uma espécie de estrutura primária, em geral subordinada às demandas do tráfego que, no entanto, pode ser pensada como oportunidade de costura e maior aderência aos diferentes tecidos construídos ou substratos.

Distinguem-se, assim, oito tipos de transversalidades, representadas em vistas superiores, fotografias aéreas e rés do chão, que demonstram sua inserção urbana e seu contato com o solo. A cada tipologia corresponde um diagrama, conforme a Figura 10, que diferencia o eixo da Avenida Brasil (sempre em preto e desenhado horizontalmente) dos demais corredores com os quais se cruza ou entrelaça. Parte dos exemplos mapeados acumula, no mesmo espaço, duas categorias diferentes de infraestrutura transversal; daí decorrem diferentes tipologias, exemplificadas por um caso específico ilustrado na Figura 11 que, sob um entendimento projetual, podem fazer parte de um mesmo ecossistema.



**Figura 10:** Diagramas de tipologias transversais (nós e cruzamentos).  
Fonte: Elaboração própria, 2021

**Figura 11:** Cruzamento Avenida Brasil e ramal ferroviário da Leopoldina.  
Fonte: Google Earth, 2021



## Considerações finais

Pode-se deduzir que a representação gráfica, como procedimento, opera para além de uma via de registro ou coleta de informações condensadas sobre uma mídia. Supera, ademais, a percepção do desenho “de prancheta” como processo criativo, reforçando seu papel como forma de aproximação que possibilita interpretações variadas, aptas a alimentar diferentes âmbitos de atuação sobre o território. Como instrumento de análise, coloca-se como uma espécie de lente fotográfica, que não apenas permite ajustes quanto ao grau de aproximação sobre o objeto, como também ao recorte da captura e ao foco desejado. Nesse sentido, aquilo que resulta de uma abordagem calcada no redesenho do espaço é condicionado pelos critérios de seleção e de descarte do que se representa, assim como das técnicas e linguagens utilizadas. Distancia-se, portanto, de uma simples transcrição, positiva e figurativa, da realidade para um quadro.

Daí se pode inferir, ademais, que a ideia de morfologia urbana não consiste necessariamente em um congelamento ou em uma compreensão estática daquilo que é representado. A intencionalidade existe a priori e a posteriori, tanto no

estabelecimento de critérios de levantamento quanto de interpretação de informações. Sendo assim, no âmbito da percepção, toda figura se relaciona a um fundo e será visualizada a partir daquilo que lhe é contraposto; propor categorias significa imprimir, antes mesmo da imagem, uma visão de mundo e um discurso, cuja abrangência poderá ampliar ou limitar o que delas se depreende. A elaboração de um atlas morfológico não deve, assim, ser entendida como proposição fechada e conclusiva; deve, pelo contrário, ser questionada e complementada por discussões, categorias, linguagens e representações que permitam um reconhecimento mais amplo e detalhado dos fenômenos que pretende descrever.

O fenômeno rodovia metropolitana, as formas e relações espaciais que o caracterizam são produtos de uma urbanização desenvolvimentista que separa, divide e retarda a ligação entre territórios e pessoas com base no discurso da eficiência e da otimização. Repensar suas definições e representações a partir da teoria, situada em um momento anterior às ações de projeto e planejamento (conceitual, portanto) pode significar a pavimentação de um caminho mais autônomo e menos refém de definições instrumentais, dedicadas ao estabelecimento de relações globalmente hierárquicas e reproduzidas em âmbito local sob o estigma de formações entrópicas e residuais. O sentido local aqui deve ser entendido, por um lado, na chave do que é específico a cada contexto e que pode incrementar a pluralidade de um léxico emerso da metropolização rodoviária. Por outro, pode dizer respeito à categoria em sentido amplo, como fenômeno espacial marcadamente pertinente a metrópoles do Sul, desde as quais e para as quais se requer a produção de um conhecimento comum, tanto naquilo que tange às suas preexistências, indissociáveis de relações produtivas internacionais, quanto no que tange a um projeto de futuro compartilhado.

Novas oportunidades projetuais deverão emergir, assim, de um outro entendimento, de outra descrição e, enfim, outra interpretação sobre uma anatomia, ou topologia rodoviária contemporânea. A existência dessas relações e o entendimento da infraestrutura como receptáculo de um projeto metropolitano plural requer que se apontem sentidos, ou oportunidades,

sobre aquilo que se descreve e se reconhece como espaço projetual. Se há, portanto, relações espaciais entre grandes eixos de mobilidade urbana como a Avenida Brasil e uma série de camadas topológicas, como se pode potencializá-las? Que articulações ou lógicas podem definir o espaço rodoviário para além de soluções hierárquicas, ditadas por um objetivismo tecnocrático e uma visão genérica do espaço urbano?

## Notas

**1:** A ideia de ‘Sul’ não deve ser compreendida como categoria geográfica, uma vez que aplica noções espaciais sobre uma categoria relacional, ligada a relações sociais, mais que a um lugar (MABIN, 2016).

**2:** Guimarães (2013, p. 40-41) sintetiza a abordagem fenomenológica em três procedimentos essenciais: redução psicológica, redução eidética e redução transcendental. O primeiro momento consiste em desestabilizar sentidos vigentes, colocando “entre parênteses toda a objetividade explicativa das ciências”. O segundo momento trata da redução dos objetos do mundo a ideias elementares, dadas por uma descrição intencionada. O terceiro momento corresponde à subordinação do fenômeno “ao plano da reflexão, do ‘eu penso’, enquanto instância evidenciadora do próprio mundo”.

**3:** A Baixada Fluminense é uma região de planícies, adjacente aos limites a norte do município do Rio de Janeiro. Com 13 cidades, tem uma população de mais de 3.5 milhões de habitantes.

**4:** Em sequência linear após a Avenida Brasil, um percurso pela orla da Baía de Guanabara contorna a região central, os bairros da Glória, Catete, Flamengo e Botafogo para chegar até Copacabana.

**5:** As figuras que ilustram este artigo são apenas uma amostra das categorias que compõem o documento, composto por 115 páginas.

**6:** Essa aproximação se vincula, em grande medida, a uma escola catalã de estudos urbanos, marcada pela visualização, em camadas, dos territórios trabalhados. No âmbito acadêmico, tal experiência está intimamente vinculada ao Departamento de Urbanismo e Ordenação do Território (DUOT), da Universidade Politécnica da Catalunha, do qual participam ou participaram, além dos já citados no texto, nomes como Enric Batlle, Angel Martín Ramos, Zaida Muxí Martínez, Joaquin Sabaté, Manuel de Solà-Morales e Joan Busquets.

**7:** Para a distinção entre ambas, além do reconhecimento visual, adotaram-se como suporte os mapas do Sistema Viário do Rio de Janeiro e o de Estrutura Urbana Básica. Disponíveis em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162103/compur\\_luos.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162103/compur_luos.pdf) e <https://planodiretor-pcrj.hub.arcgis.com/pages/diagnostico>.

**8:** As informações sobre Cobertura Vegetal e uso da Terra obtidas dizem respeito ao município do Rio de Janeiro. Dados metropolitanos complementariam a análise, mas não foram encontrados com a clareza e a precisão pretendidas. Consulta realizada na base Data.Rio, da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.data.rio/>.

**09:** Alinhamentos e porosidades são características espaciais baseadas no registro de vistas aéreas (voo de pássaro) e rés do chão. Ambas estão catalogadas no Atlas Morfológico, pelos cortes transversais e pelas fotografias extraídas do aplicativo Google Street View. É importante destacar que os alinhamentos verticais não se dão, necessariamente, pelos edifícios, que podem possuir, eventualmente, fachadas dinâmicas e abertas, precedidas por muros opacos; de forma similar, grandes afastamentos frontais (distância entre o limite do lote e a edificação) podem ser obstruídos por proteções e bloqueios mais ou menos porosos. Nos casos em que não há afastamento frontal, sim, a mediação é realizada pela fachada do edifício, cuja porosidade dependerá da abertura ou da transparência de sua arquitetura.

**10:** As diferentes configurações espaciais resultam da observação e do levantamento do eixo e das bordas da Avenida Brasil possibilitados pelas ferramentas Google Earth e Google

Street View. As tipologias transversais da via não seguem exatamente o mesmo desenho ao longo de todos os recortes, uma vez que há agulhas, acessos, esquinas e canteiros, mesmo dentro de cada segmento. Do mesmo modo, as diferentes bordas representadas demonstram predominância de determinados alinhamentos e níveis de porosidade, sendo que pode haver, em cada recorte, categorias não representadas, dada sua excepcionalidade e baixa recorrência. Entende-se, portanto, que as categorias descritas revelam padrões, confirmados pela existência de exceções, que permitem contrapor a arquitetura da rodovia às características dos territórios que atravessa.

## Referências

ALEXANDER, Christopher. A City is not a Tree. The Architectural Forum, v. 162, p. 58 - 62, 1965.

AURELI, Pier Vittorio. Habitando la Abstracción: Notas a Ladders, de Albert Pope. In: POPE, Albert. Ladders. 2ª. ed. Houston: Architecture at Rice, 2014.

BATLLE, Enric. El Jardín de la Metrópoli. Del paisaje romántico al espacio libre para una ciudad sostenible. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

CORNER, James. Eidetic Operations and New Landscapes. In: CORNER, James. Recovering landscape: essays in contemporary landscape architecture. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1999. p. 152-169.

DOMINGUES, Álvaro. A Rua da Estrada. Cidades - Comunidades e Territórios, Porto, p. 59 - 67, Dezembro 2010. ISSN 20/21.

FONT, Antoni.; LLOP, Carles.; VILANOVA, Josep Maria. La Construcció del Territori Metropolità: morfogènesi de la regió urbana de Barcelona. Barcelona: Mancomunitat de Municipis de l'Àrea Metropolitana de Barcelona, 1999.

FORMAN, Richard. Some general principles of landscape and regional ecology. Landscape Ecology, Amsterdam, v. 10, n.3 1995. 133-142.

FORMAN, Richard. Mosaico territorial para la región metropolitana de Barcelona. Barcelona : Gustavo Gili, 2004.

FORMAN, Richard. Los límites de Barcelona: combinar entornos edificados y naturales. In: Área Metropolitana de Barcelona. Quaderns 3. L'urbanisme dels espais oberts: paisatge, lleure i producció. Workshop - 2. Barcelona : [s.n.], 2014. p. 26-39.

GÓES FILHO, Luis.; SANTOS, Manoel Messias. Coleção Estudos Cariocas. Desenvolvimento de legenda e classificação da cobertura natural e antropismos ocorrentes no maciço do

Mendanha. Instituto Pereira Passos e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 45. 2007.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. Aproximação aos conceitos básicos da fenomenologia. Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro, v. 6, n.1 2013. 35-46.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Resultados do Universo. Agregados por Setores Censitários. IBGE. Rio de Janeiro. 2010.

KAIJIMA, Momoyo; . KURODA, Junzo.; TSUKAMOTO, Yoshiharu. Made in Tokyo. Tóquio: Kajima, 2001.

MABIN, Alan. Sedimentando a teoria da cidade do Sul no tempo e lugar. Revista Sociedade e Estado, 2016. 323-346. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5976>>.

MAGALHÃES, Sérgio.; IZAGA, Fabiana. Cidade brasileira do século 21. Demografia, moradia e ocupação do território: uma avaliação urbanística. Arquitectos, São Paulo, ano 18, n. 206.01, Vitruvius, Julho 2017. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/18.206/6624>>.

MORAES, Pedro Barreto. de. Rodovia metropolitana. Lógica projetuais na Avenida Brasil. Tese de doutorado - PROURB - Universidade Federal do Rio de Janeiro. [S.l.]. 2021.

POPE, Albert. Ladders. 2ª. ed. Houston: Architecture at Rice, 2014.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS. [S.l.]. 2013.

RIO DE JANEIRO. Diagnóstico Intersetorial Integrado da Cidade do Rio de Janeiro. Relatório Técnico. Gerência de Macro Planejamento - Coordenadoria Geral de Planejamento e Projetos - Secretaria Municipal de Urbanismo do Município do Rio de Janeiro. [S.l.]. 2018.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WALDHEIM, Charles. Landscape as Urbanism. In: WALDHEIM, Charles. The Landscape Urbanism Reader. Nova York: Princeton Architectural Press, 2006. p. 34-53.

WALL, Alex. Flujo e Intercambio. La Movilidad como Atributo de la Urbanidad. In: MARTÍN RAMOS, Ángel. La Calle Moderna en 30 Autores Contemporáneos y un Pionero. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2014. p. 215-220.

**\*Pedro Moraes** é doutor em urbanismo pelo PROURB, FAU UFRJ, mestre em Arquitetura Avançada/Open Thesis Fabrication pelo Instituto de Arquitetura Avançada da Catalunha - IaaC/UPC (2014). Atualmente é professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC - Rio e do Taller de Proyectos no Máster Online en Ciudades “El Urbanismo Próximo” - Plataforma Redes IaaC. Investiga infraestruturas viárias metropolitanas como oportunidades para o projeto do espaço urbano, em suas relações com o território e a escala humana. [pedromoraes@puc-rio.br](mailto:pedromoraes@puc-rio.br)



## A crise na Ucrânia, suas possíveis causas e desdobramentos para o mundo multipolar

### The crisis in Ukraine, possible causes and consequences for the multipolar world

Lara Figueiredo Peres Pessl, Carlos Rafael Varnier Balarini\*

#### Resumo

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a origem e as possíveis causas da crise na Ucrânia e seus possíveis desdobramentos e consequências para o mundo. Contextualização histórica desde a formação à dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os acordos e tratados pós Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, a formação da Aliança Militar do Ocidente (OTAN) com princípios defensivos e, posteriores e contraditórios, avanços ao Oriente. Mudanças na economia e nas relações exteriores russas com afastamento da Europa e forte aproximação chinesa. O mundo multipolar, com distintos centros de poder e o exercício de influência no campo político, econômico e militar.

**Palavras-chave:** Rússia, Ucrânia, OTAN, multipolar, guerras híbridas.

#### Abstract

*This article presents a reflection on the origin and possible causes of the crisis in Ukraine, its possible results and consequences for the world. Historical contextualization from the formation to the dissolution of the Union of Soviet Socialist Republics (USSR), the post-World War II and Cold War agreements and treaties, the formation of the Western Military Alliance (NATO) with defensive principles and, later and contradictory, advances to the East. Changes in the Russian economy and foreign relations with distance from Europe and strong Chinese approximation. The multipolar world, with different centers of power and the exercise of influence in the political, economic and military fields.*

**Keywords:** Russia, Ukraine, NATO, multipolar, Hybrid Wars.

## Introdução

Este artigo centra sua reflexão, como seu título denuncia, na problemática pautada pela crise na Ucrânia, com suas causas e consequências para o mundo multipolar. Assim, para melhor situarmos, primeiramente lembraremos as causas da dissolução do bloco Socialista Soviético. Vale lembrar que a União Soviética teve sua origem na Revolução Russa de 1917 e obteve, como uma de suas consequências, a tomada do poder pelos Bolcheviques. Posteriormente, destacamos a figura de Mikhail Gorbachev, que introduziu as políticas Glasnost e Perestroika e lembraremos também alguns pontos importantes ocorridos durante a Guerra Fria. Em um segundo momento, introduziremos a entrevista cedida pela estimada presidente Dilma Rousseff à TV 247 no dia 26 de fevereiro de 2022, sobre a qual abordaremos questões relacionadas à OTAN e aos EUA bem como retomaremos a discussão sobre a independência da Ucrânia em 1991 a partir da queda da URSS. Outro ponto importante que iremos discutir é o interesse da OTAN em expandir-se para o Leste Europeu. Em seguida, destacaremos as guerras híbridas, uma mistura de revolução colorida com guerra não convencional, com o apoio do discurso do jornalista investigativo Pepe Escobar.

Em seguida, discorreremos sobre questões ocorridas na Ucrânia, como a ascensão de partidos nazi-fascistas ocorridos na região e alguns de seus movimentos contra o presidente ucraniano Viktor Yanukovich. Ao tratarmos a eclosão de grupos da extrema direita, fenômeno presente também ao redor do mundo, podemos fazer uma comparação com o golpe dado à presidente Dilma Rousseff no Brasil. Na sequência, falaremos sobre a situação econômica da Rússia, destacando a conjuntura atual, e sobre as sanções impostas a ela por países ocidentais alinhados aos EUA e à OTAN. Iremos lembrar também a Guerra da Geórgia, a crise na Criméia e a ascensão econômica chinesa. Além disso, abordaremos uma problemática de extrema importância: a questão energética e as relações de interdependência vivenciadas entre Rússia e alguns países europeus, em que citamos o contexto e os impasses relacionados ao gasoduto Nord

Stream 2. Por fim, trataremos das condicionantes que levaram à reconfiguração de um novo mundo multipolar liderados pela Rússia e pela China junto a vários países do Sul Global, que se articulam em novas organizações multilaterais, apresentando alternativas econômicas, produtivas e culturais via relações geopolíticas de ganha-ganha (win-win).

## A geopolítica atual no mundo multipolarizado, contexto e causas da Guerra

Para melhor situarmos, é importante lembrar a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), um estado socialista localizado na Eurásia, que existiu de 1922 a 1991. A União Soviética, como é comumente chamada, teve sua origem na Revolução Russa de 1917, que depôs a autocracia imperial, e logo enfrentou uma reconfiguração política: após a revolução, os bolcheviques, liderados por Vladimir Lênin, derrubaram o governo provisório antecessor. Inicialmente, ela era formada por quatro repúblicas soviéticas, e quinze após a segunda guerra mundial, a saber: Rússia, Letônia, Lituânia, Estônia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Moldávia, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão. Sua forma de governo consistia em um regime unipartidário e centralizado, comandado pelo Partido Comunista com capital na cidade de Moscou (MONTEIRO, 2017).

Nos últimos anos da Guerra Fria, o último líder soviético, Mikhail Gorbachev, introduziu as políticas Glasnost e Perestroika que estava, alicerçadas na perspectiva da reconstrução econômica e da transparência política do bloco; porém, o real sentido de tal medida era a rendição deste governo em relação aos EUA. A iniciativa foi um total fracasso e levou à deterioração dos serviços públicos, à desorganização da produção, à especulação sobre estoques e ao descontrole orçamentário (MORAES, 2015). Além disso, ao longo da Guerra Fria, a URSS não conseguiu reproduzir inovação científica e tecnológica equivalente ao progresso técnico desempenhado pela concorrência nas economias capitalistas, conhecido como revolução técnico-científica-informacional. A China, por sua vez, se apresentou como uma nação que conseguiu impulsionar seu desenvolvimento

tecnológico por ter adotado a parceria público privada, possivelmente aprendida com a Nova Política Econômica (NEP) do governo de Vladimir Lênin. No território soviético, essa medida econômica foi abandonada após 1924 e suas empresas estatais foram incapazes de manter um permanente e contínuo processo de inovação tecnológica (FERNANDES, 2017).

Em 1986, ocorreu o acidente nuclear de Chernobyl próximo à cidade de Pripyat, situada no norte da Ucrânia Soviética, o que gerou impactos econômicos fortíssimos para a União Soviética, sobretudo para três países: Ucrânia, Bielorrússia e Rússia. Tal acidente reforçou a relevância e importância de medidas da administração de Gorbachev em prol do desarmamento nuclear da União Soviética, as quais contribuíram para sustentar a resistência surgida em resposta aos movimentos de oposição que tentavam promover a deposição de Gorbachev. Em dezembro de 1991, Mikhail Gorbachev renunciou e as doze repúblicas restantes se tornaram, a partir da dissolução da União Soviética, países pós-soviéticos independentes.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi criada em 1949 para manter os norte-americanos “dentro”, os russos “fora” e os alemães “rebaixados”. A Rússia era considerada, portanto, “o problema” no período (ROUSSEFF, 2022). A presidente Dilma Rousseff cita em outra entrevista e o professor do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF (INEST) e pesquisador da Universidade de Harvard, Vitelio Brustolin, confirma que:

Primeiramente, essa organização internacional foi criada em 1949, apresentando o seu principal objetivo no Art. 5º do Tratado: “os aliados concordaram que um ataque armado contra um ou mais deles será considerado um ataque contra todos eles”. Como resposta, em 1955, a então União Soviética criou uma organização internacional rival, o Pacto de Varsóvia, que foi extinto em 1991, com a dissolução soviética. Pois bem, em 1990 o então presidente dos EUA George Bush prometeu ao líder russo Mikhail Gorbachev que a Otan não “se moveria nem uma polegada para o leste” além da Alemanha, se esse país fosse unificado. Essa foi uma promessa verbal e ela foi descumprida. Esse descumprimento ocorre, em boa medida, porque tanto a OTAN quanto a Rússia têm objetivos expansionistas.

(CUPOLILLO, 2022). desenvolvimento de uma economia ecológica e ainda aumentar a conectividade das pessoas, das empresas e a melhoria da gestão pública. (PIRES, 2018, p. 17-18).

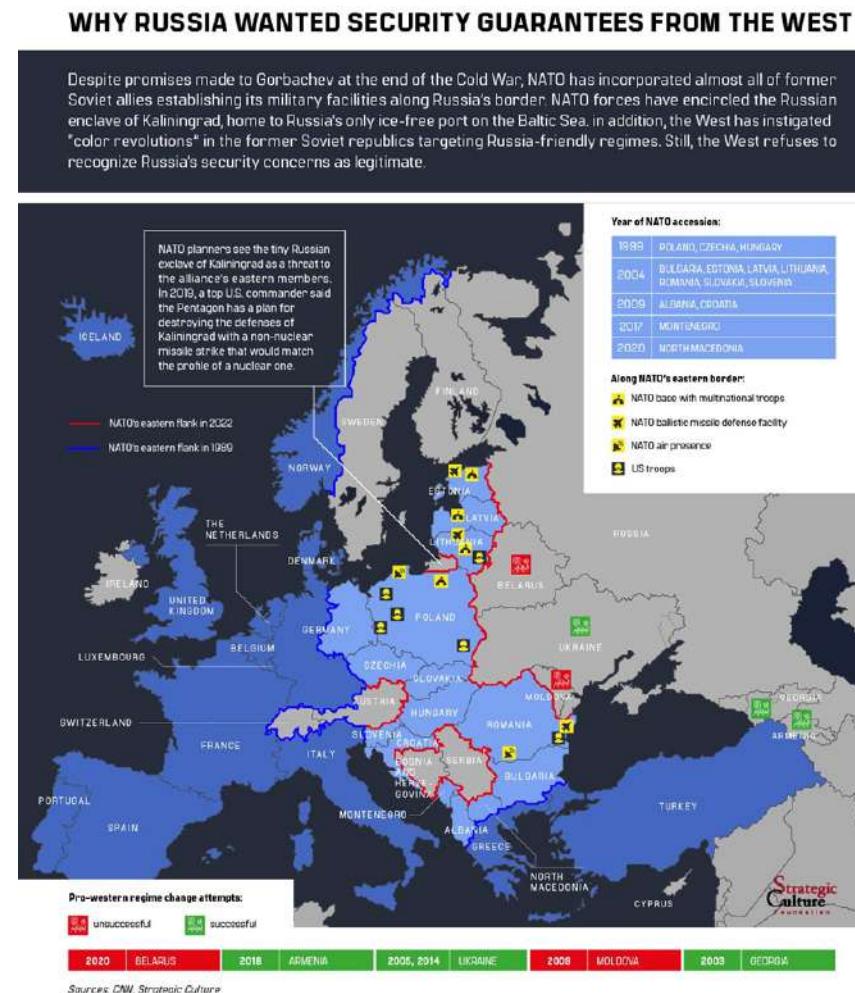
A Ucrânia retomou sua independência em 1991 com a queda da URSS ao passo que os EUA realizaram uma política ativa de cerco à Rússia ao atrair países do Leste Europeu para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Hungria, Polônia, Romênia e República Tcheca foram alguns dos países incorporados à organização que, assim, passou a ganhar força na região. Na segunda metade da década de 1990, a OTAN interveio na Guerra Civil da Iugoslávia mesmo tendo sido criada com caráter defensivo – essa foi a sua primeira investida ofensiva. Enquanto se intensificavam os bombardeios sobre Kosovo, a mídia ocidental investia na campanha de difamação por meio do enfoque nas imagens de fugitivos da região bombardeada, e na demonização de Slobodan Milosevic, líder do Partido Socialista da Sérvia e presidente da então República da Iugoslávia. O político era acusado por Bill Clinton (EUA) de genocídio de não sérvios na Bósnia, Croácia e Kosovo. Antes mesmo do estopim da crise, a OTAN procurava organizar uma forma de pôr em prática os planos anteriormente elaborados cujos objetivos consistiam em bombardear, incendiar e desmembrar de vez a Iugoslávia (LOSURDO, 2012).

O número de refugiados na Sérvia ultrapassou 700 mil pessoas, originados principalmente de Krajina, após a iniciativa dos dirigentes croatas de expulsar populações de suas terras – o apoio e o armamento dos militares da Croácia vinham do Ocidente. Tal fato foi ignorado pela mídia ocidental, na qual se fez e ainda se faz categórica a superioridade da potência de fogo midiática da OTAN. Além disso, essa influência sobre os meios de comunicação pôde ser notada quando outra tragédia foi anulada no Kosovo. Por meio do abandono da cobertura midiática da região mais devastada desse território e dos 70 mil fugitivos sérvios, a OTAN pode mais uma vez reafirmar a sua influência sobre a mídia ocidental; em contrapartida, a Sérvia seguiu sob bombardeios. Os fugitivos se tornavam reféns do quartel general da OTAN, que conduzia os conflitos sem garantir uma mínima assistência às vítimas indiretas dessa guerra. Isso

permite fazer um paralelo com o modo como a organização tem agido em relação à Ucrânia (LOSURDO, 2012). Nota-se, portanto, que a força do Ocidente se apresenta por meio de em uma força bélica capaz de impossibilitar ou abalar rigorosamente a vida da população civil e que, a partir de seu poder na mídia, pode manipular como o mundo encara as devastações por ele produzidas. Isso permite fazer um paralelo com o modo como a OTAN tem agido em relação à Ucrânia.

Em 2004, a OTAN se expandiu incorporando as ex-repúblicas soviéticas Estônia, Letônia e Lituânia e, posteriormente, mostrou a intenção de incorporar a Ucrânia. A força do Ocidente então seguiu incentivando golpes de estado em países alinhados a Moscou visando a uma troca de poder em tais localidades, o que possibilitaria governanças a seu favor. Nesse sentido, é perceptível que a política da OTAN, após o fim da URSS, objetiva formar um cerco à Rússia por meio do armamento dos países da Europa Oriental, formando um escudo de mísseis. Essa relação conflituosa se intensificou por volta de 2008 e 2009, quando a Geórgia e a Ucrânia sinalizaram a intenção de entrar na OTAN devido à pressão dos EUA. Golpes foram iniciados na Ucrânia, na Turquia e no Brasil com componentes muito parecidos, como denúncias de corrupção ao governo vigente (Rousseff no Brasil e Yanukovich na Ucrânia) e movimentação de partidos da extrema direita (fascistas). Tais manifestações políticas podem ser nomeadas Revoluções Coloridas de 2014 – o conceito de Revolução Colorida compreende manifestações políticas de oposição que envolvem a derrubada de governos, considerados anti-estadunidenses, e a sua substituição por governos pró-ocidentais ou pró-OTAN. No caso ucraniano, esse fenômeno contou com a intervenção de partidos da extrema direita e de forças nazistas para a desestabilização de governos não alinhados ao Ocidente. Houve, no Brasil, um movimento muito semelhante ao golpe dado pela direita ucraniana, por meio de uma guerra híbrida para a derrubada da presidente Dilma (BRASIL 247, 2022).

Figura 01: Avanço da OTAN para o leste.  
Fonte: Strategic Culture (2022).



Tanto o Brasil quanto a Rússia estão sob ataque das chamadas guerras híbridas, que misturam a revolução colorida à guerra não convencional (ESCOBAR, 2016). Uma revolução colorida é a primeira fase da guerra híbrida; essa última, para ser efetivada, requer estratégias e táticas para além de ações militares, como propaganda, difusão de fake news e ciberataques contra adversários políticos, o que se nomeia Guerra Híbrida. Ela tem como objetivo "perturbar projetos transnacionais multipolares através de conflitos de identidade provocados externamente (étnicos, religiosos, políticos, etc.) através de um alvejado Estado

transitório.” (ESCOBAR, 2016). Conforme cita a internacionalista Julia Ignacio ao referenciar o livro “Guerra Híbrida: das revoluções coloridas aos golpes”, escrito por Andrew Korybko, as Guerras Híbridas são caracterizadas como:

[...] conflitos identitários provocados por agentes externos, que exploram diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica por meio da transição gradual das revoluções coloridas para a guerra não convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio de enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime. (IGNACIO, 2022, p. 1).

Escobar ainda sinaliza que “o grupo Brics é um dos alvos primários da Guerra Híbrida. Entre algumas das razões citadas, encontram-se o impulso para o comércio em suas próprias moedas, ignorando o dólar norte-americano; a criação do banco de desenvolvimento do Brics; a declarada direção para uma integração da Eurásia, etc.” (ESCOBAR, 2016). Vale ressaltar que o agrupamento é a única contrapartida real de poder à hegemonia norte-americana, o que tornou os seus atores, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul potenciais alvos de estratégias de desestabilização e enfraquecimento. Contudo, Escobar destaca que:

Tudo foi jogado contra a Rússia – desde sanções até a completa demonização, desde um ataque à sua moeda até a uma guerra nos preços do petróleo, incluindo até mesmo tentativas (patéticas) de iniciar uma revolução colorida nas ruas de Moscou. Para um nó mais fraco do Brics, uma estratégia mais sutil teria de ser desenvolvida. O que nos leva à complexidade da Guerra Híbrida aplicada à atual desestabilização político-econômica do Brasil. Não é à toa que São Paulo se transformou no epicentro da Guerra Híbrida contra o Brasil. São Paulo, o mais rico estado brasileiro, também abriga a capital econômica e financeira da América Latina, trata-se do nó fundamental de uma interligada estrutura de poder nacional e internacional. O sistema financeiro global centrado em Wall Street – que governa praticamente todo o Ocidente – simplesmente não poderia permitir uma

soberania nacional em plena expressão de um grande ator regional como o Brasil. Então, em junho de 2013, Edward Snowden vazou essas práticas notórias de espionagem da NSA. No Brasil, a NSA estava toda sobre a Petrobrás. E, de repente, do nada, um juiz regional, Sergio Moro, com base em uma única fonte – um operador de câmbio no mercado negro – tinha acesso a um grande documento de despejo da Petrobrás. (ESCOBAR, 2016, p. 2).

Nesse raciocínio, “este foi o principal motivo da Guerra Híbrida contra o Brasil, revelando o *modus operandi* das revoluções coloridas – a luta contra a corrupção e em defesa da democracia.” (ESCOBAR, 2016). Ao retomar a análise para o contexto euroasiático, é fundamental citar que a Ucrânia, principalmente a sua porção leste, possui uma relação cultural, política e linguística muito próxima com a Rússia, além de uma parceria comercial e energética estratégica, relacionada ao fornecimento de gás natural. Um dos principais motivos do confronto existente na região é a divergência quanto às relações externas da Ucrânia: uma parte do país está alinhada à Rússia e a outra parte, ligada aos partidos de extrema-direita, quer a separação total entre os dois países, mesmo às custas da frágil unidade nacional ucraniana, com objetivo de transformar o governo em um adversário aberto da Rússia. O separatismo se manifesta com mais expressividade na porção do país próxima à Europa Central e recebe apoio dos EUA. Frente a tal divergência cultural e ao apoio às insurgências contra a governança, houve a queda do governo do presidente ucraniano Viktor Yanukovich, que manteve uma administração alinhada com a Rússia e recusou-se a assinar um pacto de aproximação com a União Europeia, algo bastante almejado pelo movimento extremista de direita. Com isso, iniciou-se uma gama de protestos por parte dos grupos de extrema-direita principalmente na Praça Maidan, localizada na capital ucraniana Kiev. Após alguns meses de tensão, estimou-se que em torno de cem mil pessoas participaram das manifestações que, então, ficaram conhecidas como Euromaidan, ou Primavera Ucraniana. Seu resultado foi a deposição de Yanukovich e, conseqüentemente, sua ida para a Rússia. (CRIVELENTE, 2013).

Em fevereiro de 2014, tropas locais pró-russas assumem a Crimeia em meio a tensões na região, fomentadas após o golpe de estado na Ucrânia que instaurou um novo governo politicamente distante da Rússia. Em seguida, o parlamento da

então declarada República Autônoma da Crimeia realizou um plebiscito que buscava compreender a preferência dos cidadãos acerca da possibilidade de sua incorporação formal ao território russo ou de sua retomada à Ucrânia. Ao final da apuração, 96,8% dos votos foram favoráveis à separação da península em relação ao território ucraniano e à reintegração à Federação Russa. É importante lembrar que, por volta de 1783, a Crimeia havia sido anexada pelo Império Russo e, posteriormente, tornou-se uma República Socialista Soviética Autônoma incluída na Rússia Soviética; portanto, foi parte da URSS. Em 1954, a Crimeia foi transferida para a República Socialista Soviética da Ucrânia, reforçando a parceria entre russos e ucranianos. Em 1991, tornou-se a República Autônoma da Crimeia, uma espécie de divisão regional dentro da Ucrânia, país que retomou sua independência após a dissolução da União Soviética. Alguns anos depois, em 1997, a base da Frota do Mar Negro da Rússia, localizada na península, foi dividida entre a Frota Russa do Mar Negro e as Forças Navais Ucranianas. As duas marinhas compartilhavam alguns dos portos e cais da cidade, importantes para a defesa e o acesso da Rússia ao Mar Negro. Entretanto, mesmo após a reunificação da Crimeia à Rússia, a Ucrânia reivindicou em 2014, sob apoio das forças ocidentais, seu 'direito' sobre a região.

Outro importante episódio da história da Ucrânia a ser lembrado é a invasão do exército nazista em porções do país ocorrida em 1941. Uma significativa parte da população optou por colaborar com os alemães durante 3 anos, enquanto a ocupação durou. Ao longo desses anos, essa cooperação se deu por meio da atuação na administração local; com isso, alguns ucranianos se tornaram parte da polícia nazista e outros, guardas em campos de concentração. Uma figura de destaque nesse nacionalismo colaboracionista ucraniano foi Stepan Bandera que, com um sentimento antissoviético, atuou de modo a facilitar o domínio alemão sobre a região. Os ucranianos que compactuavam com os nazistas objetivavam a independência da Ucrânia em relação à URSS (KERSFFELD, 2022).

Nos protestos que levaram à queda de Yanukovich em 2013, a figura de Stepan Bandera reapareceu juntamente ao seu sentimento antissoviético manifestado nos anos 1930 e 1940, uma vez que foram resgatados pela extrema-direita e usados como combustível pelos grupos que a compunham. Essa referência nazista fortaleceu o neonazismo na Ucrânia – durante os protestos na Praça Maidan, alguns manifestantes hasteavam faixas e cartazes com a imagem de Bandera, lembrando as

tentativas de alcançar a independência ucraniana perante Stalin aliando-se a Hitler, por meio da atuação conjunta da extrema-direita ucraniana e das forças nazistas.

Nesse sentido, quando a Rússia reconheceu a independência da Crimeia em 2014, foram desencadeadas rebeliões no leste ucraniano (como em Donetsk e Lugansk), lideradas por indivíduos que se reconheciam mais como russos que ucranianos e que resistiram ao golpe de 2013. Nesse período, algumas milícias de extrema-direita passaram a operar para reprimir rebeliões, e grupos como o Pravy Sektor e o Azov Battalion passaram a utilizar os cartazes de Bandera em suas idas à público (KERSFFELD, 2022). O cenário da aproximação de milícias de extrema-direita do poder também pôde ser observado em outros países do mundo, inclusive na América Latina, onde o extremismo de direita atingiu o Governo Federal.

A Rússia vem sofrendo sanções desde então, ligadas diretamente à atuação dos EUA para afastá-la da Europa, o que de fato atingiu a economia do país. O país obteve um crescimento econômico de apenas 0,8% após tal posicionamento político, sendo que a economia internacional cresceu em média 3% até antes da pandemia (ROUSSEFF, 2022). Porém, simultaneamente ao corte nas relações exteriores com o Ocidente, a Rússia procurou alternativas. Desde a guerra da Geórgia, por exemplo, o país se atenta para a necessidade de ser menos dependente do comércio internacional com países da OTAN e seus aliados. Cabe mencionar que a Rússia era uma grande importadora de alimentos processados, como os laticínios, e passou a incentivar a sua produção interna, na tentativa de superar a necessidade de importação. Nesse sentido, desde a crise na Crimeia, a temática da necessidade da independência econômica e comercial russa ganhou forte centralidade, o que levou o Banco Central da Rússia a desenvolver um sistema alternativo ao Swift (sigla em inglês para Sociedade de Telecomunicações Financeiras Mundial), um canal de comunicação global e de padronização das transações financeiras internacionais. Recentemente, por conta da guerra da Ucrânia, o país foi banido do Swift. Contudo, a ascensão econômica chinesa permitiu a diversificação das relações econômicas russas, havendo, portanto, uma aproximação entre o segundo maior país em termos militares e a segunda maior economia do mundo até então – respectivamente, Rússia e China.

Ao se analisar a relação entre Rússia e Europa, nota-se uma

interdependência, que implica um profundo impacto para ambos os lados em caso de um eventual rompimento. A Alemanha, sobretudo, é fortemente afetada quando se trata do fornecimento de energia ao seu território, visto que ela depende tanto de decisões russas quanto de decisões do bloco europeu. Desde o pós-guerra, o país adotava uma posição neutra em relação ao conflito entre Rússia e Ucrânia; porém, sob influência norte-americana, decidiu impor uma retaliação à Federação Russa por meio da suspensão da certificação do gasoduto Nord Stream 2, que se origina no oeste da Rússia e atinge o nordeste da Alemanha. É válido lembrar que essa infraestrutura de transporte do gás natural russo é fundamental para a transição energética enfrentada por países europeus (Alemanha incluída) após o Acordo de Paris – o processo consiste em ampliar as fontes renováveis de energia, na qual se incluiu o gás natural, para possibilitar o desuso das usinas nucleares e termelétricas. Com isso, a Alemanha foi forçada a buscar outras fontes de energia como, por exemplo, o gás GPL que é importado dos EUA por navios e, logo, muito mais oneroso. A evidente dependência europeia da importação de energia, sobretudo do petróleo e do gás, fez com que o continente viesse a liderar a luta mundial contra o uso do carvão e das fontes de energia fósseis (FIORI, 2022). Assim, a decisão recente da União Europeia de considerar o gás natural e a energia nuclear fontes de energias limpas é uma das consequências da crise energética:

Na verdade, a Europa está decidindo e está sendo coagida ao mesmo tempo a transformar o gás natural na sua principal fonte de energia limpa, e esta decisão deve se manter e prolongar durante todo o período da transição energética europeia, programada para alcançar a meta de emissão zero de carbono em 2050. E já agora o mais provável é que, mesmo depois de alcançada esta meta, o gás natural siga sendo a principal componente da matriz energética europeia até o final do século, sobretudo devido ao veto alemão ao uso da energia atômica. (FIORI, 2022).

O gás natural, assim como o petróleo, tem seus primeiros registros históricos de uso econômico no século XIX; entretanto, ele começou a ser utilizado de forma mais sistemática somente após a crise do petróleo nos anos 1960 e 1970. Atualmente, há cerca de um milhão de quilômetros de gasodutos ao redor do mundo e o gás natural já representa 24% do consumo mundial de energia primária, abaixo apenas do carvão, com 27%, e do

petróleo, com 34%. “Por isto, a nova centralidade energética do gás natural não deve se restringir à Europa, mas só a Europa tomou a decisão de privilegiar o gás na montagem de sua matriz energética, no presente e no futuro.” (FIORI, 2022). Tal decisão tomada pelo continente poderá produzir consequências geoeconômicas imediatas, já que um terço das reservas mundiais de gás natural se encontram nos territórios da Rússia e do Irã, que um quarto do gás utilizado na China é proveniente do Cazaquistão e que atualmente as exportações do gás russo são responsáveis por 40% do mercado europeu. Entretanto, faz-se necessário mencionar que o gás natural localizado na Rússia tem um concorrente direto e ameaçador: o gás natural liquefeito (GNL), também conhecido como shale gas norte-americano.

Essa geografia das reservas de gás natural se relaciona com a geopolítica contida em todas as disputas comerciais e territoriais associadas à distribuição mundial dessa fonte de energia. É importante lembrar que as “crises do gás” de 2006, 2009 e 2014 já estavam diretamente vinculadas às disputas entre Rússia, Estados Unidos e as forças da OTAN pelo controle militar do território da Ucrânia. Esse confronto também inclui países da Europa Central e prolonga-se desde o fim da Guerra Fria. Atualmente, ele se concentra na disputa de interesses e de territórios de influência entre Rússia e OTAN diante da possível inclusão da Ucrânia e da Geórgia no grupo de países membros da Organização Militar do Atlântico Norte, liderada pelos Estados Unidos (FIORI, 2022).



**Figura 02:** Kiev, Ucrânia. A Ucrânia está no meio da crise energética europeia. Fonte: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (2022).

Ao final da Guerra Fria, não houve a assinatura de um acordo de paz que definisse de forma explícita as regras da nova ordem mundial como ocorrido ao final das duas grandes Guerras Mundiais; porém, isso não impediu aproximações e articulações entre as nações. Embora não tenha havido a destruição do território soviético nem de seu exército, a OTAN promoveu a cooptação dos países do antigo Pacto de Varsóvia e sua desvinculação aos limites territoriais russos. Esse processo foi liderado pelos EUA ao longo de toda a década de 1990 e efetivado inicialmente na Letônia, Estônia e Lituânia, seguidos da Ucrânia, Bielorrússia, Balcãs, Cáucaso e países da Ásia Central. Posteriormente, a OTAN e os Estados Unidos da América participaram das Guerras da Bósnia, da Iugoslávia e do Kosovo, além de terem iniciado a instalação de armamento balístico em países da Europa Central que, gradualmente, foram incorporados à organização militar. A Rússia, e não apenas a URSS, perdeu em apenas uma década cerca de 5.000.000 de quilômetros quadrados do seu território imperial e cerca de 140 milhões de habitantes do seu território soviético. Desse modo, pode-se compreender que:

[...] o desaparecimento da União Soviética transformou a Rússia numa potência derrotada e humilhada que se colocou como objetivo central, sobretudo depois do ano 2001, reconquistar seu espaço perdido questionando o novo equilíbrio estratégico imposto pelos EUA e pela OTAN, através de sua expansão pura e simples na direção do leste e da fronteira ocidental da Rússia. A mesma fronteira que já havia sido atacada e invadida pelos Cavaleiros Teutônicos do Papa, no início do século XVIII; pelas tropas polonesas e católicas do Rei Sigismundo II, no início do século XVII; pelas tropas suecas e luteranas do Rei Carlos XII, no início do século XVIII; pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, no início do século XIX; e pelas tropas da Alemanha Nazista e de sua Operação Barbarossa, iniciada em 22 de junho de 1941, envolvendo 3,5 milhões de soldados, responsáveis pela morte de cerca de 20 milhões de russos, muitos deles trucidados pura e simplesmente, com vistas a apropriação dos recursos naturais da Ucrânia e do Cáucaso. (FIORI, 2022).

A Rússia colocou um ponto final em sua história de invasões e humilhações com a Guerra da Geórgia em 2008, quando o exército georgiano foi derrotado pelas forças de Moscou que ameaçaram

tomar a capital, Tbilisi. Isso interrompeu por alguns anos o desejo da OTAN de instalar bases na região do Cáucaso, onde se concentra boa parte das reservas energéticas da Rússia (FIORI, 2022). Sob esse mesmo contexto, depreende-se a disputa em torno da Ucrânia, considerando a atual crise energética europeia que perpassa por um momento no qual a oferta europeia do gás liquefeito norte-americano é afetada pelo aumento da demanda interna do mercado americano e pela concorrência com os mercados asiáticos. Somada a esses impasses, há a discussão surgida, primeiramente em torno da construção e agora em torno da liberação, do Gasoduto do Báltico, o Nord Stream 2, construído entre Vyborg, na Rússia, e Greifswald, na Alemanha. Com capacidade imediata de entregar aos alemães e aos europeus mais 55 milhões de metros cúbicos anuais de gás natural russo, ele se tornou uma questão diplomática e bélica em fevereiro de 2022.

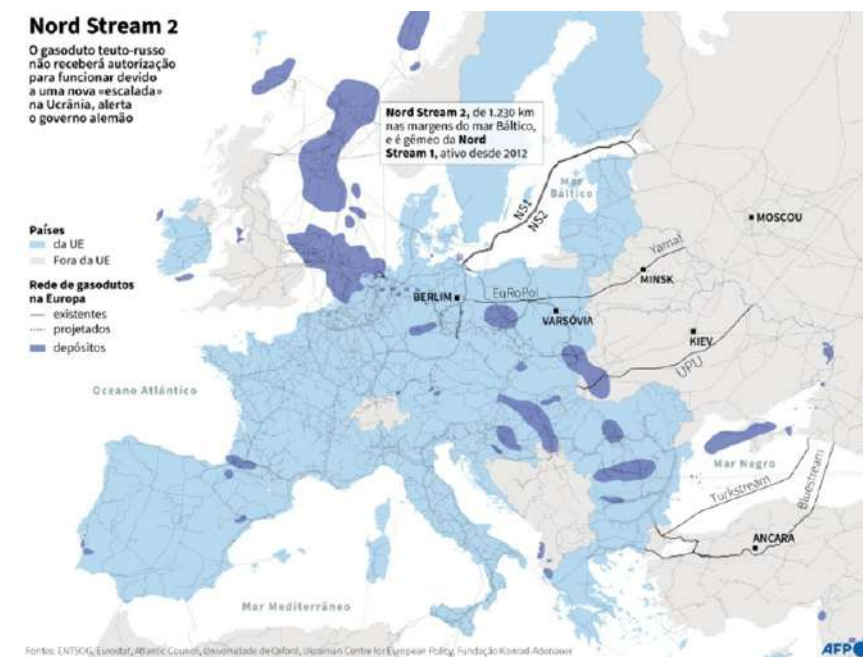


Figura 03: Rota dos gasodutos na Europa e Ásia. Fonte: IstoÉ (2022).

Diante da discussão pautada, é válido analisar a situação econômica russa. Em 2014, a Rússia tinha em torno de 200 milhões de moedas em reserva, sua maioria em dólar. Hoje, tem 620 milhões com expectativa de se enriquecer e crescer aceleradamente, principalmente a partir do aumento do preço do petróleo, uma vez que a exportação do produto é uma forma

de renda extremamente lucrativa para o país. De acordo com o jornal internacional inglês Financial Times, a Rússia está reestruturando a composição de suas reservas cambiais, que agora se organiza do seguinte modo: 16,4% em dólar, 36% em euro, 21,7% em ouro, e 13,1% no yuan, moeda chinesa que tende a ter maior participação na reservas russas. A dívida do governo, por sua vez, está em queda: ela corresponde a 20% do PIB e pode chegar a 18,5% em 2023. Além disso, a propriedade estrangeira de títulos do governo caiu para 20%. Por fim, a dívida corporativa das empresas russas para credores internacionais sofreu um significativo decréscimo, sendo reduzida de 150 bilhões para 80 bilhões. O atual presidente russo, Vladimir Putin, tem fortes intenções de promover mudanças econômico-comerciais no país, a começar pela substituição das relações de importações e pela reconstrução da relação financeira, de crédito e monetária, de modo a estreitar as relações com os países emergentes, principalmente os países do BRICS (ROUSSEFF, 2022). Conforme citado anteriormente, a Rússia foi excluída do Swift como forma de sanção à sua investida na Ucrânia, o que reafirma a tensão econômica entre o país e o Ocidente.

Tirar um país com a importância da Rússia do sistema de pagamentos de internacional, o Swift, tem um impacto imenso. Por exemplo, somente a Rússia poderia resolver os problemas de demanda energética imediata da Europa. Não se coloca um país como a Rússia fora do sistema internacional impunemente. Uma coisa é Cuba e Coreia Popular. A Rússia terá de operar com o Euro, fortalecendo a posição desta moeda. Por outro lado, poderá especular no mercado de ouro – e, o mais importante, do ponto de vista estratégico, consolidar a União Eurásiana tendo o yuan como moeda oficial do bloco. Isso coloca a posição chinesa em outro patamar. Único país com capacidade de entregar milhares de obras simultaneamente em qualquer lugar do mundo, a China terá um laboratório de integração física e financeira para chamar de sua. O papel dos EUA continuará a ser o de polícia do mundo, defensor de uma ordem que desapareceu. Será como o imperador grego que deu origem ao termo “apostasia” por querer fazer a Grécia negar os valores cristãos. O mundo está interessante. (JABBOUR, 2022).

Apesar da imagem de Putin ser “demonizada” pela imprensa

ocidental, a proposta da Rússia é muito clara. O país reitera três pedidos desde 1999: o congelamento oficial da ampliação da OTAN a leste, a retirada das tropas ocidentais dos países da Europa Oriental e a retirada das armas nucleares americanas implantadas na Europa. Hoje, vê-se uma situação diferente do que se viu na Guerra Fria: há uma grande relação de interdependência entre os países do mundo em relação a todos os demais. “É importante destacar que concentrar as relações político-econômicas somente com a China não seria suficiente para a Rússia. A solução precisa ser multilateral e respeitar os acordos anteriormente feitos na origem da OTAN. Isso é fundamental para qualquer proposta de paz” (ROUSSEFF, 2022). Dilma também pontuou que não há nada a ser resolvido militarmente nesse confronto da Rússia com a Ucrânia, porque a Ucrânia não faz parte da OTAN. Logo, a organização não deveria intervir, ou seja, não deveria haver nenhuma invasão, tampouco retaliação. A solução tem que ser diplomática e, para encontrar essa solução, todos os lados devem estar cientes dos reais problemas.

### Considerações finais: possíveis desdobramentos para o mundo multipolar

Rousseff (2022) também mencionou que a Rússia quer negociar diretamente com os EUA e não com os europeus, porque entende que as decisões dos europeus são subordinadas ao posicionamento geopolítico estadunidense principalmente na Ucrânia. A Rússia entende que seria ouvida de fato sob uma intervenção militar em solo ucraniano, situação que fortaleceria o posicionamento russo na mesa de negociações. Nesse momento, a negociação deve partir das potências ocidentais (EUA e União Europeia), mesmo assumindo um recuo da OTAN (ROUSSEFF, 2022).

Não é de hoje que os Estados Unidos da América rompem tratados visando a influenciar países emergentes a aderirem à estratégia americana de desconstrução dos velhos parâmetros ideológicos e morais e de questionamento das antigas alianças e lealdades. O resultado disso é a fragmentação de territórios acompanhada da multiplicação de seus conflitos locais. Os EUA estimulam veementemente as divisões internas de cada país e de cada região, fato que deve alcançar um nível gravíssimo e incontrolável na Europa e Ásia. Essa guerra contínua e fragmentada alimenta

e realimenta uma corrida tecnológica e armamentista sem precedentes entre os três grandes e produtores e fornecedores de armas dessa nova ordem: EUA, Rússia e China (FIORI, 2018).

Cabe aqui mencionar a fala feita pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari: “[...] o fascismo é tanto mais perigoso por seus microfascismos, e as segmentações finas são tão nocivas quanto os segmentos mais endurecidos.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 93). Depreende-se, a partir dessa citação, que os movimentos nacionalistas como grupos neonazistas (como o caso dos grupos neonazistas na Ucrânia, citados anteriormente) que provocam fragmentação e multiplicação de conflitos, que constantemente aparecem e reaparecem no resto do globo, são tão nefastos quanto o próprio nazismo.

De acordo com José Luís Fiori, professor de economia política internacional da UFRJ, “[...] o novo eixo da geopolítica mundial deve envolver cada vez mais três Estados ‘continentais’ – os Estados Unidos, a Rússia e a China – que detêm, em conjunto, cerca de um quarto da superfície territorial do mundo e mais de um terço da população global” (FIORI, 2018). Ainda segundo o autor:

Por analogia, muitos analistas falam de uma nova Guerra Fria, ou de uma Terceira Guerra Mundial, quando se referem a este estado de guerra intermitente e contínuo do século XXI. O importante, entretanto, é compreender que o fenômeno da guerra adquiriu novo significado e nova duração dentro do sistema internacional, e dentro da estratégia de poder global dos EUA. Em grande medida, graças à própria necessidade endógena de reprodução e expansão contínua do ‘império militar’ americano, que foi construído durante a segunda metade do século XX, mas que se expandiu significativamente depois do fim da Guerra Fria. (FIORI, 2018, p. 16).

Por fim, acredita-se que por trás de todas as retaliações contra a Rússia, existe uma preocupação enorme quanto ao papel de dominância exercido pelo dólar no sistema financeiro mundial, que pode ser ameaçado com a ascensão e o protagonismo econômico de outras potências que não os EUA.

## Notas

1: Para saber mais sobre a guerra da Iugoslávia a partir de uma visão menos ocidental, consulte: LOSURDO, Domenico. Belgrado como Stalingrado. O imperialismo estadunidense e o desmembramento da Iugoslávia. In: DE MORAES, João Quartim; MARCOS, D. E. L. DOSSIÊ IUGOSLÁVIA. Revista Novos Rumos, n. 31, 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/losurdo/1999/04/05.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

## Referências

CRIVELENTE, Moara. Manifestantes ucranianos opõem-se à desistência de acordo com UE. Vermelho: A esquerda bem informada. 03 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2013/12/03/manifestantes-ucranianos-opoem-se-a-desistencia-de-acordo-com-ue/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

CUPOLILLO, Fernanda. Pesquisador da UFF esclarece as motivações históricas da guerra entre Rússia e Ucrânia. Universidade Federal Fluminense, 24/02/2022. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/24-02-2022/pesquisador-da-uff-esclarece-motivacoes-historicas-da-guerra-entre-russia-e>. Acesso em: 28 fev. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1996. 110 p. Disponível em: <https://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/12/deleuze-gilles-guattari-felix-mil-platos-vol-03.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

ESCOBAR, Pepe. Brasil e Rússia estão sob ataque da “Guerra Híbrida”. Vermelho: A esquerda bem informada. 29 de março de 2016. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/03/29/pepe-escobar-brasil-e-russia-estao-sob-ataque-da-guerra-hibrida/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FERNANDES, Luís. A Revolução Bipolar. A gênese e derrocada do socialismo soviético. Editora Anita Garibaldi, 2017.

FIORI, José Luís. Geopolítica internacional: a nova estratégia imperial dos Estados Unidos. Saúde em Debate, v. 42, p. 67-77, 2018.

FIORI, José Luís. A crise energética, a escolha europeia e a reviravolta russa. Sul21, Porto Alegre, 17 janeiro de. 2022. Disponível em: <https://ineep.org.br/a-crise-energetica-a-escolha-europeia-e-a-reviravolta-russa/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

IGNACIO, Julia. Guerras Híbridas: saiba tudo sobre este conceito! Politize. Publicado em 22 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/guerras-hibridas/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

JABBOUR, Elias. A Rússia fora do Swift, por Elias Jabbour. Vermelho: A esquerda bem informada. 27 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2022/02/27/a-russia-fora-do-swift-por-elias-jabbour/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

KERSFFELD, Daniel. Por que Putin fala em desnazificar a Ucrânia. Vermelho: A esquerda bem informada. 25 de fevereiro de 2022. . Disponível em: <https://vermelho.org.br/2022/02/25/por-que-putin-fala-em-desnazificar-a-ucrania/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

LOSURDO, Domenico. Belgrado como Stalingrado. O imperialismo estadunidense e o desmembramento da Iugoslávia. In. DE MORAES, João Quartim; MARCOS, D. E. L. DOSSIÊ IUGOSLÁVIA. Revista Novos Rumos, n. 31, 2012. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/losurdo/1999/04/05.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MONTEIRO, Adalberto. Uma leitura panorâmica da URSS. In BERTOLINO, Osvaldo; MONTEIRO, Adalberto. 100 Anos de Revolução Russa: Legados e Lições. São Paulo: Fundação Maurício Graboys, 2017. (1ed)

MORAES, João Quartim de. O mito do fracasso econômico da URSS. Revista Crítica Marxista, Campinas, n. 40, p. 133-139, 2015.

ROUSSEFF, Dilma. Dilma: golpe de estado na Ucrânia e expansão da OTAN explicam a guerra. Entrevista concedida a Leonardo Attuch. TV 247. Transmitido ao vivo em 26 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-5JoEVOLRh8>. Acesso em: 27 fev. 2022.

**\*Lara Figueiredo Peres Pessl** é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pós Graduação Lato Sensu pela Universidade Cândido Mendes em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano e Ambiental. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PACPS)/UFMG. e-mail: larapessl@gmail.com

**\*Carlos Rafael Varnier Balarini** é Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atualmente é Arquiteto na Dubal Arquitetura e Design (DAD) em Belo Horizonte - MG. Responsável principalmente por Projetos de Arquitetura Residencial, incluindo reforma de interiores, além de projeto comercial e corporativo. Experiência com Modelagem de Informação da Construção (BIM) desde as fases iniciais à execução final. e-mail: carlosrvbalarini@gmail.com

## SYMBOLIC CAPITAL: BOURDIEU CRITIQUED FROM A MARXIST-LACANIAN PERSPECTIVE<sup>1</sup>

Beatriz Alencar d'Araujo Couto\*

### Abstract

*Intellectual work has increased its participation and multiplied its forms within the capitalist productive sphere in a manner deserving a more differentiated examination designed to extend and enhance Marx's nineteenth century notion of complex labor. From their different perspectives, philosophy, the history of science, psychoanalysis, sociology, political economy, and anthropology have all addressed the development of intellectual work throughout the twentieth and twenty-first centuries in a manner that is of relevance here. However, the conceptual boundaries between these fields have produced hitherto unaddressed lacunae, contradictions and ambiguities which require redress. The ample restructuring of intellectual work organization since the 2<sup>nd</sup> World War has resulted in the hegemony of its collectivized form at the behest of the intellectual entrepreneur. Nonetheless, the classical intellectual, working autonomously, remains an ideological and uncritiqued assumption in most studies. Addressing the current division of intellectual work, promoted by the capitalist relations of intellectual production, is a precondition for any discussion of administrative politics in today's intellectual bureaucracies engaged in Research, Development, and Innovation (RD&I). A further objective is to interrogate Bourdieu's widely accepted notion of symbolic capital by examining the conceptual roots of both capital and the symbolic from a Marxist-Lacanian perspective. It will be demonstrated that Bourdieu's political compromises with current capitalist work organization underline the inconsistencies of his notions. Finally, new conceptualization compatible with Marx and Lacan will be proposed in order to further advance the discussion on collectivized intellectual work in its contemporary mature capitalist form.*

**Keywords:** Intellectual entrepreneur. Symbolic capital. Social relations of intellectual production. Collectivized intellectual work. Symbolic surplus value.



## Introduction

Traditional understanding has viewed the classical intellectual as autonomous and responsible for conception and development, as well as responding, on a named basis, to the (de)legitimation of the results obtained. Moreover, collectivized intellectual work is here understood as being characterized by the division between conception and development, parceling of tasks, adoption of simultaneous research lines which instruct each other in real time in order to achieve a common externally defined or imposed goal, in house critique and the expropriation, by the intellectual entrepreneur, of symbolic gratification. The latter is conceptualized as the return on intellectual work that is expropriated as symbolic surplus value in this capitalist collectivized form of organization within serial and heterogeneous bureaucracies<sup>2</sup>. Finally, it is assumed that intellectual work is materialized by and through discourse and thus pertains to the Symbolic register as conceptualized by Lacan (1975, 1977). The goal here is to develop a theory of intellectual work that is suitable for capturing the impact of capital as related to complex labor since Marx's era. As such, the following procedures will be adopted: a critical analysis of each of the notions – capital and symbolic – as they are used by Bourdieu and related terminology as well as their reworking, taking Marx's and Lacan's conceptions as a theoretical reference (COUTO, 2012, 1999).

Sociological notions inspired by economic categories have long been used for analysis of intellectual fields by authors of various political, disciplinary, and epistemological affiliations. These include Weber's (1982) 1909 conference paper "*Science as a vocation*"; Latour and Woolgar (1997) with their ground-breaking anthropological method; and Lyotard (1979), the most consequential but also fatalistic political analyst. Bourdieu's notion of symbolic capital is especially important amongst these contributions due to its theoretical ambitions and lasting repercussions. In broad terms, such authors either work on the assumption of the classical intellectual (Weber and Bourdieu), examine the research laboratory (Latour and Woolgar) or even politicize and theorize the intellectual group (Lyotard).

Bourdieu dedicated much of his studies to what he called symbolic capital and the intellectual field, formulations which have greatly influenced thinking within the social sciences and humanities. The use of notions loosely associated with economic categories is the hallmark of his position, therefore this paper will focus on reconceptualizing Bourdieu's pivotal but flawed notion of symbolic capital.

A requirement for understanding the new dynamics of intellectual production derives from the induced collectivization of intellectual work under capitalism. Such a procedure allows a critique of the mythical autonomous classical intellectual that persists as an ideology, in contrast to the collectivization process that has emerged as the specific capitalist mode of production.

The author of *Homo Academicus* has been widely accepted in the thinking of sociologist and educationalist scholars of the left. Despite his declared distancing from Marx, his lavish use of metaphors associated with Marxist discourse were never duly (re)conceptualized, a point corroborated in his self-acknowledged lack of theoretical rigor (BOURDIEU, 1983, p.46).

Nonetheless, without stating nor addressing the problems he might have encountered while developing his analytical framework, he maintains his chosen path.

Lacan's definition of the symbolic register is postulated as the necessary theoretical move for interrogating Bourdieu's notions, as well as a prerequisite to articulating the symbolic from a materialistic perspective. In contrast to Bourdieu's style of theorization, it is contended that any definition of capital should not be merely metaphorical, thus making it possible to avoid Bourdieu's erroneous positioning of his ideas within the Imaginary register. It also returns the discussion to the Symbolic register – as exemplified in Marx's synthetic formula  $M-C-M'$  – and equations characteristic of the scientific endeavor.

It's important to differentiate our perspective from the tradition that Horkheimer and Adorno (1990) initiated. Based on Marxism and psychoanalysis, they coined the concept of the culture industry, through which they studied the capitalist production

and reproduction of art, noting its degrading impacts and associated alienation of the masses. One may add that, in relation to the Frankfurt School, the abstraction of the concrete intellectual work form of production – a position which also characterizes classical epistemology – was neglected. They did not focus on the insidious imposed changes occurring in the social relations of intellectual production within the culture industry – present whenever capital colonizes any field – the question to be addressed here in its contemporary, collectivized hegemonic form. Taking Marx’s insight as a homological point of departure, it is possible to analyze what happens when both the intellectual entrepreneur and the owner of the intellectual capacity of work enter “the abode of production, on whose threshold there stares us in the face ‘No admittance except on business’” (MARX, 1967: p.176).

Marx characterized science as an economic force under capitalism. Producing his opus at a time when classical intellectual work was hegemonic, the historic era gave him the opportunity to formulate the complex labor category designed to deal with the technical specialists working on the plant floor, treat it as potentialized average social labor and enabled him to perceptively establish his theory of value. However, one should reiterate that, since then, the social relations of intellectual production have changed dramatically (COUTO, 2012; 1999; 1997). Nonetheless, one can go back into Marx’s formulations to understand the impact of the developments observed within the organization of scientific work – the ever more powerful force of production – since it has been turned into collectivized units of production and innovation on capitalist demand<sup>3</sup>. In other words, we witness the reversion of the autonomous intellectual work, characteristic of (pre) modernity, and its transformation into the contemporary regime based on large bureaucratic RD&I units of production of which the most striking is information technology.

This process has required the revolutionizing of the previous organization of the intellectual field. The mere presence of an extended literature that has currently focused on the theme may be understood as a sufficient indicator of the changes being imposed on the everyday work of intellectuals (LYOTARD,

1979; LATOUR & WOOLGAR, 1997; WEBER, 1982; DOMINELLI & HOOGLVELT, 1996; BURAWOY, 2010).

Conceptually, intellectual work is of the Symbolic register and whose nature is materialized by means of discourse. The use of the term symbolic during the twentieth century, specifically in France, has an importance that should be reconsidered for its innovation and impact at the time. Bachelard (1971, 1996) was, among others, the epistemologist who used it throughout his studies without explicitly formalizing its conceptualization. It must be emphasized that, in the same tentative way, he also uses notions that would later be developed by Lacan, namely, the imaginary and the real.

Levy-Strauss (1975), notable for his use of the symbolic as a category when analyzing social groups, proffered theorization, grounding the foundation of society through the articulation of Saussure’s signifying chain to human law, the latter being rooted in the prohibition of incest, postulated to be characteristic of all human groups. Lacan subsequently developed the indissociable triad the Real, the Symbolic and the Imaginary that formalizes the structure of the subject. Introduced in 1936, it was to be a theory developed throughout his studies and regularly revisited.

It is important to note, before further considerations, that Marx himself, based on his own philosophical grounding, had a clear and precise notion of what later came to be conceptualized as the Imaginary. When discussing the relative form of the value of commodities, he states this very precise distinction in this fragment of the main text, followed by a footnote explaining its philosophical grounding:

“(…) the bodily form of commodity B becomes the value-form of commodity A, or the body of the commodity B acts as a *mirror* to the value of commodity A.

In a sort of way, *it is with man as with commodities*. Since he comes into the world neither with a looking glass in his hand, nor as a Fichtian philosopher, to whom ‘I am I’ is sufficient, *man first sees and recognizes himself in other men*.

Peter only establishes his own identity as a man by first comparing himself with Paul as being of like kind. And thereby Paul, just as he stands in his Pauline personality, becomes to Peter the type of the genus homo” (MARX, 1949, p. 52; emphasis added).

This understanding is also restated elsewhere throughout the text. It is clear that Marx recognized what later became conceptualized as the Imaginary as a stage constitutive of the structure of the subject (*man first sees and recognizes himself in another man*), but also that commodity itself functions in this register (*it is with man as with commodities*) establishing a relationship that he best understood as a metaphor of the mirror relating Peter to Paul, commodity A to commodity B. It would thus be surprising if the structure of the subject and of capitalism did not impact on intellectual work organization.<sup>4</sup>

Suffice to say here that Marx’s understanding is perfectly compatible with what Lacan came to conceptualize as the Imaginary. As such, the market for the intellectual capacity of work is neither an addition nor incongruous with Marx’s very understanding of the Imaginary at play as observed in both men and commodities. It also means that by adopting Lacan’s concept nothing will be read into Marx’s theory that he did not put there himself, either in his conceptualization of man or of the workings of the commodity market. Both commodity and human nature are central to the study of intellectual work under capitalism. Needless to say that the effects of the commodification of intellectual labor have become widely recognized though not sufficiently theorized since the Frankfurt School.

In addition to these currents of thought one should remember that Bourdieu’s Homo Academicus and his notion of the scientific field received the accolades bestowed on great intellectuals. Lash (1990), although criticizing parts of his work, considers Bourdieu the most influential sociologist of our times (1999). One should not forget that the Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS) honored him with a gold medal.

Miceli (1999), for his part, emphasizes the school that developed around him. Burawoy (2010) notes Bourdieu’s impact on younger generations and, although keeping a distance due to his Marxist affiliation, tries to state clearly the paradoxes he identifies in Bourdieu’s conceptualization vis-à-vis Marxism, nonetheless maintaining the discussion open between both traditions. Verdès-Leroux (1998) develops the theme further, providing a more direct critique of Bourdieu’s practice. In short, both for his followers and detractors, Bourdieu came to demarcate the parameters of the general discussion.

Two levels of analysis are to be considered: the empirical problems that Bourdieu selects, related as they should be to his theoretical proposals, and the theory itself he develops.

### Bourdieu and symbolic capital

It is clear, based on Marx, the difficulties that accrue from Bourdieu’s conception of capital. He does not define it as control and exploitation of the social relations of production but as funds which he treats as intellectual assets or resources, a position that ironically places him politically and theoretically on the side of (neo)classical economics. He also makes scattered references to psychoanalysis when analyzing scholars, a point to be recovered in this critique. This is essential in order to identify the epistemological obstacle in his work – the domination present in intellectual collectivized work starting in the late nineteenth century – as central to the understanding of the relationship between the author and his/her production in the social sciences.

The notion of the scientific field is a sophisticated methodological proposition intended to avoid that one produces the sociology of one’s own adversaries. His method can be described as an arrangement of mirrors intended to reflect relationships within and between fields. Portraying the struggle for legitimate symbolic domination, he identifies the opposed conservative and revolutionary poles as well as the external relationship between the political, social and economic fields. He states clearly that the consistency of any analysis should be made homologous to

the economic, although avoiding any reductionism by taking into consideration the specific values of each. An initial examination of Bourdieu's work reveals that he uses, in his effort to establish the logic of the struggle for academic legitimation, a substantial number of notions derived from economics and politics, Freud's psychoanalysis, and Weber's sociology of religion.

For their part, Latour and Woolgar (1997), the initiators of participant observation within the academic field, accept, as stated by the anthropological method, the vernacular economic terminology as adopted by the researchers they investigated. At least some of these terms are used by intellectuals themselves on the laboratory floor, in their commonsense appropriation.

This research method raises a number of questions that should be examined. One may note that the vernacular, metaphorical usage must be understood as a compelling indicator that acknowledges the social and economic forces that constrain the professional lives under observation, above and beyond their required expertise and technical apparatus, especially when working in a field in which such concepts are not the object of explicit theorization. Nonetheless, since there is an extensive unavoidable empirical ground uniting observers and observed, it is here understood that maintaining the field observation intact, as they should, is no excuse for not submitting the specific usage of such terms to rigorous additional separate theoretical scrutiny, especially considering they added economic terminology to that in use. The effects of capitalism on the social relations of production are so downplayed as to be deemed irrelevant to any understanding of the workings of a laboratory that requires vast funds and produces knowledge essential for multinational enterprises.

This explicit omission comes with a price. The authors decide to dismiss or explain away observations forwarded by the observed themselves regarding internal disputes. Nonetheless, conflicts in the workplace are widely recognized whenever capitalistic relations of production are instituted. One is left with the abiding impression that this choice could be indicative of the authors' own ideological constraints, a point that should and will be the object of further consideration. Additionally, the proximity of the

vernacular usage to some of Bourdieu's theoretical terminology required Latour and Woolgar also to state their unaddressed distancing from his work.

Bourdieu (1996) keenly emphasizes the importance and persistence of the relationship between the economic and intellectual fields, noting Flaubert's use of economic metaphors within nineteenth century French literature. Similarly, in the twentieth century the term industry was adopted by the media, preceding Adorno and Horkheimer's (1990) conceptualization of the culture industry. Such approaches, once again, contrast starkly with Latour and Woolgar's selective dismissal of their subjects' discourse.

However, Bourdieu intends not to just appropriate the vernacular usage occurring on the laboratory floor, but to develop a theory of the fields of which economics would be but a subclassification. The examination of his production is a required step in order to develop an adequate theory of collectivized intellectual work, a question he gets close to without dealing with its most disturbing outcomes. This will help us emphasize what obstructs him in considering the problems that confront contemporary cultural production. Nonetheless, he understands correctly some of its consequences when he clearly states the loss of autonomy of intellectual labor vis-à-vis the financing and disseminating institutions, associating it to the loss of critical power, one of the stated achievements of the intellectual fields in modernity (BOURDIEU, 1996). This intended criticism may be stated without questioning the self-imposed framing of his own work.

Bourdieu placed his object of study in the everyday life of intellectuals. As such, he distanced his theorization from the idealized world of the love of truth assumed in the philosophy of knowledge, focusing specifically on the sociology of the struggles for recognition amongst participants in a particular field. He identifies in the logic of autonomy of the production of symbolic goods the process that progressively imposed distance between the intellectual and the religious and political fields. These latter two are understood as historically prone to legislating the cultural sphere. The resistance of intellectuals to such external interference has carved out the way for them

to consider their own traditions as being a sufficient validating reference (BOURDIEU, 1982).

Addressing directly the scientific field, Bourdieu (1976: 89) defines it as the place of struggle for the monopoly of scientific authority, which includes inseparably technical capacity and social power:

Le champ scientifique comme système des relations objectives entre les positions acquises (dans les luttes antérieures) et le lieu (c'est-à-dire l'espace de jeu) d'une lutte de concurrence qui a pour enjeu spécifique le monopole de l'autorité scientifique inséparablement défini comme capacité technique et comme pouvoir social, ou si l'on préfère, le monopole de la compétence scientifique, entendue au sens de capacité de parler et d'agir légitimement (c'est-à-dire de manière autorisée et avec autorité) en matière de science, qui est socialement reconnue à un agent déterminé (emphasis in the original).

As for the relative position of each participant in the field, he states that it does not derive from the pure and perfect competition of ideas presumed by epistemology. Legitimate positions will seem impartial (uninterested) by reference to interests produced and required in other fields. He observes that distinguishing social power, represented by emblems and symbols of knowledge, from technical capacity means that one is caught by the trappings that legitimate competence which are presented as purely technical.

En fait, "l'appareil auguste" dont sont entourés ceux que l'on appelait les 'capacités' au siècle dernier et aujourd'hui les 'compétences', robes rouges et hermine, soutane et bonnets carrés des magistrats et des docteurs, titres scolaires et distinctions scientifiques

des chercheurs aujourd'hui, toute cette 'montre si authentique', comme disait Pascal, toute cette fiction sociale qui n'a rien de fictif socialement, modifie la perception sociale de la capacité proprement technique. C'est ainsi que les jugements sur les capacités scientifiques d'un étudiant ou d'un chercheur sont toujours contaminés, à tous les niveaux du cursus, par la connaissance de la position qu'il occupe dans les hiérarchies instituées (celle des grandes écoles en France ou celle des universités par exemple aux USA). (BOURDIEU, 1976 :89; emphasis in the original).

He further states that the logic of importance and interest in work for its author depends, not only depends on subjective implication, but mainly on a previous evaluation made of the chances to be recognized as important and interesting for others. For Bourdieu, scientific authority includes legitimation, recognition, and the struggle amongst intellectuals for the definition of legitimized production, which includes more than actual produced knowledge.

In order to develop his theme, Bourdieu created a vast terminology associated to his notion of symbolic capital such as academic capital, prestige capital, initial capital, social and conceptual capital, methodological or technical capital and distinction capital. But he also refers to distinction and *habitus*; or symbolic market, symbolic investment, the intellectual reserve army, absolute, scientific or symbolic profit, symbolic gratification, symbolic attack, symbolic policy, and counting. One should consider addressing a few of these notions and his working style in order to better understand such an approach.

## The amalgamation of the production and reproduction spheres

Bourdieu clearly states that he does not deal with theoretical work, but with scientific work that mobilizes theory as demanded

by empirical analysis. One such case could be the intellectual's interest in valorizing cultural as opposed to economic capital, which is an empirical observation stated as if it were a concept (BOURDIEU, 1983).

The author's basic hypothesis of the constitution of the fields postulates the homology amongst equipotent structural positions and shapes notions that seem to be suggested by empirical issues (problems were posed before he had any consciousness of them). He accepts that theoretical problems remain open and should be used to ask new questions related to empirical issues (for example, when he speculates about the conversion rates between his proposed types of capital). Concepts emerge entwined with empirical matters as instruments in use, a posture he adopts consciously in order to avoid what he considers an undue abstraction of pure theory (BOURDIEU, 1983b).

When deciding to be explicit about social capital (1983a), which is the umbrella notion for all others, he states that such a construction requires the understanding of the logic of its accumulation, transmission and reproduction, together with its transformation into economic capital. We can readily accept these premises, but not when he establishes the family – the classical reproduction institution – as the place for such accumulation. Taking his empirical evidence from the social columns of Figaro, Vogue or Jours de France, he attributes to commonsense an understanding of the behavior of the leisured class as being mere everyday social relations. However, such behavior is viewed by Bourdieu as a particular form of social work that assumes expenditure of time, money, and of a specific competence that tends to assure simple or expanded reproduction of social capital. The family, the typical reproduction sphere, is now treated as the lieu of social capital accumulation homologous to the entrepreneurial sphere. For Bourdieu, mundane social relations are truly acts of capital valorization as in productive consumption. This understanding has many consequences.

A theme of vast importance in his work is the notion that forms of capital are embodied in the social qualities of individuals which

one finds under a variety of terminology, such as the capital of renown, embodied cultural capital, or ". Here he demonstrates his penchant for notional displacement, approximating the capital of renown with that of popularity, meaning that being known and recognized, having a name, or some specific qualification are the conditions necessary for acquiring and maintaining a reputation, a statement imbued with triviality For Bourdieu (1989), this type of capital is frequently the product of the reconversion of the capital of notoriety, obtained in other fields or liberal professions that allow some sort of free time and presuppose cultural capital, as in the case of lawyers.

If before there was an inflated theoretical notion associated to some form of social relations – although reverting back to the reproduction sphere – here capital becomes an individual, it is embodied. This idea has been produced by an author who criticizes Marxism as being an analysis of essences rather than relations. Here one sees a relationship becoming substance which is the essence of fetishes in capitalist production. On this point, one may observe the deepening of the process of fetishism and he seemingly conceptualizes the mystification produced by capital. Or, in other words, *he represses the relations that connect any capitalist to the exploitation of human labor*. This observation was also made by Buravoy (2010), although he refers to exploitation as manifest in the difference of status between academic departments, a solution that has no relation to Marx's concept of worker exploitation within production units as yielding surplus value.

There are vast implications from Bourdieu's treatment of culture and individual knowledge as capital. He understands that to study is to accumulate schooling capital, a type of cultural capital. Academic titles are also considered cultural capital. Intelligence and good will in school also represent a form of capital. The working class is excluded, not just from the property of the means of production, but also from the symbolic appropriation of the machines they serve, and thus lack the cultural capital objectified in techno-scientific objects (BOURDIEU, 1982a).

It seems obvious to correlate performance in school to class condition, which tends to favor those with higher economic resources and also to treat it as an especially perverted byproduct of social reproduction in the capitalist mode of production. Yet, to deduct that intelligence and good will in school is only a particular form of capital is to reduce the individual to a mere *tabula rasa* that can only reproduce what is already inlaid in class relations and to virtually eliminate any chance of superseding the division of classes. Not only does this position bring ideological problems, it also raises serious scientific flaws in the argument.

To institute the possibility of taking the concept of capital into the sphere of reproduction in the form of the capital of schooling means to renounce what Marx understood as complex labor. Such a move would require that the knowledge of the engineer/employee, acting on the floor of the plant, be considered as capital. This is problematic as it confounds that which was originally accumulated as schooling capital (assets) and thus expected profit, with working capacity and the ensuing salary. Expected profit becomes transmuted into salary – a mystification Bourdieu promotes.

Moreover, it reifies the concept of capital. The social relations of production become flesh. Bourdieu postulates that cultural capital in its fundamental state is connected to the body and presupposes its incorporation. This incorporation takes time and requires personal investment: as a metaphor the process is associated with getting a tan. He insists that it is the work of an individual upon himself, or in everyday parlance, the work of refining oneself. Cultural capital is a have that becomes a being, a *habitus* and those in possession pay for it, literally, with themselves. It cannot be readily transmitted as money, property, or titles of nobility, nor can it be donated or inherited, bought, or sold. It may be acquired in a totally dissimulated fashion, unconsciously, and is always imprinted with the conditions of acquisition. It cannot be accumulated beyond the appropriation capacities of a single agent. Coherent according to his own reasoning, but nonetheless astonishing, Bourdieu does not stop until constructing a type of capital that fades with memory and ultimately dies (BOURDIEU, 1998).

This definition is bewildering, given the ease with which the author defends a notion of capital that accumulates only by the work of the capitalist himself, which cannot be bought or sold, that is acquired in a dissimulated way and, last but not least, dies. That the capitalist dies is an everyday truth, but to treat capital this way is to bring it into the realm of nature. It is also amazing that his notion still maintains intellectual currency.

### Deconstructing false contradictions

Bourdieu uses the term symbolic in a form that is here explicitly understood as pertaining to the Imaginary with the consequent misunderstanding this register entails. At this point Lacan's Symbolic register, as related to the representative of the representation, must be adopted. This assumption is a clear divergence from Bourdieu's theoretical grounding and has consequences for the problems related to intellectual work.

Although Bourdieu equates *habitus* and capital, he also comes to relativize this definition. Elsewhere he states that *habitus* is an asset – funds that can *in some cases* which he does not specify work as capital (BOURDIEU, 1996). This relativized form dilutes the prior categorical definition without any further specification and raises the theoretical absurdity in which our engineer/employee, maintaining all his professional *habitus*, is transmuted into a capitalist of the same mold as the owner of variable capital.

Colas (1988) considers the frequent association between the notion of capital in Bourdieu as based on and amplifying that of Marx and correctly observes that Marx rejected the notion of capital as a given quantity of goods. Capital as an asset is a popular pre-conceptualized representation that is still current and which is observed in the initial discussions on the theme. The lexicographer R. Cotgrave<sup>5</sup> defines capital in 1680 as richness, value and assets. Used with this connotation it is acritically imported from common sense.

In so far as capital only steps forth in its elementary forms, as commodity or money, the capitalist steps forth

in the character, already known to us, of commodity owner or money owner. But the commodity owner and money owner are no more capitalists for this reason than commodity and money are in themselves capital. Just as the latter may be converted into capital only under definite conditions, so the owners of commodities and money are only converted into capitalists under the same conditions. (MARX, 1864, p.459).

It is here understood that Bourdieu should have specified what happened during the nineteenth century that justified treating symbolic assets or plain erudition as capital, rather than merely adopting Flaubert's insights without further specification..

*Habitus*, capital, assets, or incorporated capital are frequently treated by Bourdieu as synonyms and used interchangeably. Associated with the Imaginary, notions display fuzzy overlapping limits with regards to representation and empirical data. They should thus be considered as placed at the frontier between knowledge and savoir and accepted for their heuristic value based on differentiated emphasis. Bourdieu's lack of distinction is such that one is entitled to ask why the recourse to so many variations.

The notion of symbolic profit is again unreasonably extended into the reproduction sphere as when Bourdieu applies it to the profits anticipated by families from their children's education, or those accruing directly from speech performance in schools, employment interviews and, more bizarrely, medical consultations. Profit is also used by agents in their fields of expertise, when he deems that differentiated symbolic profits accrue from positions assumed in arts and science as greater if related to innovation or smaller if associated with conservation. Moreover, even in mundane situations, lower nominal profits will accrue from scientific conversation in social settings. The notion is explicitly made a synonym of acquired prestige without one being able to understand what is gained as a conceptual

specification as opposed to the already established use of the terminology.

Since *habitus* is an asset and it may work as capital, incorporated or otherwise, the *Homo Academicus* is the essence of symbolic capital, by himself and for himself, as set forth in the following statement:

"In fact, these differences in academic achievement (which are obviously connected with age) are so closely associated with social differences that they seem to be the retranslation into a specifically academic logic of initial differences of incorporated capital (the *habitus*) or the objectified capital which are associated with different social or geographical origins. They seem to be the result of gradual transformation of inherited advantages into 'earned' advantages effected through an outstandingly successful school career (crowned by success in the *concours général*) and by a flawless student career, especially at each moment of increasingly difficult choice between sections, options, institutions (including attendance at the most prestigious secondary schools, the *lycées* Louis-Le-Grand or Henri IV). (BOURDIEU, 1988: 53-54; emphasis in the original).

Here the notion of incorporated capital as synonymous with *habitus* and objectified capital reflects the inherited origins, not just social, but also geographical. The first family inheritance such as accent is defined as a type of social, cultural, and symbolic capital. It is obvious that the correlations that Bourdieu recognizes between academic success and social or even geographical origins do occur as a consequence of mediating the social and interregional division of labor, as well as the centralization and concentration of capital. It would be

astonishing if such a correlation did not ingrain subject and social perception, leading to its crystallization as prejudice, which in turn feeds into and reinforces the whole process. However, this does not mean that such commonsense givens should be conceptualized as a form of capital.

In order to emphasize Bourdieu's uncritiqued importation of notions from common sense, but also from theories he intends to distance himself from, one should consider the notion of initial accumulation of capital. His understanding is that easy and rapid initial accumulation of useful cultural capital will only happen without wasting time or from the very beginning, by members of families already endowed with important cultural capital. The time needed for such an acquisition connects economic and cultural capital. The family provided free time, consumed from childhood on and the accruing results in terms of *habitus*, are deemed to be inherited as cultural / economic capital. The term capital is used as an economic metaphor in such an unspecified way that one has no other option than understanding it here as mere everyday cash.

At this point the author invites us to concede that a child that babbles mammy, maman, or mamãe is already accumulating capital that will reach fruition with a formal schooling title. A homological position in the economic field would require us to accept that a child that puts coins in the piggy box is also accumulating capital. We find here a *sui generis* notion of the initial accumulation of capital that happens entirely in the reproduction sphere, but that is also trans historically similar to the one any devoted pater families – be they Greek or Nhambiquara – are expected to dedicate themselves to.

These notional displacements reveal the conceptual structure of Bourdieu's work when he recreates the old contention of the market's invisible hand as applied to symbolic capital. Arranged to defend his own method in relation to the artistic field, in contrast to the traditional studies that analyze the immanent logic of the fields, he states that:

The researcher who seeks the principle of the existence of the work, what it has that is historic or transhistoric – 'the eternal

charm of Greek art' – within the interests kinked to the belonging to a field of cultural production, and, more broadly, to the social field in its totality, treats the work as an intentional sign associated with and regulated by some other thing, of which it is also a symptom. The researcher looks for the objective intention which it is hidden beneath the declared intention. He supposes that a profound meaning, an expressive impulse, biological or social, is enunciated in it, a meaning which the alchemy of the setting into-form imposed by the social necessity of the field tends to disguise, especially by forcing the impulse to deny itself and to universalize itself. In contrast to the angelic pure interest for pure form, the analysis which apprehends in one and the same motion the expressive impulse, the censure and the sublimation assured by the working into-form, offers a realistic view, that is to say, a truer and at the same time definitively a more reassuring view of the collective work of sublimation which is at the base of the greatest triumphs of human enterprise: *History cannot produce [t]he transhistorical universality except by producing, by means of often ruthless struggles of special interests, social universes which, through the effect of the social alchemy of their historical laws of functioning, tend to extract from the confrontation of the special interests the sublimated essence of the universal.* (BOURDIEU, 1985, p.23. Emphasis added).

Thus, according to Bourdieu, it is in the wild struggle of one against all others, in the defense of his/her private interest, that the sublime essence of the universal in the social universe will

be generated. This is completely homologous to the capitalist competition when it is presumed that social interest is best achieved by each one struggling for one's own selfish objectives and reproduces the classical, metaphorical invisible hand. The argument is extended to the scientific field, in which he explicitly states that the pursuit of private scientific interest is in the interest of science (BOURDIEU, 1976).

Le fait que le champ scientifique comporte toujours une part d'arbitraire social dans la mesure où il sert les intérêts de ceux qui, dans le champ et/ou hors du champ, sont en mesure d'en percevoir les profits, n'exclut pas que, sous certaines conditions, la logique propre du champ et en particulier la lutte entre les dominants et les nouveaux entrants et la censure croisée qui en résulte n'exercent un détournement systématique des fins qui fait tourner continûment la poursuite des intérêts scientifiques privés (entendus toujours au double sens) au profit du progrès de la science (BOURDIEU, 1976, p.98 ; emphasis in the original).

Anarchy in concurrence guarantees the progress of science, justifying secrecy and uncooperative behavior. This assumption eliminates the need to explain such characteristics and all ethical consequences thereafter. But Bourdieu (1983) does not bother himself with coherence when he warns us against *laissez-faire* in science. Against his stated "laws", he decides at this point to advocate the ideals he believes should be preserved and admonishes against cynicism that may take advantage of the "laws" he nonetheless defined as constitutive of the intellectual field. Ungrounded in any concrete or logical means of contestation, such a position, derived from the conservative content of his theory, is unsustainable vis-à-vis his manifest leftist political position. This contradiction is explicitly observed by Verdès-Leroux (1998) who understands his theory as a Marxism *décanté* and *léninisé* but nonetheless decides to side with Bourdieu's political activism. Although correct in her

critique, Verdès-Leroux does not escape from being caught in the same trap as the author she discusses.

One should state, together with Colas (1998), that Bourdieu's politically conservative theory is incompatible with Marxism, despite his popularity on the Marxist and non-Marxist left, given its insufficiencies, paradoxes and internal ambiguous repetitions that tend to conceal such inadequacies. Collective intellectual work, it will be argued, is at the center of such problems (COUTO, 1999, 2012).

### Symbolic capital and collective intellectual work

Discussing the opposition among the heretic and orthodox in literary or artistic fields and the work required to legitimate one's position within them, Bourdieu (1996) speculates about an "a model of a general type" of undertakings based on renouncing temporal profits and the denegation of economics. Loosely associating himself with a Weberian position or mode of reasoning, for Bourdieu, accumulation of symbolic capital accrues from the asceticism of the capitalist. In religion as in art, at an initial phase, the individual that refuses material profit most fiercely will in the long run be able to exploit the capital thus acquired and all consequential material gains. At the very end of this statement, he warns against the new life based on such gains. The symbolic capital, initially ascetically accumulated, will finally result in the capitalist's ruin when confronted, according to the author, in the final denouement, favorably portraying the new competing ascetical heretics (BOURDIEU, 1996).

This is pure *petit bourgeois* moralism pretending to be science. Bourdieu finalizes his observations basing his understanding on a surprising "symbolic alchemy" that requires that such investments should not be rewarded. This initial gift offering would operate as an exchange process that alone cannot guarantee the precious return gift – recognition – unless it is presented as non-returnable. Gifts are thus presented as pure

generosity through the occultation of the (expected) return gift and by disguising pursued profits. Bourdieu presents us with a capitalist so interested in delaying cashing in his profits that he deems it common for first generation producers to frequently die in advance of such return. He thus resorts to a mystically christened symbolic alchemy that obscures an untenable concept of profit to make the pretense explanation compatible with his approach. Such alchemy obfuscates exactly what should be either explained or left as an open question.

A similar type of reasoning reappears when he explains the “mystic of the *griffe*” as an unconscious collusion between participants in a sacred field who are able to transubstantiate a common perfume into a Chanel 30 times its price. What confers power on the producer (Dior), according to Bourdieu, is the system of relations within the field, in other words, this would be a game relying on faith in high couture. If Weber’s position (2001) is to associate economy with religion based on strict rational grounds, Bourdieu does not hesitate to defend his approach on an implausible appeal to transubstantiation, Manna or magic in order to explain a capitalistic practice, a discourse which is hard to accept in terms of its aspiring scientific status.

The analytical consequences of Bourdieu’s notion of incorporated capital (Dior and his charismatic substitutes) should be clearly stated. It seems obvious that a system that could multiply 30 times the price of any product without aggregating value could only stand itself on Mafiosi grounds if it was to control competition that would fast move into the industry that is generating super profits. One must remind oneself that capital valorization in the culture industry, be it fashion or any other, can only accrue from the exploitation of the relations of production, be they manual, complex, or intellectual work, internal to the unit of production. Any explanation can only be validated when such relation is demonstrated. Besides, super profits are eventualities that tend to level down.

Bourdieu’s fortuitous reference to the name that personifies the *griffe* is the lieu for an answer that does not resort to any transubstantiation as a makeshift explanation (COUTO, 2012). The appeal to charisma, as defined by Weber, can be better

understood by the psychoanalytic notion of identification. Here it will suffice to emphasize that competition will fashion a homologous charismatic figure tailored to sustain imaginary identification adequate to another segment of the market. This tactic is sufficient for yielding the monopoly super profits accrued by actors within industrial segments which resort to charismatic identification and product endorsement (COUTO, 1999).

This discussion could continue but it is advisable to observe the difficulties that arise from what may be considered Bourdieu’s most interesting contribution – his method. Let us commence with what he calls the “Tersites point of view”.

### Concerning Bourdieu’s method

In drawing up a homology with Shakespeare’s impertinent soldier Tersites, Bourdieu constructs the figure of a minor intellectual who, incapable of critiquing his/her preeminent academic prophets and priests, resorts to highlighting their everyday contradictions, weaknesses, and indignities, which remain unknown to those of us kept at a reverential distance (BOURDIEU, 1996). Reducing the critique formulated by the dominated to the personal flaws of the dominant intellectual reintroduces insidiously, in sociological discussion, the meritocratic argument specifically rebuffed by Bourdieu. He thus divides the field into opposing poles occupied by figures that reflect the permanence of the notion of the (un)successful individual, in spite of the author’s manifest effort to define the “laws” of the field.

Independently of any consideration of the correct distribution of intellectual merit as commensurate with relative positions in the field, one should emphasize the assumption of Bourdieu’s position – that of the struggle of one against all that he associates with the organization of fields when the classical intellectual is hegemonic – a position that cannot be sustained as such under hierarchical collectivized intellectual work.

However, this posture significantly ignores the possibilities of recognizing the social relations of intellectual production that accrue from dominated positions in the field. It reveals a prejudice or reduces *a priori* all possible critique of the dominant intellectual to the crude *ad hominem* argument. Revealing its projective nature, it is Bourdieu himself who is liable to the *ad hominem* argument against Tersites. Theoretical consequences follow fast.

In *Homo Academics* the definition of the research sample reflects this conception. The chosen indicators, except for the most general ones describing social-economic origins (father's work and religion), preselect the persons that hold the most prestigious positions: schooling capital (high school and university attended); the capital of university power (control of instruments of reproduction of university personnel and consultant committees); scientific power (the direction of research groups and research teaching); scientific prestige (distinctions and translations); intellectual renown (participation in publication committees, in the media and citation in encyclopedias); political and economic power (participation in executive governmental offices, and medals); and finally, general political tendencies.

Using this characterization, Bourdieu identifies and ranks the most important personalities on their aggregate form of power as a means of discussing the conflicts over the representation of legitimate academic domination. Among the dominated, he positions those who have yet to achieve such ranking and those academics who never will as they lack the required professional qualifications or social representation (BOURDIEU, 1988). It should be observed that, when discussing his own position in the sociological and academic fields, Bourdieu focuses on his relationship with the dominant side of the field, without considering it as being structurally mediated by the dominated side. In so doing he disconnects the poles he postulates within the academic hierarchy (BOURDIEU, 2004).

Nonetheless, if a field is defined by the collection of its effects, it seems ideological to treat it as if the mass of the faculty did not influence overall results, even if we accept that any random

sample that excluded the top academics, occupying a unique position in the field – as he exemplifies with Sartre – would be flawed from its point departure.

He states that competition in a scientific field requires the mobilization of accumulated scientific resources. The advancement of science is thus associated with important collective acquisitions and the participation in scientific struggles therefore requires important scientific capital. Consequently, Bourdieu correctly concludes that scientific revolutions are no task for the academically disfavored. At this point he questions who within the social world would have any interest in an autonomous science of the social world. In a partial answer, Bourdieu excludes the disfavored academics who he deems to be structurally inclined to side with external powers, which they would do in order to garner support or seek revenge for constraints arising from internal competition. Political denunciations are presented as easy substitutes for scientific critique. Moreover, the spiritual or temporal powers that he would oppose those scientifically favored and capable of bringing about an autonomous science of the social world, singling them out as their most powerful competitor (BOURDIEU, 1982b).

It must be recognized that the strength of the Marxist position when analyzing capital is the inclusion of the proletariat. In contrast, Bourdieu's basic flaw is to reduce the mass of the dominated intellectuals into the single persona of the scientifically disfavored Tersites. The political consequence is that the author is unable to account for whom and from where scientific questioning of the scientific order would come and is thus incapable of proposing a theoretical conception of change within fields.

### The social relations of intellectual production under collective working regimes

It is improbable but not impossible that the those controlling temporal power produce self-denouncing theory. Although Tersites is predefined as incapable of providing such theoretical

critique, Bourdieu also fails to produce a theory of domination as it would undermine his own position in the scientific social field.

Whilst it is true that Tersites may resort to external political alliance, Bourdieu's observation empirically underlines his own biased ideological construction. One should not discharge *ex liminis* various (in)external alliances, since internal power may also vitiate the workings of a field as it frequently does in cases meant to avoid institutional or the personal consequences of, for example, scientific revolutions. Yet, one should highlight that dominant scientific figures also maintain privileged relationships with the hegemonic external political forces associated with grants, academic prizes and commissions. It is incredible that Bourdieu did not discuss such a connection and this lacuna and incongruity makes it impossible to resolve the question concerning the relationship between Tersites and the total intellectual – an omission which will therefore be subsequently addressed here.

Expanding the mirror as a methodological device to approach the Imaginary, let us deal with the theoretical consequences of the one missing in his scheme in the case of the scientific or artistic field, which would and should reflect the homology between the capitalist and the proletariat. Due consideration of such a relationship would have committed him to addressing the collectivized intellectual production already present in France and in the whole industrialized world at the time he was working. He gets close to a such question when he considers the development of wide units of production, citing expressly radio, television, movie industry, journalism but also scientific research associated with the decline of intellectual craft, in favor of wage earning. He correctly considers that this development alters the relationship between one's work and one's own social representation, as well as espoused aesthetic and political ideologies. Also cited are the effects of intellectual work collectively undertaken inside differentiated units of production which are socially and technically hierarchical and depend on collectivized past and present work, together with expensive instruments of production. In this case, the intellectual worker is deprived of the charismatic aura associated with the traditional

writer and artist – the small independent master/owner of their instruments of production – who perceive such charisma as an endowment, but which is conceptualized by Bourdieu as cultural capital (BOURDIEU, 1982a).

Bourdieu himself worked on a collective project he once referred to as “his group”. Logical progression would have obliged him to face head on the expropriation of intellectual surplus product on the floor of research units.

In “*The sociologist in question*”, Bourdieu (1983) describes at first hand his relationship with the social form of his work, conceptualizing his research group as an epistemological resource, a situation which was and is bound to generate real problems about real difficulties. The group was intended to be both a social instituted network of problems and a way of resolving them, constituting both a network of cross controls and an assemblage of production that, outside any imposition of norms or theoretical orthodoxy, Bourdieu considered to have a family atmosphere.

Thus, miraculously, outside of any of norms imposed on the group, of any theoretical orthodoxy (not even his own theory) or even out of any political constraints, the author who defends capital as an incorporated asset and the struggle of one against all imagines that his own group, in its production processes, sets itself free of these structural limits and is able to maintain a working relationship he classifies as family-like.

This enchanted observation of the total intellectual deserves due consideration. Such a description corresponds to him constructing a sociology of his true opponents in the field, namely, the dominated collective intellectual. Although he confronts named dominant figures, the research groups are addressed in a fragmented analysis throughout his work, a procedure which dilutes their political position in the fields. As such, they are first reduced to the figure of Tersites, then to the small intellectual in the research group, and finally consigned to being members of a (his) family. Addressing the implications of such cases would require him to explain, not only how it was possible to defend the family analogy that directly opposes his established laws of the fields, but also justify why his research

group is not composed of small, disenchanted intellectuals as elsewhere. Identification with the master, in the strong sense provided by Freud's theory, would eventually give him some grounds for development here, however his use of the terminology as a noun rather than a concept, prevents the exploration of this possibility, whilst his postulate, which adopts an agonistic relationship, would require revision.

Bourdieu states that any discourse is a "compromise-formation" – terminology that replicates Freud's more elaborate concept grounded in the unconscious – which he defines as the compromise between what one would like to say and what can be said, this being a definition of a process conceived entirely in the conscious (BOURDIEU, 1983b)). Thus, as a researcher, it is reasonable to judge him according to his own theoretical approaches. We can therefore conclude that the incongruities or paradoxes of his discourse allow him to maintain his leftist political public position, while being supported in his production by a "group" whose contribution goes largely unrecognized in his widely published work<sup>6</sup> – a situation that should be interpreted as encompassing the extraction of symbolic surplus value.

François de Singly correctly identifies what Bourdieu's production owes to the collective organization he directed, and which should be deemed responsible for at least some of the intellectual recognition he obtained:

*Mais l'oeuvre de Bourdieu diffère de nombreux autres travaux dans la discipline sociologique par son ampleur (qu'il est ridicule de réduire, comme veulent le faire croire certains, à une suite d'évidences sociologiques au service unique d'un projet politique) qui résulte, pour une large part, d'une intense mobilisation de tout un groupe, le Centre de Sociologie Européenne. Je pourrais analyser le travail empirique – passation des questionnaires, codage, exploitation des données, etc., mais aussi lecture d'ouvrages – inhérent au*

*métier de sociologue. On constaterait que même en note ou en annexe, figurent rarement les noms des collaborateurs, des collaboratrices qui ont assuré ce travail au sein du Centre. Je ne signalerai qu'en passant le silence sur les individus qui ont fait que la revue "Actes de la Recherche en Sciences Sociales" ait une certaine homogénéité de ton. Pendant longtemps – plus précisément pendant les 87 premiers numéros, soit seize années – le seul nom inscrit a été celui de Pierre Bourdieu. Rien sur Claude Grignon et Jean-Claude Chamboredon qui ont joué un grand rôle dans la 'reprise' des articles, ou sur d'autres. Pierre Bourdieu était nettement le nom d'une instance de production collective, instance que acceptait de se plier à cette règle de l'anonymat (on sait d'après la théorie de la domination, chère à l'auteur, que le consentement est un signe classique de la dépendance des dominés). (SINGLY, 1998:39; emphasis added).*

In order to critique Bourdieu, it is necessary to identify the empirical questions so essential to recognizing the theoretical obstacles to be surpassed, a problem that Singly partially addresses. We must also include Bourdieu and his working practice, without leaving aside analysis of the dominated pole which would require a theoretical and methodological move away from his adopted position. In other words, any analysis must address the question of domination in the normal functioning of the field where the mass of the dominated work for a master who represents himself and is widely accepted as an autonomous classical intellectual. Strong identification with the master by the dominated anonymous intellectuals who collect data, conduct interviews, and read papers required by the intellectual entrepreneur serves to downplay recognition and group contribution – a situation further obscured by resort

to paternal notions and reference to the ideological family metaphor.

In 1909, Weber associated but consciously decided not to fully develop the homology between the emerging organization of intellectual work and the capitalist enterprise. He stated that great institutes of medicine and natural science in German universities were “state capitalist enterprises” that could not be administered without considerable resources, meaning that the consequences would be the same as when capitalist enterprises develop, introducing the separation between the worker and his means of production. As a worker, the assistant depends on the tools provided by the state and is therefore as dependent on the director of the institute as the laborer is on his boss. Weber adds that the director believes in good faith that the institute is his and his to administer. The assistant position is deemed as precarious as any *quasi* proletarian or assistant in a US university and there is consistent speculation that the process will reach disciplines where the artisan owns his instruments of production. In Weber’s case, this was his personal library, adding emphasis to the fact that this was an evolving situation, analogous to that of the artisan. Stating – but never discussing – that there were advantages to such a scenario, he remains tellingly silent on its specificities and consequences. Finally, there is personal rejection of the transference of repetitive mechanical calculations to third parties in a passage that deals with inspiration, giving a clue as to the presence of such a division of work at the time he was writing (WEBER, 1982, 156).

These remarks are precious as they identify and confirm, for the first time, the very initial within academia and highlight the historical moment at which the position of the classical intellectual, as the basis of the production process is about to be surpassed. Moreover, such observations were made by a keen witness who also suggested a conceptual interpretation of the phenomena, seemingly still underplayed in both subsequent liberal or even leftist inspired literature at a time when the development and scale of collectivized organization was in the process of becoming hegemonic. Lyotard (1979) is perhaps the only philosopher who recognized all the political consequences for the intellectual worker and, though in accord with Weber’s

position, he decided to consider the phenomena unavoidable, which contradicts previous critical commitment and underlines his fatalistic cynicism.

It is important to distinguish between the relative position of the agents identified, the government as the owner of the means of production, the director as the usufructuary and the precarious position of the assistant. Moreover, none of these cited authors faced the addressed the loss of autonomy and control over the content of intellectual work produced by the assistant consequential to the implications of his/her institutional dependency, with regards to funding and salary. One should also observe that Weber’s benign interpretation of the director’s sentiment of possessing the public institution grossly understated its historical consequences, since it is the very basis over which the expropriation of surplus value, by agents in homologous positions, has become hegemonic.

Weber recognizes his position as a classical intellectual and exemplifies such understanding when citing his library as the instrument that guarantees autonomy as opposed to the expensive laboratories of medical departments that force the assistant into accepting his/her precarious position. The next omitted logical step would have required him to confront Marx’s alienation thesis as related to the ownership of the means of production. As with Weber, Bourdieu (1999) also classifies libraries – never excluding those private and unrelated to productive activity – as objectified capital, a conceptualization discussed elsewhere (COUTO, 1999).

On the threshold of two worlds, Weber demonstrates his sympathy for the assistant, his position in the division of symbolic work, and resignation to the fatality of change. He provides no indications on the possible consequences for the work carried out, except for the refusal to allow others to be responsible for his own mechanical work. Could this omission be due to a lecture given to students whose prospects would be impacted by such transformation, or perhaps more plausibly, the concrete historical limits of the process at the time of writing. The most convincing interpretation would associate this position with the historical and theoretical understanding

his doctrine provided, in which rational-legal norms are stated as legitimate domination, as can be implied in the expression “there are good reasons”, by which he signals his unstated acceptance of the assistant’s subsumption (WEBER, 1982, 156). We may reason that legitimizing domination is domination itself. Thus, scientific analysis requires the rejection of any tautological understanding of such a process.

The importance of junior personnel in the development of collective research, as opposed to their delegitimation, such as when they are negatively compared to the “productive” heads of research groups, institutes their formal subsumption. During the 1943 Manhattan Project, Hawkins (1983) stated the need for hard-to-find junior personnel when the most outstanding physicists were at work at Los Alamos, making clear the necessary complement between juniors and seniors. This is the crucial moment collective intellectual work proved its global viability to the pure sciences which are, especially physics, central to twentieth century epistemology. Mastery over the organization of work, as previously defined, and homological in this case to Marx’s category of heterogeneous manufacturing, has been further developed to take due account of the specificities of collective work in serial and heterogeneous bureaucracies, as previously mentioned. Adopted immediately after the 2<sup>nd</sup> World War, this process marked the consolidation of the expropriation of symbolic surplus value from cognitive work by the intellectual entrepreneur in industry, as R&D and more recently RD&I departments came to consolidate the required mature industrial form. The obvious resemblance of such organizations to homogeneous or serial manufacturing has been addressed elsewhere (COUTO, 2005).

This sensitive political question is raised in universities when discussing the distribution of interns, monitors, and research assistants amongst senior researchers – a crucial resource if one is to keep one’s usufructuary position in the relations of intellectual production. Thus, the high standards of productivity the dominant academics establish for the mass of the dominated scientifically endowed, who are deprived of such financial and institutional resources, entrenches the latter group’s structurally subordinate position. If Tersites were incapable, as

Bourdieu assumes, he would soon be ousted from the research group.

Completely captured by the duality of the Imaginary, Bourdieu is less objective than intended, which results in him formulating the sociology of his adversaries in the field. Whilst facing the grand intellectuals, the mass is deprived of its social strength and reduced to its abstracted representation, embodied in the individual figure of Tersites.

It should be remembered that the Symbolic is the basis of the scientific field and classical epistemology is partial as it does not consider the Imaginary, thus rendering it idealistic, whilst Bourdieu’s position is ideological and therefore biased.

### Intellectual work and the scientific field: an open discussion in the age of digital capitalism

The widespread ill-defined perception of knowledge as capital is observed both in everyday and academic life, and Bourdieu is not the only author to be ensnared by such a notion. This understanding is indicative of the political change in intellectual fields that has developed to suit capitalistic demands since the late nineteenth century, achieving its zenith under the cognitive economy in the age of digital capitalism.

When Bourdieu conflates his conception of symbolic capital with intellectual competence, as well as the social forms of asserting such competence, accumulated over an intellectual’s lifetime, he is trapped within the dual relationship typical of the Imaginary. His theorization cannot escape the construction adopted as presupposition and therefore prevents a more efficacious conceptual outcome. Bourdieu should be credited with having greatly expanded the empirical grounds to be studied in sociology. Such an object requires us to deal with the intertwining of the Symbolic and the Imaginary registers in the intellectual field. In order to place these constructions in their deserved theoretical position, one ought to distinguish the registers and distance them from commonsense use. In other words, Lacan’s distinction between the Symbolic and the Imaginary cannot be avoided if one is to correctly frame

the phenomena. Marxist logic should be the required basis for untangling the theoretical confusion born in the concept of incorporated capital, as defined by Bourdieu. The strength of the classical epistemological position is that it privileged the Symbolic register via the methodological depuration of the Imaginary intrusions, however the Imaginary itself should be the object of a sociology of science due to its impacts on knowledge, institutions, intellectuals and savoir.

## Notas

**1:** This paper reworks the content of the chapter “Sobre o capital simbólico” of my doctoral thesis (COUTO, 1999), and a previous version was presented at the 30th EGOS Colloquium (2014). I do thank Dr. Laura Miccoli for her careful reading and review of previous versions of this paper. The remaining mistakes are my own responsibility.

**2:** Studied elsewhere, intellectual heterogeneous bureaucracies are characteristic of the institutions of urban planning, whilst serial bureaucracies are exemplified by the architectural office (COUTO, 1999; 2012).

**3:** With the advantage of actual historical point of view one may notice that collective intellectual work responding to pressures of capitalist impacts on cities were already in existence in planning commissions in France and England between 1830 and 1850 (COUTO, 2012).

**4:** This deduction, following the movements of intellectual work from the classical intellectual to the collectivized intellectual bureaucracies producing under capital, was developed elsewhere (COUTO: 2012; 1999).

**5:** Cited by Fundação Getulio Vargas (1987).

**6:** Within the limits of this analysis, this assertion accepts Bourdieu's manifest discourse, something further analysis could eventually rework.

## References

ACSELRAD, Henri (1997). Ambiente decisório e tempo digital; mudança técnica na indústria de celulose e papel. Rio de Janeiro (Paper discussed in the International Workshop communication, space, and new forms of work).

BACHELARD, Gaston (1971). A epistemologia (Fátima Lourenço Godinho & Mário Carmino Oliveira Trans.). Lisboa: Ed. 70; São Paulo: Martins Fontes. (Original work L'Espistémologie).

BACHELARD, Gaston (1996). A formação do espírito científico; contribuição para uma psicanálise do conhecimento (Estela dos Santos Abreu Trans.). Rio de Janeiro: Contraponto. (Original work La Formation de l'esprit scientifique: contribution à une psychanalyse de la connaissance).

BONNEWITZ, Patrice (1998). Entre enthousiasme et contestation. Magazine Littéraire. n. 369, oct. p. 36-37.

BOURDIEU P. (1983a). Questões de sociologia. (Jeni Vaitsman Trans.). Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero. (Original work s.n.).

BOURDIEU, P. (1976). Le champ scientifique. Actes de la recherche en sciences sociales. [Paris]: vol. 2, numéro 2.2-3. pp. 88-104. In: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_0335-5322\\_1976\\_num\\_2\\_2\\_3454](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1976_num_2_2_3454). Access in 04/17/2014.

BOURDIEU, P. (1982a). A economia das trocas simbólicas. (S. Miceli, S.A. Prado, W. Campos, Trans.). São Paulo, SP: Perspectiva (Original work s.n.).

BOURDIEU, P. (1982b). Lição sobre a lição (Antônio Marcelino Valente Trans.). V. N. Gaia: Estratégias criativas. (Original work Leçon sur la leçon).

BOURDIEU, P. (1983b). O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. (Paula Montero e Alícia Auzmendi Trans.). São Paulo: Attica. (Original work 1976).

BOURDIEU, P. (1984). Homo academicus. Paris : Minuit.

BOURDIEU, P. (1985). The genesis of the concepts of habitus and of Field. (Channa Newman. Trans.) Sociocriticism; theories and perspectives. Pittsburgh, Montpellier: v.II, n.2, dez. p. 11-24. (Original work not declared).

BOURDIEU, P. (1988). Homo academicus. (Peter Collier Trans.). Stanford, CA: Stanford University Press. (Original work 1984).

BOURDIEU, P. (1989). O poder simbólico. (F. Thomaz Trans.). Lisboa: DIFEL. (Original work 1989).

BOURDIEU, P. (1996). As regras da arte; gênese e estrutura do campo literário. (M. L. Machado Trans.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Original work 1992).

BOURDIEU, P. (1999). Las formas de capital (Rubén Urbizagástegui Trans.). Lima: Editorial Piedra Azul. (Original work 1983).

BOURDIEU, P. (2005). Esboço de auto-análise (Sergio Miceli Trans.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original work Esquisse pour une auto-analyse).

BURAWOY, Michel (2010). O marxismo encontra Bourdieu. (Fernando Rogério Jardim Trans.). Campinas: Ed. UNICAMP. (Original work not declared).

COLAS, Dominique (1998). Le Marx de Bourdieu: de la continuité à la rupture. Magazine Littéraire, n.369, oct.: 27-30. (Dossier Bourdieu).

COUTO, Beatriz (2005). O arquiteto imaginário: sua produção do modernismo ao pós-modernismo. Topos. Belo Horizonte: EA/UFMG. n.4 jan-jun, p.22-26.

COUTO, Beatriz (1997). Pós modernidade e reorganização do trabalho intelectual. Comunicação & Política. Rio de Janeiro: CEBELA. v. IV, n.3, n.s. sep-dec, p.161-178.

COUTO, Beatriz (2012). Structural changes in social relations of intellectual production: from the classical intellectual to collectivized work. Oral presentation at 28th EGOS Colloquium. Design?; Sub-theme 51: Marxist Studies on Organizations: The Challenges of Design. Helsinki, Finland: July 5-7.

COUTO, Beatriz d'Araújo Couto (1999). Trabalho intelectual coletivizado: produção, conhecimento e reconhecimento. Rio de Janeiro, 1999. 256f. Thesis (Doctoral) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro. [http://fenix2.ufrj.br:8991/F/E55TAM5RF8DCSHP32UJ2UGYQB61KYK21VPDKCMY9TM9N4Q8IK1-17253?func=find-b&request=trabalho+intelectual+coletivizado&find\\_code=WRD&adjacent=N&local\\_base=T D U F R J &filter\\_code\\_4=W M A &filter\\_request\\_4=&filter\\_code\\_1=WLN&filter\\_request\\_1=&filter\\_code\\_2=WYR&filter\\_request\\_2=&filter\\_code\\_3=WYR&filter\\_request\\_3=&x=44&y=14](http://fenix2.ufrj.br:8991/F/E55TAM5RF8DCSHP32UJ2UGYQB61KYK21VPDKCMY9TM9N4Q8IK1-17253?func=find-b&request=trabalho+intelectual+coletivizado&find_code=WRD&adjacent=N&local_base=T D U F R J &filter_code_4=W M A &filter_request_4=&filter_code_1=WLN&filter_request_1=&filter_code_2=WYR&filter_request_2=&filter_code_3=WYR&filter_request_3=&x=44&y=14)

DOMINELLI, Lena & HOOGVELT, Ankie (1996). Globalization, contract government and the Taylorization of intellectual labor in academia. *Studies in political economy*. v.49, spring, p.71-100.

FREUD, Sigmund (1981). La interpretacion de los sueños. In:\_\_\_\_\_. *Obras completas*. 4th ed. (L. Torres Trans.). Madrid: Biblioteca Nueva. v I. p. 343-720.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (1987). Capitalismo (entry). *Dicionário de ciências sociais*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV. (Original work UNESCO, 1985). p.145-146.

HAWKINS, David (1983). Project Y: the Los Alamos story. Part I. Los Angeles: Tomash Publishers.

HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. A indústria cultural; o iluminismo como mistificação de massa. In: LIMA, Luiz Costa.(org.). *Teoria da cultura de massa*. 4a ed. (Júlia Elisabeth Levy Trans.). São Paulo: Paz e Terra, 1990. p159-204. (Original work not declared).

LACAN, J. [1975]. R.S.I.; O seminário [22], 1974-1975. [seminário não publicado]

LACAN, Jacques (1977). Lo simbólico, lo imaginário y lo real. *Revista Argentina de Psicología*. Buenos Aires: v. 7, n. 22, p. 10-27.

LACAN, Jacques. *Escritos*. (Vera Ribeiro Trans.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Original work Écrits).

LASH, Scott (1990). *Sociology of postmodernism*. London: Routledge.

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve (1997). A vida de laboratório; a produção de fatos científicos. (Angela Ramalho Viana Trans.). Rio de Janeiro: Relume Dumará (Original work *La vie de laboratoire*).

LEVY-STRAUSS, Claude (1975). *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário.

LYOTYARD, Jean François (1979). *La condition postmoderne; rapport sur le savoir*. Paris: Minuit.

MARX, Karl [1864]. The Process of Production of Capital, Draft Chapter 6 of Capital. Results of the Direct Production Process. In: MARX, Karl. *Economic Works of Karl Marx 1861-1864*. <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1864/economic/ch02.htm>. Access in 04/14/2014.

MARX, Karl (1967) *Capital, a critique of political economy; the process of capitalist production* (1967). (Samuel Moore and Edward Aveling Trans). New York: International Publishers. v.1 (English original 1887).

MICELI, Sérgio (1999). Um intelectual do sentido. *Folha de São Paulo*. São Paulo, caderno 5, 7/feb. p.4-5.

NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Org.) (1998). *Pierre Bourdieu: escritos sobre educação*. Petrópolis: Vozes.

POPPER, Karl R. (1975). *Conhecimento objetivo; uma abordagem evolucionária*. (Milton Amado Trans). Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP. [Original work 1972].

SANTOS, Milton (1994). *Técnica, espaço e tempo; globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.

SINGLY, François de (1998). Bourdieu: non propre d'une entreprise collective. *Magazine Littéraire*. n. 369, oct. p.39-44.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine (1998). *Le savant et la politique; essai sur le terrorisme sociologique de Pierre Bourdieu*. Paris: Grasset.

WEBER, Marx (1982). Ciência como vocação. 5th ed. In: \_\_\_\_\_.  
Ensaio de sociologia. (Waltensir Dutra Trans). Rio de Janeiro:  
Zahar Ed. p.154-183 (Original work: From Marx Weber: Essays in  
Sociology, 1946 .

WEBER, Marx (2001). A ética protestante e o espírito do  
capitalismo. (M. Irene de Q.F. Szmrecsányi and Tamáz J.M.K.  
Szmrecsányi Trans.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.  
(Original work Die Protestantische Ethik Und Der Geists Des  
Kapitalismus).

**\*Beatriz Alencar d'Araujo Couto** é professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (1996), doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Town and Regional Planning por Iowa State University (Ames, Iowa, USA); engenheira arquiteta pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa as relações sociais de produção intelectual no capitalismo digital e na economia cognitiva, bem como cidades brasileiras. Experiência em Planejamento Urbano e Regional.



